

**Corregedoria-Geral  
da Justiça Federal**

# **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA**

Tribunal Regional Federal da  
**5ª REGIÃO**

**2019**

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora-Geral da Justiça Federal**

**ELABORAÇÃO**

**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL**

## SUMÁRIO

<b>A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO</b>	<b>005</b>
<b>B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO</b>	<b>006</b>
<b>C. OBSERVAÇÕES GERAIS</b>	<b>009</b>
<b>D. UNIDADES JURISDICIONAIS</b>	<b>021</b>
<b>I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO</b>	<b>021</b>
<b>Presidência: Des. Federal Vladimir Souza Carvalho</b>	<b>021</b>
<b>Vice-Presidência: Des. Federal José Lázaro Alfredo Guimarães</b>	<b>028</b>
<b>Corregedoria Regional: Des. Federal Carlos Rebêlo Júnior</b>	<b>040</b>
<b>II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS</b>	<b>044</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA</b>	<b>044</b>
Desembargador Federal <b>Alexandre Luna Freire</b>	<b>044</b>
Desembargador Federal <b>Francisco Roberto Machado</b>	<b>068</b>
Desembargador Federal <b>Élio Siqueira Filho</b>	<b>090</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA</b>	<b>116</b>
Desembargador Federal <b>Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho</b>	<b>116</b>
Desembargador Federal <b>Paulo Roberto de Oliveira Lima</b>	<b>134</b>
Desembargador Federal <b>Paulo Machado Cordeiro</b>	<b>150</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA</b>	<b>168</b>
Desembargador Federal <b>Cid Marconi Gurgel de Souza</b>	<b>168</b>
Desembargador Federal <b>Rogério de Meneses Fialho Moreira</b>	<b>186</b>
Desembargador Federal <b>Fernando Braga Damasceno</b>	<b>202</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA</b>	<b>224</b>
Desembargador Federal <b>Manoel de Oliveira Erhardt</b>	<b>224</b>
Desembargador Federal <b>Rubens de Mendonça Canuto Neto</b>	<b>240</b>
Desembargador Federal <b>Edilson Pereira Nobre Júnior</b>	<b>258</b>

<b>E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO</b> -----	<b>275</b>
Secretaria Judiciária-----	<b>275</b>
Seção de Convênios -----	<b>280</b>
Seção de Coordenação dos Trabalhos de Taquigrafia -----	<b>282</b>
Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários -----	<b>283</b>
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Jurisprudência-----	<b>296</b>
Subsecretaria do Plenário -----	<b>299</b>
Divisão de Processamento das Causas de Competência da 1ª Turma -----	<b>307</b>
Divisão de Processamento das Causas de Competência da 2ª Turma -----	<b>319</b>
Divisão de Processamento das Causas de Competência da 3ª Turma -----	<b>330</b>
Divisão de Processamento das Causas de Competência da 4ª Turma -----	<b>340</b>
Divisão de Protocolo, Registro e Distribuição -----	<b>349</b>
Subsecretaria de Precatórios -----	<b>353</b>
<b>F. UNIDADES ESPECIAIS</b> -----	<b>358</b>
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região -----	<b>358</b>
Gabinete de Conciliação -----	<b>364</b>
Escola de Magistratura Federal da 5ª Região-----	<b>372</b>
Estatística -----	<b>379</b>
Sistemas Judiciais Eletrônicos -----	<b>383</b>
<b>G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO</b> -----	<b>394</b>

## **A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria n. 440-CJF, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, abrangendo as seguintes áreas: unidades jurisdicionais, unidades processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 21 a 25 de outubro de 2019, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Guilherme Couto de Castro (TRF da 2ª Região); David Diniz Dantas e José Marcos Lunardelli (TRF da 3ª Região); Ricardo Teixeira do Valle Pereira (TRF da 4ª Região); e o Juiz Federal Auxiliar desta Corregedoria-Geral, Daniel Marchionatti Barbosa.

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores: Alexandros Pereira Christopoulos, Andrea Viana Ferreira Becker, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe Feijó Rubim, Glaucio Southier, Kleb Amancio e Silva da Gama, Marcio Atoji Berti, Maria Eduarda Almeida Villaça, Renato de Oliveira Paes, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sandra Mara Cornelius da Rocha, Simone Katsuren Nakasato, Tatiana Rita Doro e Vivian Lopes Martins.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações e os convites à Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccionais de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF da 5ª Região prosseguissem normalmente.

## **B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO**

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei n. 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, permitindo formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, de forma a nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, a título de “Observações Gerais”, informando acerca de dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 5ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas turmas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva turma, para permitir análise baseada em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma, os dados administrativos da unidade, em particular, os atinentes ao quadro funcional, e também são levantados os relativos à atividade-fim, que são analisados sob as perspectivas estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive,

a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nesse espaço de atuação, a Corregedoria-Geral tem trabalhado constantemente objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado, que ora se apresenta, retrata as informações e os dados colhidos na verificação de 1.131 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.



## **C. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife - PE, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 21 a 25 de outubro de 2019. A Corte é composta por quinze desembargadores federais.

Seguem-se os detalhes da composição:

### **Mesa Diretora:**

- Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, Presidente;
- Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães, Vice-Presidente;
- Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior, Corregedor Regional;

### **1ª Turma:**

- Desembargador Federal Alexandre Luna Freire;
- Desembargador Federal Francisco Roberto Machado;
- Desembargador Federal Élio Siqueira Filho.

### **2ª Turma:**

- Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho;
- Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima;
- Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro.

### **3ª Turma:**

- Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza;
- Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira;
- Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno.

### **4ª Turma:**

- Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt;
- Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto;
- Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior.

Atendendo recomendação da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que realizou inspeção na Corte, entre os dias 19 a 22 de agosto de 2019, a Presidência instituiu o Ato N. 374/2019, 26/09/2019, que estabeleceu a convocação dos juízes federais Ivan Lira de Carvalho e Luiz Bispo da Silva Neto para atuação no período de 01/10 a 29/11/2019, no gabinete do Desembargador Federal Alexandre Costa de Luna Freire. Constam nos anexos deste relatório, cópia do Ato N. 374/2019 e do Ofício n. 17/2019-GabALF, o qual solicita a prorrogação dos efeitos do ato até 19/12/2019.

Além dos gabinetes dos Desembargadores Federais, foram inspecionadas/visitadas as seguintes unidades: Secretaria Judiciária, Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários, Subsecretaria do Plenário, Divisão de Processamento das Causas de Competência das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas, Divisão de Protocolo, Registro e Distribuição, Subsecretaria de Precatórios, Escola de

Magistratura Federal da 5ª Região, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, Gabinete de Conciliação, além dos setores responsáveis pelas estatísticas e pelos sistemas judiciais eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região foram inicialmente levantados os dados estatísticos processuais e administrativos das Turmas. A Corte não conta com seções especializadas em sua organização interna e, por essa razão, a distribuição para cada turma é aleatória, e não faz distinção por matéria.

A análise processual foi feita por meio de amostragem, no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados aproximadamente 1.131 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações.

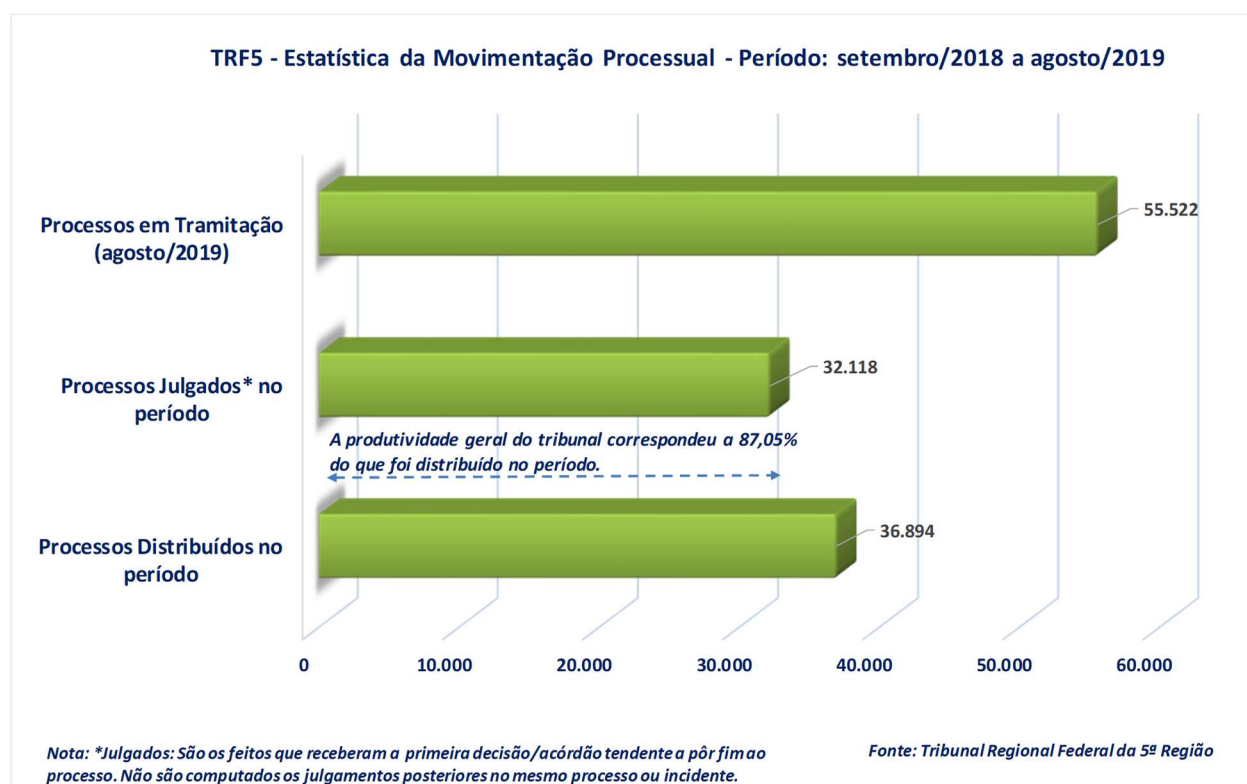
A avaliação conjunta da equipe da Corregedoria-Geral, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Numa primeira vertente, o trabalho de inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada, conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do CNJ. Para isso, nos termos do glossário da Resolução n. 398/2004, do Conselho da Justiça Federal, compreende-se como distribuição o total de processos protocolados no tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por produtividade define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por tramitação ajustada considera-se o número de processos em estoque, descontados os processos suspensos/sobrestados. Finalmente, por conclusão, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de setembro/2018 a agosto/2019, ou seja, os doze meses anteriores à etapa inicial da inspeção ocorrida em setembro de 2019, sendo considerado como dados oficiais aqueles fornecidos pelo Setor de Estatística vinculado à Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Isso considerado, registrou-se que a Corte recebeu 36.894 ações judiciais, que foram distribuídas entre as quatro turmas da Corte e seu órgão plenário. A divisão da distribuição processual entre os gabinetes foi equânime, com a remessa média de

3.075 processos, porquanto, como acima mencionado, não há especialização no Tribunal.

Quanto à produtividade, no mesmo período, o TRF da 5ª Região julgou globalmente o total de 32.118 processos, o que resulta em um percentual de produtividade média de 87,05%. Vale dizer, a Corte julgou uma quantidade de feitos menor que os distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito na forma a seguir:



O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

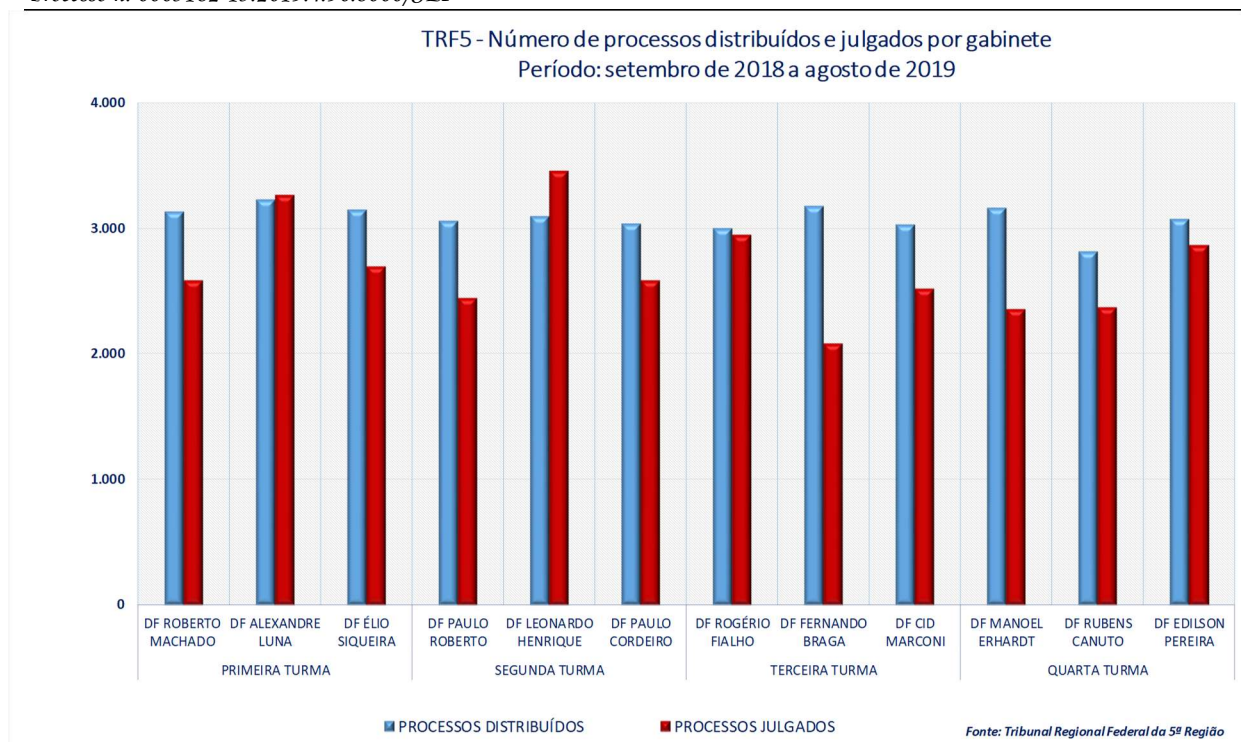
1ª Turma: produtividade de 90%, com 9.489 distribuídos e 8.533 julgados;

2ª Turma: produtividade de 92%, com 9.174 distribuídos e 8.474 julgados;

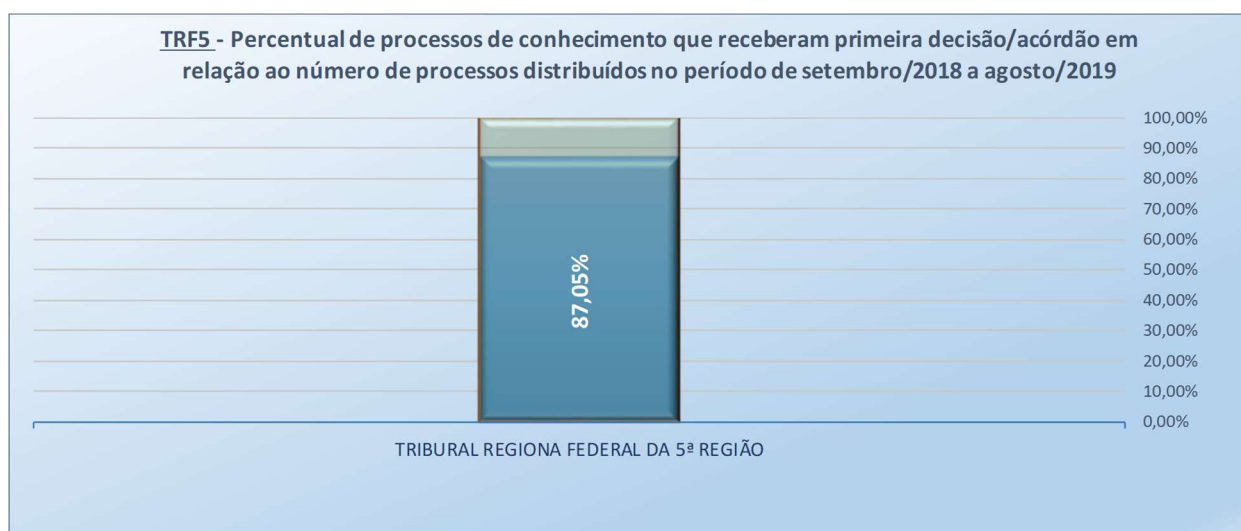
3ª Turma: produtividade de 82%, com 9.195 distribuídos e 7.532 julgados;

4ª Turma: produtividade de 84%, com 9.036 distribuídos e 7.579 julgados;

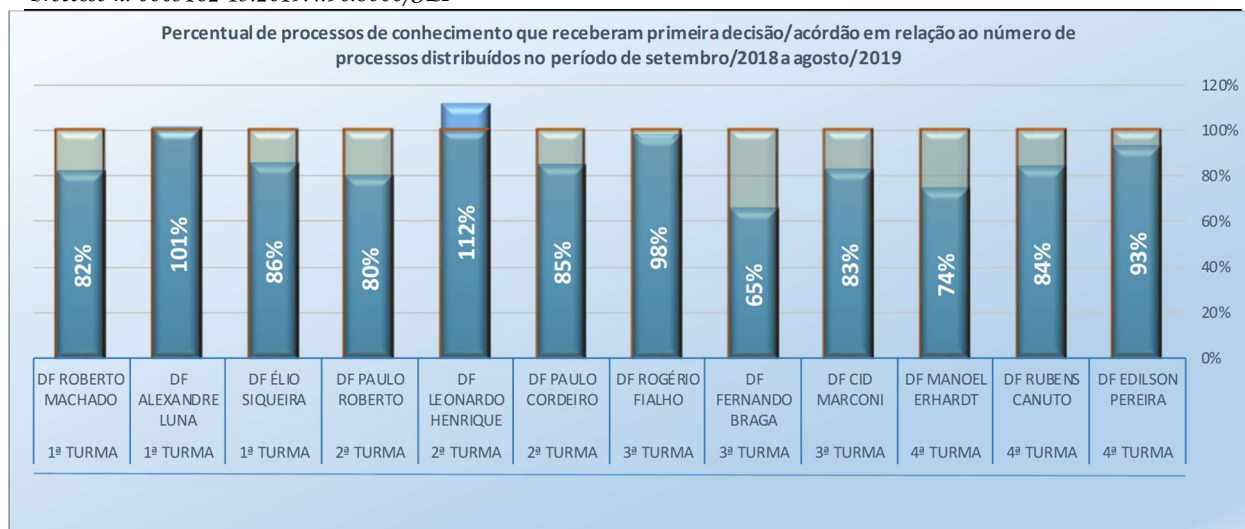
A relação entre a distribuição e o julgamento nas quatro turmas está visualmente representada nos gráficos a seguir:



Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2018, quando a produção do Tribunal era inferior ao número de processos distribuídos em 5.351 feitos<sup>1</sup>, verifica-se que o desempenho permanece na mesma tendência de não cumprimento do que determina a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça. Os gráficos a seguir retratam o percentual, em todo o tribunal e por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos no período de setembro de 2018 a agosto de 2019 (Meta1/CNJ).



<sup>1</sup> Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2017/2018) 35.073 processos e foram julgados 29.722 processos.



O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de um diagnóstico adequado da gestão processual, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação ajustada na Corte em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas turmas e na vice-presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os feitos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

Nesses termos, apurou-se a existência de 55.522 processos em tramitação no TRF da 5ª Região, conforme é possível observar no quadro a seguir:

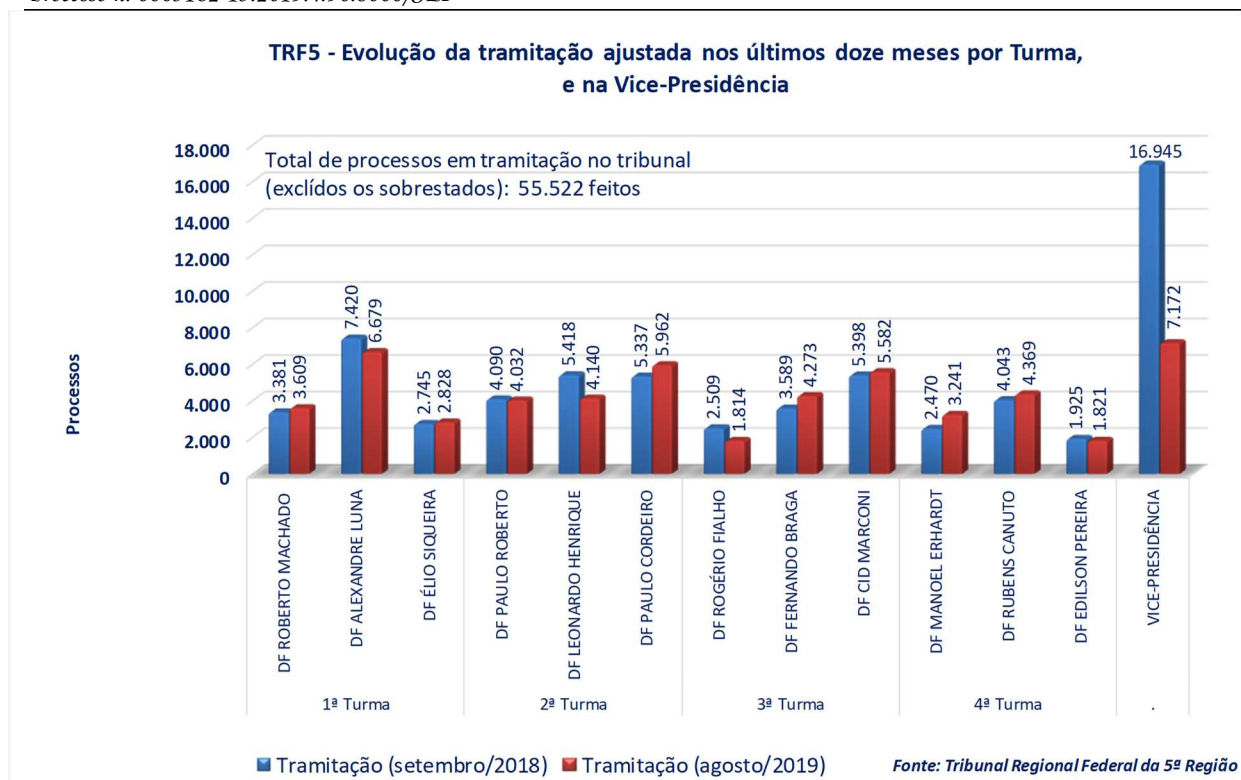
**Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 5ª Região**  
**Posição: maio/2019**

Órgãos	Tramitação Ajustada	% de processos em relação ao total
Vice-Presidência	7.172	12,92%
1ª Turma	13.116	23,62%
2ª Turma	14.134	25,46%
3ª Turma	11.669	21,02%
4ª Turma	9.431	16,99%
<b>Total de processos</b>	<b>55.522</b>	<b>-</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

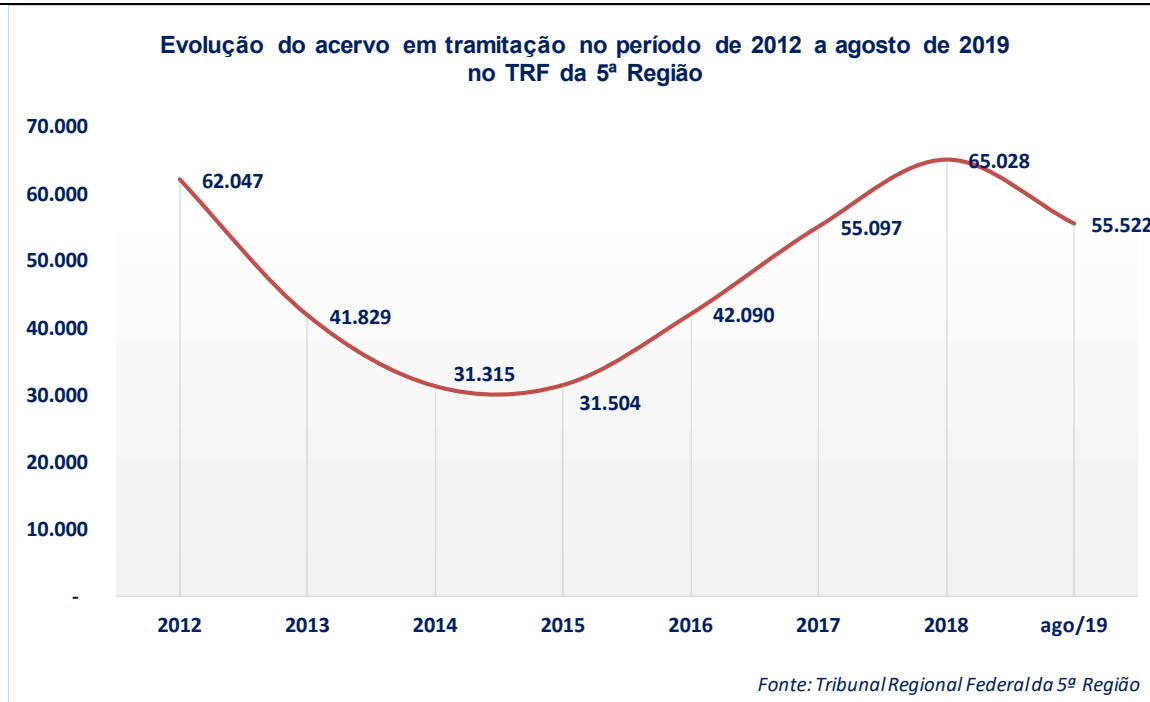
Ao analisar a tramitação ajustada de maneira mais detalhada percebe-se, conforme resultado apresentado no gráfico a seguir, que o Tribunal registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores (7 gabinetes), no período de setembro/2018 a agosto/2019, pequena elevação do acervo. Na contramão desse aumento, destaque-se a importante redução de 58% dos feitos em andamento na Vice-Presidência, o que contribuiu decisivamente para a diminuição do número de processos em tramitação em toda a Corte.

No total, o tribunal possui 55.522 processos ativos, percebendo redução de 14,93% no número de feitos em tramitação nos últimos 12 meses (redução de 9.748).



Obtidos os indicadores de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de setembro de 2018 a agosto de 2019, quando teve lugar a inspeção, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada no ano de 2012 a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação a sua eficiência.

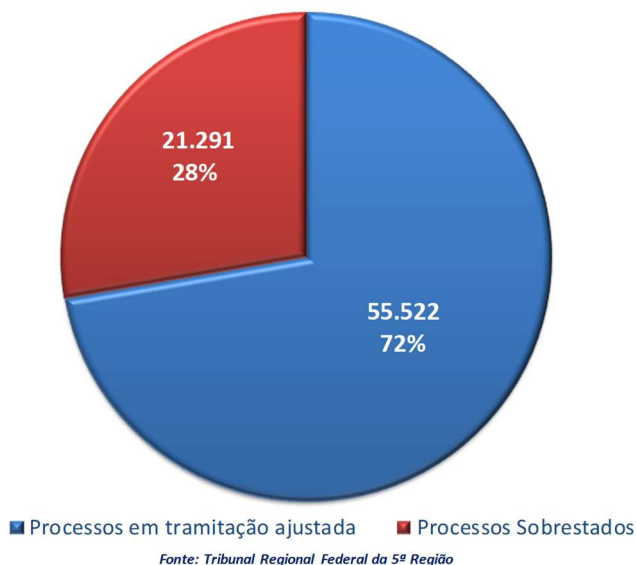
Nesse contexto, observa-se que o acervo ajustado do TRF da 5ª Região era decrescente no período de 2012 (62.047 processos) a 2014 (31.315 processos). No período posterior, de 2015 a 2018, o estoque atingiu um crescimento de 106,41%, momento em que ocorreu a inversão da curva de tramitação. Em 2018, havia um acervo de 65.028 processos em andamento, caindo para 55.522 em agosto de 2019. O gráfico a seguir demonstra tal realidade.



Ressalte-se que, para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos suspensos ou sobrestados.

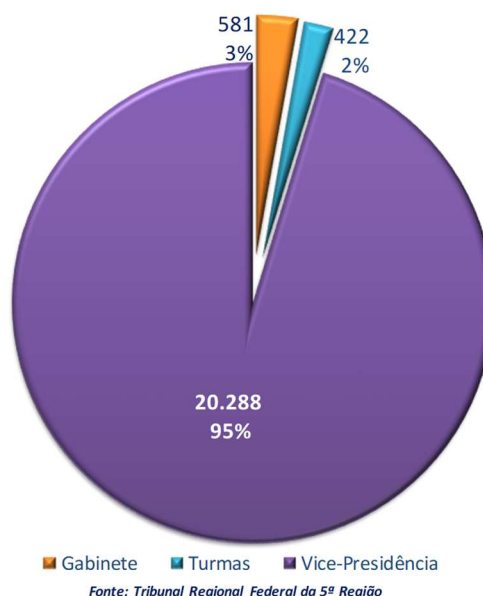
O tribunal possui, globalmente, 76.813 processos em tramitação, dos quais 21.291 (38,3%) estão suspensos/sobrestados.

**TRF5 - Processos em tramitação e sobrestados no tribunal**  
 Posição: agosto/2019



Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 3% (581) estão localizados nos gabinetes, 2% (422) nas turmas e 95% (20.288) na vice-presidência.

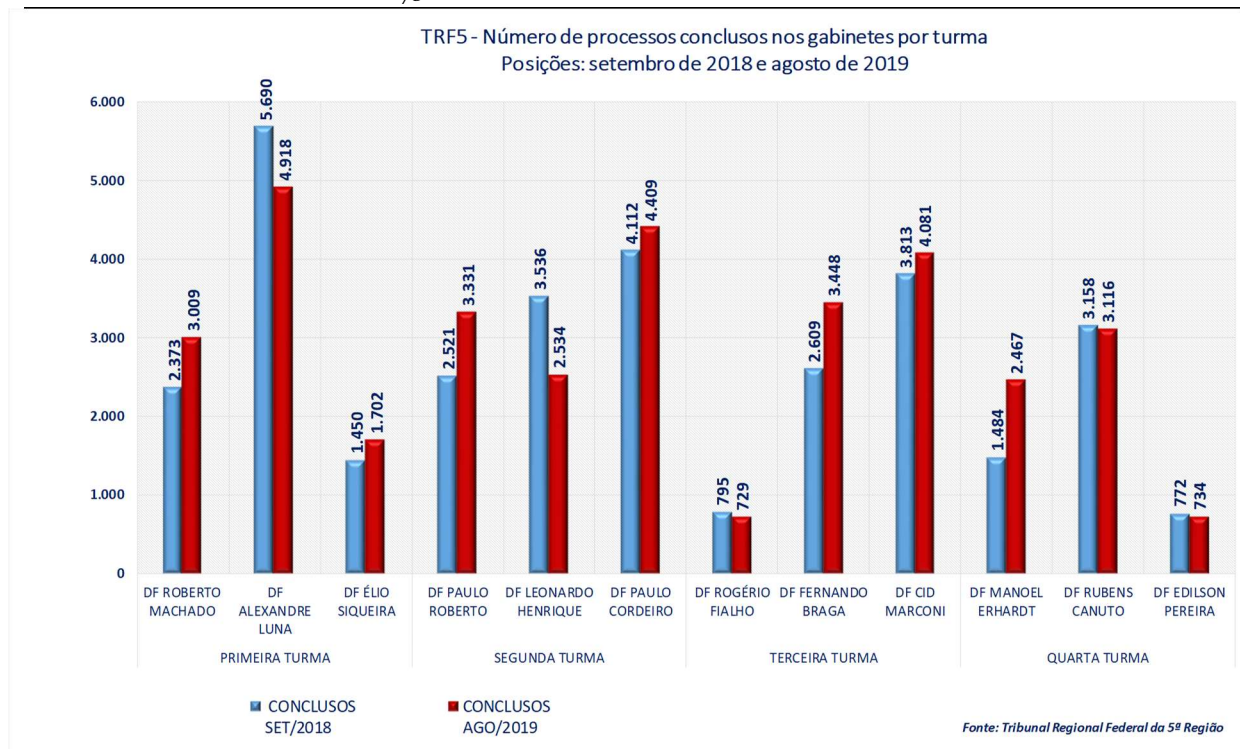
TRF5 - Processos sobrestados nos gabinetes, nas turmas, e na vice-presidência do tribunal  
Posição: agosto/2019



O quarto indicador trata da análise comparada dos processos conclusos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

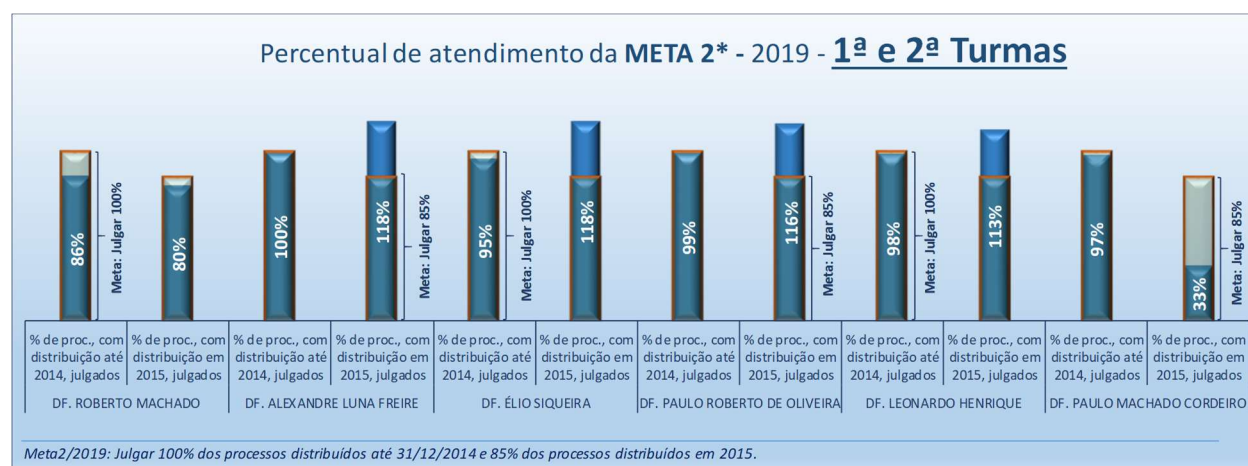
Para fins comparativos, seguem os gráficos que ilustram a evolução do acervo de processos conclusos por unidade, nas datas de setembro/2018 e agosto/2019, destacando-se que, na média, o tribunal apresenta 2.873 processos conclusos por gabinete, excluindo-se, aqui, os acervos dos Desembargadores Federais Presidente e Vice-Presidente, considerando que possuem dinâmica diferente de julgamento.

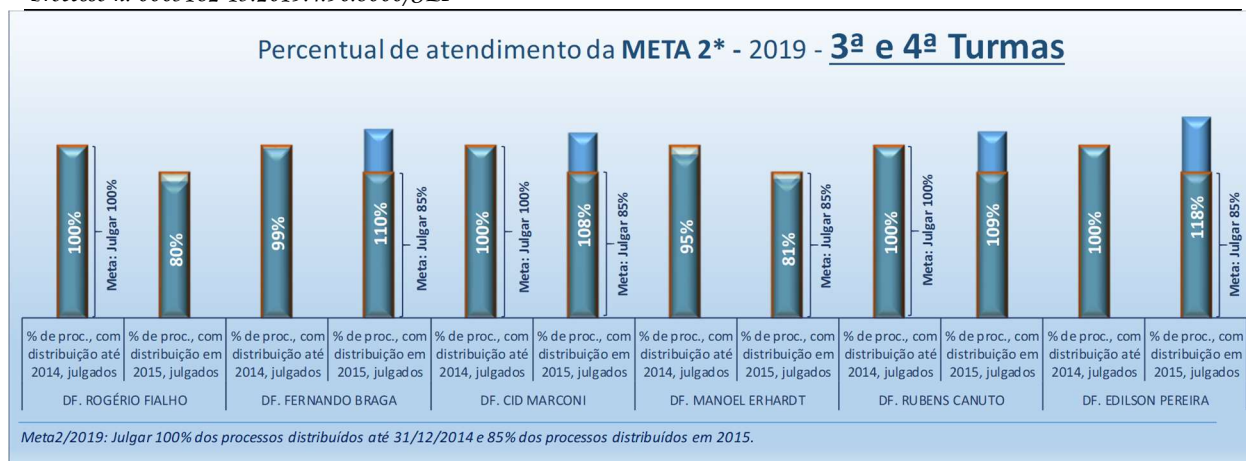




Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual, o perfil geral do acervo de processos, por gabinete, sem julgamento e por tempo de tramitação, em que é considerada a data de distribuição originária no tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2019 do CNJ (processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2014 e sem primeiro julgamento), que, em agosto de 2019, somavam 301 em tramitação, o que corresponde a 0,54% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

Os gráficos abaixo demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2019, por gabinete, em que a primeira coluna, do respectivo gabinete, corresponde ao percentual de processos com distribuição até 2014 e que foram julgados até a presente data, e a segunda coluna o percentual de processos com distribuição em 2015 e que já receberam o primeiro julgamento.





Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que, em relação à Meta 3/2019 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 5% de processos conciliados em relação aos feitos distribuídos, a Corte Regional conciliou 187 feitos, ou seja, 0,51% dos distribuídos no tribunal.

Feitas essas colocações, é importante ressaltar que a inspeção não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas, busca igualmente elaborar um diagnóstico amplo de cada Corte Regional.

Assim, além da radiografia da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar as mais variadas experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com sua posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, é de se registrar o esforço e o esmero do Tribunal Regional Federal da 5ª Região nas seguintes áreas de interesse:

### Presidência

- Plano voltado à economia de energia com a instalação de placas fotovoltaicas com a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE. Trata-se do primeiro projeto de energia solar no âmbito dos TRFs e realizado sem custos para o Tribunal.

### Corregedoria

- Incentivo à conciliação no âmbito da 5ª Região por meio da Coordenação do Centros de Conciliação nas Seções e da Condução do Gabinete Permanente de Conciliação para os processos do 2º Grau.

## **Secretaria Judiciária**

- Realização de reuniões periódicas com os gabinetes e as secretarias para planejar e otimizar a realização das atividades;
- Realização de planejamento alinhado com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, adequado ao planejamento estratégico do CNJ e do CJF;
- Manutenção, sempre atualizada, de norma que disciplina os atos ordinatórios que podem ser realizados pelos diretores das secretarias; e
- Utilização da ferramenta *BI* para gestão e planejamento das atividades.

## **Subsecretaria de Precatórios**

- Aprimoramento permanente dos sistemas, de modo a garantir maior segurança e eficiência no processamento e no pagamento dos requisitórios;
- Capacitação dos servidores das varas e da Subsecretaria de Precatórios, por meio presencial e por videoconferência;
- Criação de regras de controle para evitar a emissão e o pagamento de RPVs/PRCs indevidos;
- Realização de mapeamento de Processos, com o objetivo de simplificar e otimizar os recursos disponíveis;
- Mapeamento e gestão de riscos;
- Mapeamento de indicadores de desempenho das varas; e
- Mapeamento preliminar do Plano de Continuidade do Negócio.

## **Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais**

- Fixação e divulgação das teses da TRU para os Juízes e assessores que atuam no microsistema processual dos Juizados Especiais Federais;
- Pesquisa, acompanhamento e divulgação das teses fixadas na TRU o que viabiliza a uniformização da jurisprudência e eventual revisão; e
- Encaminhamento de informativo de cada sessão para as TRs para aplicação dos entendimentos firmados.

## **Gabinete da Conciliação**

- Expansão da prática da conciliação em ações sobrestadas;
- Aumento do número de processos por mutirão;
- Mudança na rotina de movimentação dos processos para maior agilidade na sua tramitação; e

- Realização de reuniões com a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, Advocacia-Geral da União e Caixa Econômica Federal para definição do procedimento e das matérias passíveis de conciliação.

## **DETERMINAÇÕES**

Além das recomendações contidas nos relatórios de cada unidade inspecionada, a Corregedoria-Geral determina também ao Sr. Presidente do TRF da 5ª Região as seguintes providências:

- Sempre que houver alteração das partes do processo no PJe, constar lançamento de movimento de “Retificação da Autuação”, bem como fazer a verificação de prevenção;

- Promover a integração dos sistemas judiciais com os sistemas dos demais órgãos que interagem com os sistemas judiciais da 5ª Região e que ainda não possuam integração com o sistema PJe, utilizando, sempre que possível, o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), em detrimento de outras soluções não padronizadas;

- Durante o exame dos processos objetos da presente inspeção, constatou-se falta de controle adequado quanto àqueles submetidos à revisão. Verificou-se a prática de envio dos processos ao revisor sem o devido lançamento de fase processual, além de longo período até inclusão em pauta, a qual tem sido feita pelos próprios relatores, em contrariedade ao disposto no art. 31, III, do Regimento Interno do Tribunal e art. 613, I, do CPP. Tal sistemática não permite a aferição de eventual atraso, se do relator ou revisor. Assim, recomenda-se, nesse sentido, a necessária observância ao disposto no art. 31, III, do Regimento Interno do TRF5 e art. 613, I, do CPP, inclusive procedendo-se ao devido ajuste no sistema processual; e

- Cumprir todas as recomendações contidas nos relatórios de áreas e unidades inspecionadas.

## **D. UNIDADES JURISDICIONAIS**

### **I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO**

#### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal VLADIMIR SOUZA CARVALHO**

### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

#### **2.1. Denominação da unidade:**

Presidência do TRF5, incluindo a Assessoria Especial da Presidência, a Assessoria Jurídica da Presidência, a Chefia de Gabinete da Presidência, a Secretaria Especial da Presidência, e a Divisão de Comunicação Social e Cerimonial.

#### **2.2. Competência:**

A Presidência tem atribuição para (i) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidindo as sessões plenárias e as do Conselho de Administração; (ii) decidir sobre: a) pedidos de suspensão de execução de medida liminar ou de sentenças proferidas em ações movidas contra o Poder Público; b) durante o recesso do Tribunal, processos com pedido de liminar em *habeas corpus* e demais questões judiciais urgentes; e c) expedição de ordens de pagamentos devidos pela Fazenda Pública; (iii) baixar as resoluções e instruções normativas referentes às deliberações do Plenário e aos atos indispensáveis à disciplina dos serviços e da polícia do Tribunal; (iv) adotar providências necessárias à elaboração da proposta orçamentária do Tribunal e da Justiça Federal de primeira instância; (v) assinar atos de licença e demais atos relativos à vida funcional dos servidores, entre outros.

### **3. RECURSOS HUMANOS**

#### **3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

O mandato é de um biênio. A posse da nova Presidência deu-se em 3/4/2019. Antes, o Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho compunha a 2ª Turma desta Eg. Corte (Gabinete 5).

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Juíza Federal Auxiliar da Presidência: Joana Carolina Lins Pereira (desde abril de 2017).

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Inácio Almeida Galindo, chefe de Gabinete da Presidência.

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
18 servidores efetivos	Alexandre Milton Prazeres da Costa, André Gonçalves Garcia, Débora de Oliveira Lobo Crispino, Inácio Almeida Galindo, Iran Evangelista, Jeilse Mendonça de Almeida, João Bosco Fonseca Coelho, José Francisco Macena, José Josélio da Silva, Josielyne Santiago de França Barbosa, Juliana Gouveia Galvão, Lucas Raphael de Oliveira Pereira e Silva, Maria Alice Pinto Giordano, Maria de Lourdes Paula de Lacerda, Nilo da Silva Moraes Júnior, Rachel Pacheco Hopper Guimarães, Renato Dantas de Holanda Cavalcanti e Rondon Veloso da Silva
1 servidora sem vínculo	Isabelle de Almeida Câmara
2 estagiários de nível médio	Flavia Alessandra Barros de Paula e Michele Graziela Moreira dos Santos
7 estagiários de nível superior	Aline Cecília Vieira de Lira, Ellen Karolayne Tavares da Silva, Marina Miranda Barbosa, Mayara Soares Amâncio, Raiane Rodrigues da Silva Lima, Rivaldo dos Santos Lopes e Sérgio Emanuel de Arruda Santos
14 servidores requisitados	Alexandre Farias Rodrigues de Sena, Bruno Brito de Azevedo, Carlos Alberto Alves Barreto, Eduardo Jorge Vaz Bezerra, Francismar Ribeiro Lopes, Geraldo Alves da Silva Júnior, João Aurélio Oliveira Alves de Souza, Lorena Mascarenhas Vasconcelos, Maria Carolina Castelo Branco de Oliveira, Maria Clara da Costa Pinto Moreira, Nancy Moreira de Barros Freitas,

Nivaldo Carneiro da Silva, Regina Célia Lucas  
Couceiro e Sônia Maria Oliveira de Lima

#### 4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

##### 4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Este é o trecho final do último relatório de inspeção alusivo ao Gabinete da Presidência: - Não foram feitas recomendações específicas.  
- Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.  
Recomendações gerais para o TRF5: a) ações específicas de redução de acervo e tempo de tramitação processual nas unidades em que a situação seja discrepante da existente na média do Tribunal; b) providenciar, dentro do possível, a lotação de servidores e o preenchimento de funções/cargos comissionados desocupados em alguns gabinetes, o que está impactando no aumento do acervo dessas unidades; c) rever a estrutura de pessoal para composição mínima própria para a Vice-Presidência, a fim de evitar a interrupção do fluxo de trabalho e manter a memória da unidade; d) melhorar os procedimentos de controle de prevenção; e) tomar providências para eliminar a manipulação de dados críticos por parte dos terceirizados; f) cumprir todas as recomendações contidas nos relatórios de áreas e unidades.

##### 4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Quanto às recomendações gerais, temos a informar: a) sobre ações específicas de redução de acervo em algumas unidades, a Presidência não possui ingerência sobre as atividades dos gabinetes, subordinadas que estão apenas às diretrizes fixadas pelos respectivos desembargadores, cabendo à Presidência, tão-somente, acompanhar o desempenho e fiscalizar o cumprimento das metas do CNJ; b) os cargos vagos identificados por ocasião da última inspeção já foram preenchidos; c) quanto à composição mínima da Vice-Presidência, é mantida uma equipe fixa no Núcleo de Assessoramento Permanente e no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP; d) foram aperfeiçoados, adotando-se os critérios adicionais sugeridos pela Corregedoria; e) tem sido priorizada a nomeação de servidores para a Subsecretaria de Informática; f) a Presidência tem monitorado o atendimento das recomendações.

##### 4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

A despeito das nomeações de servidores para a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, a dependência dos serviços prestados pelos terceirizados ainda é elevada. Recentemente, foram transformados mais dois cargos para a especialidade de TI, cargos estes, entretanto, que ainda não puderam ser providos, eis que decorrentes de aposentadoria.

## 5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 5.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A implantação do sistema de *Business Intelligence* - BI tem facilitado a gestão de processos nos gabinetes (cite-se, por exemplo, o projeto denominado "Gestão na Ponta dos Dedos") e o acompanhamento do cumprimento das metas do CNJ. A ferramenta "Júlia", de busca de precedentes judiciais na base do PJe, assim como a ferramenta "Iana", que busca os documentos administrativos, têm auxiliado na realização das pesquisas. A implantação do PJe "Mobile" foi muito bem recebida pelos magistrados, permitindo o acesso ao sistema por meio de celulares e tablets. A grande dificuldade tem decorrido da vedação à reposição de servidores. Em relação aos recursos, importante mencionar haver o TRF5 sido contemplado no último edital de projetos de eficiência energética da Celpe (companhia distribuidora de energia), mediante o qual a aludida empresa destina parte de seu orçamento à implantação de projetos pelos setores público e privado. O TRF5 apresentou projeto de instalação de placas fotovoltaicas.

## 6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0017508-85.1997.4.05.0000	10/6/1997	11556 - Suspensão de Segurança
Observação/Providência: Os autos foram localizados no arquivo, embora conste como última localização o Gabinete da Assessoria da Presidência. Permaneceram em arquivo de 1998 a 2007, quando, segundo a movimentação do sistema, teriam sido retirados. Visto que não há requerimento a ser apreciado, permanecerá no arquivo, com retificação da localização.		
0000424-70.2017.4.05.0000	21/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo da Vice-Presidência, despachado pelo Vice-Presidente em 26/8/2019. Despacho publicado em 4/9/2019.		

## 7. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 2 processos selecionados, ambos foram inspecionados. O processo n. 0017508-85.1997.4.05.0000 foi baixado, e o n. 0000424-70.2017.4.05.0000 encontra-se regularizado.

## 8) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Com o início da gestão referente ao biênio iniciado em 3/4/2019 (2019/2021), o Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho assumiu a Presidência do Tribunal Federal Regional da 5ª Região.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Presidente, pela Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira



(em auxílio à Presidência desde abril de 2017 – Ato nº 104/2017) e pela Assessora Especial da Presidência Maria Alice Pinto Giordano.

A atual gestão manteve a estrutura anterior e conta com 18 servidores efetivos, 1 servidora sem vínculo, 9 estagiários e 14 servidores requisitados, distribuídos na Assessoria Especial da Presidência (3 servidores), na Assessoria Jurídica da Presidência (8 servidores), na Chefia de Gabinete da Presidência (14 servidores), na Secretaria Especial da Presidência (4 servidores), na Divisão de Comunicação Social (12 servidores) e na Subsecretaria de Controle Interno (11 servidores). Apenas um servidor da Presidência foi cedido para a Diretoria-Geral. Há rigor no cumprimento da carga horária e sempre há servidores na Presidência, desde às 8h até pelo menos às 19h. Não há teletrabalho.

Quanto ao acervo judicial, este é bastante reduzido, em razão da própria competência estrita da Presidência (item 2.2), todavia há grande quantidade de expedientes administrativos em trâmite.

Existe a atenção e o enfoque prioritário da atual gestão para o tema da inovação tecnológica. Recentemente foi implementado o sistema de *Business Intelligence* – BI. O sistema prioriza a gestão de processos nos gabinetes, gera relatórios estatísticos e gerenciais, facilita o acesso e compartilhamento de informações, identifica desperdícios e equívocos e auxilia o acompanhamento do cumprimento das Metas do CNJ.

O TRF5 trabalha com cinco sistemas: PJe da 1ª e 2ª instâncias, Esparta, Creta e PJe Nacional. Diante de tal quadro, o sistema BI consolida informações desses sistemas judiciais e administrativos. Estão sendo implementados o projeto "Gestão na Ponta dos Dedos" e as ferramentas de pesquisa "Júlia" (de busca de precedentes judiciais na base do PJe) e "Iana" (de busca de documentos administrativos e atos normativos expedidos pelo TRF5, CJF e CNJ).

Com a implantação do PJe "Mobile", foi permitido aos magistrados o acesso ao sistema por meio de celulares e tablets. Atualmente, há 77 mil processos em trâmite no TRF5, dos quais 80,02% são eletrônicos e 19,98% são físicos. Recente Resolução da Presidência determinou que todos os autos advindos do 1º grau devam subir à Corte totalmente digitalizados.

No ano passado, foi criado o SNCTP (Sistema Nacional de Controle de Transferência de Presos) que foi encampado pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (Resolução CJF nº 533/2019). E, em julho de 2019, foi definitivamente implantado o SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado).

O processamento e pagamento de RPV's e de precatórios são totalmente eletrônicos.

O TRF5 tem desenvolvido funcionalidades em colaboração com o CNJ para o PJe Nacional.

Recentemente houve a implementação da automatização do fluxo cartorário, especialmente quanto aos processos sobrestados por repercussão geral e/ou recurso repetitivo. A automatização é positiva e contribui para melhorar a celeridade dos processos, aumentar a assertividade e diminuir o número de servidores de Secretaria.

Em face da contenção orçamentária e da Emenda Constitucional do teto de gasto (EC 95), o TRF5 enfrenta, como os outros tribunais regionais, o problema da reposição de servidores que se aposentam. A proposta da atual gestão é procurar vencer tal desafio reestruturando o quadro para adaptá-lo à realidade do processo eletrônico. Não se optou, pelo menos por ora, em unificar secretarias de Turmas e sim por melhorar a área de TI para suportar as novas demandas.

O Presidente mostra-se zeloso com o equacionamento de outros óbices oriundos da citada contenção orçamentária e tem envidado esforços para que seja concluído o projeto voltado à economia de energia com a instalação de placas fotovoltaicas com a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE. Trata-se do primeiro projeto de energia solar no âmbito dos TRFs e realizado sem custos para o Tribunal.

A Resolução ANEEL nº 556/2013 determinou à CELPE aplicar percentual de seu orçamento de investimento em projetos de eficiência energética, selecionados através de chamada pública. Assim, o TRF5 e a Seção Judiciária de Pernambuco habilitaram seus projetos na Chamada Pública REE nº 001/2019 e, conforme resultado divulgado pela CELPE em 29 de julho de 2019, lograram a aprovação de recursos no valor total de R\$ 2.155.539,47, o que viabilizará a instalação de placas fotovoltaicas na sede do Tribunal e nas Subseções de Garanhuns, Palmares, Arcoverde, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina.

Há diversos projetos em andamento voltados para a adoção da inteligência artificial e da robotização para apoiar os magistrados e suas assessorias.

Em relação a gabinetes com excesso de feitos, a Presidência editou o ato 374/2019, submetido e aprovado pelo Plenário, convocando dois juízes para auxílio no gabinete do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire.

## **9) RECOMENDAÇÕES**

a) Como a implantação e instalação de placas fotovoltaicas é projeto inovador, e altamente elogiável, recomenda-se que seus resultados venham a ser reportados ao CJF, oportunamente, para eventual replicação em outros órgãos;

b) Atento à recomendação da inspeção anterior, após findo o prazo de convocação referido no Ato 374 da Presidência, recomenda-se que o TRF5 estude a renovação do Ato (ou a sua replicação), à luz de sua autonomia e dos resultados alcançados;

c) Recomenda-se estudos para a criação de uma Central de Atendimento ao Público, com foco inclusive em atendimentos telefônicos, além dos presenciais, a fim

de prestar informações e esclarecimentos processuais, filtrando o excesso de ligações recebidas pelos gabinetes, de modo a repassar a estes últimos apenas as chamadas estritamente necessárias;

d) Considerando o reduzido número de processos encaminhados ao Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos, recomenda-se o fortalecimento da estrutura, pois as iniciativas para conciliação em segundo grau têm alcançado bons resultados, e a conciliação é objeto de Meta definida pelo CNJ;

e) Durante o exame dos processos objetos da presente inspeção, constatou-se falta de controle adequado quanto àqueles submetidos à revisão. Verificou-se a prática de envio dos processos ao revisor sem o devido lançamento de fase processual, além de longo período até inclusão em pauta, a qual tem sido feita pelos próprios relatores, em contrariedade ao disposto no art. 31, III, do Regimento Interno do Tribunal e art. 613, I, do CPP. Tal sistemática não permite a aferição de eventual atraso, se do relator ou revisor. Assim, recomenda-se, nesse sentido, a necessária observância ao disposto no art. 31, III, do Regimento Interno do TRF5 e art. 613, I, do CPP, inclusive procedendo-se ao devido ajuste no sistema processual;

f) Sempre que houver alteração das partes do processo no PJe, constar lançamento de movimento de “Retificação da Autuação”, bem como realizar a verificação de prevenção; e

g) Promover a integração dos sistemas judiciais com os sistemas dos demais órgãos que interagem com os sistemas judiciais da 5ª Região e que ainda não possuam integração com o sistema PJe, utilizando, sempre que possível, o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), em detrimento de outras soluções não padronizadas.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**  
**Desembargador Federal JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES**

**1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

**2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete da Vice-Presidência

**2.2. Competência:**

A Vice-Presidência tem atribuição para: (i) substituir o Presidente nas férias, licenças, ausências e impedimentos eventuais; (ii) integrar o Plenário e o Conselho de Administração, inclusive nas funções de relator e de revisor, se for o caso; (iii) dirigir os processos de execução nos feitos de competência originária do Tribunal e nas ações rescisórias extintas sem resolução do mérito ou julgadas improcedentes, bem como respectivos embargos. Por delegação do Presidente: (i) auxiliar na supervisão e fiscalização de serviços da Secretaria do Tribunal; (ii) resolver as dúvidas que lhe forem suscitadas relativas à distribuição dos feitos de competência do Plenário e das turmas; (iii) representar o Tribunal em solenidades realizadas no âmbito dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, quando, pelo protocolo, não for obrigatória a presença do Presidente; (iv) decidir sobre: a) a admissibilidade de recurso especial e do recurso extraordinário, resolvendo os incidentes correlatos que se suscitarem; b) a expedição de ordens de pagamento devido pela Fazenda Pública Federal, nos termos do art. 100 da Constituição Federal; e c) o pedido de sequestro, nos termos do § 6º do artigo 100 da Constituição Federal.

**3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Lázaro Guimarães.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

O mandato é de um biênio. A atual gestão iniciou-se em 3/4/2019, e então tomou posse como Vice-Presidente o Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto. Em razão de o Desembargador Rubens Canuto assumir a função de

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, em agosto de 2019, nova eleição fez com que o Desembargador Federal Lázaro Guimarães assumisse a Vice-Presidência. Antes, o Desembargador Federal Lázaro Guimarães compunha a 4ª Turma desta Eg. Corte (Gabinete 10).

### 3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

De abril a agosto de 2019: Desembargador Federal Rubens Canuto.  
Desde 29/8/2019, atua como convocado, para auxiliar a Vice-Presidência, o Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá (Ato n. 345/2019). No período do Desembargador Rubens Canuto, atuou como Juiz auxiliar o Juiz Federal Carlos Vinicius Nobre.

### 3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Adilson Ferreira de Lima, Chefe de Gabinete

3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	Requisitados de outros órgãos: 3

## 4. DADOS ESTATÍSTICOS

### 4.1. Distribuição geral do acervo (Posição em 31/8/2019):

Processos conclusos	1.618
Processos em tramitação	1.938
Processos suspensos/sobrestados	3
Processos conclusos com réu preso	3
Processos conclusos com prioridades legais	273

### 4.2. Evolução do acervo no último ano:

Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.890
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.545
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1

<b>4.3. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	24
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos ao exame do colegiado	0

<b>4.4. Processos conclusos por última conclusão:</b>	
Ano atual	185
Ano anterior	672
2º ano anterior	323
3º ano anterior	195
4º ano anterior	104
5º ano anterior ou mais antigo	42

<b>4.5. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Acervo em tramitação (ao final do mês anterior)	1.938
Acervo em tramitação (início do 12º mês anterior à inspeção)	10.272
Total de Processos despachados	Informação não disponível nos sistemas informatizados da Corte.

<b>4.6. Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses:</b>	
Admitidos - art. 1.030, V, CPC	Informação não disponível nos sistemas informatizados da Corte.
Negado seguimento - art. 1.030, I, CPC	Informação não disponível nos sistemas informatizados da Corte.
Encaminhados para retratação - art. 1.030, II, CPC	Informação não disponível nos sistemas informatizados da Corte.
Sobrestados - art. 1030, III, CPC	Informação não disponível nos sistemas informatizados da Corte.

<b>4.7. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	97
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Informação não disponível nos sistemas informatizados da Corte.

Total de feitos não regularizados	Prejudicado
-----------------------------------	-------------

## 5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Proceder à baixa no sistema: 0008029-75.2007.4.05.8000. Número do processo aparece em duplicidade na lista de inspeção. Providência: dar baixa na distribuição no tocante à apelação cível. Quanto ao andamento processual em si, verifica-se que o processo se encontra rigorosamente em dia.

### 5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Processo baixado.

### 5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há pendências.

## 6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O aprimoramento dos sistemas informáticos é medida que se impõe, porém, considerando que o quadro de servidores se mantém o mesmo há 30 anos, o colapso do sistema judicial é apenas uma questão de tempo.

## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000428-15.2014.4.05.0000	4/2/2014	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0001337-90.2008.4.05.8302	7/5/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão já publicado.		
0034190-18.1997.4.05.0000	3/10/1997	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado para prioridade.		
0100742-76.2008.4.05.0000	6/11/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0000321-76.2014.4.05.8501	26/4/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Recurso extraordinário não admitido.		
0812069-25.2018.4.05.0000	8/8/2018	428 - Revisão Criminal

Observação/Providência: Apreciação de recurso já efetivada.		
0001020-84.1999.4.05.0000	13/1/1999	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo destacado para prioridade.		
0057176-58.2000.4.05.0000	29/11/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo encaminhado para prioridade.		
0001871-60.2003.4.05.9999	9/10/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo destacado para prioridade.		
0025681-88.2003.4.05.0000	16/9/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso especial não admitido.		
0000174-03.2018.4.05.0000	24/4/2018	241 - Petição Cível
Observação/Providência: aberta vista à União.		
0001232-85.2016.4.05.9999	16/5/2016	1208 - Agravo
Observação/Providência: Acórdão já publicado.		
0002471-61.2015.4.05.9999	28/7/2015	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo destacado para prioridade.		
0006976-82.2000.4.05.8201	24/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encaminhado para Juízo de retratação.		
0071196-44.2006.4.05.0000	4/12/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0804079-22.2014.4.05.0000	13/10/2014	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0803587-93.2015.4.05.0000	15/7/2015	12078 - Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0017654-95.2005.4.05.8100	3/7/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recursos especiais e extraordinários já admitidos.		
0023620-73.2004.4.05.8100	8/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0000406-73.2011.4.05.8402	1º/7/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0808002-71.2017.4.05.8400	25/04/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já enviado para o STJ.		
0811839-80.2018.4.05.0000	3/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Apreciação de recurso já efetivada.		
0801150-16.2012.4.05.8300	13/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase de apresentação de contrarrazões.		
0003116-45.2010.4.05.8000	4/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0008093-34.2002.4.05.8300	29/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encaminhado para Juízo de retratação.		

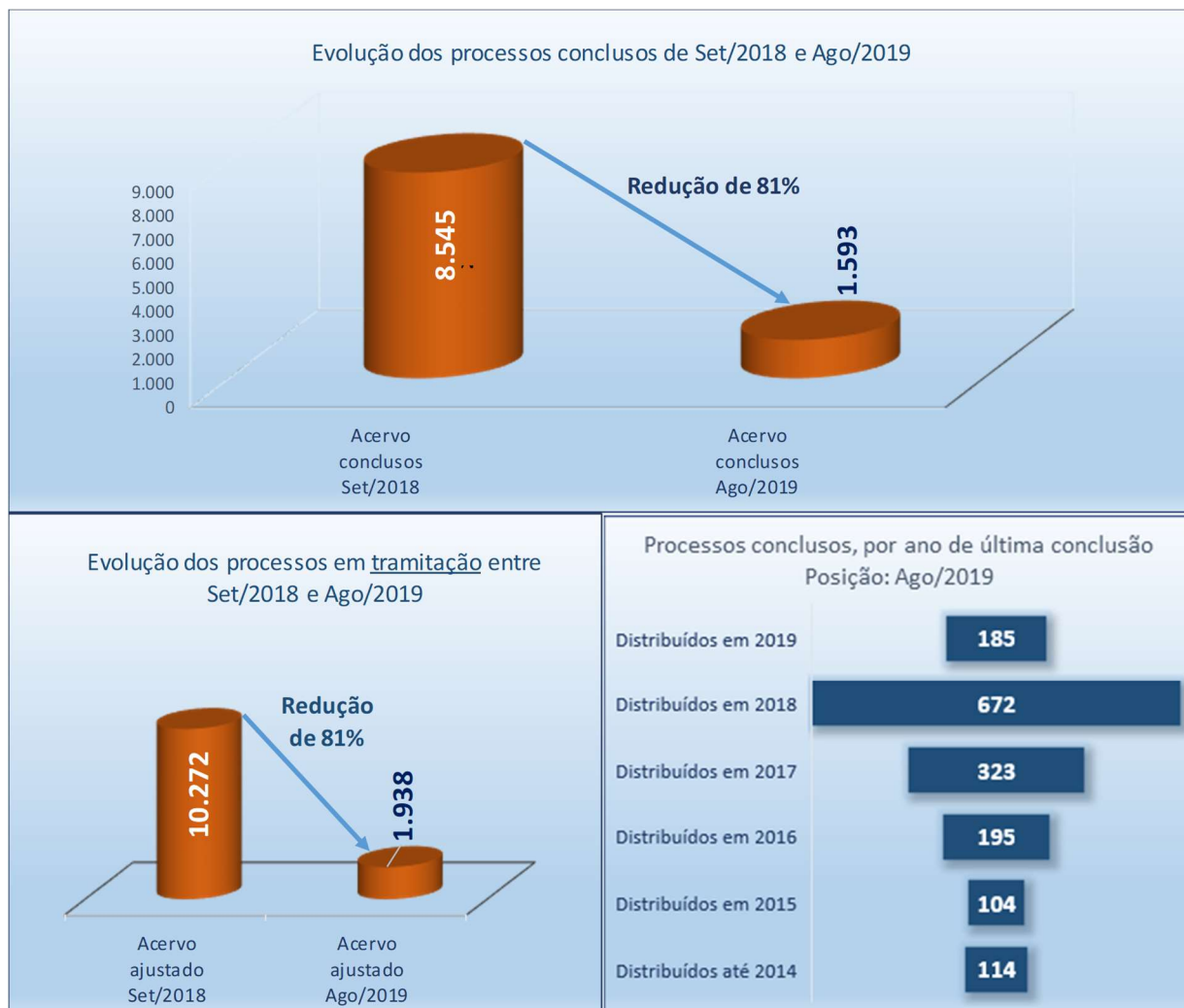


0808551-95.2016.4.05.0000	23/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo encaminhado para prioridade.		
0016433-14.2004.4.05.8100	19/6/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0808097-04.2017.4.05.8400	17/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apreciação de recurso já efetivada.		
0006965-71.2005.4.05.8300	20/3/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Homologado pedido de desistência.		
0000229-74.2013.4.05.8100	19/10/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0817168-73.2018.4.05.0000	10/12/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo encaminhado para prioridade.		
0001074-45.2000.4.05.8300	30/1/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo destacado para prioridade.		
0008733-70.2007.4.05.8200	25/3/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em que foi negado seguimento a recurso extraordinário.		
0017262-16.2000.4.05.8300	14/5/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em que se negou seguimento a recurso extraordinário.		
0003666-16.2005.4.05.8000	21/2/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso não conhecido.		
0014138-96.2007.4.05.8100	4/9/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em que foi negado seguimento a recurso extraordinário.		
0002958-65.2007.4.05.8300	15/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso especial a que se negou seguimento.		
0004597-05.2008.4.05.8100	8/9/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0004211-88.2014.4.05.9999	7/10/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0015574-53.2001.4.05.0000	24/4/2001	291 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo encaminhado para prioridade.		
0800075-19.2015.4.05.8305	12/8/2015	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0802248-11.2013.4.05.8200	23/4/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apreciação de recurso já efetivada.		
0800001-86.2011.4.05.8310	30/9/2013	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Apreciação de recurso já efetivada.		
0007924-08.2006.4.05.8300	27/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com vista ao Estado de Pernambuco.		
0804443-57.2015.4.05.0000	18/8/2015	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Apreciação de recurso já efetivada.		
0001056-96.2017.4.05.0000	14/9/2017	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo destacado para prioridade.		
0000491-69.2016.4.05.0000	19/4/2016	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0000186-27.2012.4.05.0000	26/3/2012	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo já em fase de cumprimento de sentença.		
0000300-34.2010.4.05.0000	22/8/2011	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0002545-53.2015.4.05.8500	17/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0000991-68.2015.4.05.8311	03/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0000271-37.2017.4.05.0000	23/0/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0001156-83.2012.4.05.8000	16/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso especial já admitido.		
0001414-27.2002.4.05.8200	19/7/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0002853-15.2014.4.05.0000	3/4/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso especial já inadmitido.		
0802903-08.2014.4.05.0000	25/7/2014	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0028206-38.2006.4.05.0000	14/6/2006	1114 - Execução Contra a Fazenda Pública
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva.		
0027940-90.2002.4.05.0000	30/10/2002	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso especial não admitido.		
0002089-59.2008.4.05.8400	25/11/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Encaminhado para Juízo de retratação. Retorno à Vice-Presidência em data próxima.		
0100743-61.2008.4.05.0000	7/11/2008	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de sentença.		
0020147-66.2001.4.05.8300	25/9/2002	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em pauta de julgamentos para 16/10/2019.		
0020226-45.2001.4.05.8300	23/10/2002	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em pauta de julgamentos para 16/10/2019.		
0020784-17.2001.4.05.8300	17/10/2002	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em pauta de julgamentos para 16/10/2019.		
0020177-04.2001.4.05.8300	25/9/2002	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em pauta de julgamentos para 16/10/2019.		

0020560-79.2001.4.05.8300	25/9/2002	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em pauta de julgamentos para 16/10/2019.		
0020621-37.2001.4.05.8300	17/10/2002	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em pauta de julgamentos para 16/10/2019.		

## 8. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 67 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

- julgar no prazo de 60 dias: 0002471-61.2015.4.05.9999 (embargos de declaração), 0808551-95.2016.4.05.0000 (embargos de declaração), 0002853-15.2014.4.05.0000 (agravo do art. 1042 do CPC) e 0802903-08.2014.4.05.0000 (impugnação ao cumprimento de sentença);

- b) no que tange ao processo n. 0000428-15.2014.4.05.0000, apreciar a petição de fl. 127, no prazo de 30 dias, tendo em vista o despacho de fl. 125;
- c) no que tange aos processos n. 0100742-76.2008.4.05.0000 e 0000186-27.2012.4.05.0000, dar regular prosseguimento ao feito, no prazo de 30 dias, tendo em vista os despachos de fls. 361/363 e fls. 5.069, respectivamente;
- d) no que tange aos processos n. 0000174-03.2018.4.05.0000 e 0025681-88.2003.4.05.0000, regularizar a situação no sistema, no prazo de 30 dias, já que os autos foram apensados aos autos dos embargos infringentes n. 0045072-77.2013.4.05.0000 e ao processo n. 0009435-64.2003.4.05.8100;
- e) no que tange ao processo n. 0001232-85.2016.4.05.9999, dar baixa no sistema, no prazo de 30 dias, tendo em vista que os autos físicos encontram-se na 2ª Vara de Catolé do Rocha;
- f) no que tange ao processo n. 0015574-53.2001.4.05.0000, dar regular prosseguimento ao feito, no prazo de 30 dias, tendo em vista as manifestações de fls. 403 e 404v;
- g) no que tange ao processo n. 0000712-84.2007.4.05.8401, dar regular prosseguimento ao feito, no prazo de 30 dias, ante o teor do ofício de fls. 727/728 e do despacho de fls. 730.
- h) no que tange ao processo n. 0000300-34.2010.4.05.0000, publicar a decisão de fl. 207, no prazo de 30 dias, que determinou a busca *online*, pelo sistema INFOJUD, de bens em nome do executado;
- i) no que tange ao processo n. 0001414-27.2002.4.05.8200, apreciar a petição de fls. 336, no prazo de 30 dias.

## 10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Lázaro Guimarães, pelo Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá e pelo Chefe de Gabinete Adilson Ferreira de Lima.

Como informado, a posse do Gabinete pelo Desembargador Federal Lázaro Guimarães como novo Vice-Presidente se deu em agosto de 2019 e, portanto, a equipe ainda está em período de adaptação. A significativa redução do acervo (apontada no item 8, acima) iniciou-se na gestão do Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza e está sendo mantida desde então.

A equipe conta com 19 servidores, dentre os quais 13 atuam na atividade-fim. Parte do Gabinete minuta decisões de admissibilidade dos recursos extraordinários e dos recursos especiais e a outra examina os processos de competência do Pleno e do Conselho de Administração. É elogiável a organização do Gabinete e a equipe que cuida do exame da admissibilidade dos recursos é dividida por matéria (administrativa, penal, tributária e previdenciária).

O Gabinete realiza, de imediato, triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. São fixadas metas individuais de produtividade e de resultados, variáveis de acordo com a dificuldade da matéria. Em média, cada servidor minuta de sete a oito decisões por dia. Dentre os servidores, dois deles realizam o teletrabalho, por apresentarem problemas de saúde.

O Gabinete sente a necessidade de que seja aprimorada a consolidação entre os sistemas processuais (Esparta, PJe dos 1º e 2º graus) para evitar situação de irregularidade.

Há processos sobrestados e eles derivam, fundamentalmente, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos, na sistemática da repercussão geral e nos incidentes de resolução de demandas repetitivas, sendo as principais: (i) Tema 6 do STF (*Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo*); (ii) Tema 1.011 do STF (*Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza*); (iii) Tema 118 do STF (*Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS*); (iv) Tema 1.002 do STF (*Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada*); (v) Tema 600 do STF (*Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia*); (vi) Tema 482 do STF (*Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença*); (vii) Tema 846 do STF (*Constitucionalidade da manutenção de contribuição social após atingida a finalidade que motivou a sua instituição*); (viii) Tema 985 do STF (*Natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal*); e (ix) Tema 444 do STJ (*Questiona a prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica*).

No tocante à dinâmica da unidade, observa-se o esforço em reduzir o acervo e dar andamento a aproximadamente 12.000 processos que estavam sobrestados (Tema 810 do STF). Para tanto, foi organizado mutirão específico em finais de semana. Em 19/10/2019, o Desembargador Federal Lázaro Guimarães acompanhou o mutirão para dar andamento aos feitos sobrestados que estavam aguardando julgamento do STF sobre o Tema 810, que trata da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública. A ação será repetida nos dias 26/10, 9/11, 23/11, 30/11, 7/12 e 14/12.

O atendimento às partes e aos advogados é feito através de agendamento, preferencialmente às segundas-feiras.

No que tange à recomendação da Inspeção CJP/2018, ela foi cumprida e não há pendência.

## 11. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações constantes no item 9;

b) Quanto à competência atribuída à Vice-Presidência (*dirigir os processos de execução nos feitos de competência originária do Tribunal e nas ações rescisórias extintas sem resolução do mérito ou julgadas improcedentes*), apenas a título de sugestão, o STF permite a declinação da execução para a primeira instância. O STJ, por sua vez, admite que os atos executórios possam ser delegados, por carta, ao juiz de primeiro grau, que depois do cumprimento devolverá o feito ao Tribunal. A conveniência da medida pode ser analisada pela Vice-Presidência, para racionalização dos trabalhos.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL**  
**Desembargador Federal CARLOS REBÊLO JÚNIOR**

**1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1 Nome do Corregedor Regional:** Carlos Rebêlo Júnior

**1.2 Órgãos de atuação:** Corregedoria e Pleno do TRF

**1.3 Tempo de atuação:** desde 9/9/2015 no Pleno, e a partir de 4/4/2019 na Corregedoria.

Há uma Juíza Federal em auxílio à Corregedoria, convocada pelo Ato n. 106/2019 – TRF 5ª Região.

**1.4 Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Corregedoria	Gabinete Des. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	07	06	13
Servidores sem vínculo	01	02	03
Servidores requisitados	0	09	09
Servidores prestando serviços em outros setores	0	0	0
Terceirizados	0	0	0
Vagas não ocupadas	0	0	0
Estagiários	0	02	02
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>	<b>19</b>	<b>15</b>
Servidores em área-fim	07	14	21

**1.4.1 Cargos e funções comissionadas em atividade:** 25, assim distribuídas:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Corregedoria	-	-	01	01	03	02	-	-	-
Gab. Des. Federal	01	02	02	01	06	05	-	01	-
<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>09</b>	<b>07</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>-</b>



## **2. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS**

Além dos feitos específicos da Corregedoria, o Desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional, enquanto membro da Corte Especial, além de feitos administrativos do Plenário.

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições, sob a responsabilidade de 2 servidores:

1. Ouvidoria/Cadastramento de documentos;
2. Atendimento;
3. Inspeções;
4. Vitaliciamento;
5. Autorização (afastamentos e substituições de juízes);
6. Processo Administrativo; e
7. Correições (calendários e logística).

O critério para organização do acervo e controle de movimentação interna é feito, em regra, com base na ordem cronológica da chegada dos expedientes no gabinete. Essa organização é facilitada pelo sistema SEI, vez que arruma os processos por ordem de chegada para o respectivo servidor ou magistrado.

Busca-se dar tramitação prioritária aos feitos em que a circunstância exige uma resposta rápida, como a definição sobre afastamentos e substituição de juízes e aos pedidos formulados pelo público externo, através da Ouvidoria.

Alguns processos mais complexos e que demandam uma análise mais aprofundada, são exceção à regra geral de ordem cronológica de tramitação.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso encontram-se cadastrados eletronicamente no Sistema SEI, que controla os prazos de sua tramitação, verificando eventuais extrapolações.

Atualmente, todos os processos que tramitam no Gabinete da Corregedoria são eletrônicos (Sistema SEI).

Existe um acervo residual no tocante aos processos judiciais da competência do Plenário do Tribunal e do Gabinete de Conciliação, coordenado pelo Corregedor, que tende a se extinguir com a digitalização dos processos.

O controle estatístico da unidade é feito mensalmente, com base nos dados fornecidos pelos respectivos sistemas de acompanhamento.

A distribuição interna das atividades ocorre da seguinte maneira:

- Existe o Gabinete do Corregedor e o Núcleo da Corregedoria, que, em equipes formadas por 2 (dois) servidores para cada setor, são responsáveis pelas seguintes tarefas:

- a) Consolidação de estatísticas;
- b) Ouvidoria/Cadastramento de documentos;

- c) Atendimento;
- d) Inspeções;
- e) Vitaliciamento;
- f) Autorização (afastamentos e substituições de juízes);
- g) Processo Administrativo;
- h) Correições (calendários e logística);
- i) Elaboração de relatórios; e
- j) Elaboração e atualização de atos normativos.

A Assessoria também se divide para o trabalho de casos e situações atípicas que se apresentam.

As inspeções nas unidades jurisdicionais são realizadas obedecendo aos seguintes critérios:

a) é estabelecido um calendário no início da gestão para se fazer a correição em cada Seção Judiciária em uma ou duas semanas (a depender do número de unidades da respectiva Seção); e

b) busca-se, via de regra, iniciar os trabalhos pelas Seções que foram correicionadas há mais tempo pelas gestões anteriores.

Há formulários padronizados. E, conforme orientação do Fórum de Corregedores, verifica-se se há item sobre a alienação antecipada de bens. Nas correições realizadas no ano de 2019, ainda não foi observada essa questão, mas será verificada nas próximas correições a serem realizadas.

Há atualização dos formulários em conformidade com os normativos e metas do CJF e do CNJ.

Nas correições e respectivos formulários, são analisados aspectos como:

- a) gestão processual;
- b) desempenho da unidade; e
- c) observância dos normativos.

Também é realizada visita às unidades para verificação das instalações físicas e de equipamentos disponíveis.

Elabora-se relatórios para cada uma das Seções Judiciárias correicionadas, contemplando a análise individualizada da situação de cada Vara/Turma Recursal.

As correições nas unidades jurisdicionais são realizadas obedecendo aos seguintes critérios:

a) todas as unidades jurisdicionais da 5ª Região que foram instaladas há mais de 01 (um) ano são inspecionadas;

b) os pontos analisados e expostos nos relatórios são:

- b.1) Gestão processual: rotinas, divisão de trabalho, organização das tarefas, etc;

b.2) Desempenho da unidade;

b.3) cumprimento de metas do Conselhos Superiores (CNJ e CJF), volume de processos julgados, realização de audiências, conciliações, etc);

b.4) observância dos normativos: cumprimento da legislação e resoluções do CNJ, CJF, TRF5.

As principais queixas dos juízes federais de 1º grau identificadas quando da realização de correição são a ausência de reposição de vagas decorrentes de aposentadoria de servidores e a inconsistência dos dados do sistema de relatórios do *Business Intelligence - BI*.

Quanto aos processos eletrônicos, a principal queixa verificada é a instabilidade na rede durante o uso do Sistema PJe, principalmente na Varas situadas no interior dos Estados.

A unidade informou que existe apenas um processo PAD – Processo Administrativo Disciplinar que apura responsabilidade de juízes de 1º grau.

Quanto às boas práticas:

a) incentivo à conciliação no âmbito da 5ª Região por meio da Coordenação do Centros de Conciliação nas Seções e da Condução do Gabinete Permanente de Conciliação para os processos do 2º Grau;

b) na Ouvidoria procura-se dar um retorno para a parte demandante, antes mesmo de se solicitar informações dos juízes de primeiro grau, evitando-se fazer tal solicitação nos casos que não se justifique tal procedimento;

c) a distribuição de tarefas entre os servidores da Corregedoria é realizada de forma equitativa, para se evitar sobrecarga de trabalho.

### 3. RECOMENDAÇÕES

Não foram feitas recomendações específicas.

## **II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS**

### **GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA**

#### **DESEMBARGADOR FEDERAL ALEXANDRE LUNA FREIRE**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire

**2.2. Turma:**

1ª Turma

**2.3. Competência:**

1ª Turma e Plenário

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Alexandre Luna Freire.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não.

### 3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Parcelo de Sousa Melo, Matrícula: 5671. Cargo: Assessor de Desembargador.

3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	3
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	3
Outros	Requisitados - 5

## 4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):	
Total em tramitação**	6.656
Processos suspensos/sobrestados	70
Processos conclusos	4.965
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2. Evolução do acervo no último ano:	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.679
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.420
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.918
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.690
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Recebidos - 879 e Enviados – 1.011

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	12
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	8
Outros	Petição cível - 1

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	4.572
Recursos em mandados de segurança coletivos	13
Recursos em ações populares	9
Recursos em ações de improbidade administrativa	116
Recursos em ações civis públicas	122
Recursos em ações de desapropriação	22
Recursos em ações com preferência legal	417
Outros	66

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	4.572
Apelações cíveis	3.154
Agravos de instrumento	624
Outros	1.156

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	37
Ações penais	0
Inquéritos	11
Habeas Corpus	8
Revisões criminais	6
Outros	12

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	256
Apelações	237
Recursos em Sentido Estrito	7
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	12

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	19
Apelações	12
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	6
Outros	Petição criminal - 1

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	21
Por IRDR	21
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	266
Agravos legais/regimentais	39
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	29
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	234
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Não disponibilizado pelo Sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não disponibilizado pelo Sistema

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida ao exame do colegiado	5
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	59

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	18	87	34
Distribuídos em 2013	68	39	15
Distribuídos em 2014	300	160	61
Distribuídos em 2015	1.174	725	388
Distribuídos em 2016	1.782	1.210	665
Distribuídos em 2017	1.754	1.689	919
Distribuídos em 2018	-	1.893	1.474
Distribuídos em 2019	-	-	1.392
Total	5.096	5.803	4.948

<b>4.14. Processos conclusos de outros Gabinetes:</b>	
Processos conclusos para voto-vista	1
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	1



<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	127
Total como relator para o acórdão	5

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.222
Total de Processos julgados	3.263
Total de Processos baixados	2.440
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-41
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	782

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	92
Total de feitos não regularizados	13
Total de feitos verificados na inspeção anterior	115
Total de feitos não regularizados	18

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	3.085
Processos julgados no ano anterior	3.493
Processos distribuídos no ano corrente	2.415
Processos julgados no ano corrente	2.130

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	95
Pendentes em 31/12/2018	3
Porcentagem de atendimento da meta	96,84%

<b>5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2018	53

Porcentagem de atendimento da meta	100,52%
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	364

**5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	270
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	961
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.264
Pendentes em 31/12/2018	445
Porcentagem de atendimento da meta	115%

**5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	352
Pendentes	61
Porcentagem de atendimento da meta	118,10%

**5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):**

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	16
Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	110,29%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.996
Pendentes	268
Porcentagem de atendimento da meta	101,80%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	170
Processos baixados no ano anterior	130
Processos julgados no ano anterior	161
Processos distribuídos no ano corrente	121
Processos baixados no ano corrente	53
Processos julgados no ano corrente	115

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	66,67%

<b>5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	0%

## 6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. As recomendações foram as seguintes: a) Tomar as providências para sanar as questões levantadas nos itens 2 e 3 (inversão do fluxo processual); b) capacitar servidores para utilização do sistema de *Business Intelligence* do Tribunal; c) priorizar planos de redução de acervo orientados à baixa de feitos em ordem de cronologia, associadas, em segundo plano, à separação de processos por matérias. Identificar o proveito da adoção de mutirões parciais dentro desta estratégia; d) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de embargos de declaração, agravos regimentais e tutela provisória; e) avaliar a disponibilização de modelos de minuta de voto em função da matéria; f) designar auxiliares para controle de fluxo processual; g) discutir alternativas de medidas de motivação e incentivo ao cumprimento de metas individuais; h) buscar o preenchimento dos postos de trabalho do gabinete; e i) convocar pelo menos um juiz auxiliar com metas mensais de produção pré-definidas.

### 6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Quanto às recomendações, foram atendidas as alíneas b, e, f, g, i. A alínea **b** foi atendida, uma vez que os servidores do gabinete participaram da capacitação para utilização do Sistema *Business Intelligence*, priorizando, assim, o uso da ferramenta. A alínea **e** vem sendo observada, tendo em vista que há processo contínuo de criação de modelos de minuta de votos em função da matéria. Inclusive com criação de modelos de decisão/despacho cível e criminal. No que diz respeito a alínea **f**, servidores foram designados para controle e sistematização de fluxos processuais. Quanto ao aspecto motivacional previsto na alínea **g**, tem sido fomentado diária e concretamente às designações de tarefas, conforme habilidades/características individuais na estruturação dos grupos de atividades e resultados. Quanto à alínea **i**, foram nomeados dois juizes auxiliares no período de 1/10 a 29/11/2019, conforme Ato da Presidência do TRF5ª Região 374/2019, datado de 26/9/19.

### 6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações pendentes correspondem às alíneas a, c, d, h, as quais foram parcialmente atendidas. Quanto à alínea **a**, no ano de 2018 a inversão do fluxo processual foi atendida, conforme se observa na análise dos dados fornecidos referentes à Meta 1 do CNJ. Entretanto, está se envidando esforços para cumprimento dos pendentes, com o aumento de número de processos inclusos em pauta e julgados. Alínea **c**: Tem-se priorizado a observância da ordem cronológicas, assim como o julgamento em lotes em face da identidade de matéria. Alínea **d**: Tem-se envidado esforços no julgamento de embargos de declaração, assim como dos agravos internos e também dos agravos de instrumento, nos quais houve apreciação de tutela. Alínea **h**: Tem sido preenchidos os postos de trabalho na medida das possibilidades de reposição ou nomeação do Tribunal.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### 7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As seguintes Metas do CNJ não foram atendidas: Meta 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013); Meta 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014); Meta Específica 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente); Meta Específica 2/2019 (Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo). Desde 2016, o objetivo central do Gabinete foi estabelecer a "mentalidade" digital ou a formulação de gabinete digital, isto é, a utilização de plataforma para elaboração de padrões de votos e textos similares em matéria idêntica tanto quanto necessário à preparação de modelos de subsunção jurídica em matérias comuns.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Descrição do processo de trabalho: a importar em treinamento intensivo e diversificado para todos em técnicas de boa relação e comunicação em língua portuguesa. Como em relatórios claros, sucintos e tematicamente objetivos para fins práticos. Narrativa de boas práticas: simplicidade para eliminação de tarefas repetitivas, enfadonhas, quando não desestimulantes. As dificuldades cruciais foram as iniciais para a absorção temática dos assuntos, aflorando em velocidade tanto da explosão legislativa (dos códigos de processo civil simultâneos) e jurisprudencial nos diversos ramos do Direito. Somente minimizados com a criação contínua de padrões de texto.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0008921-10.2014.4.05.8300	12/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado Acórdão em 27/8/19.		
0000284-83.2013.4.05.8307	10/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 26/9/2019 e remetido para Publicação em 27/9/19.		
0801339-16.2015.4.05.8000	14/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Publicação do Acórdão em 25/9/19.		
0812147-53.2017.4.05.0000	14/12/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0801924-75.2016.4.05.0000	22/3/2016	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Liminar não apreciada em razão da concessão de Efeito Suspensivo atribuída à Apelação, nos autos da Ação Ordinária nº 0801339-52.2016.4.05.8300. Processo encontra-se aguardando resposta da Requerida.		
0800471-45.2016.4.05.0000	25/1/2016	244 – Reclamação
Observação/Providência: Decisão Liminar proferida em 6/9/2016. O Processo encontra-se atualmente em diligência (Intimação do Agravado para apresentar Contrarrazões ao Agravo Interno).		
0803907-75.2017.4.05.0000	5/5/2017	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Decisão negando seguimento à Medida Cautelar em 19/9/2019.		
0811838-32.2017.4.05.0000	19/12/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Despacho em 20/9/2019 no sentido de enviar o Processo à Primeira Instância, em razão de protocolo equivocado no TRF 5ª Região.		
0812507-85.2017.4.05.0000	8/1/2018	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Decisão Liminar apreciada em 27/12/2017 pelo Desembargador Federal Manoel Erhardt (Plantonista). Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0802109-41.2013.4.05.8400	9/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0800651-49.2014.4.05.8401	23/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0804533-31.2014.4.05.8300	19/5/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 12/9/2019.		
0803132-49.2013.4.05.8100	17/9/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0001980-31.2011.4.05.8500	28/10/2015	1728 – Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0004443-79.2011.4.05.8100	28/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0802122-69.2015.4.05.8400	7/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		

0076809-40.2009.4.05.0000	12/8/2009	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0810139-06.2017.4.05.0000	19/10/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Despacho em 20/9/2019 no sentido de intimar o Agravado para apresentar Contrarrazões ao Agravo Interno.		
0816620-14.2017.4.05.8300	13/11/2017	1230 - Exceção de Impedimento
Observação/Providência: Decisão em 24/9/2019 no sentido de Indeferimento do Pedido de Suspeição.		
0808579-29.2017.4.05.0000	6/9/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Julgado em 11/9/2019.		
0802324-55.2017.4.05.0000	20/3/2017	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0000870-73.2017.4.05.0000	19/6/2017	1733 - Procedimento Investigatório Criminal (Pic-Mp)
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0811243-96.2018.4.05.0000	20/7/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0809225-05.2018.4.05.0000	14/6/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0809238-85.2017.4.05.8100	17/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0109194-75.2008.4.05.0000	16/9/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0004872-86.2015.4.05.8300	5/4/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0001435-53.2014.4.05.8500	13/7/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0003621-52.2009.4.05.8200	21/7/2016	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0005522-07.2013.4.05.8300	26/7/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0811960-45.2017.4.05.0000	11/12/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 24/9/2019.		
0806551-16.2014.4.05.8400	4/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de Homologação de Acordo firmado entre as Partes.		
0803730-75.2014.4.05.8000	14/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 26/9/2019.		
0801964-57.2014.4.05.8300	11/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0802171-83.2014.4.05.8000	23/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0803273-43.2014.4.05.8000	30/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0800086-51.2015.4.05.8304	2/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0014134-25.2008.4.05.8100	14/11/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0000635-04.2009.4.05.8402	25/4/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0800049-10.2013.4.05.8105	15/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0801135-33.2015.4.05.8400	15/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0803126-87.2014.4.05.8300	20/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0807206-94.2014.4.05.8300	27/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 26/9/2019.		
0803340-15.2013.4.05.8300	29/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0804103-09.2014.4.05.8000	4/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 26/9/2019.		
0802189-23.2013.4.05.8200	12/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		

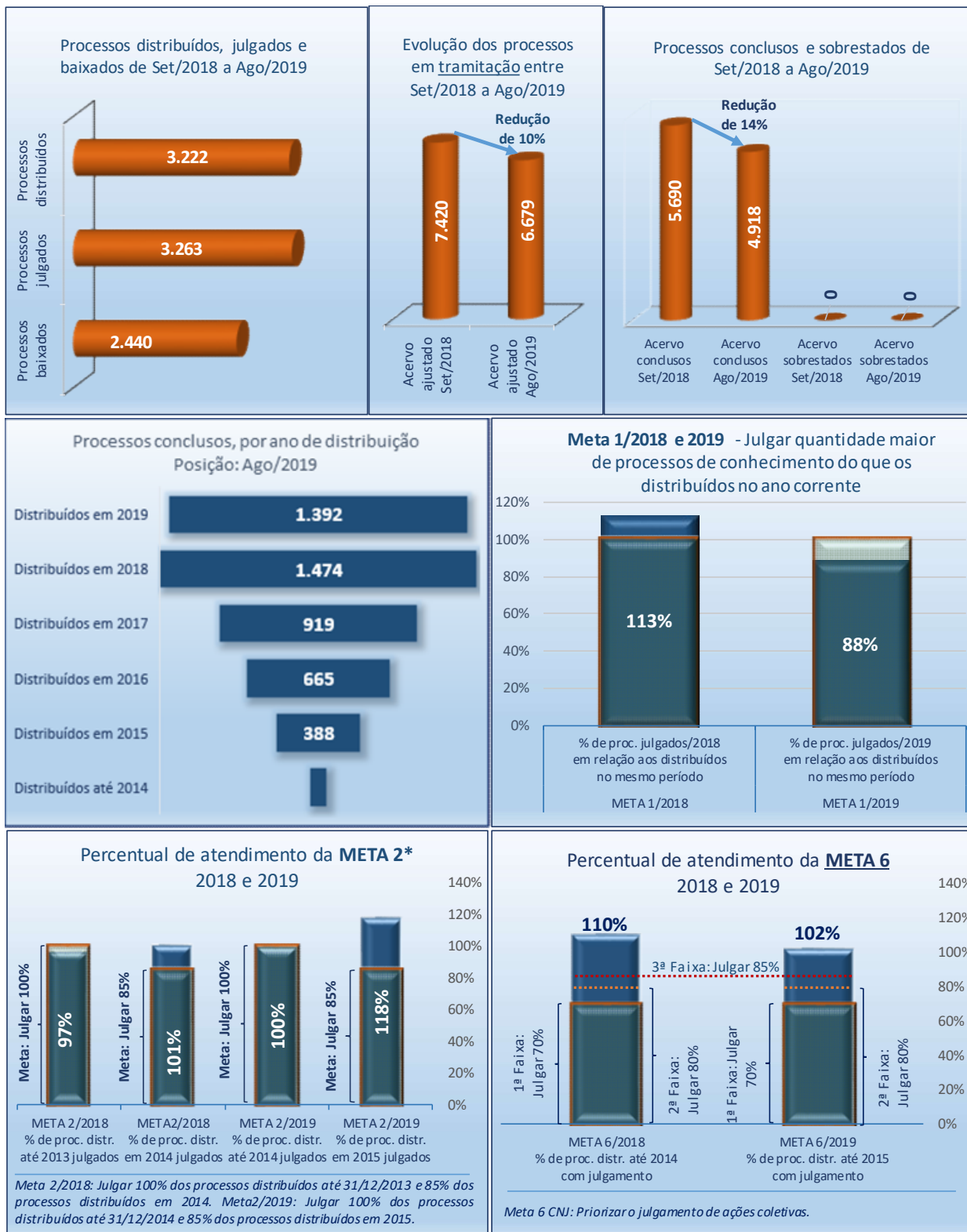


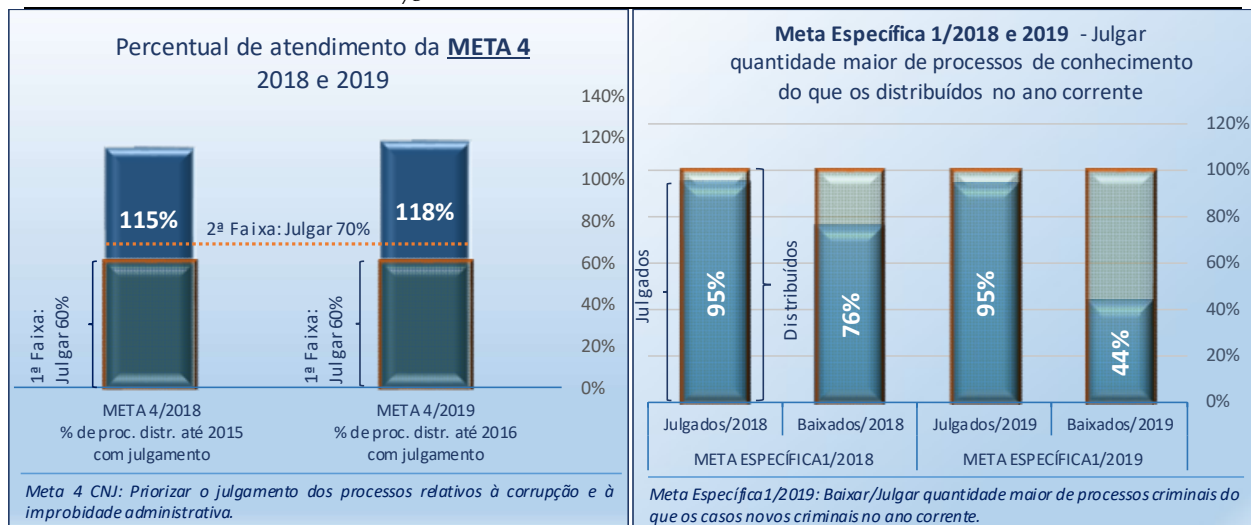
0801904-48.2013.4.05.8000	12/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0003197-28.2009.4.05.8000	28/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0010780-32.2012.4.05.8300	8/10/2015	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0024917-52.2003.4.05.8100	11/12/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0001299-38.2009.4.05.8401	19/8/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0800360-27.2015.4.05.8300	30/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0000101-46.2007.4.05.8300	11/2/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0801035-42.2014.4.05.8100	30/5/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0002878-89.2011.4.05.8000	10/4/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0806903-75.2017.4.05.8300	26/6/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0806911-52.2017.4.05.8300	15/8/2017	427 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0807459-77.2017.4.05.8300	2/8/2017	427 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0001172-27.2009.4.05.8102	2/5/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0001894-83.2015.4.05.9999	11/6/2015	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0017780-74.1998.4.05.8300	4/6/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0016939-93.2009.4.05.8300	24/2/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0017513-19.2009.4.05.8300	26/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0817637-22.2018.4.05.0000	7/1/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decisão do Pedido Liminar negando seguimento ao Habeas Corpus em 19/9/2019.		
0001292-10.2004.4.05.8308	4/12/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0000803-43.2008.4.05.8401	18/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0801275-42.2018.4.05.0000	13/2/2018	333 - Insanidade Mental Do Acusado
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0003593-68.2010.4.05.8000	15/4/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0002438-95.2015.4.05.0000	7/8/2015	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0012290-91.2000.4.05.8400	3/9/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0005084-44.2000.4.05.8200	1º/10/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para 24/10/2019.		
0000824-21.2016.4.05.0000	5/5/2016	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0809476-86.2017.4.05.8300	31/10/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito

Observação/Providência: Pautado para 26/9/2019.		
0807489-20.2016.4.05.0000	14/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 26/9/2019.		
0806345-11.2016.4.05.0000	1º/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0000729-50.2003.4.05.8308	19/8/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: Processo pautado para 24/10/2019.		
0000350-21.2014.4.05.0000	14/8/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0015816-60.2009.4.05.8300	25/11/2015	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo em fase de cumprimento de diligência, no sentido de Intimação do Embargado para apresentar Contrarrazões.		
0012344-56.2006.4.05.8300	14/7/2017	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0801304-54.2014.4.05.8400	3/2/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0804362-65.2014.4.05.8400	5/6/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		
0805734-24.2015.4.05.8300	10/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conforme orientação do CNJ de não inserção de Processo em pauta ainda sem Voto elaborado, o mesmo está sendo estudado para elaboração de Voto/Decisão e inserção em pauta.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 94 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 45 eram físicos e 49 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) concluir o julgamento, no prazo de 30 dias:

0802109-41.2013.4.05.8400	0004443-79.2011.4.05.8100	0802122-69.2015.4.05.8400
0076809-40.2009.4.05.0000	0001980-31.2011.4.05.8500	0004872-86.2015.4.05.8300
0005522-07.2013.4.05.8300	0801964-57.2014.4.05.8300	0802171-83.2014.4.05.8000
0803273-43.2014.4.05.8000	0800086-51.2015.4.05.8304	0014134-25.2008.4.05.8100
0800049-10.2013.4.05.8105	0801135-33.2015.4.05.8400	0803126-87.2014.4.05.8300
0803340-15.2013.4.05.8300	0804103-09.2014.4.05.8000	0802189-23.2013.4.05.8200
0801904-48.2013.4.05.8000	0010780-32.2012.4.05.8300	0024917-52.2003.4.05.8100
0800360-27.2015.4.05.8300	0801035-42.2014.4.05.8100	0001894-83.2015.4.05.9999
0016939-93.2009.4.05.8300	0000803-43.2008.4.05.8401	0807489-20.2016.4.05.0000
0806345-11.2016.4.05.0000	0000729-50.2003.4.05.8308	0013036-10.2005.4.05.8100
0001292-46.2009.4.05.8401	0000358-56.2011.4.05.8001	0002117-68.2010.4.05.8202
0007885-44.2011.4.05.8200	0000017-17.2013.4.05.8403	0000157-09.2012.4.05.8202
0001495-56.2014.4.05.8102	0000179-81.2014.4.05.8304	0000003-59.2010.4.05.8202
0003593-68.2010.4.05.8000	0012290-91.2000.4.05.8400	0005084-44.2000.4.05.8200

b) julgar no prazo de 60 dias:

0812147-53.2017.4.05.0000	0801924-75.2016.4.05.0000	0800471-45.2016.4.05.0000
0800651-49.2014.4.05.8401	0804533-31.2014.4.05.8300	0803132-49.2013.4.05.8100
0000870-73.2017.4.05.0000	0809225-05.2018.4.05.0000	0000635-04.2009.4.05.8402
0807206-94.2014.4.05.8300	0003197-28.2009.4.05.8000	0001299-38.2009.4.05.8401
0000101-46.2007.4.05.8300	0806903-75.2017.4.05.8300	0806911-52.2017.4.05.8300
0807459-77.2017.4.05.8300	0000350-21.2014.4.05.0000	0000348-87.2013.4.05.8309

c) julgar no prazo de 30 dias:

0810139-06.2017.4.05.0000	0816620-14.2017.4.05.8300	0811243-96.2018.4.05.0000
0809238-85.2017.4.05.8100	0017780-74.1998.4.05.8300	0017513-19.2009.4.05.8300
0001292-10.2004.4.05.8308	0801275-42.2018.4.05.0000	0000824-21.2016.4.05.0000
0015816-60.2009.4.05.8300	0012344-56.2006.4.05.8300	0801304-54.2014.4.05.8400
0804362-65.2014.4.05.8400		

d) incluir em pauta imediatamente:

0814015-16.2017.4.05.8100	0109194-75.2008.4.05.0000	0001435-53.2014.4.05.8500
0003621-52.2009.4.05.8200		

e) prosseguir observando a prioridade no processamento do feito:

0803907-75.2017.4.05.0000	0812507-85.2017.4.05.0000
---------------------------	---------------------------

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Registra-se, inicialmente, que a Corregedoria foi recebida pela Chefe de Gabinete, pelo Desembargador Federal e pelos demais membros da equipe, que se mostraram solícitos em relação aos questionamentos efetuados.

Durante a visita realizada, apurou-se que a unidade é gerida pelo próprio Desembargador, que distribui as atividades conforme as necessidades. A depender do panorama, são alterados os focos de atuação e as metas. Normalmente, há um planejamento semanal. Excetuado o setor criminal, que conta com um assessor, não há especialização para o exame dos demais feitos, cujo exame compete a quatro servidores nos processos físicos e a quatro ou cinco nos eletrônicos. Há, ainda, quatro servidores que se ocupam de tarefas administrativas, além do agente de segurança.

Não há regime de teletrabalho. Foi referido que nunca houve pedido por parte dos membros da equipe e, portanto, não há disciplina interna correspondente.

A triagem dos processos é feita no momento em que chegam ao Gabinete (eletrônica ou fisicamente), havendo tratamento diferenciado para o caso das urgências. Com relação ao PJe, são redistribuídos nas caixas de acordo com a matéria, o recurso e o ano de distribuição. A triagem dos processos eletrônicos é feita por um assessor, enquanto a dos físicos é dividida entre quatro servidores, que trabalham com esses feitos.

Os autos físicos ficam localizados na ala direita do Gabinete, para triagem de atividades, elaboração de minuta de despacho, decisão ou voto, sendo organizados em armários. A movimentação desses feitos é realizada por um estagiário e uma servidora.

Os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores, conduzida pelo magistrado, são definidos segundo as prioridades legais, urgências,

metas, elaboração de despachos, decisões monocráticas e elaboração de minuta de voto. Os próprios servidores buscam os processos a serem minutados nas pastas, a partir das orientações do Desembargador, por exemplo, focar em prioridades, urgências, agravos de instrumento, etc. Os processos criminais são discriminados em planilhas, sendo conferida prioridade àqueles com réus presos.

Não há metas individuais de produtividade, apenas coletivas. O próprio Desembargador fixa a meta quanto ao número de feitos a ser incluído em pauta, de periodicidade semanal. Não há política de recompensas vinculada ao atingimento dessas metas.

Relativamente aos feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ, apurou-se que são organizadas listagens, a partir das estatísticas obtidas junto ao sistema *B.I.*, sendo repassadas ao Desembargador, que dará as diretrizes e orientações necessárias ao seu julgamento e inclusão em pauta.

No que concerne ao atendimento de partes e advogados, é realizado pelo Desembargador, de regra às terças-feiras, por ordem de chegada a partir das 16h. Previamente a esse atendimento, uma servidora elabora uma planilha do processo, contendo informações básicas, visando, ainda, delinear a finalidade da visita. O atendimento feito pela assessoria é complementar, visando auxiliar a movimentação dos autos, recebimento de memoriais e atendimento pessoal dos advogados. Há ideia de implantar o atendimento eletrônico aos advogados.

Embora tenham condições de verificar quais processos encontram-se pendentes junto a outros relatores ou órgãos, através do *B.I.* e do PJE, inexistente um controle efetivo. O gabinete aguarda a devolução do processo pelo Desembargador revisor.

No tocante a processos sobrestados que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, a matéria mais recorrente é a referente a vícios de construção de imóvel residencial e cobertura securitária, em número aproximado de 40 feitos.

No que concerne à dinâmica processual, comparativamente à inspeção anterior, verificou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 4.280 a 4.918, o que importou um acréscimo significativo do seu número. Já havia sido constatado, também, um aumento do acervo, tanto do total em tramitação quanto dos conclusos no gabinete.

Naquela ocasião, foi apurada a existência de 751 embargos de declaração, 218 agravos legais/regimentais e 15 pedidos de vista. Atualmente, o gabinete conta 266 embargos de declaração, dos quais 234 com conclusão superior a 30 dias, 39 agravos legais/regimentais, sendo 29 com conclusão superior a 30 dias, além de 01 pedido de vista há mais de 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade.

Além disso, possui 116 recursos em ações de improbidade administrativa, 624 agravos de instrumento, 417 recursos em ações com preferência legal, 19 processos

com réus presos, 8 *habeas corpus*, 59 com pedido de tutela há mais de 10 dias e 05 feitos com tutela deferida, sem julgamento há mais de 90 dias.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é irrisório.

Dos 115 feitos verificados na inspeção anterior, foram apontadas 18 pendências a regularizar, as quais vêm sendo acompanhadas pela Corregedoria em processo SEI próprio.

No exame dos processos objeto da presente inspeção, constatou-se prática de envio dos processos ao revisor sem lançamento de fase processual, além de longo período até inclusão em pauta, a qual tem sido feita pelos próprios relatores, em contrariedade ao disposto no art. 31, III, do Regimento Interno do TRF5 e art. 613, I, do CPP. Tal sistemática não permite a aferição de eventual atraso, se do relator ou revisor.

Quanto aos dados estatísticos, pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades do Tribunal:

ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, SOBRESTADOS E EM TRAMITAÇÃO  
 POSIÇÃO: AGOSTO/2019

ÓRGÃO	MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO AGOSTO/2019	ACERVO DE CONCLUSOS AGOSTO/2019	SOBRESTADOS AGOSTO/2019
PRESIDÊNCIA	DES. FED. VLADIMIR SOUZA CARVALHO	17	-	-
VICE-PRESIDÊNCIA	DES. FED. JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES	1.938	1.618	3
	SREEO - SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT, ESP. E ORD.	5.234	-	20.285
PRIMEIRA TURMA	DES. FED. FRANCISCO ROBERTO MACHADO	3.609	3.009	3
	DES. FED. ALEXANDRE LUNA FREIRE	6.679	4.918	0
	DES. FED. ÉLIO SIQUEIRA	2.828	1.702	0
SEGUNDA TURMA	DES. FED. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	4.032	3.331	23
	DES. FED. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE DE CARVALHO	4.140	2.534	0
	DES. FED. PAULO MACHADO CORDEIRO	5.962	4.409	16
TERCEIRA TURMA	DES. FED. ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	1.879	729	0
	DES. FED. FERNANDO BRAGA DAMASCENO	4.281	3.448	8
	DES. FED. CID MARCONI GURGEL DE SOUZA	5.582	4.081	3
QUARTA TURMA	DES. FED. MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	3.264	2.467	23
	DES. FED. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	4.369	3.116	0
	DES. FED. EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR	1.938	734	0
TOTAL		55.752	36.096	20.364

Fonte: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Do exame da tabela acima, verifica-se que, comparativamente às Turmas que integram o Tribunal, é o gabinete que possui maior acervo, situação que merece adequada atenção.

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar, ainda, que o tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento no TRF5 equivale a 457 dias, enquanto no gabinete ora inspecionado corresponde a 585 dias.

Desse panorama, extrai-se que se impõe a adoção de medidas urgentes com fins à contenção e redução do acervo, bem como um melhor monitoramento daqueles processos que exigem atenção preferencial.

Nesse sentido, do quanto recomendado na inspeção anterior, remanescem pendências importantes, notadamente a elaboração de um plano estratégico para



redução do acervo, em que se inserem a separação dos feitos por matérias, realização de mutirões, adoção de modelos de minuta de voto e medidas de motivação dos servidores.

A fim de fazer frente ao acervo, por força de determinação realizada pelo CNJ, houve a recente convocação de dois Juízes Auxiliares, Juízes Federais Ivan Lira de Carvalho e Luiz Bispo da Silva Neto, no período de 1º/10 a 29/11/2019, com prejuízo das jurisdições originárias (Ato da Presidência TRF5 nº 374/2019).

Finalmente, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade para a lotação de servidores, havendo um grande número destes que tem migrado para funções administrativas do Tribunal, que contemplam funções gratificadas igualmente ou mais bem remuneradas, sendo mais atrativas.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período mais recente.

Embora comparativamente à inspeção anterior tenha ocorrido aumento do acervo de processos conclusos (de 4.280 a 4.918), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que o acervo de processos conclusos no início do 12º mês anterior era de 5.960 processos, e no mês anterior à inspeção era de 4.918 processos.

A análise dos dados demonstra também que o acervo ajustado de processos da unidade considerado há 12 meses, comparado com o número verificado no mês anterior, diminuiu de 7.420 para 6.679 processos.

Verifica-se ainda evolução em relação ao número de embargos de declaração aguardando julgamento, pois o número diminuiu de 751 na última inspeção para 266, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Os resultados certamente decorrem dos esforços despendidos pelo Magistrado e pela equipe de servidores.

Não obstante, os números totais no gabinete ainda são expressivos, e mantido o ritmo atual a efetiva baixa do estoque de processos aguardando julgamento não apresenta tendência consistente de baixa.

Com efeito, o gabinete ainda tem números expressivos se consideradas as médias dos demais gabinetes do Tribunal.

No Tribunal, o acervo médio de processos conclusos nos gabinetes em agosto de 2019 era de 2.873, havendo alguns gabinetes com menos de 1.000 processos. Na mesma data, o acervo de processos conclusos do gabinete ainda era 4.918.

Por outro lado, como já observado, segundo verificação efetuada junto ao sistema *B.I.*, o tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento no TRF5 equivale a

457 dias, enquanto no gabinete ora inspecionado corresponde a 585 dias. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

Oportuno, pois, que sejam tomadas medidas para acelerar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Considerando a ampla competência do Gabinete, enquanto não for possível implantar especialização - mesmo que parcial - das Turmas (seria o ideal se a estrutura do Tribunal comportasse isso), recomendável seja estudada a possibilidade de reestruturação funcional do gabinete, mediante o aperfeiçoamento da definição das tarefas entre os servidores, com redistribuição das atividades a partir da especialização por matérias (que proporciona um aumento da produtividade).

De fato, constatou-se um número expressivo de servidores cuidando da administração do gabinete, o que em um contexto de carência crescente de força de trabalho, e bem assim de possibilidade de automatização de atividades (por conta do processo eletrônico), pode ser repensado, com a concentração de maior de servidores na atividade-fim. O setor criminal, por exemplo, pode ser reforçado, inclusive com a designação de servidor CJ responsável pelo seu constante monitoramento.

No que toca à estrutura da unidade, oportuna seria a divisão em cinco núcleos para fazer frente à demanda, cada um responsável por determinadas matérias e encabeçado por uma CJ, inclusive no setor criminal.

b) No que toca às minutas, recomendável o aperfeiçoamento da gestão, com elaboração de modelos que facilitem o incremento da produção.

c) Importante a elaboração de plano estratégico sistematizado, que (i) contemple metas mensais para cada uma das prioridades, reduzindo os respectivos acervos quantitativa e qualitativamente (por antiguidade); e (ii) promova a efetiva redução do acervo e viabilize incremento no atingimento da Meta 1 do CNJ, bem como na Meta 4 do CNJ.

Recomendável, nesse sentido, estabelecer metas individuais diferenciadas para as diversas matérias, de acordo com a sua complexidade. O estabelecimento de metas fixas sem considerar o tipo de processo e a respectiva complexidade acaba por gerar situação de desigualdade entre os servidores e não contribui para o incremento da produtividade global do gabinete. Tratando-se de processos simples/repetitivos é possível aumentar significativamente a produtividade.

d) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de

estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

e) A coordenação do processo de triagem, pelo Assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Adequado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem apenas a utilização de modelo pré-definido, para pronto julgamento. O aprimoramento da triagem deve ocorrer inclusive em relação às petições, para pronto atendimento das urgências, evitando-se que permaneçam sem exame no momento apropriado.

f) Indispensável, por outro lado, dar especial atenção aos processos criminais, que se encontram com a tramitação prejudicada pelo número reduzido de servidores, com destaque aos *habeas corpus*.

g) Constatou-se falta de controle adequado quanto à revisão. Assim, deve ser efetuado lançamento de fase quanto aos processos remetidos ao revisor, com a pronta inclusão em pauta tão logo revisados, até para propiciar informação clara às partes.

h) Aconselhável ainda a promoção de estudos para a instituição de política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico da Justiça Federal. Nesse sentido, a busca pela efetiva redução do acervo pode contemplar recompensas atrativas que promovam a integração, adesão e comprometimento da equipe.

i) O uso de decisões terminativas, nos termos do artigo 932 do CPC, constitui igualmente medida que, utilizada adequadamente nos casos autorizados pela lei, pode contribuir para a redução do acervo.

j) Considerando o expressivo número de processos em tramitação no gabinete, recomendável que o auxílio prestado pelos Juízes Federais Ivan Lira de Carvalho e Luiz Bispo da Silva Neto (Ato 374, de 26/9/2019) tenha continuidade, para efetiva diminuição do acervo, o que pode ser demandado junto à Administração da Corte.

k) Em paralelo às medidas para incremento dos julgamentos, pode ser tentada a conciliação, pois considerando a quantidade e a qualidade do acervo, muito provavelmente há espaço para a busca de medidas autocompositivas, que a um só tempo auxiliam na efetiva solução dos litígios e agilizam os trabalhos da unidade.

Recomenda-se, ainda, a inclusão da Unidade Jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO ROBERTO MACHADO**

**1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

**2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Roberto Machado.

**2.2. Turma:**

Primeira Turma.

**2.3. Competência:**

Cível e Criminal.

**3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Titular - Desembargador Federal Roberto Machado - em usufruto de férias no período de 25/9 a 24/10/19. Convocado - Juiz Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não houve.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Tito Porfírio Sampaio Júnior - Assessor do Desembargador.

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	4
Outros	10 Requisitados (7 do Poder Judiciário e 3 do Poder Executivo)

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	3.703
Processos suspensos/sobrestados	3
Processos conclusos	3.009
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.609
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.381
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.009
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.373
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a ser redistribuídos ao magistrado, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuídos ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma	Não se aplica

suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Recebidos 910 e enviados 894. Incluídos os processos que retornam para adequação e os distribuídos por prevenção (Ato nº 89/2018 do TRF5).

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	43
Mandados de segurança	10
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	6
Reclamações	0
Ações rescisórias	13
Outros	14

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	2.745
Recursos em mandados de segurança coletivos	2
Recursos em ações populares	12
Recursos em ações de improbidade administrativa	87
Recursos em ações civis públicas	100
Recursos em ações de desapropriação	20
Recursos em ações com preferência legal	481
Outros	14

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	2.745
Apelações cíveis	1.537
Agravos de instrumento	907
Outros	301

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	28
Ações penais	2
Inquéritos	2
Habeas Corpus	14
Revisões criminais	0
Outros	10

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	193
Apelações	175
Recursos em Sentido Estrito	12
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1
Outros	5

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	21
Apelações	12
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	6
Outros	3

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	3
Por IRDR	2
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	644
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	557
Agravos legais/regimentais	97
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	80
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Não disponibilizado no sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não disponibilizado no sistema

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	13
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	55

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	6	23	13
Distribuídos em 2013	2	3	5
Distribuídos em 2014	15	10	3
Distribuídos em 2015	36	25	10
Distribuídos em 2016	377	148	93
Distribuídos em 2017	1.290	993	514
Distribuídos em 2018	-	1.171	1.047
Distribuídos em 2019	-	-	1.324
Total	1.726	2.373	3.009



<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	37
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	37

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	18
Total como relator para o acórdão	41

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.128
Total de Processos julgados	2.579
Total de Processos baixados	1.815
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	549
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.313

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	30
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	65
Total de feitos não regularizados	0

## **5. METAS**

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	3.075
Processos julgados no ano anterior	2.384
Processos distribuídos no ano corrente	2.329
Processos julgados no ano corrente	1.809

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2018	0

Porcentagem de atendimento da meta	100%
------------------------------------	------

**5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	341
Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	117,30%

**5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	28
Pendentes	4
Porcentagem de atendimento da meta	85,71%

**5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes	2
Porcentagem de atendimento da meta	80%

**5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	33
Pendentes em 31/12/2018	4
Porcentagem de atendimento da meta	126%

**5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	65
Pendentes	4
Porcentagem de atendimento da meta	134,07%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	20
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	111,76%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano corrente	130
Processos baixados no ano corrente	45
Processos julgados no ano corrente	70
Processos distribuídos no ano anterior	174
Processos baixados no ano anterior	113
Processos julgados no ano anterior	96

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo:</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo:**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

**6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

**6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?**

Sim. a) Tomar as providências para sanar as questões levantadas nos itens 2 e 3 (análises estatística, organizacional e processual e análise de processo da amostra), cumprindo também as recomendações; b) realização de mais frequentes levantamentos de gargalos no acervo (tais como a análise dos processos conclusos por matéria e o já identificado acúmulo de embargos de declaração pendentes de julgamento), como medida de prevenção do agravamento de eventuais congestionamentos; c) elaboração e teste de planos estratégicos para redução de acervo; e d) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento e de feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

**6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

a) Inclusão em pauta dos processos anteriormente sobrestados e inclusão e julgamento dos demais processos verificados; b) Reclassificação das pastas e subpastas virtuais no sistema de acompanhamento processual, para uma melhor identificação, pela triagem, dos gargalos no acervo deste Gabinete, no intuito de prevenir aumento do congestionamento e reduzir o tempo de paralisação processual; c) Procederam-se reuniões para melhor alinhamento do trabalho diário e revisão das metas pessoais. Somando-se a isso, 2 novas servidoras foram lotadas nesta unidade; d) Ação direcionada para os julgamentos dos embargos de declaração, feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e agravos regimentais, culminando com a inserção de um maior número de casos nessas situações apontadas, por exemplo, o julgamento de 543 incidentes entre janeiro e maio de 2019.

**6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

Conforme Ofício n. 2019.05-GABRM-TRF5, referente à Inspeção Ordinária realizada no período de 19 a 23/3/2018, foi realizada uma reclassificação das pastas e subpastas virtuais no sistema de acompanhamento processual PJE para uma melhor identificação, pela triagem, dos gargalos no acervo deste Gabinete, no intuito de prevenir aumento do congestionamento e reduzir o tempo de paralisação processual.

Foram realizadas reuniões com os servidores e colaboradores para melhor alinhamento do trabalho diário e revisão das metas pessoais de cada um, na tentativa de redução paulatina do acervo do gabinete. As duas novas servidoras estão contribuindo na produção de votos e decisões, juntamente com o restante da equipe mais experiente na função. Ações direcionadas para desbloqueio de gargalos (ex.: embargos de declaração) estão sendo realizadas, culminando com maior quantidade de julgamentos de casos dessa estirpe.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

**7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

Sim. Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos. As iniciativas são diárias e permanentes, planejadas por meio de reuniões para localização dos gargalos e coleta de sugestões visando ações concretas para ampliar os julgamentos e decisões no gabinete, apesar de havermos notado aumento da quantidade de processos distribuídos. A identificação de demandas que se repetem ou de matérias já pacificadas nesta Corte e, também, nos tribunais superiores, para que sejam julgadas com mais frequência e em maior quantidade, é um exemplo de ação executada, na tentativa de atingir a meta acima almejada.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

**8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

1º) Triagem mais detalhada dos processos, verificando os casos que necessitem de diligências anteriores ao julgamento; 2º) Banco de dados acessível a todos os servidores do Gabinete com modelos de votos atualizados e aprovados pelo Desembargador; 3º) Elaboração de listas com as ementas de todos os processos a serem julgados em sessão e a visualização, via sistema informatizado da Corte, do inteiro teor do relatório e do voto de cada processo, tornando a sessão mais ágil, bem como a partir da leitura prévia realizada pelo Desembargador das listas de julgamento dos processos de relatoria dos demais desembargadores integrantes do órgão julgador.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000070-72.2011.4.05.8401	20/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando publicação do Acórdão		
0001371-04.2013.4.05.8201	6/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: aguardando publicação do Acórdão		
0001402-10.2007.4.05.8500	26/11/2008	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: despacho proferido determinando a publicação do Acórdão.		
0801221-13.2017.4.05.0000	13/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado em 29/8/19		
0801617-87.2017.4.05.0000	23/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 24/10/19		
0000204-72.2017.4.05.0000	21/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0803871-96.2018.4.05.0000	16/4/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0815825-42.2018.4.05.0000	7/11/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluído em pauta para 3/10/19		
0803875-70.2017.4.05.0000	4/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0814336-85.2016.4.05.8100	21/6/2017	1728 - Apelação/ emessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0800343-30.2016.4.05.8502	17/4/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0802969-64.2016.4.05.8100	27/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: julgado em 26/9/19		
0802274-29.2017.4.05.0000	17/3/2017	202 - Agravo De Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0800261-73.2014.4.05.8500	7/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0801115-33.2015.4.05.8500	4/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 27/9/19		
0000096-59.2014.4.05.8403	11/1/2018	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 24/10/17		
0813878-50.2018.4.05.0000	18/9/2018	120 - Mandado De Segurança Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0812275-73.2017.4.05.0000	18/12/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 16/10/19		
0000615-87.2000.4.05.9999	2/2/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Incluído em pauta para 12/12/19		
0800604-85.2017.4.05.8202	7/5/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17.10.19		
0007665-66.2013.4.05.8300	25/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0800683-52.2017.4.05.8109	22/10/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado em 26/9/19		

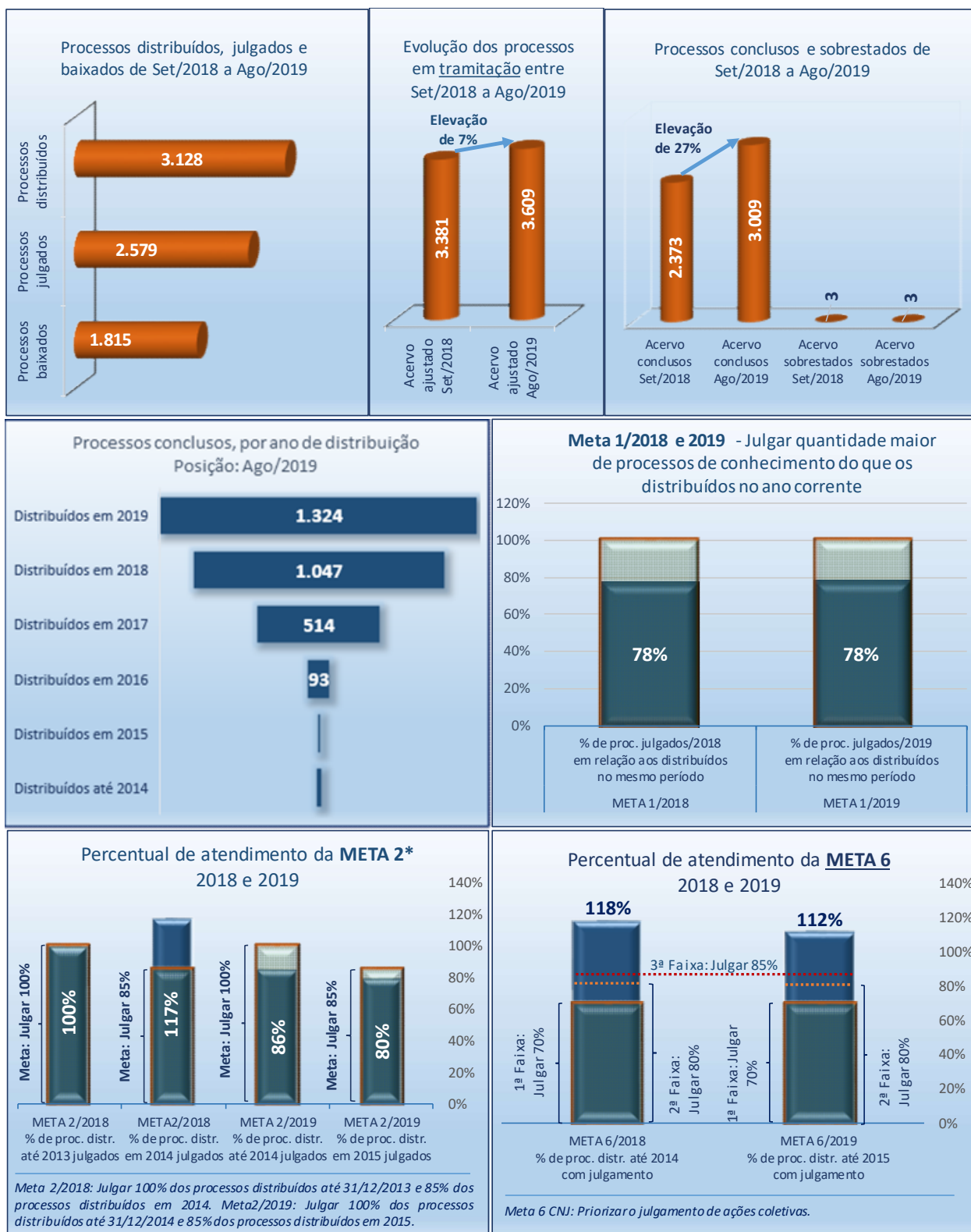
0000394-82.2017.4.05.8100	17/12/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado em 26/9/19		
0806174-54.2016.4.05.0000	26/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferido voto-vista em 12/9/19		
0802809-26.2015.4.05.0000	10/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferido voto-vista em 12/9/19		
0806239-49.2016.4.05.0000	29/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferido voto-vista em 12/9/19		
0002060-20.2014.4.05.8102	21/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0800166-64.2014.4.05.8202	19/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento adiado para 3/10/19		
0800840-39.2016.4.05.0000	11/2/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0800719-17.2014.4.05.8201	9/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 26/9/19		
0800288-49.2015.4.05.8200	24/5/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando publicação de despacho		
0806876-97.2016.4.05.0000	22/9/2016	202 - Agravo De Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida em 26/9/19		
0002690-78.2011.4.05.8200	10/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0017899-83.2008.4.05.8300	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0800205-92.2015.4.05.0000	19/1/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0000196-43.2016.4.05.8500	14/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0000683-15.2017.4.05.8100	25/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0000060-06.2017.4.05.8308	4/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta para 17/10/19		
0808246-77.2017.4.05.0000	29/8/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0002202-41.2016.4.05.8300	28/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0000146-35.2016.4.05.8203	10/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0000164-96.2015.4.05.8201	29/9/2017	417 - Apelação Criminal

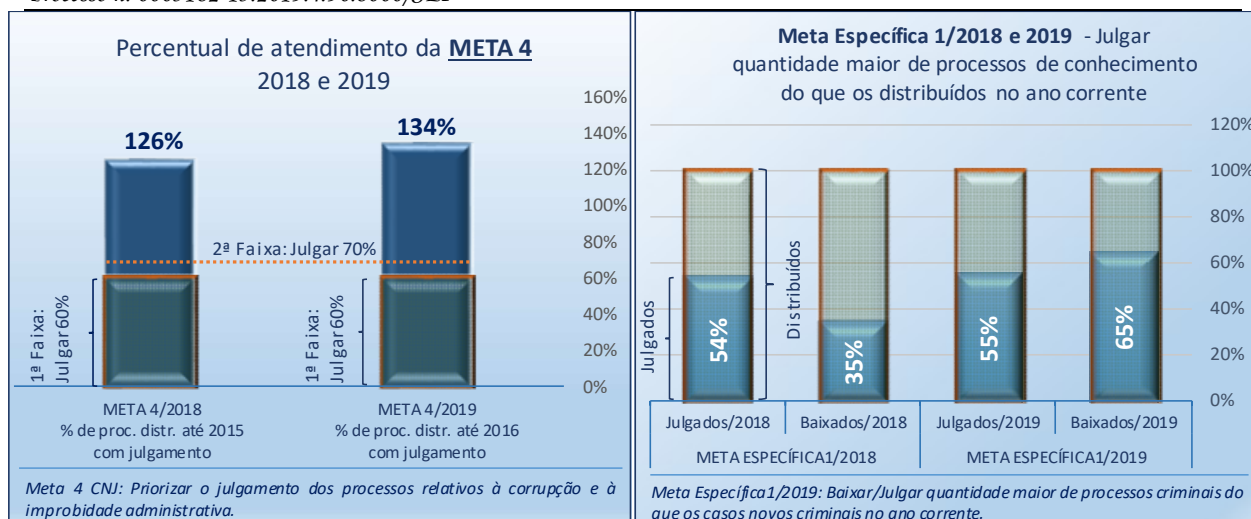
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0002013-69.2016.4.05.8201	20/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0000707-21.2014.4.05.8400	23/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0004011-33.2011.4.05.8400	28/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0010762-29.2012.4.05.8100	7/11/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0009093-88.2010.4.05.8300	29/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0027608-94.2000.4.05.0000	16/11/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0007059-77.2011.4.05.0000	2/5/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0803882-80.2015.4.05.8100	26/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0054911-05.2008.4.05.0000	30/6/2008	202 - Agravo De Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0002427-86.2003.4.05.0000	25/11/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0806034-11.2014.4.05.8400	25/5/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0005923-88.2008.4.05.8200	23/5/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0001352-35.2012.4.05.8200	12/12/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: aguardando publicação despacho		
0007961-98.2009.4.05.0000	13/2/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0005727-72.2000.4.05.8500	28/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/19		
0001146-22.2006.4.05.8300	30/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0000133-27.2007.4.05.8502	1º/4/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando publicação de despacho.		
0801916-86.2018.4.05.8000	4/5/2018	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Despacho proferido em 27/10/19		
0802152-72.2017.4.05.8000	10/5/2017	272 - Representação Criminal
Observação/Providência: Despacho proferido em 27/9/19		



0000688-93.2015.4.05.8201	7/2/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 23/10/19		
0806120-74.2017.4.05.8400	31/8/2017	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Incluído em pauta para 16/10/19		
0000208-32.2017.4.05.8400	18/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 16/10/19		
0009061-10.2015.4.05.8300	16/12/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0006089-88.2011.4.05.8500	18/12/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando publicação de Acórdão		
0003479-92.2016.4.05.8300	6/12/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0015198-71.2016.4.05.8300	6/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0001238-64.2015.4.05.8500	16/5/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando publicação de Acórdão		
0013818-86.2011.4.05.8300	12/3/2013	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Incluído em pauta para 16/10/19		
0012383-09.2013.4.05.8300	1º/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando publicação do acórdão		
0002424-15.2007.4.05.8400	6/6/2012	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Devolvido com revisão		
0002797-39.2008.4.05.8100	3/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		
0805483-26.2017.4.05.8400	1º/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/19		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 78 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 32 físicos e 46 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) concluir o julgamento no prazo de 30 dias:

0801617-87.2017.4.05.0000	0000096-59.2014.4.05.8403	0000615-87.2000.4.05.9999
0800288-49.2015.4.05.8200	0000208-32.2017.4.05.8400	0013818-86.2011.4.05.8300
0002060-20.2014.4.05.8102		

b) julgar no prazo de 60 dias:

0803875-70.2017.4.05.0000	0802274-29.2017.4.05.0000	0801115-33.2015.4.05.8500
0812275-73.2017.4.05.0000	0800205-92.2015.4.05.0000	0000196-43.2016.4.05.8500
0000060-06.2017.4.05.8308	0808246-77.2017.4.05.0000	0002202-41.2016.4.05.8300
0000164-96.2015.4.05.8201	0004011-33.2011.4.05.8400	0009093-88.2010.4.05.8300
0806034-11.2014.4.05.8400	0000881-67.2013.4.05.8205	0001307-18.2009.4.05.8303
0000674-52.2014.4.05.8102		

c) julgar no prazo de 30 dias:

0800604-85.2017.4.05.8202	0800840-39.2016.4.05.0000	0000133-27.2007.4.05.8502
0806120-74.2017.4.05.8400		

d) despachar no prazo de 30 dias:

0801916-86.2018.4.05.8000	0802152-72.2017.4.05.8000
---------------------------	---------------------------

## **12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE**

Inicialmente, registra-se que a equipe da Corregedoria foi recebida com cordialidade pelo Desembargador Federal, pelo Assessor e demais membros da unidade, que se mostraram solícitos em relação a todos questionamentos efetuados.

Durante a visita, apurou-se que, considerada a atividade-fim (análise e elaboração de minutas de despachos, decisões e votos), a unidade encontra-se organizada da seguinte forma: os autos são distribuídos entre os servidores, por matéria, segundo cinco grupos (administrativo, tributário, previdenciário, civil e criminal). Os agravos de instrumento ficam sob a responsabilidade de quatro servidores, sendo um na apreciação das liminares e três na produção de votos. Os processos de competência do Pleno são vinculados a dois servidores, um na área cível e um na penal. À assessoria cabe a triagem dos processos, a análise das petições, dos pedidos de efeito suspensivo, das desapropriações, das ações civis públicas, inclusive improbidade administrativa, das ações de direito ambiental e administrativo, orientação a estagiários, dentre outras funções. A atividade administrativa e de apoio operacional concentram-se em quatro servidores, que são responsáveis pelo controle de frequência, marcação de férias, resposta a ofícios, conferência dos acórdãos, encaminhamento dos processos julgados para publicação, estatística, confecção das listas de julgamento, atendimento ao público, demandas institucionais, despachos rotineiros etc. Por ocasião da entrevista, verificou-se que, atualmente, a assessoria dos feitos criminais é composta por um servidor e um estagiário, que ocupam uma sala em separado.

No que concerne aos feitos não criminais, os servidores compartilham outra sala e, além daqueles responsáveis pelos agravos de instrumento (em número de 4), as competências estão assim distribuídas: (a) Tributário: 1 servidor – feitos da Turma e cíveis do Pleno; (b) Previdenciário: 2 servidores - sendo 1 exclusivo e 1 que faz também administrativo, além de 1 estagiário; (c) Administrativo: 3 servidores - sendo 1 exclusivo, 1 que faz também administrativo e 1 que ainda faz civil; (d) Civil: 1 servidor exclusivo e 1 que também faz Administrativo; (e) Criminal: 1 servidor – Turma e Pleno e 1 estagiário; (f) Improbidades/Desapropriações/Tributário/Auxílio nas demais matérias: 3 servidores e 2 estagiários; (g) atividades administrativas, agente de segurança, estatística e afins: 4 servidores; total de 19 servidores e 4 estagiários.

Nenhum dos servidores exerce suas atividades em regime de teletrabalho.

A triagem inicial é atividade realizada diariamente, salvo raras exceções, por duas servidoras, que analisam a matéria dos autos e os direcionam para a “caixa eletrônica” (autos virtuais) ou estantes (autos físicos).

Os processos eletrônicos estão organizados por pastas identificadas, são as “caixas eletrônicas”, previamente criadas no sistema PJe, divididas conforme a matéria e subdivididas por assuntos, existindo, ainda, caixas para os feitos prioritários. Exemplificativamente, foram citadas as caixas de: Prioridades; Vista ao MPF; Petições para despachar; Pedidos de efeito suspensivo, dentre outras.

Os processos físicos recebidos da Distribuição e da Secretaria Processante são triados e localizados em prateleiras e estantes numeradas, identificadas por matéria, sendo a localização informada no sistema de acompanhamento processual. Há prateleiras com identificação específica para os agravos de instrumento, para os feitos do Pleno, para os que têm prioridade de tramitação, para as desapropriações, as ações coletivas e os embargos de declaração, além dos chegados da Distribuição e os incluídos em pauta de julgamento, e os que aguardam voto vencido, voto condutor e voto vista. Os processos originários (mandado de segurança e *habeas corpus*) são despachados e julgados assim que chegam ao Gabinete, havendo prateleira específica também para esses feitos. Os servidores responsáveis pelas respectivas matérias buscam os seus processos nos diversos localizadores. Cada servidor também possui suas caixas eletrônicas, organizando-as em subcaixas de embargos de declaração, de agravos legais, além de caixas prioritárias, onde alocados, por exemplo, processos incluídos em Metas.

Os embargos de declaração estão localizados em estantes identificadas, se físicos, e em pastas específicas do PJe, se eletrônicos, e, por representar parcela grande do acervo do Gabinete, estão sendo objeto de mutirão.

Segundo informado, os critérios adotados para a organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos são especificidade, eficiência e celeridade. O controle de movimentação interna dos processos é feito pelo esparta (processos físicos) e pelo PJe (processos eletrônicos), além do auxílio estatístico do sistema *Business Intelligence (B.I.)*.

O gabinete conta com metas individuais de produtividade, de frequência semanal, consistindo em oito processos por servidor, excetuado o setor criminal, que não detém meta fixa. Os servidores que contam com o auxílio de estagiários possuem meta de 12 processos. Nesse número, não se inserem os embargos de declaração. Essas metas são controladas através de planilhas e, uma vez alcançadas, há política de recompensas adotada pela unidade. Essa política consiste em que, alcançada a meta, o servidor pode cumprir sua carga horária na semana seguinte, mas de forma integral, de segunda a quinta-feira, sendo dispensado na sexta-feira, devendo, contudo, fazer plantão em uma sexta-feira por mês.

No início do ano é definido o plano estratégico anual, do qual se destacam as metas mais relevantes, quais sejam: redução do acervo; julgamento de quantidade maior de processos do que os distribuídos mensalmente (Meta 1 CNJ); e redução da quantidade de processos físicos.

Relativamente aos feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ, constatou-se que recebem tratamento diferenciado, sendo localizados, para esse fim, em pastas/caixas próprias ao seu controle e a elaboração das minutas antecede a dos demais processos.

Os advogados e partes são atendidos pelo próprio Desembargador, sem necessidade de agendamento prévio, com exceção dos dias em que há, cumulativamente, sessões da Turma Ampliada (pela manhã) e do Pleno (à tarde) ou

situações excepcionais, hipóteses nas quais a assessoria presta auxílio. Os advogados residentes em outros Estados são orientados a ligar para a Chefia de Gabinete, para agendar horário para despachar. O assessor também atende advogados, de forma presencial ou por telefone. A chefe de gabinete, por sua vez, recebe memoriais.

O controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos, como processos para voto-vista, é feito por intermédio dos sistemas processuais. Para esse fim, são realizadas consultas periódicas aos sistemas de acompanhamento processuais PJe (eletrônico) e Esparta (físico), onde se extrai a relação de tais casos e, sendo o caso de atraso, o gabinete efetua contato para solicitar resolução da pendência.

Não há matérias para fins de sobrestamento. De regra, os sobrestados, por decisões oriundas do STF ou STJ, ficam sob guarda da Secretaria de Recursos Especial, Extraordinário e Ordinário (SREEO), ligada à Vice-Presidência.

No que concerne à dinâmica processual, comparativamente à inspeção anterior, verificou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 2.021 a 3.009, o que importou um acréscimo significativo do seu número. Na anterior inspeção, também já havia sido constatado um aumento do acervo.

Naquela ocasião, foi apurada a existência de 616 embargos de declaração, 63 agravos legais/regimentais e 14 pedidos de vista. Atualmente, o gabinete conta 644 embargos de declaração, dos quais 557 com conclusão superior a 30 dias, 97 agravos legais/regimentais, sendo 80 com conclusão superior a 30 dias, além de 37 pedidos de vista há mais de 30 dias.

Além disso, a unidade possui 87 recursos em ações de improbidade administrativa, 907 agravos de instrumento, 481 recursos em ações com preferência legal, 21 processos com réus presos, 6 *habeas corpus*, 13 com pedido de tutela há mais de 10 dias e 55 feitos com tutela deferida, sem julgamento há mais de 90 dias.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é pouco significativo.

Dos 65 feitos verificados na inspeção anterior não constam pendências a regularizar.

Quanto aos dados estatísticos, pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades do Tribunal:

ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, SOBRESTADOS E EM TRAMITAÇÃO  
 POSIÇÃO: AGOSTO/2019

ÓRGÃO	MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO AGOSTO/2019	ACERVO DE CONCLUSOS AGOSTO/2019	SOBRESTADOS AGOSTO/2019
PRESIDÊNCIA	DES. FED. VLADIMIR SOUZA CARVALHO	17	-	-
VICE-PRESIDÊNCIA	DES. FED. JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES	1.938	1.618	3
	SREEO - SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.	5.234	-	20.285
PRIMEIRA TURMA	DES. FED. FRANCISCO ROBERTO MACHADO	3.609	3.009	3
	DES. FED. ALEXANDRE LUNA FREIRE	6.679	4.918	0
	DES. FED. ÉLIO SIQUEIRA	2.828	1.702	0
SEGUNDA TURMA	DES. FED. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	4.032	3.331	23
	DES. FED. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE DE CARVALHO	4.140	2.534	0
	DES. FED. PAULO MACHADO CORDEIRO	5.962	4.409	16
TERCEIRA TURMA	DES. FED. ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	1.879	729	0
	DES. FED. FERNANDO BRAGA DAMASCENO	4.281	3.448	8
	DES. FED. CID MARCONI GURGEL DE SOUZA	5.582	4.081	3
QUARTA TURMA	DES. FED. MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	3.264	2.467	23
	DES. FED. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	4.369	3.116	0
	DES. FED. EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR	1.938	734	0
TOTAL		55.752	36.096	20.364

Fonte: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Do exame da tabela acima, verifica-se que, comparativamente às Turmas que integram o Tribunal, é o gabinete que possui o oitavo maior acervo, ocupando, assim, posição intermediária.

Junto ao sistema *B.I.*, pode-se verificar, ainda, que o tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento no TRF5 equivale a 457 dias, enquanto no gabinete ora inspecionado corresponde a 337 dias.

Desse panorama, extrai-se que se impõe a adoção de medidas com fins à contenção do crescimento do acervo, bem como adequado monitoramento daqueles que exigem atenção preferencial, notadamente as ações criminais.

Nesse sentido, do quanto recomendado na inspeção anterior, remanesce pendência relativa à elaboração de plano estratégico sistematizado, que contemple metas mensais para todas as prioridades, aprimorando-as quantitativa e qualitativamente.

Finalmente, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade para a lotação de servidores, havendo um grande número destes que tem migrado para funções administrativas do Tribunal, que contemplam funções gratificadas igualmente ou melhor remuneradas, sendo mais atrativas.

### 13) RECOMENDAÇÕES

Comparativamente à última inspeção ocorreu aumento do acervo de processos conclusos (2.021 para 3.009).

Uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que o acervo de processos conclusos no início do 12º mês anterior era de 2.373, e no mês anterior à inspeção era de 3.009.

A análise dos dados demonstra também que o acervo ajustado da unidade considerado há 12 meses, comparado com o número verificado no mês anterior, aumentou de 3.381 para 3.609 processos.

Verifica-se ainda, em relação aos embargos de declaração aguardando julgamento, que o número passou de 616 para 644, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

O gabinete tem números relativamente controlados, considerada a média dos demais gabinetes.

No que toca ao tempo médio, como já observado, o gabinete leva, entre a distribuição e o primeiro julgamento, 357 dias, enquanto o tempo médio no TRF5 equivale a 457 dias. Trata-se de indicador positivo.

No Tribunal, o acervo médio de processos conclusos nos gabinetes em agosto de 2019 era de 2.873, havendo alguns gabinetes com menos de 1.000 processos. Na mesma data, o acervo do gabinete ainda era 3.009.

Não obstante, como se evidencia curva levemente crescente, aconselhável sejam tomadas medidas para conter essa tendência, a fim de prevenir a consolidação de quadro que venha a prejudicar a adequada prestação jurisdicional, até porque, como demonstrado, a unidade está ultrapassando a média de processos conclusos para julgamento dos gabinetes do Tribunal.

De todo modo, cabe reconhecer os esforços e o bom trabalho do Magistrado e de toda a equipe para fazer frente à demanda.

Assim, em que pese o bom trabalho desenvolvido, oportuno sejam tomadas medidas para continuar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Considerando a ampla competência do gabinete, enquanto não for possível implantar especialização - mesmo que parcial - das Turmas (seria o ideal se a estrutura do Tribunal comportasse isso), recomendável que seja estudada a possibilidade de reestruturação funcional da Unidade, mediante o aperfeiçoamento da definição das tarefas entre os servidores, com redistribuição das atividades a partir da especialização por matérias (que proporciona um aumento da produtividade).

De fato, constatou-se um número expressivo de servidores cuidando da administração do gabinete, o que em um contexto de carência crescente de força de trabalho, e bem assim de possibilidade de automatização de atividades (por conta do processo eletrônico), pode ser repensado, com a concentração de maior número de servidores na atividade-fim. O setor criminal, por exemplo, pode ser reforçado, inclusive com a designação de servidor CJ responsável pelo seu constante monitoramento.



b) Necessário, por outro lado, evitar esforços no sentido de reduzir e manter sob controle o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos. Nesse sentido, importante que seja feita triagem dos embargos de declaração, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade, para pronto julgamento.

c) Importante a elaboração de plano estratégico sistematizado, que: (a) contemple metas mensais para cada uma das prioridades, reduzindo os respectivos acervos quantitativa e qualitativamente (por antiguidade); e (b) promova a efetiva redução do acervo e viabilize incremento no atingimento da Meta 1 do CNJ, bem como na Meta 4 do CNJ.

Recomendável, nesse sentido, estabelecer metas individuais diferenciadas para as diversas matérias, de acordo com a sua complexidade. O estabelecimento de metas fixas sem considerar o tipo de processo e a respectiva complexidade acaba por gerar situação de desigualdade entre os servidores e não contribui para o incremento da produtividade global do gabinete.

d) O recurso às decisões terminativas (artigo 932 do CPC) constitui igualmente estratégia que, adequadamente adotada nos casos autorizados pela lei, pode contribuir para o controle do acervo.

e) Em paralelo às medidas para incremento dos julgamentos, pode ser tentada a conciliação, pois considerando a quantidade e a qualidade do acervo, muito provavelmente há espaço para a busca de medidas autocompositivas, que a um só tempo auxiliam na efetiva solução dos litígios e agilizam os trabalhos da unidade.

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO SIQUEIRA FILHO**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Élio Siqueira Filho.

**2.2. Turma:**

Primeira Turma.

**2.3. Competência:**

Turma e Pleno.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Maria Eduarda de Mendonça Barros (Chefe de Gabinete); Luciana de Medeiros Fernandes (Assessora de Desembargador); Josely Mercês de Melo Santana

(Assessora Judiciária); Maria Augusta Costa Bacelar Carneiro Leão (Diretora de Divisão); e Nadja Christtiane Galindo de Albuquerque (Diretora de Divisão)

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	5
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	Da Justiça Federal da 5ª Região de 1º grau e requisitados com vínculo com outros órgãos públicos: 13

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	2.865
Processos suspensos/sobrestados	Há 4. Na listagem disponibilizada pelo BI, aparecem 4 processos sobrestados (1 na Secretaria da Turma e 3 na Secretaria do Plenário), quais sejam 0807220-78.2016.4.05.0000, 0805080-03.2018.4.05.0000, 0018293-66.2005.4.05.0000 e 0001362-66.2009.4.05.8400. Acerca deles, impende registrar as seguintes observações/providências: a) AGTR 0807220-78.2016, foi retirado de sobrestamento, para intimação da parte contrária para contrarrazões recursais; b) AR 0805080-03.2018, foi retirado da tarefa de sobrestamento, na qual a Secretaria do Plenário o colocou por equívoco; c) 0018293-66.2005 - APE 10, sobrestamento vinculado à Vice-Presidência, não ao Gabinete (recursos dirigidos aos Tribunais Superiores); d) 0001362-66.2009 - INQ 3227, sobrestamento pela existência de parcelamento ativo e com pagamentos regulares.
Processos conclusos	1.646
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	Zero. Cabe registrar que, recentemente (início de setembro de 2019, portanto, fora do período de referência da inspeção),

	chegou ao Gabinete o Ofício nº 1054/2019, procedente do Gabinete de Conciliação do TRF5, solicitando o encaminhamento àquela unidade dos processos 0803949-56.20194.05.0000 e 0805391-57.2019.4.05.0000, para tentativa de conciliação. Os referidos processos já foram remetidos ao solicitante
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Zero. Os mutirões já ocorridos remontam aos períodos de 4/9 a 19/12 de 2017 e 6/2 a 6/4 de 2018, segundo os Atos da Presidência do TRF5 nºs 443/2017 e 570/2017. Após a última data, o Juiz Auxiliar apenas participou das sessões, com o julgamento de embargos de declaração opostos contra acórdãos que relatou e para a conclusão do julgamento, quando, após o seu voto, houve pedido de vista

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.828
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.745
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.702
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.450
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma	Prejudicado

suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Sim. Recebidos: 944. Enviados: 863. Cumpre observar que esse número reflete, sobretudo, os efeitos do Ato nº 89/2018 da Presidência do TRF5, que determinou que, "havendo indicativo de prevenção, deverá a Divisão de Protocolo, Registro e Distribuição realizar incontinenti a redistribuição do feito ao julgador prevento, certificando-se nos autos". Além da redistribuição com essa motivação, há as decorrentes de mudança de Relatoria (voto condutor) e de impedimento

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	10
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	2
Outros	4 Pedidos de Efeito Suspensivo à Apelação e 1 Tutela Cautelar Antecedente

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	1.544

Recursos em mandados de segurança coletivos	5
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	37
Recursos em ações civis públicas	13
Recursos em ações de desapropriação	6
Recursos em ações com preferência legal	280
Outros	1.202

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	1.544
Apelações cíveis	999
Agravos de instrumento	504
Outros	41 Remessas Oficiais

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	1
Inquéritos	2
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	1
Outros	0

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	88
Apelações	86
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	2 Agravos em Execução Penal

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	4
Apelações	2
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas Corpus	0
Outros	2 Agravos em Execução Penal

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	230
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	106
Agravos legais/regimentais	43
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	22
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema.

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	São 27, segundo o relatório do BI. No relatório expedido através do BI, com os critérios "Número Processo", "Data Conclusão" e "Idade da Conclusão em Dias", aparecem 206 processos nessa posição de conclusos há mais de 10 dias sem exame de tutela de urgência postulada. Considerado o número expressivamente elevado, fez-se conferência manual desses 206 processos, pela movimentação registrada no sistema PJE e no único processo físico listado, e apurou-se que, na data de referência (31/8/2019), os pendentes nessa categoria somavam 27.
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90	São 4, segundo o relatório do BI. No Relatório do BI, constam nessa posição 4

dias, e não submetidas ao exame do colegiado	processos (0808116-87.2017.4.05.0000, 0805966-31.2018.4.05.8300, 0801454-39.2019.4.05.0000 e 0000002-27.2019.4.05.0000), ocorre que, em todos, o pedido de tutela provisória foi indeferido. Além disso, desses 4, apenas o último ainda não foi definitivamente julgado; os demais, foram julgados em setembro/2019. Consta, ainda, no rol de liminares concedidas sem julgamento definitivo (concluído há 37 dias), o Processo nº 0804873-94.2017.8000, no qual, com efeito, houve a concessão de tutela provisória. Contudo, o referido processo já teve o julgamento iniciado (houve pedido de vista em sessão ampliada).
--	---

<b>4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos concluídos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	2	8	3
Distribuídos em 2013	-	1	-
Distribuídos em 2014	16	4	3
Distribuídos em 2015	49	16	9
Distribuídos em 2016	309	61	36
Distribuídos em 2017	1.059	326	92
Distribuídos em 2018	-	943	449
Distribuídos em 2019	-	-	1.054
Total	1.435	1.359	1.646

<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	<p>Constam 4. Observações: Constam no relatório do BI, com data de referência 31/8/2019, 4 processos de outros Relatores concluídos no Gabinete para voto-vista.</p> <p>São eles: 0804868-43.2015.4.05.8000, 0802924-42.2018.4.05.0000, 0801679-59.2019.4.05.0000 e 0802066-74.2019.4.05.0000.</p> <p>Quanto aos dois primeiros, os votos-vista foram proferidos em 29/8/2019. Quanto aos dois últimos os votos-vista foram proferidos em 12/9/2019. Na data de</p>



	referência, apenas os dois primeiros estavam há mais de 30 dias conclusos para voto-vista. No controle interno do Gabinete, considerada a data de referência, constavam, ainda, conclusos, aguardando voto-vista, os processos 0800508-60.2018.4.05.8000 e 0810580-43.2017.4.05.8000, tendo o pedido de vista ocorrido na sessão de Turma Estendida de 7/8/2019. Esses processos já estão pautados para serem devolvidos a julgamento em 16/10/2019.
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	2

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	Constam 9. Observações: Constam no relatório do <i>BI</i> , com data de referência 31/8/2019, 9 processos com pendências de lavratura de acórdão. Ocorre que 8 deles (os físicos: 0018293-66.2005.4.05.0000, 0002051-09.2006.4.05.8500, 0004345-63.2008.4.05.8500, 0004940-05.2011.4.05.8000, 0007354-74.2005.4.05.8100, 0001790-75.2009.4.05.8100, 0002437-18.2017.4.05.9999 e 0000523-45.2019.4.05.9999) estão incorretamente postos nesse rol, porque não tinham qualquer pendência dessa natureza. Já quanto ao único eletrônico (0813014-12.2018.4.05.0000), a demora na lavratura se deu no Gabinete do Relator para o Acórdão (Des. Federal Alexandre Luna Freire).
Total como relator para o acórdão	6

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.139
Total de Processos julgados	2.691
Total de Processos baixados	2.100
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	448
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.039

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	38
Total de feitos não regularizados	0. Observações: Apenas em relação ao Processo nº 0802200-54.2015.4.05.8500 (que foi inspecionado), que a apelação foi julgada à época da autoinspeção de 2017, tendo o acórdão sido lavrado em 15/8/2017, transitando em julgado em 14/9/2017. O acórdão deu provimento à apelação, reformando a sentença que indeferira a petição inicial e determinando o retorno dos autos ao 1º grau para prosseguimento. No 1º grau, houve nova sentença e os autos retornaram ao Tribunal em abril de 2018. Em 5/9/2019, a apelação foi desprovida. Houve a oposição de embargos de declaração e a parte contrária apresentou impugnação. O feito está incluído em pauta para 17/10/2019.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	58
Total de feitos não regularizados	0. Observações: Em relação a outros processos inspecionados: a) quanto ao Processo nº 0807808-85.2016.4.05.0000, foi retirado do sobrestamento e pautado para julgamento em 10/10/2019; b) quanto ao Processo nº 0803830-03.2016.4.05.0000, mais de um ano após a certificação do trânsito em julgado, ingressou petição nos autos, com alegação de nulidade arguida por um dos agravados. Fase atual: intimação da agravante e do MPF; c) quanto ao Processo nº 0800987-36.2014.4.05.0000, a observação/recomendação feita pela Corregedoria-Geral, na inspeção, foi a seguinte: "Meta CNJ: 2/2018. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Recomendação: julgar em 90 dias". Não conseguimos cumprir esse prazo, pois, desde 2016, tentava-se intimar pessoalmente o agravante para regularizar a sua representação processual, o que apenas aconteceu em julho deste ano

	(2019). Em 1/8/2019, foi juntada a carta cumprida, com a intimação da parte, e procedida a conclusão ao Gabinete. Considerando que o agravante não regularizou a representação processual, embora intimado, exarou-se decisão não conhecendo do recurso. Julgou-se, destarte, o recurso, assim que processualmente foi possível, de modo que ele não mais está pendente.
--	--

## 5. METAS

### 5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

Processos distribuídos no ano anterior	3.042
Processos julgados no ano anterior	2.586
Processos distribuídos no ano corrente	2.284
Processos julgados no ano corrente	1.944

### 5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):

Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	14
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

### 5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	173
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	21
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	95,24%

**5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	85
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	702
Pendentes em 31/12/2018	2
Porcentagem de atendimento da meta	143%

**5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	91
Pendentes	3
Porcentagem de atendimento da meta	138,15%

**5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):**

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

**5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
--	---

Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	140%

**5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	646
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,83%

**5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):**

Processos distribuídos no ano anterior	165
Processos baixados no ano anterior	142
Processos julgados no ano anterior	129
Processos distribuídos no ano corrente	47
Processos baixados no ano corrente	31
Processos julgados no ano corrente	115

**5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

## 6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Houve: a) Movimentação em 60 dias dos processos 0802588-43.2015, 0800207-36.2016, 0803891-58.2016 e AC575206 (voto-vista); b) Movimentação em 60 dias dos processos AC584405 e AGTR140845 (voto condutor); c) Priorização do julgamento dos processos 0806525-27.2016, 0801155-33.2017, 0805042-25.2017, 0806677-41.2017, 0804243-11.2017, 0804250-03.2017, 0807148-57.2017, 0802987-13.2015, 0801716-32.2016, 0800609-12.2016, 0803553-84.2016, 0800434-38.2016, 0800110-33.2016, 0805685-46.2016, 0803346-35.2016, 0802067-75.2016, 0806408-54.2014 e 0802998-76.2014; d) Julgar em 90 dias o processo 0800987-36.2014; e) Priorizar/regularizar tramitação em 10 dias dos processos 0810417-07.2017, 0810668-25.2017, 0800222-20.2016, 0805848-15.2014 e 0800106-82.2014; f) Esforço para a redução do estoque de embargos de declaração e agravos internos não julgados e de feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e ainda não levados ao Colegiado.

### 6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foram: a) Votos-vista proferidos; b) Acórdãos lavrados; c) Os 18 processos foram julgados e seguiram seu curso; d) Quanto ao 0800987-36, não se conseguiu cumprir o prazo de 90 dias, pois, desde 2016, tentava-se intimar o agravante para regularizar a representação processual, o que apenas aconteceu em 7/2019. Considerando a não regularização, o recurso não foi conhecido. Julgado o recurso (27/9/2019), não há mais pendência; e) Os 0810417-07 e 0810668-25 foram enviados ao STJ, para julgar recurso ordinário; os 0800222-20 e 0805848-15 transitaram em julgado e baixaram; e o 0800106-82 foi julgado (inclusive os embargos de declaração), encontrando-se, atualmente, na fase de recursos extraordinários; f) Temos envidado esforços para a redução do estoque de embargos de declaração e agravos internos (na inspeção anterior, pendiam 495 EDs e 105 AIs; na inspeção atual, pendem 230 EDs e 43 AIs). Há acompanhamento periódico dos feitos que tem liminar concedida, para priorização de pauta.

### 6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes de cumprimento.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### 7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 1 não foi atendida (diferença de 456 processos). Isso derivou, em parte, da priorização dos julgamentos dos embargos de declaração e dos agravos internos, bem como do grande volume de pleitos de tutelas de urgência no período e das peculiaridades inerentes à sistemática da turma ampliada. É provável que este ano, mantida a elevada distribuição e a despeito dos esforços, a referida meta também não seja alcançada, embora já se observe melhora numérica (o débito atual é de 340 processos). Para tentar vencer a diferença, temos procurado dosar a inclusão em pauta entre processos antigos (de regra, mais complexos), rotineiros (de discussões já conhecidas e com entendimento firmado) e incidentes (os EDs e AIs). Temos tentado, ainda, agrupar processos por semelhança de questões debatidas, de modo a aproveitar o raciocínio para todos. De toda sorte, o acervo do Gabinete é, hoje, o terceiro menor do Tribunal, em número de processos conclusos e em tramitação (total).

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

No processo de trabalho, prestigia-se a triagem, que permite o conhecimento do acervo e a movimentação, em melhor tempo, nos casos de julgamento monocrático do art. 932 do CPC e de providências necessárias antes da fase de julgamento. A especialização dos servidores por matéria ajuda no tratamento mais adequado do acervo. O controle pelos sistemas informatizados do TRF5 são igualmente uma ferramenta importante para o bom andamento dos trabalhos. A grande dificuldade hoje diz com a quantidade insuficiente de servidores para lidar com o aumento crescente do volume e da complexidade dos processos. O sopeso das metas quantitativas e qualitativas da prestação jurisdicional; a implementação de tecnologias informatizadas de otimização dos trabalhos; a reordenação das unidades de trabalho, reposicionando os servidores de outros setores (de atividade-meio) nos gabinetes, para a execução da atividade-fim (análise processual, pesquisa e redação); são sugestões possíveis.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0812824-49.2018.4.05.0000	24/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 22/8/2019. Acórdão lavrado e publicado.		
0805966-31.2018.4.05.8300	26/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 19/9/2019. Acórdão lavrado e publicado.		
0801454-39.2019.4.05.0000	12/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em 12/9/2019. Acórdão lavrado e publicado.		
0802845-29.2019.4.05.0000	13/3/2019	202 - Agravo De Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado por decisão monocrática, em 29/8/2019. Em controle de prazo, após intimação das partes.		

0800851-35.2018.4.05.8201	3/9/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos foram redistribuídos a este Gabinete, em 18/3/2019, porque o Relator originário se declarou impedido, em 13/3/2019. Processo pautado para julgamento em 3/10/2019. Processo em marcha regular.		
0801520-19.2019.4.05.0000	13/2/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 18/9/2019. Acórdão lavrado e publicado.		
0800542-36.2017.4.05.8205	18/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído no TRF5 em 18/5/2018. Pautado para a sessão de julgamento de 17/10/2019.		
0807971-24.2016.4.05.8000	4/12/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 10/10/2019.		
0801047-76.2016.4.05.8103	16/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram distribuídos no Tribunal em 16/5/2018. Parecer do MPF anexado em 6/8/2018. Processo pautado para julgamento em 10/10/2019. Processo em marcha regular.		
0018070-29.2006.4.05.8100	13/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos reativados no TRF5 em 13/12/2017, após esclarecimentos do perito. Pautado para julgamento, foi juntada petição do assistente. Retirado de pauta. Vista às partes sobre os documentos. Manifestação do MPF de 2/2019. Processo pautado para julgamento em 17/10/2019.		
0801832-45.2015.4.05.8500	22/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 26/9/2019. Aguardando lavratura do acórdão.		
0808338-21.2016.4.05.8300	30/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 24/10/2019. Aguardando fechamento da pauta.		
0813014-12.2018.4.05.0000	28/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Acórdão lavrado pelo Desembargador Federal Alexandre Luna (Relator para o Acórdão). Expedição de intimações.		
0004242-44.2012.4.05.8200	28/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos devolvidos (do STF) ao TRF5, em 15/10/2015. Em 21/7/2016, suscitada arguição de inconstitucionalidade. Houve inclusões em pauta, mas sem julgamento, por necessidade de exame mais aprofundado. O feito está pautado e será levado a julgamento em 2/10/2019.		
0813717-06.2017.4.05.8300	26/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 3/10/2019.		
0804969-82.2017.4.05.8300	7/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 24/10/2019.		
0800197-64.2017.4.05.8401	8/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído no TRF5 em 8/3/2018. Pautado para a sessão de julgamento de 10/10/2019.		
0804698-55.2017.4.05.8500	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 7/11/2019.		
0804655-91.2016.4.05.8100	15/2/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 17/10/2019.		
0800209-91.2016.4.05.8311	22/3/2018	198 - Apelação Cível

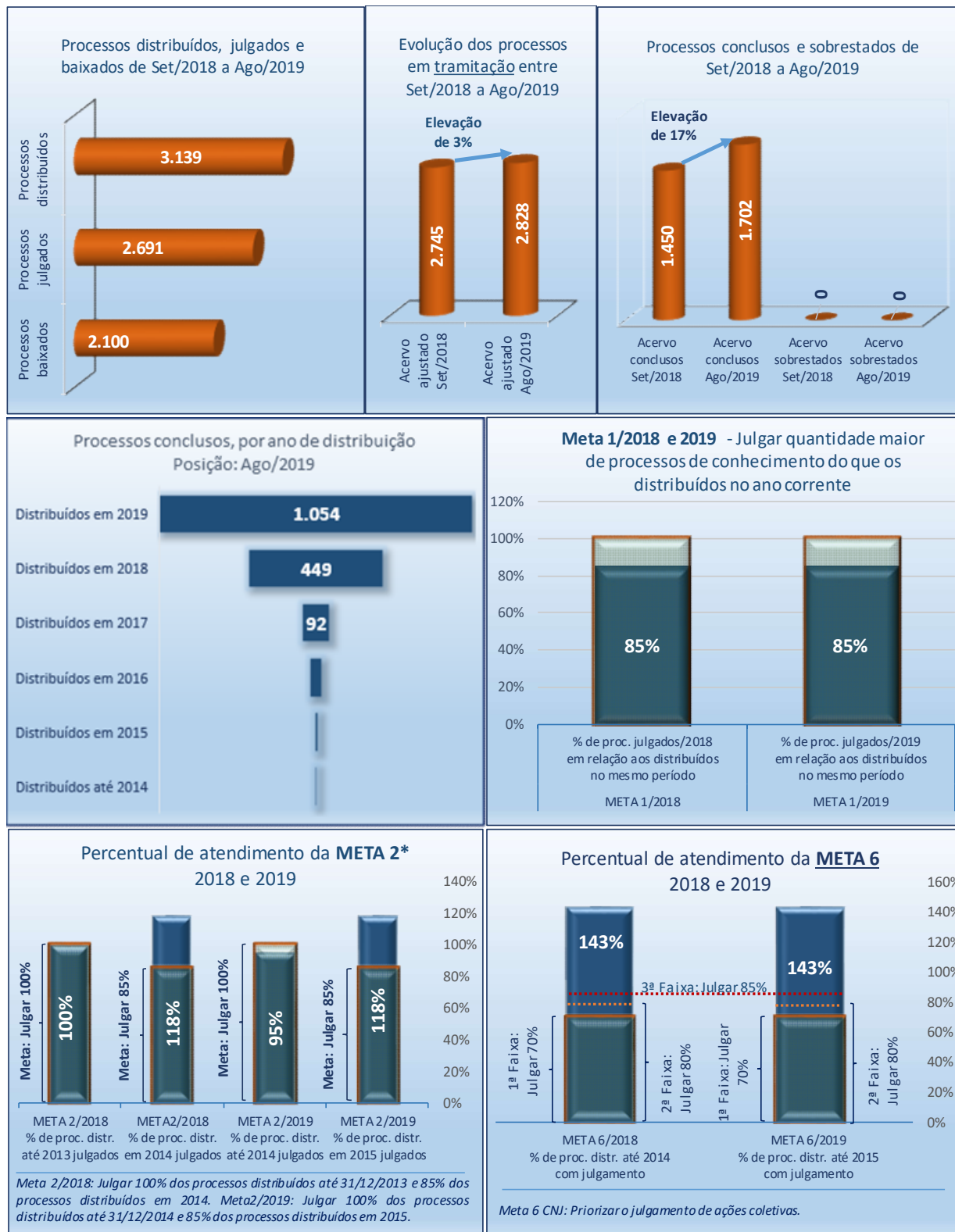


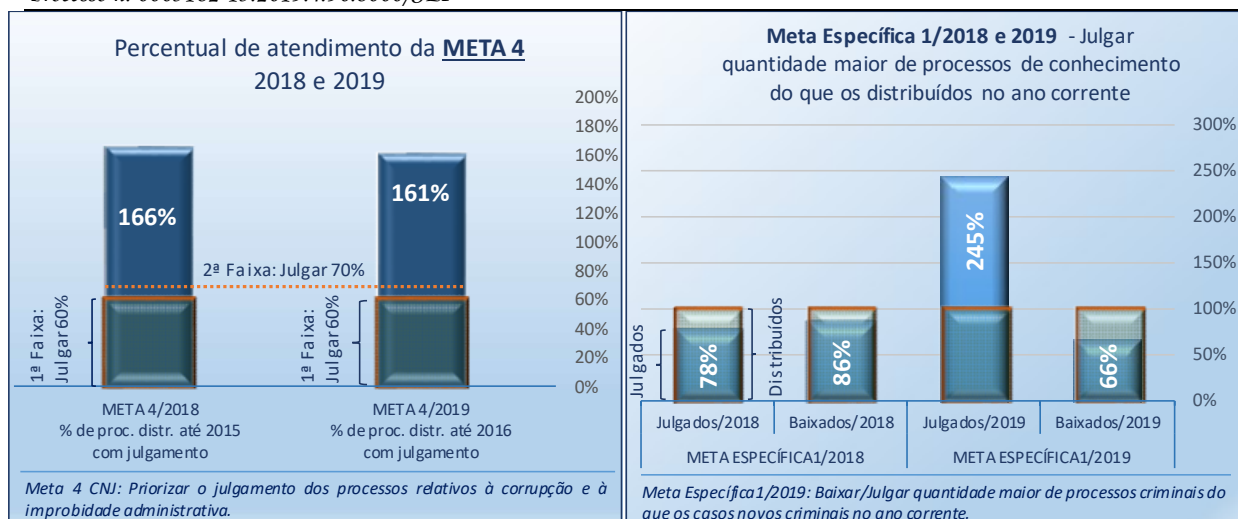
Observação/Providência: Processo distribuído no TRF5 em 22/3/2018. Pautado para a sessão de julgamento de 17/10/2019.		
0814003-02.2017.4.05.8100	27/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 7/11/2019. Aguardando fechamento de pauta.		
0810631-95.2017.4.05.0000	31/10/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 24/10/2019. Aguardando fechamento de pauta.		
0003449-42.2011.4.05.8200	25/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo relatado e revisado. Aguarda inclusão em pauta de julgamento. Priorizar julgamento.		
0000854-84.2013.4.05.8205	11/4/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos ingressaram no Tribunal em 11/4/2018. Após fase de razões e contrarrazões recursais, houve parecer do MPF, em 15/6/2018. Processo pautado para julgamento em 10/10/2019. Processo em marcha regular.		
0808695-35.2017.4.05.0000	11/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 17/10/2019.		
0800070-25.2018.4.05.8100	20/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído no TRF5 em 20/6/2018. Pautado para a sessão de julgamento de 10/10/2019.		
0805586-47.2016.4.05.0000	4/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 17/10/2019.		
0803750-68.2018.4.05.0000	11/4/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 26/9/2019. Aguardando lavratura do acórdão.		
0000521-48.2016.4.05.8102	12/6/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos ingressaram no Tribunal em 12/6/2018. Parecer do MPF lançado em 12/7/2018. Os autos foram relatados e revisados. Aguardam inclusão em pauta de julgamento. Priorizar julgamento.		
0803275-60.2017.4.05.8500	13/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído no Tribunal, em 13/7/2018. Pautado para julgamento na sessão de 10/10/2019.		
0800810-33.2018.4.05.0000	1º/2/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso sobrestado, em 20/9/2019, em razão da suspensão da execução fiscal originária, pelo prazo de 60 meses, no aguardo do cumprimento voluntário da obrigação (art. 922 do CPC). Processo em marcha regular.		
0001847-58.2016.4.05.8000	9/7/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos ingressaram no Tribunal em 9/7/2018. Houve parecer do MPF, em 30/7/2018. Processo pautado para julgamento em 17/10/2019. Processo em marcha regular.		
0812060-29.2017.4.05.8300	23/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 7/11/2019. Aguardando fechamento de pauta.		
0801815-62.2017.4.05.8201	7/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo, distribuído no TRF5 em 7/11/2018, foi incluído para a pauta de julgamento de 10/10/2019. No entanto, observou-se a existência de interesse de incapaz. Retirada de pauta, para ouvida do MPF. No retorno, priorizar a reinclusão em pauta de julgamento.		

0004395-16.2013.4.05.8500	1º/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos foram distribuídos neste Tribunal em 1º/8/2018. Após razões e contrarrazões recursais, houve parecer do MPF, em 17/10/2018. Processo relatado e revisado. Aguarda inclusão em pauta de julgamento. Priorizar julgamento.		
0003665-77.2014.4.05.8400	5/7/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos foram distribuídos a este Gabinete em 18/7/2018. Após razões e contrarrazões recursais, houve parecer do MPF, em 23/10/2018. Processo relatado e revisado. Aguarda inclusão em pauta de julgamento. Priorizar julgamento.		
0809507-97.2017.4.05.8400	20/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 10/10/2019.		
0005419-32.2010.4.05.8000	21/11/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Feito relatado e revisado, incluído na pauta de 27/9/2018. Foi retirado de pauta, aguardando a chegada de mídia. Mídia chegada em 3/12/2018, mas apenas juntada em 23/9/2019. Demora na juntada, mas agora em marcha regular. Processo pautado para julgamento em 7/11/2019.		
0806398-68.2018.4.05.8100	9/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 10/10/2019.		
0804980-82.2017.4.05.0000	5/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 10/10/2019.		
0000255-51.2013.4.05.8204	27/9/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em 14/11/2019. Processo em marcha regular.		
0802108-76.2015.4.05.8500	16/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos retornaram ao Gabinete com despacho da Vice-Presidência, nos termos do art. 1.040, II, do CPC, de 21/9/2018. Processo pautado para julgamento em sessão de 10/10/2019.		
0815950-10.2018.4.05.0000	13/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado prejudicado por decisão monocrática de 20/9/2019. Intimação das partes. Controle de prazo.		
0803031-57.2016.4.05.0000	10/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os autos retornaram ao Gabinete por despacho da Vice-Presidência, nos termos do art. 1.040, II, do CPC. Processo pautado para a sessão de julgamento de 17/10/2019.		
0816212-57.2018.4.05.0000	19/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado prejudicado, por decisão monocrática de 20/9/2019. Intimação das partes. Controle de prazo.		
0803002-75.2014.4.05.0000	1º/8/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os autos retornaram do STJ ao TRF5, para novo julgamento dos embargos de declaração. Processo pautado para julgamento na sessão de 17/10/2019.		
0006313-94.2004.4.05.8201	31/5/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Entrada no Tribunal em 31/5/2017. Diligências sobre volume faltante. Relatado e revisado, incluído em pauta de 22/3/2018. Retirado de pauta para regularização (falecimento de advogado de dois apelantes). Processo pautado para julgamento em 21/11/2019.		
0002068-40.2004.4.05.8201	25/2/2015	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: Os autos foram vinculados a este Gabinete apenas a partir de 15/2/2018 (o Desembargador Federal Alexandre Luna Freire (Relator) se declarou impedido). Processo relatado e revisado. Aguarda inclusão em pauta de julgamento. Priorizar julgamento.		
0805111-23.2018.4.05.0000	15/5/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 24/10/2019.		
0000500-44.2013.4.05.8307	8/6/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos foram relatados e revisados. Processo pautado para julgamento em 24/10/2019. Processo em marcha regular.		
0007240-86.2015.4.05.8100	30/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Parecer do MPF anexado em 30/4/2019. Processo relatado e revisado. Aguarda inclusão em pauta de julgamento. Priorizar julgamento.		
0805814-71.2018.4.05.8400	21/1/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos foram distribuídos no Tribunal em 21/1/2019. Após a juntada de petição da parte apelada, os autos foram conclusos. Os autos estão em programação de pauta para 28/11/2019.		
0802178-19.2014.4.05.0000	2/6/2014	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a este Gabinete, em 20/8/2019 (para julgamento dos embargos de declaração pelo Relator para o acórdão). Embargos de declaração julgados em 11/9/2019. Acórdão lavrado e publicado.		
0000517-67.2016.4.05.0000	14/3/2016	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Ação distribuída em 14/3/2016 e denúncia recebida em 21/9/2016. Tramitação regular. Está, atualmente, na Subsecretaria do Plenário, por despacho de 3/9/2019, que determinou expedição de ofício à Vara de origem para retificação do link de audiência ou envio de mídia.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 54 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 8 físicos e 46 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) concluir o julgamento no prazo de 30 dias:

0804969-82.2017.4.05.8300	0804698-55.2017.4.05.8500	0814003-02.2017.4.05.8100
0810631-95.2017.4.05.0000	0812060-29.2017.4.05.8300	0004395-16.2013.4.05.8500
0003665-77.2014.4.05.8400	0005419-32.2010.4.05.8000	0000255-51.2013.4.05.8204
0006313-94.2004.4.05.8201	0002068-40.2004.4.05.8201	0805111-23.2018.4.05.0000
0000500-44.2013.4.05.8307		

b) julgar no prazo de 60 dias:

0801047-76.2016.4.05.8103	0018070-29.2006.4.05.8100	0003449-42.2011.4.05.8200
0000521-48.2016.4.05.8102	0801815-62.2017.4.05.8201	0007240-86.2015.4.05.8100
0805814-71.2018.4.05.8400	0000517-67.2016.4.05.0000	

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que a equipe da Corregedoria foi recebida com muita cordialidade pelo Desembargador Federal, pelos ocupantes de CJs e pelos demais integrantes da unidade, os quais foram solícitos em relação a todos questionamentos efetuados.

Durante a visita, apurou-se que a unidade encontra-se organizada, do ponto de vista estrutural, em seis salas, além da ocupada pelo Desembargador, interligadas interna/externamente. Há quatro servidores destacados para a parte administrativa e

de suporte, que se reportam à Chefia de Gabinete, e todos os demais (em número de treze) trabalham na área-fim, com processos físicos e eletrônicos, sendo, de regra, especializados por matéria e distribuídos em 5 grandes núcleos: (1) Administrativo Geral/Execução, ao qual compete o exame dos cumprimentos de sentença e de títulos extrajudicial não tributário, processos vinculados ao Conselho de Administração e ao Pleno; é composto por três servidores, um deles ocupante de CJ; (2) Tributário/Execução Fiscal, núcleo também responsável pelas liminares em agravos de instrumento, sendo também composto por três servidores, um deles ocupante de CJ; (3) Cível, que se ocupa de ações relativas a contratos e indenizatórias, além da parte administrativa do gabinete; este núcleo é composto por uma servidora, ocupante de CJ; (4) Penal/ACP/Possessórias, composto por três servidores, um deles ocupante de CJ; e (5) Administrativo Servidor/Previdenciário, composto por dois servidores, um deles ocupante de CJ. Desse modo, cada um dos núcleos é encabeçado pelas titulares das CJs. A unidade conta com o auxílio de quatro estagiários, dois atuantes no núcleo 5, exclusivamente nos feitos previdenciários, e dois atuantes no núcleo 4, sendo que um destes também atua no núcleo 1.

Apenas um servidor desempenha suas atividades em regime de teletrabalho.

No que concerne à triagem inicial, no caso dos criminais, recebidos os autos, físicos ou eletrônicos, da distribuição ou da secretaria, são movimentados, nos sistemas Esparta e PJE, conforme o caso, para os servidores que cuidam da matéria e que minutarão os despachos e as decisões pertinentes, com o controle de prescrição e posterior inclusão em pauta. São separados os *habeas corpus* e os processos com réu preso. Tal triagem é de responsabilidade da servidora ocupante da respectiva CJ do núcleo.

No caso dos processos cíveis eletrônicos, a triagem inicial é feita pela assessoria, o que permite uma visão global e sistêmica do acervo. Recebidos os autos da distribuição ou da secretaria, os processos passam por esse primeiro exame, sendo movimentados para as devidas tarefas, identificadas pelas matérias, pela tipologia, pelos servidores que delas cuidam e por subtarefas.

Quanto aos processos cíveis físicos, são movimentados para os respectivos setores, para as providências correspondentes e, sendo o caso, são imediatamente pautados. Encontram-se guardados em estantes, devidamente identificadas, com separação por matéria/tipologia/servidor e órgão julgador. Os autos que estejam na produção de minutas ficam nas mesas dos servidores.

O acervo é organizado por matéria/servidor e órgão julgador, bem como pela natureza do processo, sobretudo naqueles casos que demandam um acompanhamento mais direto e específico. O controle de movimentação interna é feito através dos sistemas Esparta e do PJE e leva em conta, especialmente, a natureza da demanda e a antiguidade.

Com fins à distribuição de atividades, os servidores são especializados por matéria, salvo a Assessoria e aqueles que lidam com agravos de instrumento, que

trabalham com qualquer assunto, ficando os processos de competência Plenária e os de competência do Conselho de Administração (quando o Desembargador integra esse órgão) sob responsabilidade da Assessora do Desembargador e as decisões referentes às tutelas de urgência da Assessora Judiciária. Além disso, o Desembargador implementou projeto de descentralização de controle, com a divisão de atribuições e de servidores sob orientação entre as titulares das CJs. Na distribuição das atividades, é considerado o perfil do servidor, aproximando-o de sua área de formação acadêmica. A divisão não é estanque, de modo que pode haver o deslocamento de servidores para o enfrentamento de volume incomum de distribuição de matéria diversa daquela à qual se dedica.

O gabinete conta com metas individuais e coletivas de produtividade. Foi informado que, quanto aos processos de competência plenária, houve uma redução significativa do acervo. A meta média semanal para os processos cíveis do Pleno a serem julgados em sessão é de dois (de incumbência da Assessora do Desembargador). A meta de despachos e decisões em processos de competência plenária é zerar os conclusos para essa providência ao final de cada mês. Quanto aos processos de competência da Turma, a serem julgados em sessão, a meta é de 8 a 15 processos por servidor, por semana, excetuados os servidores que lidam com feitos criminais e improbidades administrativas, de modo que seja atingido um mínimo desejado de 100 processos julgados por sessão da Turma, além das decisões terminativas. O controle de metas é feito semanal e mensalmente, através das listas de inclusão em pauta e das listas de julgamento geradas para a sessão.

Atualmente, trabalha-se com a meta de redução do seu acervo para menos de 1.000 processos, até o final do ano que vem. Foi pontuado que essa meta vem sendo trabalhada há algum tempo, mas ainda não foi atingida, considerando o expressivo volume de distribuição e de pleitos de tutela de urgência (sobretudo, em agravos de instrumento). Além disso, especialmente no ano passado, o gabinete lavrou mais de 150 votos condutores, o que significa deslocamento de servidores para esse mister, com impacto na meta individual do deslocado. Apesar da crescente distribuição e das dificuldades encontradas, o gabinete é, no Tribunal, o que tem o terceiro menor acervo.

No que concerne aos feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ, constatou-se que recebem tratamento específico. No caso de mandados de segurança, processos com réus presos, desapropriações e ações coletivas em geral (e, notadamente, as de improbidade administrativa), dentre outros feitos prioritários e que se insiram em metas do CNJ, são objeto de acompanhamento específico também pela Assessoria e Chefia de Gabinete.

O atendimento de partes e advogados dá-se, inicialmente, na recepção. Se o advogado desejar falar com o Desembargador Federal, é-lhe dado, de pronto, o acesso, sem necessidade de marcar hora, havendo agendamento, excepcionalmente, apenas para maior comodidade dos advogados de outros Estados.

Com o propósito de efetuar o controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos (revisão, voto-vista e declaração de voto), o Desembargador Federal é acompanhado nas sessões de julgamento por servidor, que tem a incumbência de anotar qualquer ocorrência. Esses registros são repassados à Assessoria, que passa a acompanhar a movimentação desses processos, adotando as providências necessárias ao seu bom andamento. Com a intensificação dos julgamentos e a adoção da Turma Ampliada, a exigir uma atenção redobrada na situação do acervo, a unidade passou a fazer uso de planilhas, as quais são atualizadas semanalmente.

No tocante a processos sobrestados que decorrem de decisão proferida pelos STF e STJ, atualmente, dizem respeito ao Tema 1008 de representativos de controvérsia do STJ (Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido). São eles: 0812068-78.2018.4.05.8200, 0809673-70.2019.4.05.8300, 0812629-30.2019.4.05.0000, 0811075-17.2018.4.05.8400 e 0813422-66.2019.4.05.0000. Anteriormente, havia feitos sobrestados referentes a fornecimento de medicamento pelo Estado (que voltaram a ter andamento com a decisão do REsp nº 1.657.156, sob o rito dos representativos de controvérsia) e ao ingresso da CEF nas lides ajuizadas contra seguradoras por vícios de construção em mútuos do SFH (estes últimos voltaram a ser julgados quando atingido o prazo de suspensão do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000 do Tribunal, que aguarda o desfecho de RE n. 827.996 sobre a matéria, afetado à repercussão geral). Considerando, por fim, os processos que vêm ingressando no Gabinete, os próximos sobrestamentos a serem provavelmente realizados atingirão feitos em que se discute a atualização monetária dos saldos de FGTS, por conta da decisão do STF na ADI n. 5090 (localizou-se, exemplificativamente, o Processo n. 0808581-66.2019.4.05.8200, atualmente com intimação da parte para contra-arrazoar agravo interno). Nos casos de determinação de sobrestamento, os feitos são encaminhados à Secretaria, que passa a acompanhar a tramitação do processo paradigma, para a oportuna conclusão.

Relativamente à dinâmica processual, comparativamente à inspeção anterior, verificou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 1.502 a 1.702, o que importou um ligeiro acréscimo do seu número. Na anterior inspeção, também já havia sido constatado um pequeno aumento do acervo.

Naquela ocasião, foi apurada a existência de 495 embargos de declaração, 105 agravos legais/regimentais e nenhum pedido de vista. De acordo com os dados preparatórios para a presente inspeção, o gabinete conta 230 embargos de declaração, dos quais 106 com conclusão superior a 30 dias, 43 agravos legais/regimentais, sendo 22 com conclusão superior a 30 dias, além de 2 pedidos de vista há mais de 30 dias.

Além disso, a unidade possui 37 recursos em ações de improbidade administrativa, 504 agravos de instrumento, 280 recursos em ações com preferência legal, 4 processos com réus presos, nenhum *habeas corpus*, 27 com pedido de tutela há mais de 10 dias e 4 feitos com tutela deferida, sem julgamento há mais de 90 dias.



No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é pouco significativo.

Dos 58 feitos verificados na inspeção anterior, inexistem pendências a regularizar.

Quanto aos dados estatísticos, pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades do Tribunal:

ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, SOBRESTADOS E EM TRAMITAÇÃO  
 POSIÇÃO: AGOSTO/2019

ÓRGÃO	MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO AGOSTO/2019	ACERVO DE CONCLUSOS AGOSTO/2019	SOBRESTADOS AGOSTO/2019
PRESIDÊNCIA	DES. FED. VLADIMIR SOUZA CARVALHO	17	-	-
VICE-PRESIDÊNCIA	DES. FED. JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES	1.938	1.618	3
	SREEO - SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT, ESP. E ORD.	5.234	-	20.285
PRIMEIRA TURMA	DES. FED. FRANCISCO ROBERTO MACHADO	3.609	3.009	3
	DES. FED. ALEXANDRE LUNA FREIRE	6.679	4.918	0
	DES. FED. ÉLIO SIQUEIRA	2.828	1.702	0
SEGUNDA TURMA	DES. FED. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	4.032	3.331	23
	DES. FED. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE DE CARVALHO	4.140	2.534	0
	DES. FED. PAULO MACHADO CORDEIRO	5.962	4.409	16
TERCEIRA TURMA	DES. FED. ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	1.879	729	0
	DES. FED. FERNANDO BRAGA DAMASCENO	4.281	3.448	8
	DES. FED. CID MARCONI GURGEL DE SOUZA	5.582	4.081	3
QUARTA TURMA	DES. FED. MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	3.264	2.467	23
	DES. FED. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	4.369	3.116	0
	DES. FED. EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR	1.938	734	0
TOTAL		55.752	36.096	20.364

Fonte: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Do exame da tabela acima, verifica-se que, comparativamente às Turmas que integram o Tribunal, é o gabinete que possui o terceiro menor acervo, situação que merece destaque.

Junto ao sistema *B.I.*, pode-se verificar, ainda, que o tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento no TRF5 equivale a 457 dias, enquanto no gabinete ora inspecionado corresponde a 284 dias.

Desse panorama, extrai-se que houve um pequeno aumento do acervo, mas a equipe faz o devido monitoramento, conferindo impulso às prioridades e metas.

Nesse sentido, do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanescem pendências, pois a unidade vem reduzindo o estoque de embargos de declaração e agravos internos não julgados e de feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e ainda não levados ao Colegiado.

Finalmente, durante a entrevista, foram apontadas algumas dificuldades que vêm sendo enfrentadas na condução das tarefas, como o incremento da distribuição, não só do ponto de vista quantitativo mas, principalmente, qualitativo, pois as demandas têm-se mostrado cada vez mais complexas. O novo CPC, de outro lado, tornou alguns trâmites mais demorados pela necessidade de um maior número de atos, como é o caso dos embargos de declaração, bem ainda da sistemática prevista pelo art. 942 do CPC. A propósito dos aclaratórios, houve decisão do Pleno para que houvesse

intimação automática para contrarrazões, assim que interpostos. Antes dessa decisão, apenas excepcionalmente a parte contrária era intimada para tal fim, quando efetivamente constatada a possibilidade de alteração do julgado.

Foi reportado, também, haver uma certa resistência dos Desembargadores ao teletrabalho, a despeito dos benefícios que se tem verificado nos índices de produtividade dos órgãos que o adotam.

De outro lado, foi destacada a necessidade de haver um olhar, por parte da Administração, quanto à qualidade de vida dos servidores e cuidados com sua saúde, frente à crescente demanda e ausência de reposição de pessoal, cuja média etária tem aumentado, já superando o patamar de 50 anos atualmente.

Outra questão levantada foi o excesso de telefonemas recebidos diariamente, com importante impacto nos trabalhos, sendo um grande número de partes que querem compreender o andamento do processo e solicitar informações, seja pela falta de acesso aos sistemas informatizados, seja por um padrão cultural.

Por fim, foi referida a importância de uma maior interação entre desenvolvedores e usuários dos sistemas informatizados. Muitas modificações são implementadas sem prévia escuta das assessorias, enquanto outras bastante salutares são demoradas e/ou de difícil criação.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

Comparativamente à última inspeção ocorreu discreto aumento do acervo de processos conclusos (1.502 para 1.702).

Uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que o acervo de processos conclusos no início do 12º mês anterior era de 1.450, e no mês anterior à inspeção era de 1.702 processos.

A análise dos dados demonstra também que o acervo ajustado considerado há 12 meses, comparado com o número verificado no mês anterior, aumentou de 2.745 para 2.828 processos.

Verifica-se ainda, em relação aos embargos de declaração aguardando julgamento, que o número passou de 495 na última inspeção para 230, com melhora expressiva.

Como já esclarecido, a consulta ao sistema *B.I.* demonstra, por outro lado, que o tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento no TRF5 equivale a 457 dias, enquanto no gabinete ora inspecionado corresponde a 284 dias. Trata-se de indicador positivo, que merece registro.

O gabinete, como visto, tem números controlados, o que se percebe inclusive mediante comparação com a média dos demais. No Tribunal, o acervo médio de processos conclusos em agosto de 2019 era de 2.873. Na mesma data, o acervo do gabinete ainda era de 1.702 processos. Embora haja dois gabinetes com menos de

1.000 processos, a situação do órgão, considerando a média, é boa. A propósito, como já consignado, a unidade tem meta de redução do seu acervo para menos de 1.000 processos até o final de 2021, o que constitui boa medida.

Como ultimamente há uma pequena tendência de crescimento, devem ter continuidade as medidas tomadas para enfrentamento da demanda. De todo modo, cabe reconhecer e elogiar a dedicação do Magistrado e de toda a equipe para aperfeiçoar constantemente os trabalhos, mantendo a unidade entre as que têm menos processos no Tribunal.

Feito o registro da adequada e eficiente atuação do Gabinete, seguem medidas que podem ser adotadas para dar continuidade aos bons trabalhos:

a) Envidar esforços no sentido de regularizar a situação dos poucos processos com excedimento de prazo, como embargos de declaração e agravos internos; e

b) Continuar buscando alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, visando à redução do acervo, em que pese conhecida a dificuldade de cumprimento da Meta 1 para os gabinetes com menos processos.

## **GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL  
LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO**

### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete Desembargador Federal Leonardo Carvalho.

**2.2. Turma:**

2ª Turma.

**2.3. Competência:**

Turma, Pleno e Conselho de Administração.

### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Leonardo Carvalho.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não.

### 3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Lúcia de Fátima Pontes de Souza, Assessora Judiciária 21/10/2019.

3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	4
Outros	4-requisitados

## 4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/08/2019):	
Total em tramitação**	4.189
Processos suspensos/sobrestados	130
Processos conclusos	2.534
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	21

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2. Evolução do acervo no último ano:	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.140
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.418
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.534
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.536
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Entrada: 962; Saída 1.047

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	60
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	1
Reclamações	2
Ações rescisórias	30
Outros	23

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	2.232
Recursos em mandados de segurança coletivos	2
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	133
Recursos em ações civis públicas	76
Recursos em ações de desapropriação	17
Recursos em ações com preferência legal	403
Outros	1.594

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	2.232
Apelações cíveis	1.333
Agravos de instrumento	587
Outros	312

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	12
Ações penais	1
Inquéritos	1
Habeas Corpus	6
Revisões criminais	2
Outros	2

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	230
Apelações	221
Recursos em Sentido Estrito	8
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	1

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	11
Apelações	6
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	3
Outros	2

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	130
Por IRDR	130
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

Por Recurso Especial	Não se aplica
Por Recurso Extraordinário	Não se aplica

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	571 (dentre estes encontram-se os pautados para julgamento)
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	60
Agravos legais/regimentais	49
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	30
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida ao exame do colegiado	45

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	28	41	11
Distribuídos em 2013	38	25	6
Distribuídos em 2014	190	80	17
Distribuídos em 2015	696	296	63
Distribuídos em 2016	1.206	702	228
Distribuídos em 2017	1.362	1.179	430
Distribuídos em 2018	-	1.213	715
Distribuídos em 2019	-	-	1.064
Total	3.520	3.536	2.534

<b>4.14. Processos conclusos de outros Gabinetes:</b>	
Processos conclusos para voto-vista	7
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	5



<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	9
Total como relator para o acórdão	3

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.088
Total de Processos julgados	3.449
Total de Processos baixados	2.637
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-361
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	451

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	61
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	108
Total de feitos não regularizados	1

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	2.963
Processos julgados no ano anterior	3.279
Processos distribuídos no ano corrente	2.179
Processos julgados no ano corrente	2.362

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	45
Pendentes em 31/12/2018	2
Porcentagem de atendimento da meta	95,56%

<b>5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	308
Pendentes em 31/12/2018	17
Porcentagem de atendimento da meta	111,15%

<b>5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	112
Pendentes	2
Porcentagem de atendimento da meta	97,35%

<b>5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	395
Pendentes	17
Porcentagem de atendimento da meta	112,58

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.156
Pendentes em 31/12/2018	108
Porcentagem de atendimento da meta	130%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	211
Pendentes	68
Porcentagem de atendimento da meta	96,82%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	133,33%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.095
Pendentes	14
Porcentagem de atendimento da meta	116,04%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	155
Processos baixados no ano anterior	112
Processos julgados no ano anterior	92
Processos distribuídos no ano corrente	120
Processos baixados no ano corrente	81
Processos julgados no ano corrente	83

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, pois não temos processos referentes a referida meta.

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0

## 6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Proceder à baixa no sistema de seis processos. Julgar no prazo de 90 dias quarenta e cinco processos examinados. Regularizar a fase processual no sistema de um processo e dar andamento. Cumprir metas do CNJ. Reduzir o acervo dos embargos de declaração e agravos regimentais.

### 6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foi procedida a baixa solicitada em todos os processos. Dos processos recomendados para julgamento restaram três: um suspenso por noventa dias a pedido da Fazenda Nacional, um suspenso em razão de Repercussão Geral e outro pautado para 2/10/2019. Regularizou-se a fase processual solicitada, com redistribuição do feito para outro relator. As metas do CNJ foram completamente cumpridas. Foi realizado mutirão para diminuir os acervos de embargos de declaração, que foi diminuído em 58%, e o dos agravos regimentais que foi reduzido em 70%.

### 6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O gabinete continua a realizar os mutirões com o fito de diminuir o acervo de embargos de declaração e agravos regimentais.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### 7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Dentre as práticas adotadas no gabinete para enfrentar o desafio de cumprir as metas do CNJ e reduzir o acervo, destacam-se: a) reorganização da equipe por núcleos

temáticos, de acordo com os diversos ramos do Direito, na perspectiva de capacitar os servidores por áreas específicas e responsabilizar os membros de cada núcleo pela administração do seu acervo; b) consolidação da prática de reunião no início de cada ano, com a participação de toda equipe, para definição do Planejamento Operativo, à luz do planejamento estratégico da Justiça Federal e das metas estabelecidas pelo CNJ; c) acompanhamento semanal da produtividade da equipe; d) exposição, na sala de recepção, de painel com demonstrativo da produtividade mensal do Gabinete, atendendo, assim, ao princípio da transparência. Com estas e outras providências, além de cumprir as Metas anuais do CNJ, a unidade reduziu em 38,5% o acervo recebido em 2017 que era de 4.012 processos conclusos, contando atualmente com 2.534.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0003189-58.2015.4.05.9999	1º/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0002550-60.2010.4.05.8400	6/2/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: com despacho para correção de autuação.		
0804468-70.2015.4.05.0000	20/8/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado em 27/8/19.		
0804574-95.2016.4.05.0000	6/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado em 24/9/19.		
0807104-38.2017.4.05.0000	27/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0814046-52.2018.4.05.0000	21/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado 3/9/19.		
0810300-79.2018.4.05.0000	9/7/2018	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Julgado 24/9/19.		
0809184-09.2016.4.05.0000	12/12/2016	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0001054-05.2017.4.05.9999	4/5/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: despacho para intimar a impetrada e após remeter ao MPF.		
0808436-74.2016.4.05.0000	21/11/2016	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0811843-54.2017.4.05.0000	6/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado extinto por perda de objeto.		
0800721-10.2018.4.05.0000	30/1/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado extinto por perda de objeto.		
0808834-50.2018.4.05.0000	5/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0800483-33.2017.4.05.8501	26/3/2019	417 - Apelação Criminal

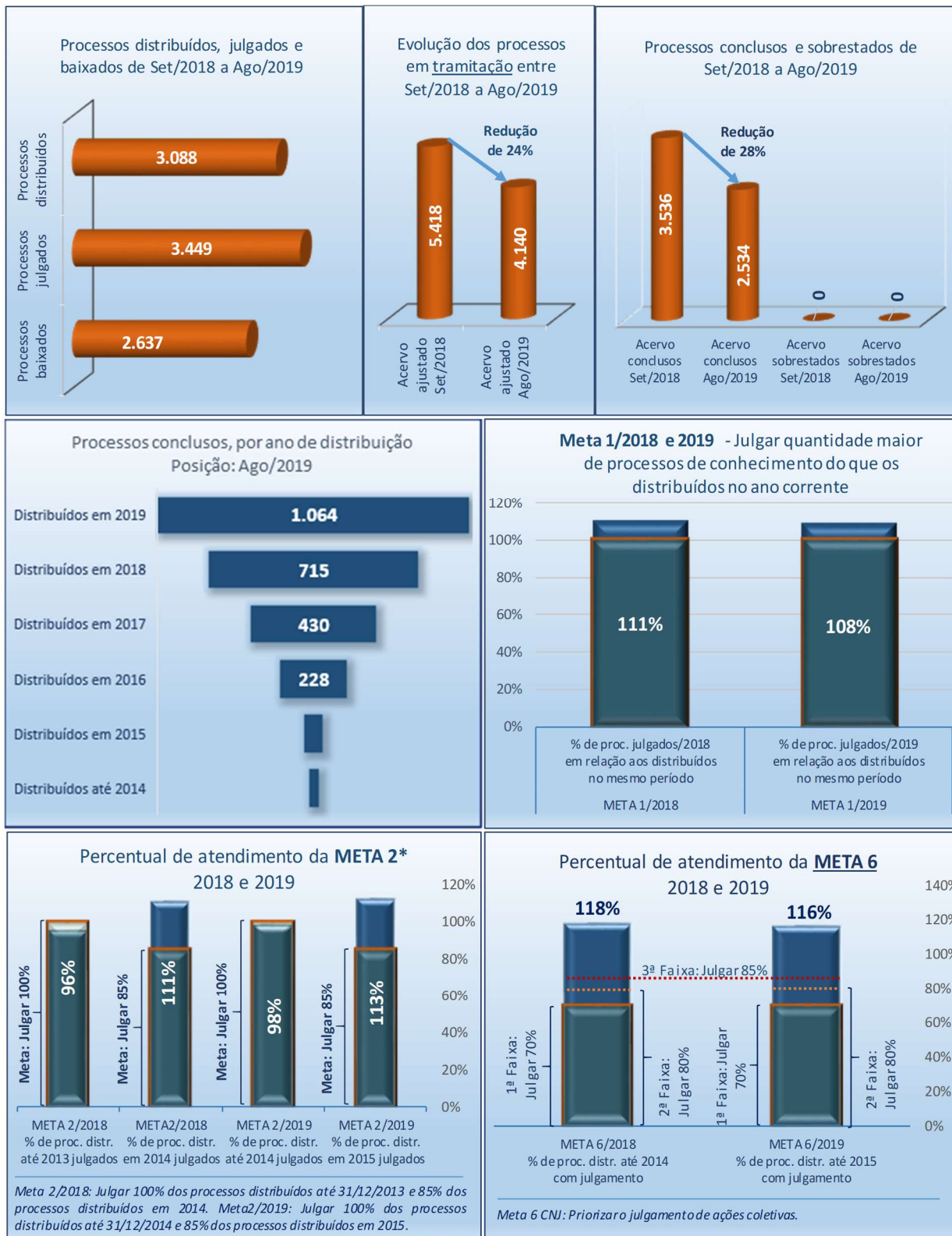
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0803693-21.2016.4.05.0000	6/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado prejudicado por perda de objeto		
0803019-43.2016.4.05.0000	10/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0800876-69.2014.4.05.8401	23/11/2015	1728 – Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0802011-31.2016.4.05.0000	28/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0809049-94.2016.4.05.0000	7/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0800137-53.2015.4.05.8501	27/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0804593-04.2016.4.05.0000	6/7/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: processo pautado para 6/11/19.		
0000298-71.2016.4.05.8401	6/11/2018	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Na assessoria para minutar.		
0012043-65.2013.4.05.8300	19/9/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0801618-13.2017.4.05.8200	9/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Remetido para revisão.		
0804133-37.2016.4.05.8400	25/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0006001-61.2012.4.05.8000	19/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 2/10/19.		
0007692-47.2011.4.05.8000	31/7/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 2/10/19.		
0000487-45.2013.4.05.8404	22/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 12/11/19.		
0002640-23.2009.4.05.8103	31/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/11/19.		
0000528-30.2013.4.05.8204	21/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/11/19.		
0009846-40.2013.4.05.8300	27/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 12/11/19.		
0001910-28.2008.4.05.8400	21/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/11/19		
0000892-90.2013.4.05.8304	6/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 12/11/19.		

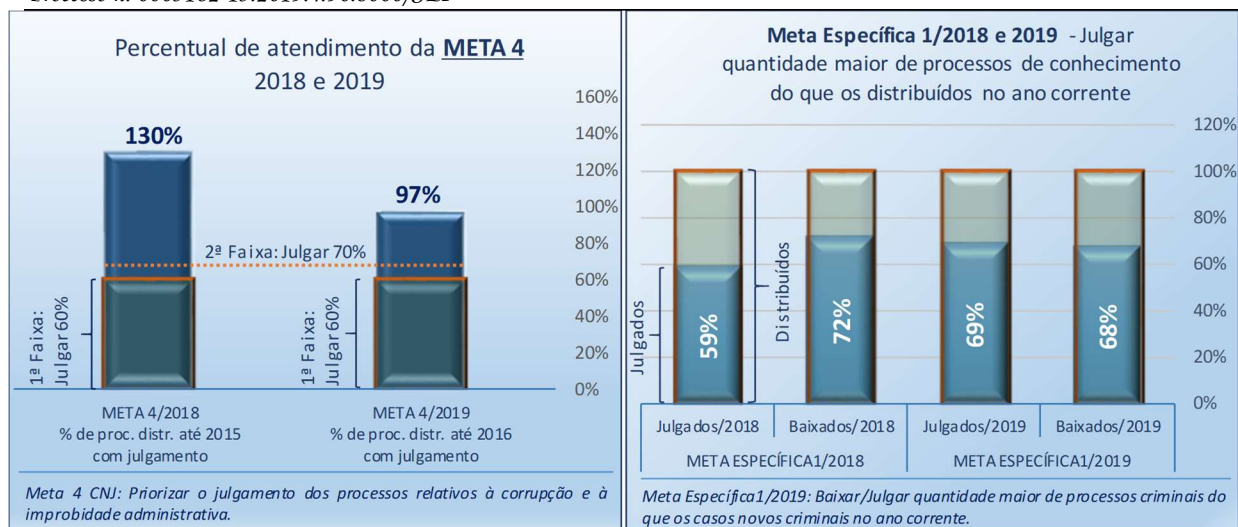
0000318-52.2013.4.05.8309	16/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 12/11/19.		
0006133-42.2008.4.05.8200	11/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 12/11/19.		
0800837-25.2016.4.05.8200	26/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0001615-92.2013.4.05.0000	23/3/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo para na assessoria para minutar.		
0001691-46.2007.4.05.8401	12/1/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0011755-20.2013.4.05.8300	7/1/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Enviado Para revisão.		
0001470-66.2007.4.05.8400	15/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em diligência.		
0011766-25.2008.4.05.8300	3/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0000330-98.2015.4.05.8308	2/3/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0003733-61.2013.4.05.8400	16/3/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo enviado para revisão.		
0803387-23.2014.4.05.0000	27/8/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso Julgado prejudicado por perda de objeto		
0800162-83.2012.4.05.8400	5/8/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0001854-28.2015.4.05.0000	2/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 5/11/19.		
0800600-09.2016.4.05.8000	22/6/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0802988-14.2014.4.05.8400	6/2/2015	1728 – Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0807740-38.2016.4.05.0000	24/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0808855-94.2016.4.05.0000	1º/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0801137-91.2015.4.05.8500	10/3/2016	1728 – Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0803844-84.2016.4.05.0000	10/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0800752-07.2014.4.05.8201	27/5/2015	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0809376-39.2016.4.05.0000	16/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0006875-87.2010.4.05.8300	12/3/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 8/10/19.		
0800081-35.2015.4.05.8302	9/4/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0800447-10.2015.4.05.8000	6/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0018185-03.2004.4.05.8300	9/4/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 12/11/19.		
0800768-41.2017.4.05.8205	9/7/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo com baixa na distribuição por ter sido constatada a duplicidade com outro feito transitado em julgado.		
0008252-68.2011.4.05.8200	16/9/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0007694-92.2010.4.05.0000	20/5/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0000810-30.2015.4.05.8000	6/8/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0000180-64.2008.4.05.8502	30/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0800063-07.2012.4.05.8500	18/2/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 1º/10/19.		
0002088-74.2008.4.05.8400	21/1/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0001276-06.2006.4.05.8302	20/6/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/19.		
0007878-03.2007.4.05.8100	30/5/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0805852-34.2016.4.05.0000	16/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		
0804462-29.2016.4.05.0000	4/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado prejudicado pela perda de objeto.		
0804446-84.2014.4.05.8200	14/7/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/19.		



## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 85 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 47 físicos e 38 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na listagem não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

No tocante à dinâmica processual, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, e, em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Fazendo-se um corte transversal nos feitos que compõe o acervo, a competência cumulada de matérias leva a unidade a ter de enfrentar questões específicas que não admitem julgamentos temáticos. Têm-se ações coletivas (ACPs, ações populares, IAs, ações ambientais de repercussão, dentre outras) que demandam exame acurado, tanto na tramitação quanto no enfrentamento do fundo do direito.

O gabinete mostrou-se apto a distinguir feitos repetitivos daqueles que, seja pelo alcance social ou pela relevância jurídica, merecem cuidado redobrado de forma a se atingir o objetivo de prestação jurisdicional justa e em tempo condizente com a razoabilidade.

Por fim, embora se reconheça o esforço de toda equipe, o ritmo de trabalho pode ser melhorado, devendo, portanto, serem adotadas metas fortes em relação à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0002550-60.2010.4.05.8400	0809184-09.2016.4.05.0000	0001054-05.2017.4.05.9999
0808436-74.2016.4.05.0000	0808834-50.2018.4.05.0000	0803019-43.2016.4.05.0000
0802011-31.2016.4.05.0000	0809049-94.2016.4.05.0000	0804593-04.2016.4.05.0000
0000298-71.2016.4.05.8401	0801618-13.2017.4.05.8200	0000487-45.2013.4.05.8404
0002640-23.2009.4.05.8103	0000528-30.2013.4.05.8204	0009846-40.2013.4.05.8300
0001910-28.2008.4.05.8400	0000892-90.2013.4.05.8304	0000318-52.2013.4.05.8309
0006133-42.2008.4.05.8200	0001615-92.2013.4.05.0000	0011755-20.2013.4.05.8300
0001470-66.2007.4.05.8400	0003733-61.2013.4.05.8400	0001854-28.2015.4.05.0000
0808855-94.2016.4.05.0000	0801137-91.2015.4.05.8500	0800081-35.2015.4.05.8302
0018185-03.2004.4.05.8300	0804446-84.2014.4.05.8200	0000112-50.2008.4.05.8200
0000128-05.2007.4.05.8502	0009412-84.2004.4.05.8100	0004457-11.2012.4.05.8300
0000177-34.2011.4.05.8202	0000328-98.2014.4.05.8103	0006187-08.2008.4.05.8200
0000872-17.2013.4.05.8202	0002919-09.2009.4.05.8103	0000122-75.2009.4.05.8001
0005211-32.2012.4.05.8500	0009291-48.2012.4.05.8400	0003529-71.2009.4.05.8201
0000457-10.2013.4.05.8404	0006703-32.2011.4.05.8100	

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A estrutura do gabinete encontra-se organizada em 3 setores: chefia de gabinete, assessoria e secretaria. A chefia de gabinete coordena as atividades administrativas, acompanha a produção dos membros dos núcleos e é responsável pelo agendamento das visitas de advogados, dentre outras atividades. A assessoria jurídica é dividida em núcleos organizados conforme os ramos do direito e também núcleo dos processos de competência do pleno, o que permite que os assessores se especializem conforme os temas correlatos. A secretaria recebe e encaminha os processos, faz a triagem, organiza e acompanha a sessão de julgamento, bem como faz as estatísticas de entrada de processos em cada núcleo e as estatísticas de julgamento.

Os processos físicos são triados quando chegam da distribuição e da secretaria da turma e alocados nas estantes conforme o núcleo a que pertença, enquanto que os eletrônicos são triados e colocados nas pastas dos núcleos de acordo com o ano de distribuição e assunto, bem como para fins de readequação e prioridades legais.

Quando há a necessidade de remessa ao Ministério Público, é feito o ato ordinatório para encaminhamento dos autos.

No que toca à organização do acervo, os feitos com pedidos de liminar são separados para cada pasta específica, já os demais são separados inicialmente pelo ramo do direito (administrativo, tributário, civil, previdenciário e penal).

Dentro de cada núcleo há divisão pelo assunto e ano de distribuição no Tribunal.

O assessor responsável pelo núcleo controla a movimentação interna dos processos, separando-os, inclusive para serem trabalhados em mutirões.

A distribuição de atividades é realizada da seguinte forma: divisão da equipe por núcleos temáticos por escolha dos servidores, levando em consideração suas aptidões e preferência pelos temas.

Cada servidor tem uma meta semanal de 10 processos; dentro desse escopo, são colocados processos das metas do CNJ, preferência legal, bem como pedidos de prioridade formulados pelos advogados e partes.

Além dos 10 processos semanais, a cada mês é feito mutirão em dois dias da semana, com a participação de todos os servidores, em que são escolhidos os temas específicos que serão trabalhados, por exemplo, para diminuir o acervo de embargos de declaração.

Existe um agendamento prévio para que o Desembargador possa atender partes e advogados.

No momento do agendamento é utilizado o sistema Portal do atendimento através do qual se faz o cadastramento dos advogados com os dados pessoais e informações do processo.

Ao proceder ao atendimento, o Desembargador faz as devidas anotações e encaminha ao setor competente (núcleo ou secretaria), que, através do próprio sistema, informa ao Magistrado as medidas tomadas.

O controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos é realizado por meio do sistema PJE, quando eletrônico, com a utilização de listas de destaques da sessão de julgamento, em que são anotados os pedidos de vista e lavratura de acórdão.

Os pedidos de revisão são controlados por planilha específica do núcleo.

Quanto aos 130 feitos sobrestados, o Pleno do TRF admitiu o IRDR no processo 0804575-80.20164.05.0000, cujo objetivo é o estabelecimento de tese jurídica acerca da influência da Lei 13.000/2014 sobre o entendimento firmado no REsp1.091.363/SC, determinado-se qual a natureza jurídica da intervenção da Caixa nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional do SFH, nos contratos celebrados de 02/12/1988 a 29/12/2009 e vinculados ao FCVS (apólices públicas, ramo 66).

Por fim, a Ação Rescisória n. 0009637-08.2014.4.05.0000 (pendência da última inspeção) foi julgada em 4/10/2019, constando acórdão publicado na data de 9/10/2019.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir a recomendação constante do item 11;
- b) Priorizar o atendimento da meta em relação à diminuição do acervo, principalmente no que tange ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das Metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição;

c) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias;

d) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; e

e) Elaborar plano de trabalho que permita julgar, no menor prazo possível, as ações de improbidade administrativa, bem como os feitos criminais, principalmente aqueles que tenham réu preso.

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.

**2.2. Turma:**

Plenário, Segunda Turma e Conselho da Administração.

**2.3. Competência:**

Cível e criminal.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não houve remoção.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não houve magistrados responsáveis pelo órgão por período superior a 60 dias no período citado.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Marcos Aurélio Nascimento Netto - Assessor do Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	2
Outros	7 - requisitados

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	4.063
Processos suspensos/sobrestados	31
Processos conclusos	3.341
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestrados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.032
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.090
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.331
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.521
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	23
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	Sistema não fornece dados de processos sobrestados no Gabinete.

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	26
Mandados de segurança	5
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	9
Outros	11

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	3.088
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	95
Recursos em ações civis públicas	60
Recursos em ações de desapropriação	23
Recursos em ações com preferência legal	565
Outros	2.903



<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	3.088
Apelações cíveis	1.969
Agravos de instrumento	691
Outros	428

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	10
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	6
Revisões criminais	0
Outros	4

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	217
Apelações	209
Recursos em Sentido Estrito	3
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	2
Outros	3

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	12
Apelações	11
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1
Outros	0

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	23
Por IRDR	21
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	2
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	249
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	102
Agravos legais/regimentais	15
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	7
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Não disponibilizado pelo sistema de dados.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não disponibilizado pelo sistema de dados.

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	241
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	1	2	1
Distribuídos em 2013	4	5	2
Distribuídos em 2014	13	4	4
Distribuídos em 2015	239	49	18
Distribuídos em 2016	758	357	141
Distribuídos em 2017	1.093	848	535
Distribuídos em 2018	-	1.330	1.040
Distribuídos em 2019	-	-	1.596
Total	2.108	2.595	3.337

<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como relator para o acórdão	5
Total como redator	42

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.057
Total de Processos julgados	2.442
Total de Processos baixados	2.126
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	615
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	931

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	53
Total de feitos verificados na inspeção anterior	73
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	3.120
Processos julgados no ano anterior	2.533
Processos distribuídos no ano corrente	2.347
Processos julgados no ano corrente	1.823

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	969
Pendentes em 31/12/2018	1

Porcentagem de atendimento da meta	99,90%
------------------------------------	--------

**5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.121
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	118
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,15%

**5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	198
Pendentes	2
Porcentagem de atendimento da meta	116,46%

**5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.223
Pendentes em 31/12/2018	10
Porcentagem de atendimento da meta	142%

**5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	156
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	141,94%

**5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):**

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2ª grau
--	--------------------------

Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	39
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.107
Pendentes	3
Porcentagem de atendimento da meta	117,33%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	164
Processos baixados no ano anterior	100
Processos julgados no ano anterior	108
Processos distribuídos no ano corrente	115
Processos baixados no ano corrente	113
Processos julgados no ano corrente	97

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

**6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

**6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?**

Sim. a) Tomar as providências para sanar as questões levantadas no item 3, cumprindo também as recomendações; b) cumprir as metas do CNJ; c) julgar, em 60 dias, a Ação Penal n. 0000046-56.2016.4.05.8405; e d) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento e de feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

**6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

a) todas as providências para sanar as questões levantadas no item 3 foram adotadas, seja no que tange a processos sem movimentação desde a distribuição, julgamento de feitos criminais com réu preso, julgamento de processos no prazo de 90 dias e outros; b) as metas do CNJ vêm sendo perseguidas regularmente; c) a ação penal foi julgada dentro do prazo recomendado de 60 dias; d) esforços foram direcionados para a significativa redução do estoque de embargos de declaração, agravos inominados, bem assim quanto aos feitos com tutela provisória concedida a mais de 90 dias, sem olvidar a ordem cronológica dos demais feitos existentes no gabinete.

**6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

Não há recomendações pendentes relativas à Inspeção de 2018.

**7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

**7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

Meta 1 do CNJ: cumpriu 77,67% da meta. Meta 2/2018 CNJ: cumpriu 99,9% da meta. Meta 2/2019 CNJ: cumpriu 99,9% da meta. Meta 7 CNJ: Cumpriu 98,26% da meta.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

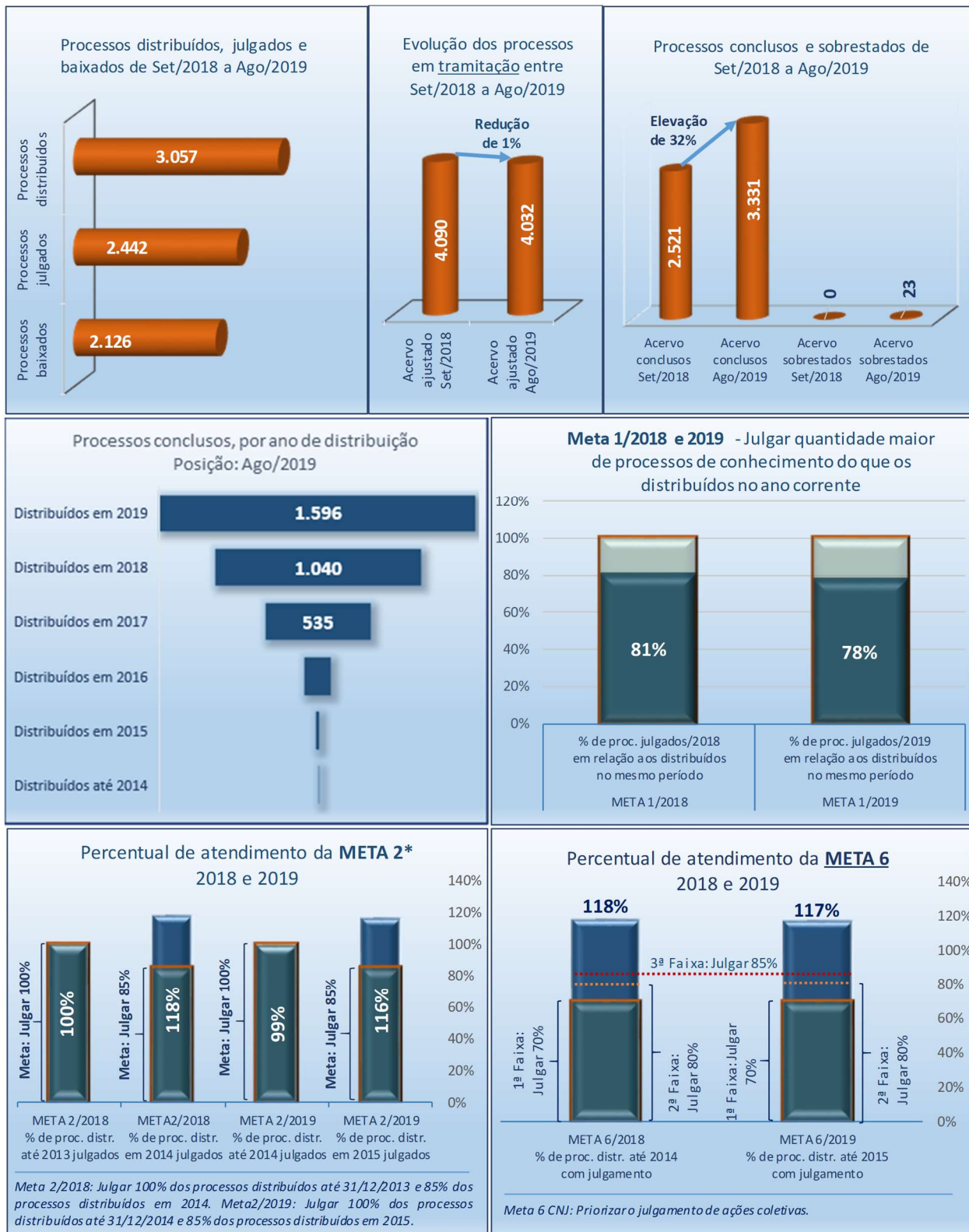
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0026319-71.2003.4.05.8100	4/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Restou anulada toda a tramitação do feito no Tribunal desde o acórdão de 2010 e os posteriores, dado que não houve intimação pessoal do INSS. Regularizada a intimação, a autarquia interpôs embargo de declaração ainda contra aquele acórdão de 2010, e o recurso foi incluído em pauta para 1º/10/2019.		
0802247-12.2018.4.05.0000	8/3/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Despacho determinando o arquivamento do feito, pela perda ulterior do objeto, em 26/6/2019.		
0809964-75.2018.4.05.0000	29/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão proferida em sede de tutela de urgência. Processo principal está na pauta de julgamento do dia 29/10/2019.		
0805208-23.2018.4.05.0000	17/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo apreciado em 30/5/2019 e embargos de declaração julgado em 20/9/2019.		
0816635-17.2018.4.05.0000	28/11/2018	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo em pauta para 17/9/2019.		
0811324-79.2017.4.05.0000	23/11/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 13/11/2019.		
0806244-71.2016.4.05.0000	10/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em pauta para 8/10/2019.		
0800223-50.2017.4.05.8405	20/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 15/10/2019.		
0003919-75.2013.4.05.8500	6/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na pauta de julgamento da sessão do dia 24/9/19. Remanescente para 1º/10/2019.		
0800951-64.2016.4.05.8102	24/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na pauta de julgamento da sessão do dia 15/10/19.		
0816151-02.2018.4.05.0000	16/11/2018	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Querela nullitatis. Despachado, aguardando citação do réu.		
0804795-15.2015.4.05.0000	20/3/2017	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Julgado em agosto/2016 e petições posteriores já despachadas na Turma.		
0802730-69.2016.4.05.8000	23/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pendente de lavratura por outros Gabinetes.		

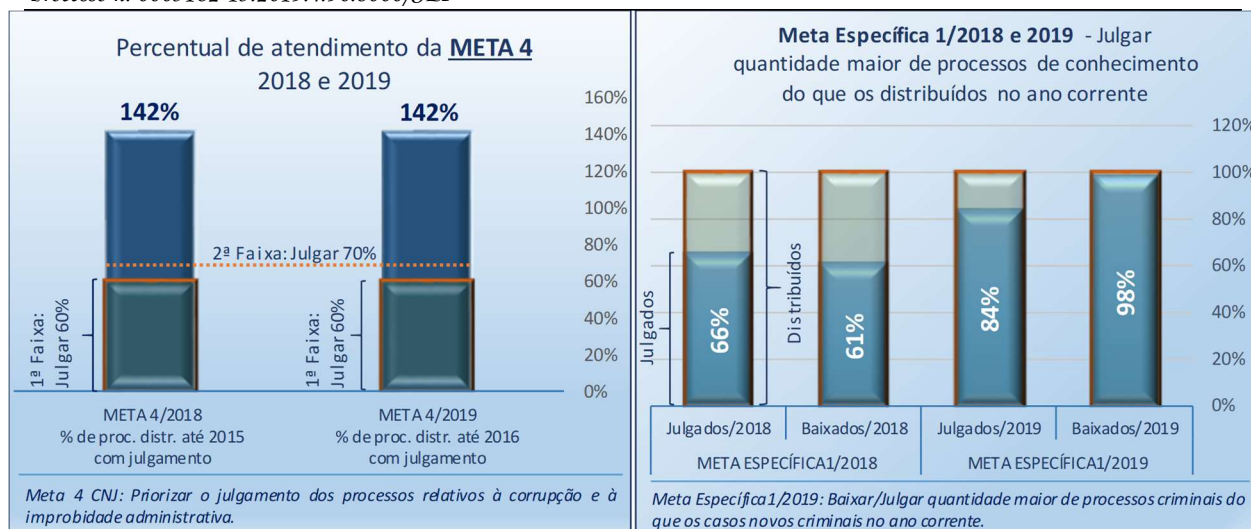
0803744-84.2013.4.05.8100	22/1/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 15/10/2019.		
0800088-54.2015.4.05.8002	1º/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 22/10/2019.		
0000170-82.2015.4.05.8305	18/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na pauta de julgamento da sessão do dia 15/10/19.		
0801151-98.2012.4.05.8300	4/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na pauta de julgamento da sessão do dia 22/10/19.		
0806636-29.2014.4.05.8100	3/8/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Petição protocolada após o trânsito em julgado do feito (já despachada. na turma, determinou a baixa).		
0801377-07.2015.4.05.8201	25/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 15/10/2019.		
0804440-52.2015.4.05.8100	18/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encontra-se na Secretaria da Turma. Em face de decisão que apreciou requerimento da parte autora. Previsão de inclusão em pauta ainda em 2019.		
0001705-95.2016.4.05.0000	26/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 24/10/2016).		
0001795-06.2016.4.05.0000	3/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 24/10/2016).		
0001797-73.2016.4.05.0000	5/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 24/10/2016).		
0805516-30.2016.4.05.0000	2/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 25/11/2016).		
0000723-81.2016.4.05.0000	26/4/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 30/11/2016).		
0001425-27.2016.4.05.0000	29/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 29/11/2016).		
0801116-29.2016.4.05.8000	24/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 22/10/2019.		
0800058-67.2016.4.05.8201	5/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 22/10/2019.		
0001402-29.2015.4.05.8500	6/2/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 29/10/2019.		
0808360-50.2016.4.05.0000	16/11/2016	202 - Agravo de Instrumento



Observação/Providência: Processo suspenso em face da admissão do IRDR 0804575-80.2016 (despacho em 4/4/2017).		
0004535-93.2012.4.05.8400	20/2/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 5/11/2019.		
0000320-61.2013.4.05.8102	9/5/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 22/10/2019.		
0001577-23.2015.4.05.8500	30/5/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 29/10/2019.		
0000459-84.2016.4.05.8303	13/6/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 22/10/2019.		
0802372-68.2016.4.05.8400	24/7/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pauta para 8/10/2019.		
0002087-30.2017.4.05.9999	18/8/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Remessa necessária inadmitida em face do descabimento. De resto, o processo, que já se encontrava em fase de execução, foi remetido ao juízo de origem.		
0800204-10.2013.4.05.8300	15/11/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pauta 22/10/2019.		
0802723-03.2014.4.05.8500	29/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 15/10/2019.		
0005616-52.2013.4.05.8300	21/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pauta para 15/10/2019.		
0801887-77.2018.4.05.0000	28/2/2018	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo. Decisão já proferida em sede de tutela de urgência. Processo principal está na pauta de julgamento do dia 15/10/19.		
0814605-09.2018.4.05.0000	4/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo apreciado em 27/9/2019.		
0001280-52.2011.4.05.8501	20/10/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 19/2/19; conclusos para análise de nova petição.		
0801117-22.2018.4.05.8201	28/9/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Vista à Procuradoria Regional da República em 24/9/2019.		
0004008-48.2015.4.05.8300	10/5/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 29/10/2019 (aguardando fechamento da pauta)		
0000006-89.2016.4.05.8400	10/10/2017	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Incluído na pauta de 23/10/2019.		
0800114-71.2014.4.05.8201	17/6/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado 10/9/19 na Turma.		
0802885-25.2014.4.05.8200	8/9/2015	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Pauta 1º/10/2019.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 53 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 18 físicos e 35 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na listagem não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Fazendo-se um corte transversal nos feitos que compõe o acervo, a competência cumulada de matérias leva o gabinete a ter de enfrentar questões específicas que não admitem julgamentos temáticos. Têm-se ações coletivas (ACPs, ações populares, IAs, ações ambientais de repercussão, dentre outras) que demandam exame acurado, tanto na tramitação quanto no enfrentamento do fundo do direito.

O gabinete mostrou-se apto a distinguir feitos repetitivos daqueles que, seja pelo alcance social ou pela relevância jurídica, merecem cuidado redobrado de forma a se atingir o objetivo de prestação jurisdicional justa e em tempo condizente com a razoabilidade.

Por fim, embora se reconheça o esforço de toda equipe, o ritmo de trabalho pode ser melhorado, devendo, portanto, serem adotadas metas fortes em relação à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0809964-75.2018.4.05.0000	0801151-98.2012.4.05.8300	0801117-22.2018.4.05.8201
0805208-23.2018.4.05.0000	0804440-52.2015.4.05.8100	0004008-48.2015.4.05.8300
0811324-79.2017.4.05.0000	0001402-29.2015.4.05.8500	0000569-63.2014.4.05.8300
0800223-50.2017.4.05.8405	0004535-93.2012.4.05.8400	0000351-10.2015.4.05.8103

0816151-02.2018.4.05.0000	0001577-23.2015.4.05.8500	0013282-30.2010.4.05.8100
0800088-54.2015.4.05.8002	0814605-09.2018.4.05.0000	0011299-03.2009.4.05.8400
0007297-76.2007.4.05.8200	0013431-26.2010.4.05.8100	

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Conforme informações prestadas pela assessoria da unidade inspecionada, há cinco grupos de trabalho, cada um coordenado por um assessor: 1º) agravos de instrumento, processos de competência do Plenário (exceto os penais) e feitos administrativos (de competência do Conselho Administrativo do TRF5); 2º) que tratam matéria predominantemente de Direito Administrativo; 3º) matéria penal e improbidade administrativa; 4º) matéria previdenciária; 5º) matéria tributária.

A triagem inicial é feita da seguinte forma: cada grupo de trabalho realiza a separação na chegada e o registro de saída de seus processos, preenchendo, no final de cada mês, uma planilha de estatística interna, relativa a cada equipe, que é totalizada em uma única, referente a todo gabinete.

O acervo de processos físicos é localizado em prateleiras, nas salas dos grupos de trabalho, separados por assunto e em ordem cronológica de entrada no Tribunal, destacando, desde a triagem, as prioridades legais.

Não há formalização de metas individuais nem periódicas de produtividade; mas há, no sentir da assessoria, a natural pretensão de que a quantidade de processos julgados/encerrados ultrapasse, sempre, a quantidade de processos recebidos.

Os feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ possuem tratamento específico e são destacados desde a triagem.

O atendimento de partes e advogados é realizado pelo Magistrado, bem como, se o caso, pelos assessores. Regras especiais são aplicadas aos processos que correm em segredo de justiça, que somente podem ser consultados pelas próprias partes e respectivos advogados habilitados nos autos.

As providências quanto aos processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos são tomadas imediatamente após a chegada dos autos no gabinete, de modo a não configurar pendências. Além disso, o controle é feito através de acompanhamento da assessoria nas sessões, e de informação da secretaria do órgão colegiado.

Segundo informações da assessoria da unidade inspecionada, há 23 feitos sobrestados, sendo 21 por IRDR e 2 em decorrência de recurso especial.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir a recomendação constante do item 11;
- b) Estabelecer metas individuais e globais, a fim de priorizar a diminuição do acervo, principalmente no que tange ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das Metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição;
- c) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias;
- d) Priorizar a análise dos processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado; e
- e) Elaborar plano de trabalho que permita julgar, no menor prazo possível, as ações de improbidade administrativa bem como os feitos criminais, principalmente aqueles que tenham réu preso.

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro.

**2.2. Turma:**

2ª Turma.

**2.3. Competência:**

Turma, pleno e conselho administrativo.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Paulo Machado Cordeiro.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Sim, em 3/4/2019. Origem: Corregedoria Regional. Destino: Segunda Turma. Assumido/deixado na origem: em relação aos processos judiciais, não houve processos assumidos e deixados na origem, uma vez que os existentes eram de competência do Pleno, que nunca deixaram de ser de responsabilidade do Desembargador. Assumido no destino: 4.576.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não.

### 3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Servidora: Janine Luz Altmeier, Diretora de Divisão Especial.

3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	6 servidores requisitados

## 4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):	
Total em tramitação**	5.962
Processos suspensos/sobrestados	25
Processos conclusos	4.409
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestrados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2. Evolução do acervo no último ano:	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.459
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.337
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.409
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.112
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	16
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestrados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Sim, saímos da mesa diretora (corregedoria regional), com competência apenas para processar e julgar os processos do Pleno, e assumimos a segunda turma (processos da relatoria do Des. Federal Vladimir Carvalho).
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Sim. Recebido: 5.138. Enviados: 686. Redistribuição por sucessão e redistribuição nos termos do Ato nº 89/2018 do TRF5 e processos reativados para readequação.

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	33
Mandados de segurança	6
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	2
Ações rescisórias	12
Outros	11



<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	4.423
Recursos em mandados de segurança coletivos	15
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	82
Recursos em ações civis públicas	117
Recursos em ações de desapropriação	18
Recursos em ações com preferência legal	667
Outros	4.187

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	4.423
Apelações cíveis	2.744
Agravos de instrumento	838
Outros	841

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	2
Revisões criminais	2
Outros	0

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	132
Apelações	127
Recursos em Sentido Estrito	3
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1
Outros	1

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	5
Apelações	3

Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	2

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	16
Por IRDR	16
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	483
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	342
Agravos legais/regimentais	43
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	39
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema.

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	66
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	5

<b>4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos concluídos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	9	23	2
Distribuídos em 2013	4	10	4
Distribuídos em 2014	169	79	22
Distribuídos em 2015	504	405	269
Distribuídos em 2016	1.031	736	530
Distribuídos em 2017	1.179	1.254	823
Distribuídos em 2018	-	1.451	1.468
Distribuídos em 2019	-	-	1.291
<b>Total</b>	<b>2.896</b>	<b>3.958</b>	<b>4.409</b>

<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	11
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	9
Total como relator para o acórdão	2

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.029
Total de Processos julgados	2.583
Total de Processos baixados	-
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	446
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não Informado
Total de feitos não regularizados	Não Informado
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não Informado
Total de feitos não regularizados	Não Informado

## 5. METAS

### 5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

Processos distribuídos no ano anterior	3.156
Processos julgados no ano anterior	2.360
Processos distribuídos no ano corrente	2.305
Processos julgados no ano corrente	1.837

### 5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):

Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	15
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

### 5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	352
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

### 5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	39
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	97,44%

### 5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	348
Pendentes	233
Porcentagem de atendimento da meta	33,05%

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	416
Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	143%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	47
Pendentes	13
Porcentagem de atendimento da meta	103,34%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2ª grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2ª grau.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2ª grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2ª grau.

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	16
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	667
Pendentes	231
Porcentagem de atendimento da meta	65,37%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	6

Processos julgados no ano anterior	4
Processos baixados no ano anterior	10
Processos distribuídos no ano corrente	113
Processos julgados no ano corrente	126
Processos baixados no ano corrente	31

**5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

**6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?**

Sim. Mas relativas à Corregedoria-Regional, tendo em vista que o Des. Federal Paulo Machado Cordeiro era, à época da última inspeção, Corregedor Regional da Justiça Federal da 5ª Região.

**6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

Antes do término da gestão (4 de abril de 2019), foram repassadas as recomendações ao atual Corregedor Regional, através de comunicação oficial, e à Corregedoria-Geral, através de ofício.

**6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

A única recomendação pendente (atualização das normas da Corregedoria), que estava em fase de elaboração, foi repassada ao atual Corregedor Regional.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

**7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

Não.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

**8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

Com vistas à necessidade de aprimorar a triagem de processos, diante do acervo assumido em abril de 2019 (4.576) e do aumento no número dos processos distribuídos (350 a.m. aproximadamente), o Desembargador está iniciando projeto no sentido de que todos os servidores do Gabinete façam treinamento para dominar as ferramentas do *BI*. Por outro lado, quanto aos processos criminais, tem o Gabinete equipe específica (3 servidoras), que reduziu o acervo de 193 para 86 (sem considerar os processos que já estão com os votos elaborados). Com exceção dessas servidoras e de mais 4 que exercem atividades administrativas, os demais trabalham com todas as classes de processos, com metas individuais de 10 por semana (1º julgamento). Meta coletiva também foi estabelecida em 100 processos por semana (1º julgamento). Como boas práticas, citem-se: contato constante dos servidores com o Desembargador, com portas sempre abertas; premiações; controle da produtividade; separação dos processos mais antigos.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0002482-17.2015.4.05.0000	27/1/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo sobrestado IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000 (TRF5) e RE 827.996/PR (Tema 1011) (STF).		
0000881-39.2016.4.05.0000	25/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo sobrestado IRDR 0804575-80.2016.4.05.0000 (TRF5) e RE 827.996/PR (Tema 1011) (STF).		
0001502-36.2016.4.05.0000	17/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo sobrestado IRDR 0804575-80.2016.4.05.0000 (TRF5) e RE 827.996/PR (Tema 1011) (STF).		
0811404-09.2018.4.05.0000	24/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0000346-24.2016.4.05.8500	10/1/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo está pautado para 1º/10/2019.		
0808893-72.2017.4.05.0000	15/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para 8/10/2019.		
0800110-57.2016.4.05.8106	5/10/2016	199 - Remessa Necessária Cível

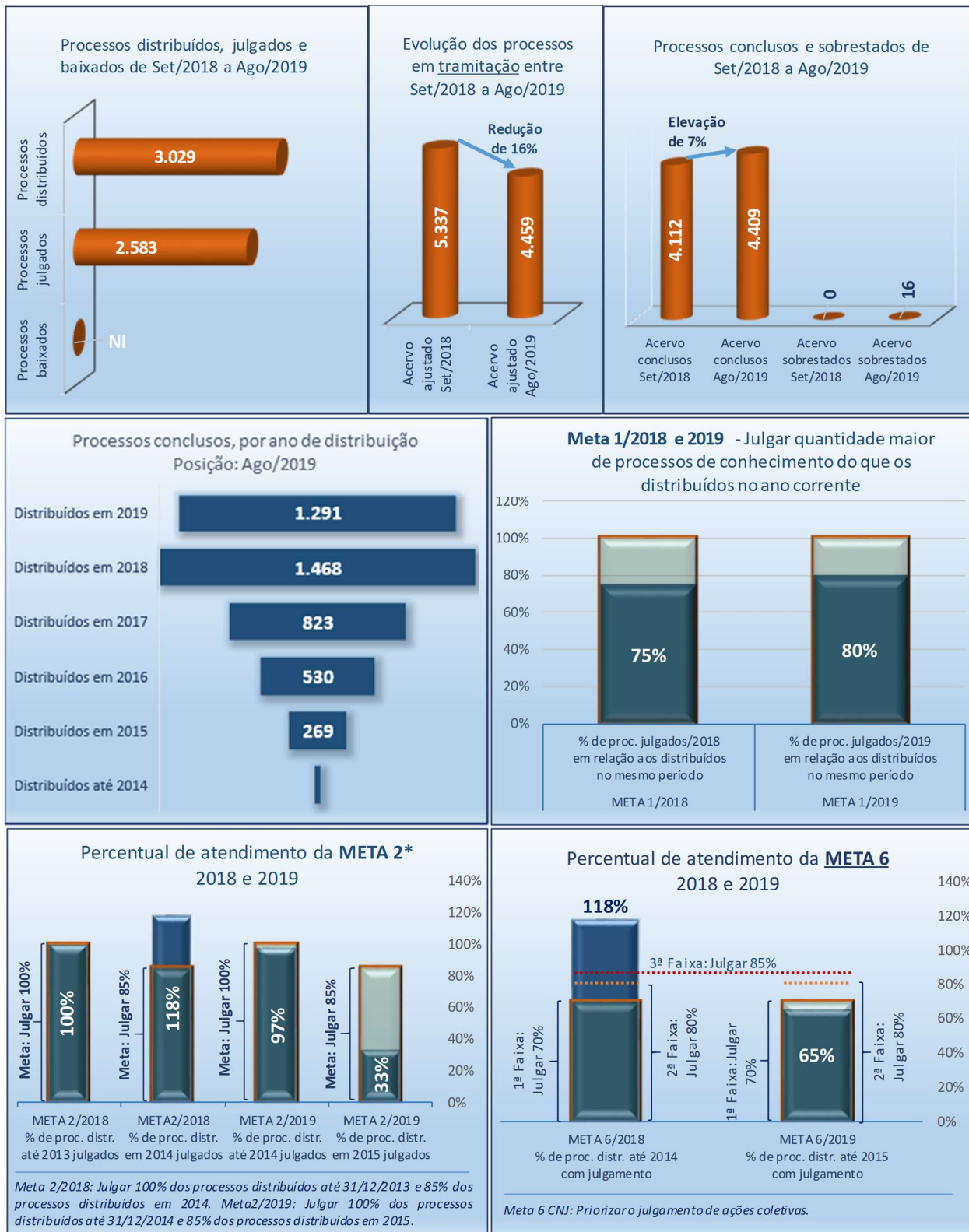
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0803598-83.2017.4.05.8300	4/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado em 10/9/2019.		
0800653-54.2016.4.05.8302	22/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0801886-92.2016.4.05.8300	29/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0802879-88.2014.4.05.8500	24/5/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800234-56.2015.4.05.8500	29/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0802613-56.2015.4.05.0000	2/6/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: pendência de despacho para ir à Vice-Presidência. Processo na fase de execução de verba honorária.		
0800298-21.2016.4.05.0000	18/1/2016	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0000751-49.2016.4.05.0000	22/4/2016	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0804840-53.2014.4.05.0000	26/11/2014	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0000480-24.2011.4.05.8404	24/3/2017	1733 - Procedimento Investigatório Criminal (Pic-Mp)
Observação/Providência: processo incluído para sessão do dia 22/10/2019.		
0006796-31.2012.4.05.8400	5/10/2016	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: agilizaremos a tramitação.		
0815390-68.2018.4.05.0000	25/10/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: processo julgado em 10/9/2019.		
0800263-29.2017.4.05.8309	21/11/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Voto pronto para ir ao Revisor. Processo sem réu preso, houve erro no cadastro, que já foi corrigido.		
0800251-47.2016.4.05.0000	14/1/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 8/10/2019.		
0800898-76.2013.4.05.8300	8/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 8/10/2019.		
0803683-11.2013.4.05.8300	5/5/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 8/10/2019.		
0800594-86.2013.4.05.8200	5/12/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800011-34.2014.4.05.8308	16/3/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 8/10/2019.		

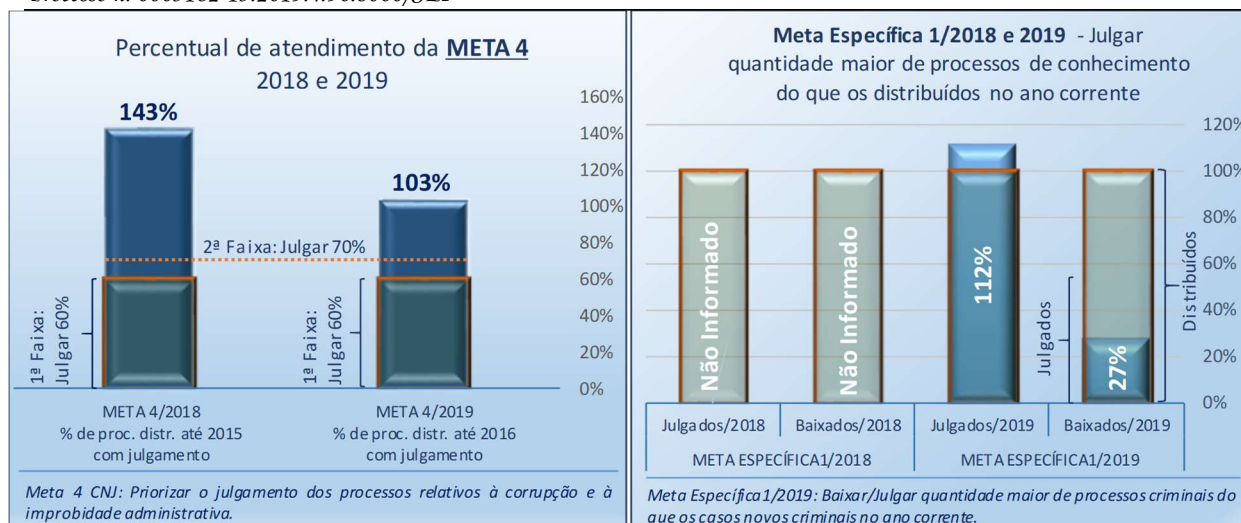


0800220-45.2014.4.05.8100	20/1/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 8/10/2019.		
0801294-98.2014.4.05.8500	13/10/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão do dia 1º/10/2019.		
0805026-42.2015.4.05.0000	14/9/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo sobrestado IRDR 0804575-80.2016.4.05.0000 (TRF5) e RE 827.996/PR (Tema 1011) (STF).		
0801582-46.2014.4.05.8500	3/2/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800255-11.2014.4.05.8001	26/11/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0804283-86.2014.4.05.8400	5/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão do dia 1º/10/2019.		
0800005-90.2015.4.05.8308	1º/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800184-30.2015.4.05.8500	15/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0803797-31.2014.4.05.8100	26/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800191-28.2015.4.05.8401	13/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800070-22.2014.4.05.8502	28/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800784-06.2014.4.05.8300	10/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800466-77.2015.4.05.8400	26/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0801691-78.2014.4.05.8300	21/1/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800174-10.2015.4.05.8201	9/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0802350-17.2014.4.05.8000	1º/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0008508-90.2011.4.05.8400	25/6/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0000394-03.2013.4.05.8107	19/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0000290-11.2013.4.05.8107	19/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800292-57.2013.4.05.8200	28/4/2015	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 1º/10/2019.		
0008406-43.2014.4.05.0000	17/9/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 10/9/2019.		
0005808-92.2007.4.05.8300	6/5/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0000023-21.2013.4.05.8404	27/3/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: processo pautado para dia 15/10/2019.		
0019904-15.2007.4.05.8300	29/9/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: agilizaremos a inclusão em pauta.		
0002744-30.2014.4.05.8300	7/1/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgamento convertido em diligência.		
0002106-37.2013.4.05.8201	30/6/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: agilizaremos a inclusão em pauta.		
0000385-32.2008.4.05.8102	17/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Voto em elaboração.		
0817059-59.2018.4.05.0000	6/12/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 1º/10/2019.		
0804639-27.2015.4.05.0000	27/8/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800418-53.2012.4.05.8100	14/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0001825-67.2007.4.05.8500	19/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo na segunda turma, para publicação da decisão do dia 17/9/2019.		
0010230-37.2012.4.05.8300	5/6/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0800258-09.2018.4.05.8200	14/3/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0801153-09.2014.4.05.8200	10/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo julgado em 3/9/2019.		
0807050-43.2015.4.05.0000	2/12/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo julgado em 10/9/2019.		
0801821-72.2017.4.05.8200	22/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 1º/10/2019.		
0000951-36.2012.4.05.8200	22/7/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 17/9/2019.		
0001757-68.2012.4.05.8201	19/3/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo pautado para sessão do dia 15/10/2019.		
0806047-68.2018.4.05.8400	29/11/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Voto em elaboração.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 65 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 22 físicos e 43 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na listagem não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Fazendo-se um corte transversal nos feitos que compõe o acervo, a competência cumulada de matérias leva o gabinete a ter de enfrentar questões específicas que não admitem julgamentos temáticos. Têm-se ações coletivas (ACPs, ações populares, IAs, ações ambientais de repercussão, dentre outras) que demandam exame acurado, tanto na tramitação quanto no enfrentamento do fundo do direito. Mesmo nesse quadro, nota-se que o desembargador e sua equipe elaboraram planejamento de trabalho elogiável de modo que os feitos são solucionados ou, ao menos, estão com o encaminhamento processual adequado à duração razoável do processo.

O gabinete mostrou-se apto a distinguir feitos repetitivos daqueles que, seja pelo alcance social ou pela relevância jurídica, merecem cuidado redobrado de forma a se atingir o objetivo de prestação jurisdicional justa e em tempo condizente com a razoabilidade.

Por fim, embora se reconheça o esforço de toda equipe, o ritmo de trabalho pode ser melhorado, devendo, portanto, serem adotadas metas fortes em relação à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) Julgar no prazo de 60 dias:

0800653-54.2016.4.05.8302	0002744-30.2014.4.05.8300	0019904-15.2007.4.05.8300
0802879-88.2014.4.05.8500	0002106-37.2013.4.05.8201	0806047-68.2018.4.05.8400
0800234-56.2015.4.05.8500	0000385-32.2008.4.05.8102	0013443-45.2007.4.05.8100
0000751-49.2016.4.05.0000	0001825-67.2007.4.05.8500	0006796-31.2012.4.05.8400
0800258-09.2018.4.05.8200	0800263-29.2017.4.05.8309	0000951-36.2012.4.05.8200
0005808-92.2007.4.05.8300	0001757-68.2012.4.05.8201	

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O Gabinete se encontra organizado por setores: Apoio Administrativo, Setor Criminal e Setor de Processos Cíveis.

Toda a movimentação dos processos físicos é registrada no Sistema Esparta, ficando, no geral, a cargo do Apoio Administrativo. Cada servidor é responsável pela atualização da informação processual no aludido sistema quando da conclusão da minuta elaborada para o Desembargador.

Os processos que tramitam no PJE também têm sua movimentação acompanhada, no sistema, pelo Apoio Administrativo (com a elaboração de planilhas, inclusive) e pela Chefia de Gabinete (responsável pela inclusão dos feitos em pauta).

No tocante aos processos criminais, há equipe específica (2 servidoras) desenvolvendo essa atividade, o que já rendeu bons frutos, com a redução de acervo de 193 para 86 processos (sem considerar os que já estão com o revisor, os pautados e aptos para irem à revisão). Com exceção dessas 2 servidoras e de mais 2 que exercem atividades administrativas (atividade-fim), os demais (7) trabalham com todas as classes de processos e preparam minutas de despachos, decisões e votos, ficando a cargo de 2 assessoras o trabalho de revisão das minutas.

Os processos rotineiros recentes no Gabinete, todavia, continuam sendo julgados rapidamente, a fim de evitar um acúmulo desnecessário para os quais já existe minuta semelhante, a demandar fácil adaptação.

É importante destacar que o Desembargador, no intuito de reduzir o acervo e de que sejam atingidas as metas do CNJ/CJF, analisa processos antigos, inclusive os de meta.

Considerando que, em 3/4/2019, houve a mudança da Mesa Diretora, o Des. Federal Paulo Machado Cordeiro assumiu o Gabinete com o acervo de 4.576 processos, de modo que várias estratégias foram e estão sendo implementadas para sua redução, iniciando pela triagem de feitos.

Para tanto, a equipe tem se valido do sistema *BI*, a fim de que, separando os processos em blocos por assunto/classe, esta ferramenta possa auxiliar na realização de mutirões, o que já vem ocorrendo. Diante disso, com vistas a aprimorar essa prática de triagem de processos, o Desembargador está iniciando mais um projeto, este no sentido de que todos os servidores façam treinamento para dominar as ferramentas do *BI*.

O acervo físico (que, na atualidade, possuem número bastante reduzido) fica localizado em estantes, as quais possuem uma identificação e são registradas no Sistema Esparta, enquanto que a organização do eletrônico é feita mediante a identificação dos processos com prioridade legal, com pedidos de liminar, metas do CNJ/CJF, dentre outras categorias cujas singularidades são destacadas e separadas através das pastas virtuais que são formatadas no PJE.

Em relação à movimentação interna, existe a distribuição e a subsequente responsabilização dos servidores pelos processos a eles atribuídos, com o controle pelo Apoio Administrativo antes, durante e após a inclusão em pauta e correspondentes sessões.

Para a distribuição de atividades entre os servidores, congregam-se as aptidões pessoais e experiência profissional dos servidores, de sorte que se faça valer o binômio satisfação-produtividade.

Especificamente com relação à atividade-fim, há o estabelecimento de metas de produtividade por servidor, objetivando o atendimento das metas do CNJ/CJF e das fixadas pelo Desembargador. Os servidores que trabalham com minutas respeitantes a todas as matérias (exceto processos criminais) têm a meta individual de incluir 10 processos em cada pauta, quantitativo estabelecido pelo magistrado, em atenção ao acervo e ao fluxo de distribuídos e julgados.

Há o acompanhamento mensal acerca da produtividade do gabinete e das metas fixadas pelo Desembargador mediante análise de números, planilhas e gráficos. De acordo com o quantitativo do acervo e da avaliação periódica dos resultados das atividades do Gabinete, são revistas as metas fixadas anteriormente, objetivando-se a redução do acervo e o julgamento dos feitos que demandam prioridade. Há franco acesso ao Magistrado para o esclarecimento de dúvidas, o que evita o retrabalho.

Há fixação de metas periódicas de produtividade, como a inclusão em pauta de 100 processos por semana (primeiro julgamento), a apreciação das liminares cíveis tão logo distribuídas, a apreciação imediata de *habeas corpus*, a priorização de processos com réu preso e agravos em execução penal.

Vale ressaltar que há uma preocupação com a identificação dos processos mais antigos (incluindo-se aí os de meta do CNJ/CJF), existindo a orientação de que sejam priorizados.

Há o acompanhamento mensal das planilhas recebidas da Secretaria Judiciária quanto ao acervo (especificando classes, matéria, data de chegada no TRF/Gabinete etc.) e à estatística do Gabinete (com feitos conclusos, em tramitação, cumprimento de metas do CNJ/CJF etc), bem assim das pertinentes à produtividade dos servidores (geradas no próprio Gabinete), para visualização acerca do alcance também das metas (do CNJ/CJF e das fixadas pelo Desembargador).

Os advogados e as partes são atendidos pelo Desembargador e pela Chefia de Gabinete independentemente de agendamento.

O Apoio Administrativo do Gabinete se encarrega de verificar, semanalmente, quais os processos pendentes que se encontram junto a outros relatores ou órgãos e, caso haja necessidade, de fazer contato com a respectiva chefia de gabinete.

Digno de registro que tal controle também é feito através do próprio PJe, no qual consta uma aba que identifica os processos enviados para revisão e com voto-vista.

Há processos sobrestados em decorrência do RE 827.996/PR (Tema 1011) e do IRDR 0804575-80.2016.4.05.0000 (TRF5).

### **13) RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir a recomendação constante do item 11;
- b) Priorizar o atendimento da meta em relação à diminuição do acervo, principalmente no que tange ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das Metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição;
- c) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias;
- c) Priorizar a análise dos processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória, bem como o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; e
- e) Elaborar plano de trabalho que permita julgar, no menor prazo possível, as ações de improbidade administrativa bem como os feitos criminais, principalmente aqueles que tenham réu preso.

Por fim, tudo indica que as situações de atraso decorrem do pouco tempo que a equipe teve desde a posse do Desembargador Federal, ocorrida em 3/4/2019. Mantido o ritmo atual, as pendências devem estar solucionadas até a próxima inspeção, pois existe preocupação e empenho do Desembargador e sua equipe no alcance das metas.

## GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI GURGEL DE SOUZA

#### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Cid Marconi.

**2.2. Turma:**

Terceira Turma.

**2.3. Competência:**

Pleno, Conselho de Administração e Turma.

#### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Cid Marconi Gurgel de Souza.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Sim. Houve remoção em 4/4/2019 da Vice-Presidência para Terceira Turma. O acervo assumido na Vice-Presidência foi de 21.219 processos, o deixado foi de 18.350 processos, e o assumido na Terceira Turma foi de 4.777 processos.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Sim. Desembargador Federal Carlos Rêbello titular do acervo até 3/4/2019.



### 3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Maria de Fátima Sarinho Maciel / Chefe de Gabinete.

3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	4

## 4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):	
Total em tramitação**	5.582
Processos suspensos/sobrestados	3
Processos conclusos	4.081
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2. Evolução do acervo no último ano:	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.582
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.398
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.081
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.813
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Sim, assumiu o gabinete em 4/4/2019, passando a compor a Terceira Turma.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	A redistribuição segue o que determina o Ato n. 89/2018, do TRF5. Totais de processos recebidos em abril de 2019 foi de 4.777 e enviados (deixei) 583 em abril de 2017.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	37
Mandados de segurança	11
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	2
Ações rescisórias	10
Outros	14

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	3.819
Recursos em mandados de segurança coletivos	10

Recursos em ações populares	9
Recursos em ações de improbidade administrativa	83
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	5
Recursos em ações com preferência legal	652
Outros	3.033

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	3.819
Apelações cíveis	2.165
Agravos de instrumento	1.144
Outros	510

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	17
Ações penais	2
Inquéritos	2
Habeas Corpus	7
Revisões criminais	2
Outros	4

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	208
Apelações	191
Recursos em Sentido Estrito	11
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1
Outros	5

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	13
Apelações	7
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	2

Outros	4
--------	---

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	3
Por IRDR	2
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	1
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	299
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	218
Agravos legais/regimentais	54
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	39
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	195
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	44

<b>4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos concluídos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	5	54	19
Distribuídos em 2013	5	10	2
Distribuídos em 2014	24	20	9
Distribuídos em 2015	550	148	21
Distribuídos em 2016	1.334	812	376
Distribuídos em 2017	1.356	1.346	688
Distribuídos em 2018	-	1.423	1.393
Distribuídos em 2019	-	-	1.573
<b>Total</b>	<b>3.274</b>	<b>3.813</b>	<b>4.081</b>

<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	45
Total como relator para o acórdão	0

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.027
Total de Processos julgados	2.514
Total de Processos baixados	Não informado
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	513
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	Não Informado

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	117
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	Dados não disponíveis. Acervo assumido em 4/4/2019.
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Dados não disponíveis. Acervo assumido em 4/4/2019.

## 5. METAS

### 5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

Processos distribuídos no ano anterior	3.219
Processos julgados no ano anterior	2.273
Processos distribuídos no ano corrente	2.296
Processos julgados no ano corrente	1.268

### 5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):

Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	19
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

### 5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	95
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

### 5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

### 5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	114
Pendentes	9
Porcentagem de atendimento da meta	108,36%

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	345
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	143%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	102
Pendentes	26
Porcentagem de atendimento da meta	106,44%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	272
Pendentes	7
Porcentagem de atendimento da meta	114,62%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	4

Processos baixados no ano anterior	6
Processos julgados no ano anterior	6
Processos distribuídos no ano corrente	247
Processos baixados no ano corrente	114
Processos julgados no ano corrente	206

**5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

**6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?**

Sim. a) Priorizar o julgamento dos processos com distribuição mais antiga; b) Destacar um grupo de servidores para julgar embargos de declaração e agravos internos/legais; c) Acompanhar os processos que foram remetidos para outros julgadores, com pedido de vista; d) Inverter a diferença entre a entrada e a saída de processos; e) Não manter processos com tutela provisória deferida há mais de 90 dias sem exame do Colegiado; f) Reduzir o grau de recorribilidade das decisões monocráticas; g) Reduzir o tempo necessário para lavratura dos acórdãos; h) Reduzir o número de processos em matéria criminal; i) Otimizar as intimações para oferecimento de contrarrazões recursais.

**6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

a) O gabinete tem adotado como prioridade o julgamento dos processos por antiguidade; b) Tem sido realizado mutirão para julgamento de embargos de declaração e agravos internos/legais; c) Foram contatados os gabinetes que informaram estarem cientes dos pedidos de vista; d) Tem se buscado alcançar julgar mais processos dos que os distribuídos de forma a reduzir o acervo; e) Tem se



buscado priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória deferida há mais de 90 dias; f) A interposição de recurso é faculdade das partes; g) Os acórdãos têm sido lavrados assim que liberada a sessão pela secretaria; h) Tem se buscado julgar um grande volume de processos criminais; i) As intimações para contrarrazões são feitas pela secretaria por ato ordinatório.

### **6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

O gabinete recebeu, por redistribuição, um grande acervo de processos, destacando-se o grande volume de agravos de instrumento e feitos criminais. Tem se buscado priorizar o julgamento dessas classes, mas devido ao grande volume tem se observado a dificuldade de redução. Houve necessidade inicial de uma reorganização dos processos e sistemas de trabalho, com separação por matérias e fases processuais e saneamento de uma expressiva quantidade de agravos de instrumento sem normal tramitação.

## **7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

### **7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

Sim. Meta 1. Fixação de metas de produtividade por servidor e julgamento por blocos de assuntos repetitivos, objetivando um acréscimo no número de processos julgados.

## **8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**

### **8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

Inicialmente foi traçado um planejamento de organização do acervo, identificando casos de maior prioridade e separando as principais matérias a serem trabalhadas e classes processuais diferenciadas. Além disso, foram realizadas triagens por blocos de assuntos repetitivos, a fim de dinamizar a produtividade do Gabinete. Os processos estão classificados e separados por matéria/servidor. É priorizada, no julgamento dos processos, a ordem de entrada, as prioridades legais, e análise de petições. Há reavaliação das necessidades e dos resultados atingidos, objetivando proceder ajustes visando alcançar as metas estabelecidas pelo CNJ e pelo Gabinete.

## **9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS**

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0006909-75.2013.4.05.8100	19/4/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Acórdão anulado. Incluído em pauta para 17/10/2019		
0014802-70.2011.4.05.8300	10/2/2015	198 - Apelação Cível

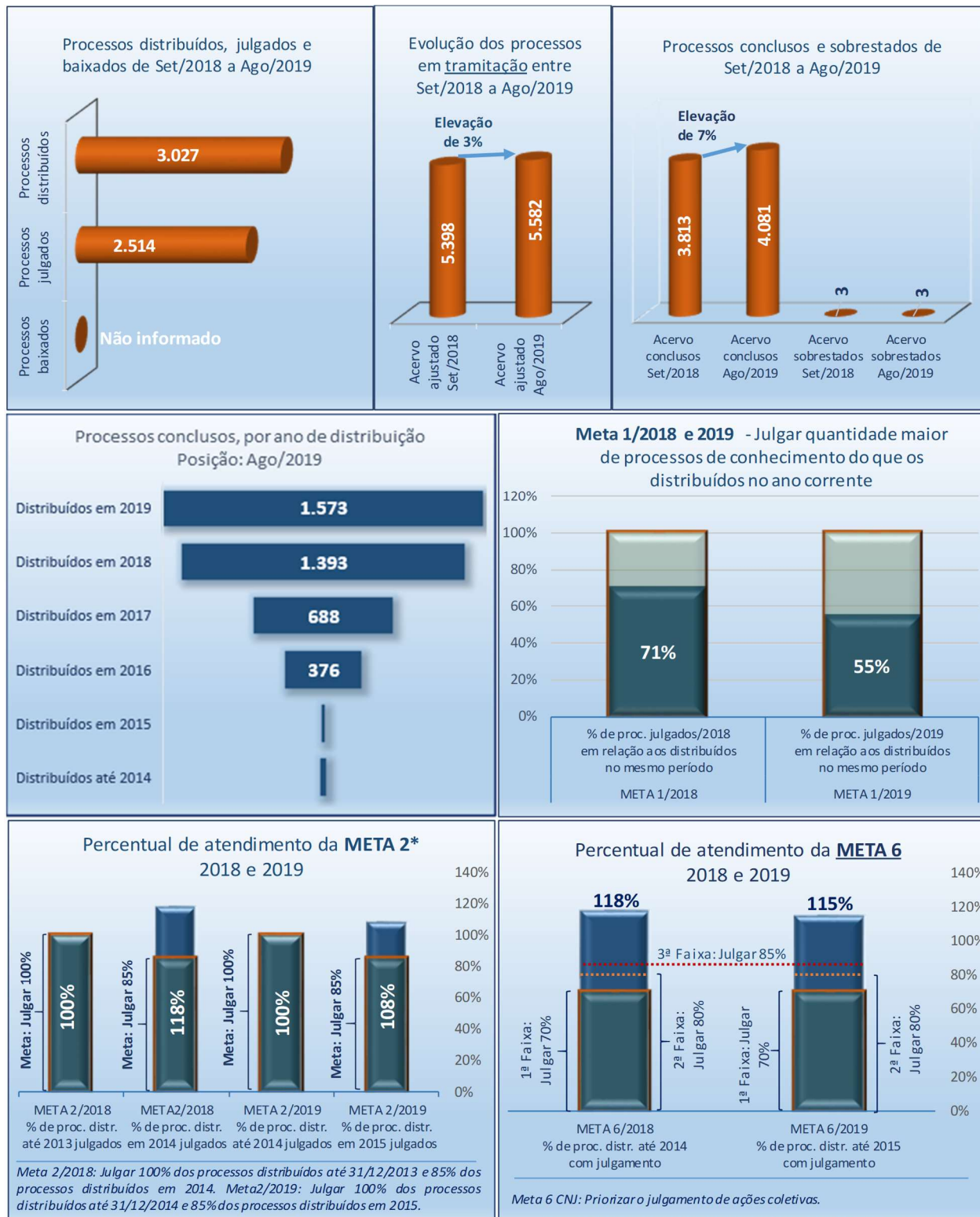
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo.		
0806268-02.2016.4.05.0000	30/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0002784-85.2016.4.05.9999	30/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0808690-47.2016.4.05.0000	28/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0808747-65.2016.4.05.0000	29/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 10/10/2019.		
0809188-46.2016.4.05.0000	12/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0800699-83.2017.4.05.0000	30/1/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0802072-52.2017.4.05.0000	13/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando voto vista de outra relatoria		
0000655-97.2017.4.05.0000	8/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0803793-39.2017.4.05.0000	3/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo		
0805190-36.2017.4.05.0000	12/6/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo		
0806697-32.2017.4.05.0000	19/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando voto vista de outra relatoria		
0806368-20.2017.4.05.0000	11/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo		
0813922-69.2018.4.05.0000	19/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo		
0804022-73.2018.4.05.8500	18/2/2019	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019		
0807834-49.2017.4.05.0000	17/8/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Despachado em 25/09/2019		
0810301-64.2018.4.05.0000	9/7/2018	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Despachado em 25/9/2019		
0800058-80.2015.4.05.8402	14/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0800097-74.2015.4.05.8500	27/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0809400-67.2016.4.05.0000	16/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 26/9/2019.		

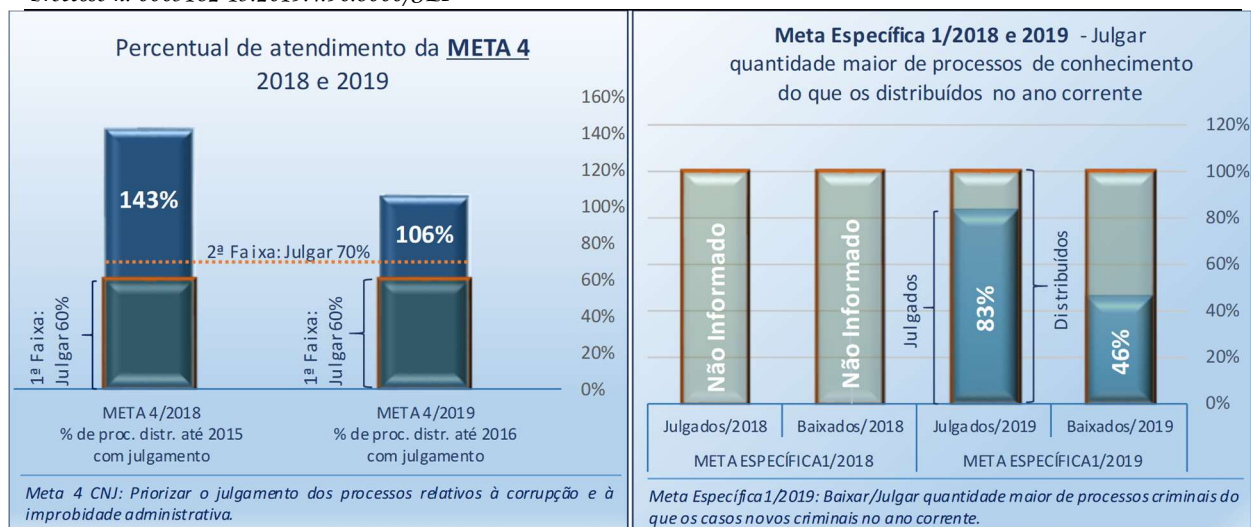
0805208-91.2016.4.05.0000	25/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despachado em 25/9/2019		
0000413-26.2015.4.05.8402	20/2/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Despachado em 25/9/2019		
0813380-51.2018.4.05.0000	5/9/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo		
0805285-86.2017.4.05.8400	9/3/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando revisão		
0802988-02.2018.4.05.8100	7/11/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando revisão		
0807790-50.2017.4.05.8400	1/5/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando revisão		
0800973-11.2014.4.05.8000	24/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0801436-36.2017.4.05.8100	30/10/2017	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0000088-80.2017.4.05.8305	16/2/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/2019.		
0000130-63.2016.4.05.8403	7/5/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/2019.		
0817608-69.2018.4.05.0000	21/12/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos com baixa definitiva.		
0803516-57.2016.4.05.0000	30/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0000708-59.2016.4.05.8101	1º/10/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para 10/10/2019.		
0805430-63.2017.4.05.8200	6/12/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 10/10/2019.		
0807567-14.2016.4.05.0000	18/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo.		
0804482-20.2016.4.05.0000	4/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0814594-77.2018.4.05.0000	4/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo.		
0800902-11.2018.4.05.0000	5/2/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo.		
0808828-14.2016.4.05.0000	30/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0800739-11.2014.4.05.8200	2/6/2016	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 10/10/2019.		
0802500-05.2015.4.05.0000	28/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 26/9/2019.		
0804810-47.2016.4.05.0000	13/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despachado em 25/09/2019		
0000158-02.2014.4.05.8500	2/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 3/10/2019.		
0002092-76.2015.4.05.8300	29/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0004823-45.2015.4.05.8300	29/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 24/10/2019		
0805148-55.2015.4.05.0000	18/9/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despachado em 25/9/2019.		
0805983-43.2015.4.05.0000	22/10/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0011775-50.2009.4.05.8300	13/1/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0000085-59.2016.4.05.8403	17/5/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0033446-86.1998.4.05.0000	18/8/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0011798-40.2002.4.05.8300	23/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo.		
0000207-88.2010.4.05.8401	9/12/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Despachado em 25/9/2019.		
0004427-53.2010.4.05.8200	15/9/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0017113-52.2011.4.05.8100	14/3/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0000064-66.2014.4.05.8302	1º/8/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0001113-10.2007.4.05.8102	14/7/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0003807-59.2010.4.05.8000	27/1/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0011997-13.2012.4.05.8300	11/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0000959-38.2011.4.05.8300	28/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Na Turma em controle de prazo.		

0806424-24.2015.4.05.0000	10/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0807518-07.2015.4.05.0000	18/12/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0006117-20.2010.4.05.8200	4/1/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para 17/10/2019.		
0804892-49.2014.4.05.0000	27/11/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos com baixa definitiva arquivo.		
0812453-85.2018.4.05.0000	16/8/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 10/10/2019.		
0805107-49.2019.4.05.0000	3/5/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Autos com baixa definitiva arquivo		
0001725-86.2016.4.05.0000	27/9/2016	1733 - Procedimento Investigatório Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para 16/10/2019.		
0007364-50.2007.4.05.8100	10/7/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando publicação do acórdão.		
0000804-65.2016.4.05.8201	29/1/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Aguardando revisão.		
0000041-28.2016.4.05.8310	6/2/2018	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo de Relatoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo.		
0800511-27.2014.4.05.8300	18/7/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 26/9/2019.		
0804899-70.2016.4.05.0000	15/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		
0801838-07.2016.4.05.0000	18/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de 17/10/2019.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 73 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 28 físicos e 45 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0806268-02.2016.4.05.0000	0805190-36.2017.4.05.0000	0800097-74.2015.4.05.8500
0802072-52.2017.4.05.0000	0806368-20.2017.4.05.0000	0805208-91.2016.4.05.0000
0804810-47.2016.4.05.0000	0004823-45.2015.4.05.8300	0805148-55.2015.4.05.0000
0006117-20.2010.4.05.8200	0000804-65.2016.4.05.8201	

b) julgar no prazo de 30 dias:

0805285-86.2017.4.05.8400	0802988-02.2018.4.05.8100	0807790-50.2017.4.05.8400
---------------------------	---------------------------	---------------------------

c) sanar problemas técnicos do sistema PJe a fim de possibilitar a lavratura de acórdão, no prazo de 60 dias: 0806697-32.2017.4.05.0000.

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No que tange à organização, o gabinete recebeu, por redistribuição, em abril de 2019, um grande acervo de processos, destacando-se a quantidade de agravos de instrumento e feitos criminais. Inicialmente, foi traçado um planejamento de organização do acervo, identificando casos de maior prioridade e separando as principais matérias a serem trabalhadas.

Além disso, foram feitas triagens, por blocos de assuntos repetitivos, a fim de dinamizar a produtividade. Após a redução dos feitos criminais mais antigos e dos cíveis com assuntos repetitivos, os esforços passaram a se concentrar na eliminação dos processos cíveis mais antigos, notadamente agravos de instrumento acumulados.

Atualmente, os processos estão triados por matérias e estão sendo realizados mutirões internos para eliminação dos feitos com distribuição mais antiga e embargos de declaração.

A triagem inicial é feita da seguinte forma: quando chegam ao gabinete são separados por assunto, observando-se as prioridades legais e metas de julgamento. Após, são distribuídos aos respectivos setores e/ou armários, nos casos dos físicos. Os processos eletrônicos são triados e redirecionados às pastas organizadas por matéria/servidor.

Os autos físicos são organizados por tipo de recurso/matéria e alocados em armários, devidamente localizados no sistema Esparta. Com o objetivo de otimizar o fluxo de entrada e saída dos autos, há local especialmente destinado para os processos físicos que foram recebidos no Gabinete, e que passarão por triagem antes de serem alocados, assim como há local próprio para processos com despacho, decisão ou acórdão já assinados e que estão prontos para remessa às respectivas Secretarias.

A organização do acervo é feita por matéria/servidor (PJe/físico). Para a movimentação interna dos processos físicos utiliza-se o sistema Esparta, onde constam as localizações.

Procura-se distribuir as atividades em atenção às competências dos servidores e afinidade de matérias. Sendo assim, é feita a distribuição de tarefas aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas por matéria.

Busca-se incluir nas pautas de julgamento um número de processos com prioridade legal e meta do CNJ, de modo a manter um equilíbrio com os feitos cujas matérias possuem maior volume de distribuição, mantendo, assim, a produtividade e dando atenção às prioridades.

As metas individuais de produtividade são estabelecidas de acordo com a complexidade dos processos, sendo que, em regra, a meta individual de produtividade é de dez minutas por semana, com exceção criminais e improbidades. O controle da meta individual é feito mensalmente, através da planilha de produtividade semanal.

O planejamento dos trabalhos é realizado de acordo com os cronogramas de julgamentos da Terceira Turma e do Pleno, observando as datas-limite para inclusão dos processos em pauta, com prévia estipulação de metas e definição de prioridades. O controle de produtividade é realizado pela chefia de gabinete no momento da confecção da lista de julgamento. Há constante reavaliação das necessidades e resultados alcançados, objetivando proceder a reajustes nas programações de trabalho da equipe com vistas ao alcance de metas gerais estabelecidas pelo CNJ e pelo próprio Gabinete. Mensalmente, são realizadas reuniões com toda a equipe, com a presença do Desembargador, para reavaliação do cronograma de trabalho.

O atendimento de advogados pelo Desembargador é realizado mediante agendamento com vistas a conciliar os horários e não prejudicar as sessões de julgamento da Terceira Turma e Plenário. É utilizado o sistema de Atendimento do



Gabinete, onde são colocados os dados do advogado/parte, do processo e a providência a ser adotada, em seguida, a planilha é enviada ao servidor responsável.

O controle de processos é feito com a utilização de uma lista elaborada com os votos pendentes e com o registro das pendências no sistema (PJe), o qual é acompanhado pelo Desembargador. Além disso, semanalmente, a unidade entra em contato com os outros gabinetes para buscar agilizar o julgamento.

No momento não existem processos sobrestados no gabinete por determinação do STJ/STF. Os processos cujos temas foram afetados por decisão das Cortes Superiores ficam sobrestados no Setor de Recursos.

Importante destacar que, durante a semana de inspeção, foi fornecida a relação dos processos em que haveria a necessidade de recomendações e o gabinete se empenhou e buscou cumprir o recomendado ainda durante a inspeção, o que merece destaque e elogio.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir as recomendações constantes do item 11;

b) Implementar métodos que garantam o cumprimento da Meta 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e da Meta Específica 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente);

c) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração, dada a quantidade expressiva de processos com conclusão superior a 30 dias pendentes de julgamento (218);

d) O gabinete passa por uma fase de transição, o Desembargador recebeu o acervo inspecionado em 4/4/2019, data em que deixou a Vice-Presidência, e nesse período (6 meses) tem se empenhado a fim de garantir a célere prestação jurisdicional, de maneira que se recomenda a manutenção do método de trabalho para a progressiva redução do acervo.

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira.

**2.2. Turma:**

Terceira Turma.

**2.3. Competência:**

Todas. Sem especialização.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Rogério Fialho Moreira.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Rogério Roberto Gonçalves de Abreu. 23/1/2019 a 22/2/2019 (Substituição em razão de férias) e 8/7/2019 a 16/8/2019 (Substituição em razão de férias)

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Bruno Monteiro Esteves - Chefe de Gabinete.

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2
Outros	2 requisitados.

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	1.879
Processos suspensos/sobrestados	65
Processos conclusos	729
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestrados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.814
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.509
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	729
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	795
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma	Não se aplica.

suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Foram recebidos 947 processos e enviados 843, na forma do Ato nº 89/2018 do TRF5, que determinou a livre distribuição dos feitos pela Divisão de Protocolo, realizando-se posteriormente a redistribuição, no caso de identificação de prevenção.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	17
Mandados de segurança	1
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	1
Reclamações	1
Ações rescisórias	8
Outros	4

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	677
Recursos em mandados de segurança coletivos	3
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	36
Recursos em ações civis públicas	3
Recursos em ações de desapropriação	5
Recursos em ações com preferência legal	152

Outros	478
--------	-----

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	677
Apelações cíveis	335
Agravos de instrumento	228
Outros	114

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	8
Ações penais	1
Inquéritos	1
Habeas Corpus	4
Revisões criminais	2
Outros	0

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	62
Apelações	61
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	1

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	9
Apelações	3
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	4
Outros	2

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	128
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	55
Agravos legais/regimentais	16
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	4
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema.

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	20
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	3

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	5	61	3
Distribuídos em 2013	2	4	-
Distribuídos em 2014	3	3	1
Distribuídos em 2015	11	8	2
Distribuídos em 2016	64	18	10
Distribuídos em 2017	749	91	18
Distribuídos em 2018	-	715	61
Distribuídos em 2019	-	-	634
Total	834	900	729

<b>4.14. Processos conclusos de outros Gabinetes:</b>	
Processos conclusos para voto-vista	5

Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	5
--	---

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	7
Total como relator para o acórdão	0

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	2.997
Total de Processos julgados	2.941
Total de Processos baixados	2.229
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	56
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	768

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	22
Total de feitos verificados na inspeção anterior	41
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	2.971
Processos julgados no ano anterior	2.673
Processos distribuídos no ano corrente	2.162
Processos julgados no ano corrente	2.086

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	401
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	321
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	16
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	80%

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	18
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	32
Pendentes	2
Porcentagem de atendimento da meta	133,93%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau.



Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau.
--	---------------------------

**5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	13
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):**

Processos distribuídos no ano anterior	175
Processos baixados no ano anterior	134
Processos julgados no ano anterior	162
Processos distribuídos no ano corrente	126
Processos baixados no ano corrente	36
Processos julgados no ano corrente	148

**5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0

Porcentagem de atendimento da meta	100%
------------------------------------	------

## 6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Sanar as questões levantadas nos itens 2 e 3, cumprindo também as recomendações: Aumento do acervo para 869 processos conclusos, 72 processos por servidor. Distribuição de 2.638 e julgamento de 2.090 processos. Fluxo de 548. - análise de processos da amostra. b) aumentar o número de servidores em atividade fim, no intuito de reduzir ainda mais a quantidade de processos do acervo; c) priorizar o julgamento dos embargos de declaração e dos agravos legais/regimentais, dada a quantidade expressiva de processos com pendência de julgamento desses recursos na unidade (426 e 128); d) reduzir o número de processos em matéria criminal; e e) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento e de feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

### 6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Esforço concentrado que resultou em: redução do acervo, que se encontra com 729 processos, consistindo em 48,6 por servidor; redução do fluxo processual para 56 (2.997 distribuídos para 2.941 julgados); impulsionamento de todos os processos inspecionados, que foram julgados, estando fora da jurisdição deste gabinete, arquivados ou com tramitação de recursos excepcionais; b) O gabinete está com 15 servidores em atividade-fim, considerando a totalidade de 19 servidores do gabinete; c) Com o esforço concentrado, os embargos de declaração pendentes passaram de 426 para 128 e os agravos regimentais passaram de 158 para 16; d) O gabinete vem envidando esforços para a redução dos processos criminais, tendo conclusos 70 feitos, o que corresponde a 9% do acervo; e) O número de feitos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado é de apenas 3.

### 6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Envidar esforços para que, além da redução do fluxo de processos, que passou de 548 para 56, os julgamentos alcancem números superiores à distribuição.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Apenas deixou de ser atendida a Meta Específica 1 para 2018 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente), elencada no item 5.11. Apesar de terem sido julgados apenas 13 processos a menos em relação aos que foram distribuídos, foram baixados 41 feitos a menos que os distribuídos. Diante disso, a assessoria especializada nos feitos criminais foi aumentada para se atender à meta.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como boa prática no gabinete, destaca-se que todos os provimentos judiciais realizados no gabinete são gravados em diretórios separados por matéria e por servidor responsável, sendo todos os precedentes consultados mediante programa de indexação de livre acesso na internet (COPERNIC), que separa os arquivos por data, diretório ou ordem alfabética, facilitando a pesquisa de casos similares com a identificação do entendimento mais atual do Desembargador em cada assunto. Ademais, a utilização de tabela alimentada pelos processos distribuídos, permite o controle sobre a ordem cronológica dos processos e as prioridades legais.

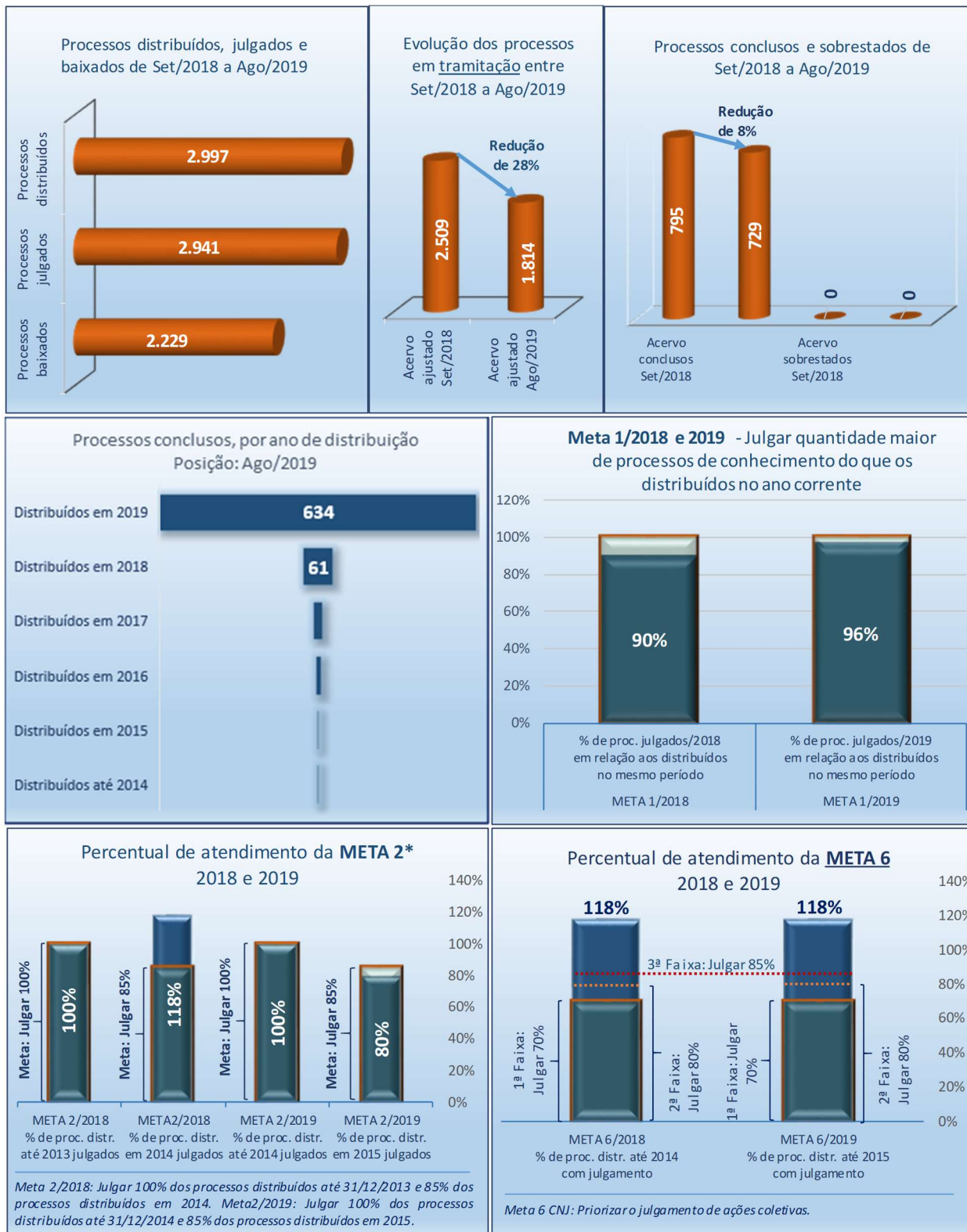
## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

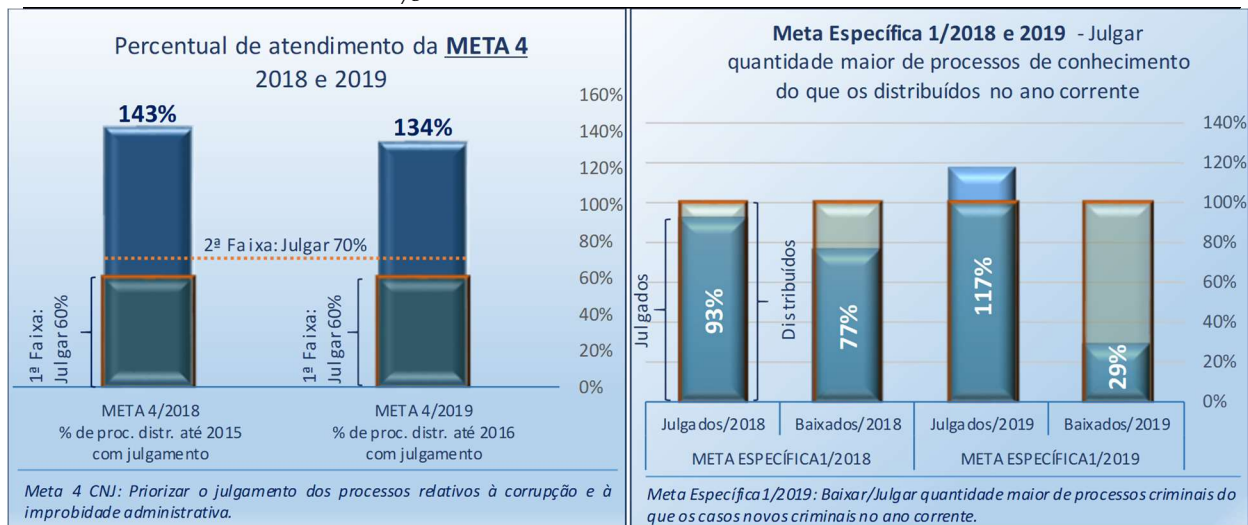
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0804051-71.2018.4.05.8000	29/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 24/9/2019.		
0815770-91.2018.4.05.0000	6/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para a sessão de 3/10/2019.		
0800338-95.2019.4.05.0000	16/1/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para a sessão de 3/10/2019.		
0001201-55.2017.4.05.0000	6/10/2017	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Na Secretaria da 3ª Turma. Despachado novo pedido do apelante. Despacho publicado em 16/9/2019. Aguardando decurso de prazo para arquivamento.		
0811883-02.2018.4.05.0000	3/8/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Será incluído em pauta para julgamento.		
0001266-50.2017.4.05.0000	30/10/2017	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: Informações devidamente fornecidas ao relator, o Desembargador Lázaro Guimarães. O processo se encontra no gabinete do referido relator.		
0804179-19.2017.4.05.8100	16/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/4/2018. Acórdão publicado em 19/9/2019. Após o julgamento o processo ficou indisponível no sistema PJE para assinatura e publicação do acórdão, sendo impulsionado apenas depois da intervenção do suporte do PJE.		
0811879-96.2017.4.05.0000	7/12/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Julgado em 19/4/2018. Acórdão publicado em 30/4/2018. Providos embargos de declaração em 20/11/2018, diante de problemas no sistema PJE o feito só foi encaminhado em 3/9/2019 em face da intervenção do suporte do PJE.		
0005759-88.2015.4.05.8100	15/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Indeferido o pedido objetivando o chamamento do feito à ordem em 11/9/2019. Intimada, a parte peticionou novamente renovando sua pretensão acrescida de novos argumentos, estando o novo pedido pendente de apreciação para posterior inclusão do feito em pauta.		
0808331-67.2018.4.05.8200	11/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 24/9/2019.		
0804012-47.2018.4.05.8300	25/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para a sessão de 10/10/2019.		
0800130-59.2018.4.05.8306	9/11/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído em pauta para a sessão de 10/10/2019.		
0004940-83.2003.4.05.8000	3/9/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Na Secretaria da Terceira Turma, suspenso na forma do artigo 313, V, "a" c/c § 4º do CPC, até o julgamento definitivo do REsp 1.555.139-AL.		
0000070-21.2015.4.05.8308	26/7/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Na Secretaria da 3ª Turma. Despachado novo pedido do apelante. Despacho publicado em 16/9/2019. Aguardando manifestação do apelante.		
0001978-74.2016.4.05.0000	17/11/2016	12085 - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Pendente de análise da petição apresentada pelos agravantes do processo principal, em que impugnam prova documental apresentada pela Fazenda Nacional, para posterior inclusão em pauta para julgamento do IRDR.		
0806156-62.2016.4.05.8300	24/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 24/9/2019.		
0805598-90.2016.4.05.8300	27/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 24/9/2019.		
0000005-12.2013.4.05.8400	7/3/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Feito relatado. Encaminhar para o revisor.		
0807885-94.2016.4.05.0000	27/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para a sessão de 3/10/2019.		
0013794-54.1996.4.05.0000	3/6/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 20/9/2019.		
0006627-08.2011.4.05.8100	14/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 7/8/2019. Aguarda lavratura de acórdão pelo Juiz Federal Convocado Rogério Roberto Gonçalves de Abreu.		
0806612-80.2016.4.05.0000	13/9/2016	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 11/9/2019. Acórdão publicado em 13/9/2019.		
0802980-80.2015.4.05.0000	16/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído em pauta para a sessão de 3/10/2019.		
0802594-50.2013.4.05.8300	25/7/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 24/9/2019.		

0012673-78.2000.4.05.8300	1º/2/2001	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pautado para a sessão de julgamento do dia 3/10/2019.		
0002935-60.2009.4.05.8200	31/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado na sessão de 12/9/2019. Acórdão publicado em 24/9/2019.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 27 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 11 físicos e 16 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0815770-91.2018.4.05.0000	0804179-19.2017.4.05.8100	0806156-62.2016.4.05.8300
0001201-55.2017.4.05.0000	0005759-88.2015.4.05.8100	0805598-90.2016.4.05.8300
0000005-12.2013.4.05.8400	0807885-94.2016.4.05.0000	

b) julgar no prazo de 90 dias: 0001978-74.2016.4.05.0000.

c) publicar acórdão no prazo de 60 dias: 0006627-08.2011.4.05.8100.

d) julgar o mais breve possível (não fixado prazo em virtude das peculiaridades do caso): 0000070-21.2015.4.05.8308.

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade se encontra organizada dividindo-se a atividade de pesquisa e análise dos feitos entre a equipe da seguinte forma: a) tutelas de urgência; b) direito penal; c) direito tributário; d) execução fiscal; e) cumprimento de sentença; f) direito da seguridade social; g) processos de competência do Plenário e h) matérias diversas (com predominância de direito administrativo, civil e improbidade administrativa).

A atividade administrativa se divide em: a) tramitação dos expedientes administrativos; b) recepção e atendimento ao público; c) distribuição interna e movimentação processual; d) elaboração das listas de julgamento.

A triagem inicial é feita por um servidor designado para distribuir os processos, assim que chegam, para as estantes (físicos) ou caixas (eletrônicos) de cada matéria, bem como os pedidos de medidas urgentes para o responsável pela análise.

Os autos físicos ficam localizados em estantes próximas dos servidores responsáveis pelo trabalho na respectiva matéria.

O critério para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos é separá-los por órgão julgador. Os processos de competência do Plenário vão para um setor específico. No caso dos feitos de competência da Turma, separam-se os processos pelas matérias gerais, bem como as medidas de urgência.

A distribuição de atividades entre os servidores ocorre de forma equitativa, dentro da especialização de cada setor, levando-se em consideração, quando possível, as aptidões de cada um, promovendo-se ainda a compensação numérica em caso de atividade de maior complexidade.

Não há metas individuais de produtividade, o monitoramento se dá de forma geral, no sentido de garantir uma quantidade de processos julgados maior que o número de processos distribuídos. A distribuição de tarefas, em regra, é equitativa, porém, leva-se em conta a complexidade de determinadas atividades.

Há fixação de uma meta semanal de produtividade. Em cada sessão de julgamento, é feito o acompanhamento da quantidade de processos julgados para monitorar a relação entre processos distribuídos e julgados. Dividindo-se a média de processos distribuídos no gabinete pela quantidade de sessões no mês, fica estabelecida a meta semanal.

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ. Quando possível, são incluídos prontamente na primeira pauta de julgamento após sua chegada ao gabinete. Caso exista algum fator que impeça o julgamento imediato, realiza-se controle mensal acerca da permanência do fator impeditivo.

No tocante ao atendimento de partes e advogados, o Desembargador atende todos os advogados que pedem audiência. É estabelecida uma agenda, inclusive para a comodidade dos próprios advogados que, muitas vezes, precisam se deslocar de outras cidades. De qualquer modo, independentemente de agendamento, são recebidos todos os advogados que procuram o desembargador (desde que não esteja em sessão ou ausente eventualmente).

Respeitando-se a publicidade dos processos, as consultas aos autos são feitas na presença do servidor designado para a recepção.

O controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos é feito, em se tratando de processos físicos, com a anotação dos números dos processos em tabela própria que fica sob a responsabilidade da Chefia de Gabinete. No caso dos processos eletrônicos, estes ficam identificados separadamente em “caixas” do PJE.



Em ambos os casos, a Chefia de Gabinete se comunica semanalmente através do e-mail funcional com a Chefia de Gabinete do Desembargador responsável pela revisão ou pela emissão de voto vista ou condutor, informando a pendência existente.

Os principais processos sobrestados, em razão de decisão proferida pelo STF/STJ, são referentes aos seguintes temas:

1) Tema 1.005 (STJ) - (Data da afetação: 7/2/2019): “Fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública.”;

2) Tema 999 (STJ) - (Data da afetação: 5/11/2018): “Possibilidade de adoção aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei 9.876/1999, aos Segurados que ingressaram no sistema antes de 26/11/1999 (data de edição da Lei 9.876/1999).”;

3) Tema 975 (STJ) – (Data de afetação: 29/5/2017): “Questão atinente à incidência do prazo decadencial sobre o direito de revisão do ato de concessão de benefício previdenciário do regime geral (art. 103 da Lei 8.213/1991) nas hipóteses em que o ato administrativo da autarquia previdenciária não apreciou o mérito do objeto da revisão”.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir as recomendações constantes do item 11;

b) Manter os esforços para garantir o cumprimento da Meta 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), da Meta 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015) e da Meta Específica 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente);

c) No mais, o método de trabalho adotado tem se mostrado eficiente, de maneira que merece elogios.

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA DAMASCENO**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno.

**2.2. Turma:**

3ª Turma.

**2.3. Competência:**

Plena.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não se aplica.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Carlos Eduardo Barros Bradley - Chefe de Gabinete (CJ-02) - Técnico Judiciário, Área Administrativa.

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	Ailson Francisco Rolim - Analista Judiciário - matrícula nº 5654, Alexandre Cardoso Aires Passos Filho - Analista Judiciário - matrícula nº 5657, Alexandre Jorge da Costa Lima - Técnico Judiciário - matrícula nº 521, Aline Maria Ladislau de Sena - Técnica Judiciária - matrícula nº 1166, Ana Luísa Santos Nogueira - Técnica Judiciária - matrícula nº 1193, Analandia Aguiar de Freitas Leite - Técnica Judiciária - matrícula nº 463, Cariel Bezerra Patriota - Técnico Judiciário - matrícula nº 1203, Carlos Eduardo Barros Bradley - Técnico Judiciário - matrícula nº 1043, Diego Rodrigues Quirino - Analista Judiciário - matrícula nº 5658, Felipe Costa Pontes - Analista Judiciário - matrícula nº 5636, Fernanda Palitot Teixeira - agente administrativa do Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego - à disposição desta Corte Regional - matrícula nº 5659, Maria do Rosário Holanda Cabral - Técnica Judiciária - matrícula nº 448, Mariana Albuquerque Silveira - Técnica Judiciária - matrícula nº 1042, Rafael Montarroyos Vasconcelos Brito Pereira - Técnico Judiciário - matrícula nº 5637, Regina Célia Wanderley de Moraes Guerra - Técnica Judiciária - matrícula nº 669 e Rogério Piquet Barreira Gonçalves - Técnico Judiciário - matrícula nº 1060
Servidores sem vínculo	Valquíria Maria Novaes Menezes - Diretora de Divisão Judiciária (CJ-01) - matrícula nº 1256
Estagiários de nível médio	Evellyn Gomes dos Santos
Estagiários de nível superior	Clarice Rodrigues Nóbrega de Araújo - matrícula nº 11269, Larissa Gonçalves Ferreira de Araújo - matrícula nº 11320 e Rodrigo Nascimento de Oliveira - matrícula nº 11288

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	4.281
Processos suspensos/sobrestados	8 (sendo 4 eletrônicos e 4 físicos)
Processos conclusos	3.448
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.273
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.589
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.448
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.609
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra	Não se aplica

forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	A redistribuição segue o que determina o Ato nº 89/2018 - TRF5. No período considerado neste questionário, 799 processos foram recebidos por redistribuição e 916 processos foram enviados por redistribuição.

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	33
Mandados de segurança	7
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	18
Outros	4

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Recursos em ações civis públicas	26
Total de feitos recursais cíveis	3.117
Recursos em mandados de segurança coletivos	5
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	117
Outros	2.949
Recursos em ações de desapropriação	15
Recursos em ações com preferência legal	599

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	3.117
Apelações cíveis	1.950
Agravos de instrumento	787
Outros	380

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	22
Ações penais	7
Inquéritos	0
Habeas Corpus	12
Revisões criminais	1
Outros	2

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	276
Apelações	252
Recursos em Sentido Estrito	16
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	8

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Habeas Corpus	0
Outros	2
Total de feitos com réus presos	10
Apelações	8
Ações penais	0
Inquéritos	0

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	506

Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	449
Agravos legais/regimentais	83
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	67
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não se aplica

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	58
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	35

<b>4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos concluídos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	4	23	3
Distribuídos em 2013	-	8	6
Distribuídos em 2014	40	21	7
Distribuídos em 2015	112	94	39
Distribuídos em 2016	360	251	174
Distribuídos em 2017	1.121	977	633
Distribuídos em 2018	-	1.235	1.152
Distribuídos em 2019	-	-	1.434
Total	1.637	2.609	3.448

<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	16
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	11

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	33
Total como relator para o acórdão	10

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.171
Total de Processos julgados	2.077
Total de Processos baixados	1.604
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.094
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.567

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	0

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	2.984
Processos julgados no ano anterior	2.326
Processos distribuídos no ano corrente	2.330
Processos julgados no ano corrente	1.466

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.989
Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,95%

<b>5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	473
Pendentes em 31/12/2018	3
Porcentagem de atendimento da meta	116,90%



<b>5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	111
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,10%

<b>5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	80
Pendentes	5
Porcentagem de atendimento da meta	110,29%

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	180
Pendentes em 31/12/2018	33
Porcentagem de atendimento da meta	117%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	138
Pendentes	29
Porcentagem de atendimento da meta	112,84%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao Segundo grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao Segundo grau.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao Segundo grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao Segundo grau.

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	27
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	105
Pendentes	6
Porcentagem de atendimento da meta	110,92%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	161
Processos baixados no ano anterior	125
Processos julgados no ano anterior	103
Processos distribuídos no ano corrente	124
Processos baixados no ano corrente	69
Processos julgados no ano corrente	53

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

## 6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Adoção de medidas para a inversão do fluxo processual; lavrar acórdão em 10 dias; julgar processos nos prazos de 30, 60 e 90 dias; dar processamento, em 30 dias, à petição pendente nos autos, atinente a acordo de colaboração premiada; regularizar o processamento de agravo legal; encaminhar para análise quanto à admissibilidade de recurso dirigido a Tribunal Superior no prazo de 30 dias; e avaliar, em 30 dias, a possibilidade de extinção do feito em relação a um dos réus, em razão de seu falecimento.

### 6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foi realizada nova divisão do acervo por matéria, de forma a alocar os servidores de acordo com sua formação/experiência, visando a máxima produtividade. Quanto às recomendações realizadas no ponto 3: (a) foi lavrado o acórdão do processo indicado; (b) dos 6 processos para julgar em 60 dias, 5 foram julgados e 1 convertido em diligência; (c) dos 4 processos para julgar em 30 dias, 2 foram julgados e 2 incluídos em pauta de julgamento; (d) os 2 processos indicados com réu preso foram julgados; (e) dos 41 processos para julgar em 90 dias, 36 foram julgados, 1 convertido em diligência, 2 arquivados e 2 incluídos em pauta de julgamento; (f) petição pendente processada; (g) agravo legal julgado; (h) dos 2 processos pendentes de admissibilidade de RESP e/ou RE, 1 foi incluído em pauta para julgamento dos embargos de declaração e o outro foi julgado e arquivado; e (i) em relação ao processo com réu falecido, houve julgamento e arquivamento do feito.

### 6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes. Todos os processos que foram pautados ou baixados em diligência foram julgados.

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### 7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Em relação à Meta 1 CNJ e à Meta Específica 1, será estabelecido plano de gestão/trabalho em que serão estipuladas metas por servidor, objetivando um incremento na produtividade. Será realizado um controle estatístico com base no acompanhamento manual e nos dados do Sistema Esparta e PJe, bem como por meio da análise das estatísticas divulgadas pela Secretaria Judiciária desta Corte. Será realizada triagem mais efetiva, a fim de identificar casos similares visando à produção de processos em lotes. Em relação à Meta 2/2018 CNJ, o único processo pendente

[APELREEX23324-CE (0002861-36.2012.4.05.9999)] é da competência da Segunda Turma desta Corte Regional. Os referidos autos foram baixados em diligência na origem, quando o Desembargador Federal Fernando Braga integrava a Segunda Turma, e ainda não retornaram. Tal situação foi comunicada à Presidência desta Corte, a qual adotou providências junto à Secretaria da Segunda Turma, visando à devolução dos referidos autos.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

As atividades são distribuídas aos servidores levando em conta a respectiva formação e a afinidade com a matéria. As pautas de julgamento são determinadas em função das várias prioridades: (i) prioridades legais; (ii) Meta 2 do CNJ; (iii) Meta de improbidades e criminais; (iv) adequação de julgamento (art. 1.030, II, do CPC/2015); (v) processos reativados (com retorno do STF e do STJ); (vi) feitos selecionados por inspeção e autoinspeção anteriores; (vii) embargos de declaração; (viii) processos de rápida análise, para batimento da Meta 1 do CNJ. Em razão disso, a meta semanal de produtividade dos servidores poderá variar em função da complexidade dos feitos, que, como se sabe, nos processos antigos é maior. Há ainda rotinas para julgamento de liminares e do mérito de *habeas corpus*, mandado de segurança e medidas cautelares, que podem interferir nas metas dos servidores.

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0002805-38.2007.4.05.8201	1º/7/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remessa dos autos à Secretaria da Turma para promover a publicação do julgado.		
0000498-12.2010.4.05.8103	14/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão publicado em 2/9/2019. Interpostos embargos de declaração. Carga para apresentação de contrarrazões. Autos recebidos da União (Fazenda Nacional) em 20/9/2019. Localização atual: Divisão da 3ª Turma.		
0808524-15.2016.4.05.0000	22/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0801105-07.2017.4.05.0000	10/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0801318-13.2017.4.05.0000	15/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Minutar decisão de perda do objeto recursal em razão da prolação de sentença na origem.		
0805978-84.2016.4.05.0000	19/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 22/8/2019.		
0803627-07.2017.4.05.0000	27/4/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Minutar decisão de perda do objeto recursal em razão da prolação de sentença na origem.		
0804830-04.2017.4.05.0000	1º/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0805243-17.2017.4.05.0000	13/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0800180-84.2015.4.05.8405	3/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0803495-29.2015.4.05.8500	12/1/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0801024-40.2015.4.05.8500	27/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0000613-05.2011.4.05.8101	11/10/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0001141-28.2014.4.05.8103	7/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0000588-89.2011.4.05.8101	19/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0004132-27.2012.4.05.8400	19/9/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0024651-81.2004.4.05.0000	29/8/2016	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0010794-94.2004.4.05.8300	13/9/2016	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000210-35.2013.4.05.8402	26/7/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000212-05.2013.4.05.8402	25/7/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000209-50.2013.4.05.8402	7/7/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000211-20.2013.4.05.8402	7/7/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário

Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000206-95.2013.4.05.8402	26/7/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0076811-78.2007.4.05.0000	25/9/2007	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0003137-48.2011.4.05.8400	4/5/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Intimação para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração interpostos.		
0802770-87.2019.4.05.0000	12/3/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0802369-88.2019.4.05.0000	28/2/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0801405-61.2018.4.05.8300	23/4/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para o dia 10/10/2019.		
0813576-50.2018.4.05.8300	10/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de desistência recursal homologado pelo Relator (Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira)		
0006716-55.2002.4.05.8000	11/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de outra relatoria. Julgado em 23/8/2012. Processo baixado definitivamente. Localização atual: Juízo Federal da 8ª Vara Federal - Arapiraca/AL.		
0802326-07.2015.4.05.8500	13/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0809235-49.2016.4.05.8300	15/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0802782-18.2014.4.05.8200	16/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0802919-63.2015.4.05.8200	17/1/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0805301-54.2014.4.05.8300	20/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Intimação da parte apelada para apresentar contrarrazões.		
0800346-94.2016.4.05.8401	25/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0800068-26.2016.4.05.8100	8/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		

0802567-62.2016.4.05.8300	15/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0801256-02.2017.4.05.8300	31/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0808771-59.2015.4.05.8300	9/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0803860-31.2015.4.05.8000	20/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0803572-02.2014.4.05.8200	18/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0802306-43.2015.4.05.8200	9/9/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0804421-73.2016.4.05.8500	16/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0808293-35.2016.4.05.8100	7/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0002061-09.2008.4.05.8201	6/10/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000604-53.2010.4.05.8400	16/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0017718-19.2007.4.05.8300	16/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0002212-06.2012.4.05.8501	12/4/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0000381-49.2014.4.05.8501	14/6/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Intimação do Ministério Público Federal para apresentar contrarrazões à apelação e para oferecer parecer complementar.		
0000017-77.2014.4.05.8404	8/2/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0007349-82.2015.4.05.8300	17/11/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento: 10/10/2019.		

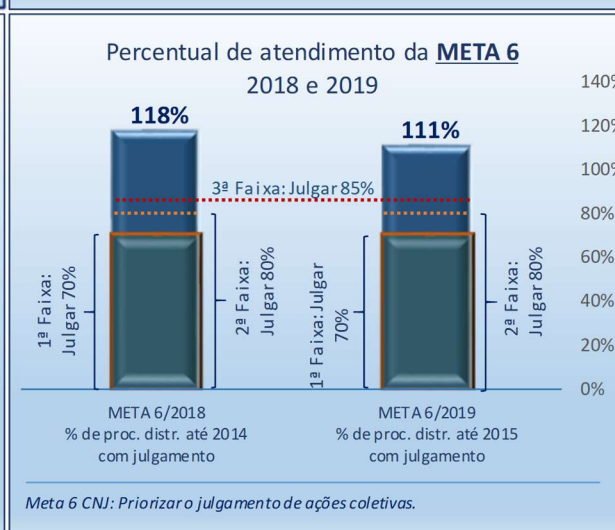
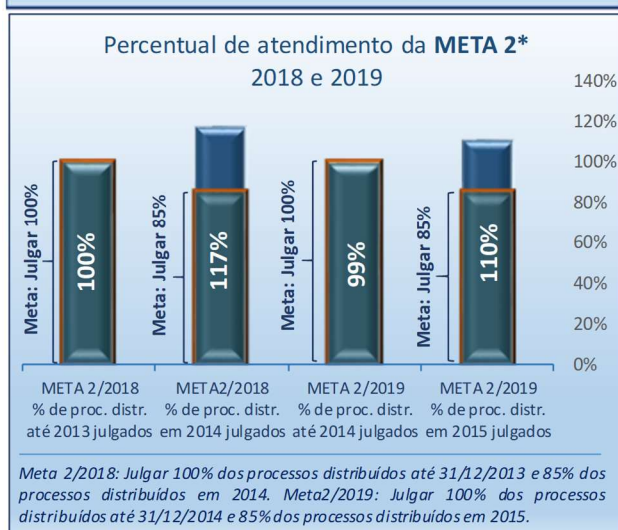
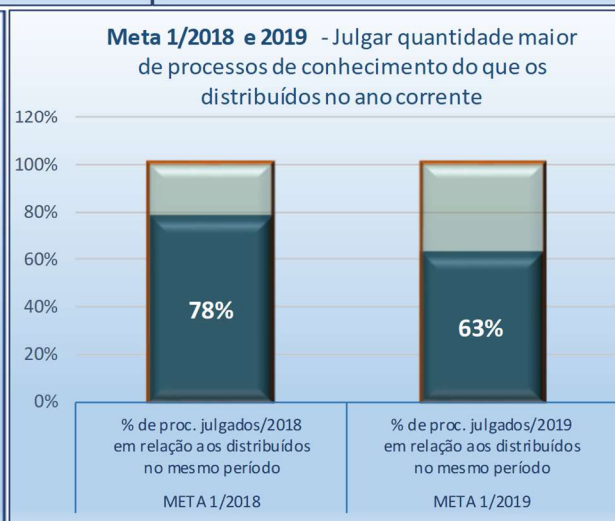
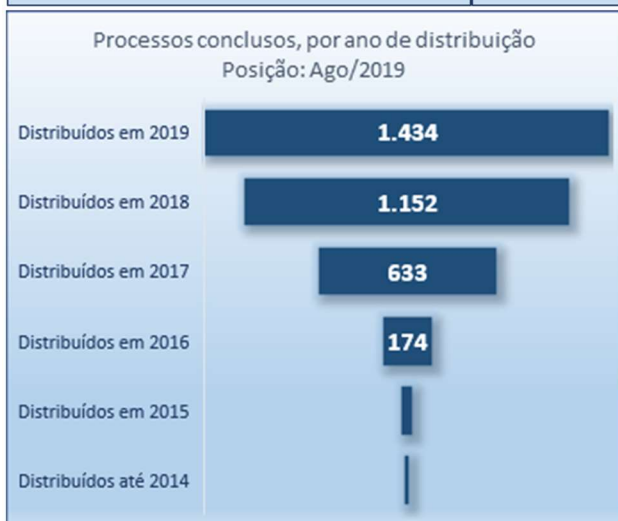
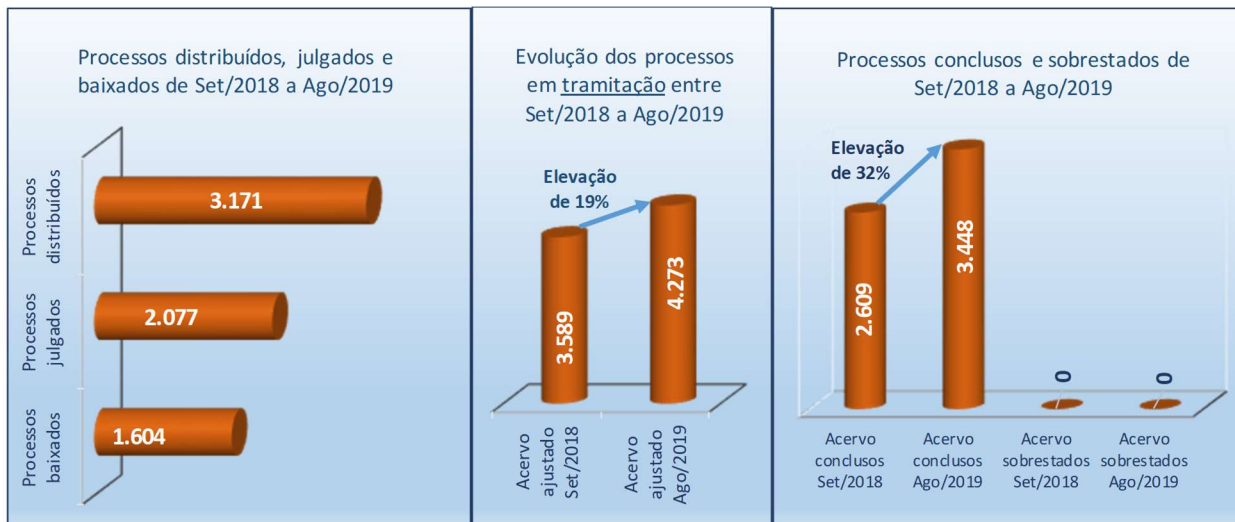
0007256-75.2008.4.05.8200	7/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se o disposto no art. 12 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e as Metas do CNJ.		
0002049-63.2006.4.05.8201	12/6/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0009825-05.2001.4.05.8100	4/12/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Remessa dos autos à origem para análise da petição dirigida ao Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará (SJCE), em razão do exaurimento da jurisdição do Órgão Colegiado.		
0001791-09.2013.4.05.8201	17/9/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0013210-59.2011.4.05.0000	13/4/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0007800-69.2001.4.05.0000	19/11/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0003507-65.2013.4.05.8300	21/1/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0800123-88.2013.4.05.8000	28/9/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0000055-59.2013.4.05.8102	10/8/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0000674-34.2014.4.05.8302	5/6/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0801857-56.2013.4.05.8200	14/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0800850-72.2012.4.05.8100	12/8/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Minutar decisão de perda de objeto dos embargos de declaração.		
0812387-89.2017.4.05.8100	27/10/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0006288-74.2010.4.05.8200	17/9/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0001360-88.2016.4.05.8000	4/7/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Vista à Procuradoria Regional da República para opinar.		
0803900-69.2018.4.05.8400	9/5/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0800105-61.2018.4.05.8204	18/4/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0011376-12.2009.4.05.8400	10/4/2018	1727 - Petição Criminal

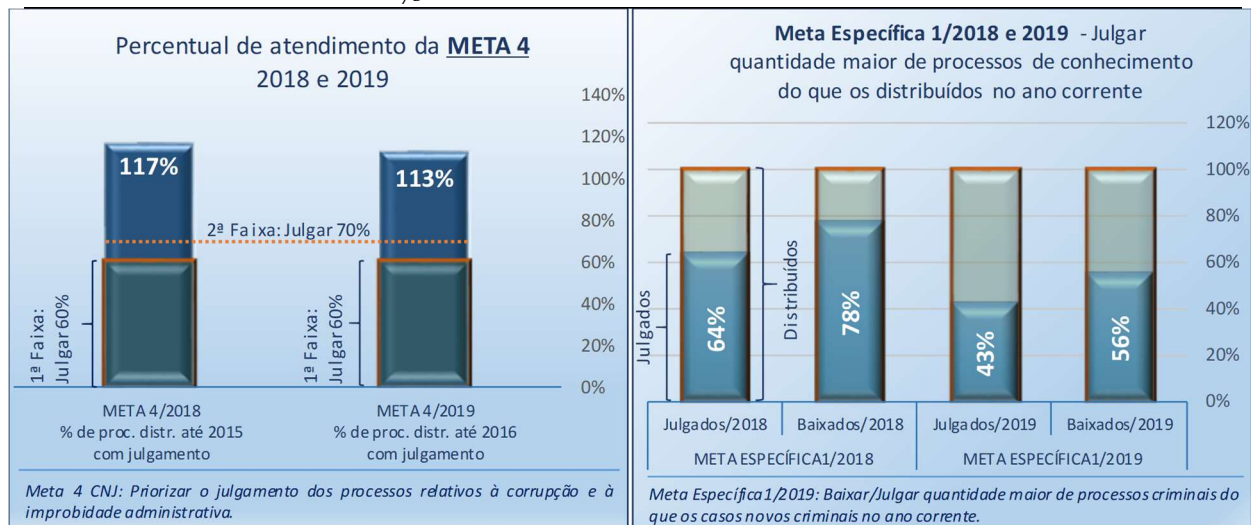


Observação/Providência: Processo de outra relatoria. Julgado em 26/11/2013. Remetido ao STF em 22/3/2014. Remessa ao 1º Grau em 7/3/2018. Localização atual: Juízo Federal da 2ª Vara Federal - Natal/RN.		
0806148-05.2018.4.05.8401	25/7/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0810266-61.2017.4.05.8400	9/8/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0800722-54.2014.4.05.8400	10/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0002274-76.2012.4.05.8103	12/8/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0010682-86.2008.4.05.8300	10/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa dos autos à Vice-Presidência desta Corte Regional para o normal prosseguimento do juízo de admissibilidade.		
0800182-30.2019.4.05.8400	1º/2/2019	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0805901-93.2014.4.05.8100	5/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0807495-76.2018.4.05.8400	28/9/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0001367-20.2011.4.05.8400	13/3/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Intimação para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração interpostos.		
0804908-27.2019.4.05.0000	29/4/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta, observando-se as Metas do CNJ.		
0008646-80.2008.4.05.8200	15/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 29/8/2019. Acórdão publicado em 12/9/2019.		
0000953-22.2011.4.05.8400	12/3/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento: 25/9/2019.		
0800928-93.2013.4.05.8500	7/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0800428-06.2019.4.05.0000	18/1/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo Julgado em 5/9/2019.		
0001297-68.2009.4.05.8401	17/10/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0001737-96.2011.4.05.8400	13/3/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento: 25/9/2019.		

0023573-18.2003.4.05.8300	10/11/2015	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, pautar para julgamento.		
0804154-90.2016.4.05.0000	22/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Houve decisão monocrática, proferida em 5/6/2018, reconhecendo a perda do objeto do agravo de instrumento, o que prejudicou o julgamento do agravo interno. Embargos de declaração interpostos e julgados em 7/3/2019 e 18/9/2019.		
0018553-46.2003.4.05.8300	7/10/2015	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Pautar em 30 dias para julgamento.		
0811187-63.2018.4.05.0000	19/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo em ordem. Em até 30 dias, julgar os embargos de declaração interpostos contra decisão monocrática.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 94 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 52 físicos e 42 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar no prazo de 60 dias:

0804830-04.2017.4.05.0000	0805243-17.2017.4.05.0000	0000613-05.2011.4.05.8101
0001141-28.2014.4.05.8103	0000588-89.2011.4.05.8101	0004132-27.2012.4.05.8400
0024651-81.2004.4.05.0000	0010794-94.2004.4.05.8300	0000210-35.2013.4.05.8402
0000212-05.2013.4.05.8402	0000209-50.2013.4.05.8402	0000211-20.2013.4.05.8402
0000206-95.2013.4.05.8402	0076811-78.2007.4.05.0000	0003137-48.2011.4.05.8400
0802770-87.2019.4.05.0000	0802369-88.2019.4.05.0000	0002061-09.2008.4.05.8201
0000604-53.2010.4.05.8400	0017718-19.2007.4.05.8300	0002212-06.2012.4.05.8501
0000381-49.2014.4.05.8501	0000017-77.2014.4.05.8404	0007349-82.2015.4.05.8300
0007256-75.2008.4.05.8200	0002049-63.2006.4.05.8201	0001791-09.2013.4.05.8201
0013210-59.2011.4.05.0000	0007800-69.2001.4.05.0000	0003507-65.2013.4.05.8300
0000055-59.2013.4.05.8102	0000674-34.2014.4.05.8302	0801857-56.2013.4.05.8200
0812387-89.2017.4.05.8100	0006288-74.2010.4.05.8200	0001360-88.2016.4.05.8000
0803900-69.2018.4.05.8400	0800105-61.2018.4.05.8204	0810266-61.2017.4.05.8400
0800722-54.2014.4.05.8400	0002274-76.2012.4.05.8103	0800182-30.2019.4.05.8400
0805901-93.2014.4.05.8100	0807495-76.2018.4.05.8400	0001367-20.2011.4.05.8400
0804908-27.2019.4.05.0000	0800928-93.2013.4.05.8500	0001297-68.2009.4.05.8401
0023573-18.2003.4.05.8300	0033683-18.2001.4.05.0000	0003568-23.2013.4.05.8300
0000012-61.2014.4.05.8402	0000489-15.2013.4.05.8404	0001055-63.2010.4.05.8308
0007764-73.2007.4.05.8000	0000482-26.2013.4.05.8403	

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno conta com 16 servidores com vínculo e 1 servidora sem vínculo anterior com a Administração Pública. Dentre esses servidores, há 4 em regime de teletrabalho. Há 3 estagiários de nível superior e uma estagiária de nível médio.

O Gabinete está dividido em 4 setores principais, de acordo com as matérias jurídicas envolvidas, quais sejam: Setor – Criminal/Improbidade Administrativa (2 servidores), Setor – Tributário (2 servidores), Setor – Previdenciário (3 servidoras) e Setor – Administrativo (4 servidores). Há ainda o Setor – Agravo de Instrumento (3 servidores).

As minutas de votos nos pedidos de vista são elaboradas por um assessor, o qual também é responsável pela organização das listas de julgamento para remessa ao Desembargador para validação e posterior encaminhamento aos demais componentes do respectivo Órgão Colegiado (Pleno ou Turma), bem como pela triagem dos processos.

Os estagiários de nível superior, mediante orientação e acompanhamento dos servidores, recebem processos para elaboração de minutas de votos.

Os servidores de cada um dos setores também ficam responsáveis pela elaboração das respectivas minutas de decisões interlocutórias e despachos. Uma servidora, juntamente com a estagiária de nível médio, é responsável pela recepção do Gabinete, organizando a agenda de atendimento do Desembargador, bem como auxiliando a Chefia de Gabinete na administração da unidade.

Um servidor exerce a função de agente de segurança/motorista do Desembargador Federal.

O Chefe de Gabinete também atua na atividade-fim da unidade, elaborando minutas de votos/decisões/despachos.

Quanto à triagem inicial, os processos físicos são triados no Sistema Esparta e localizados em estantes nas salas do Gabinete, divididos por matérias. Os eletrônicos são movimentados para subpastas, levando em consideração o ramo do direito e/ou a matéria envolvida.

Os processos físicos são separados por matéria (Criminal/Improbidade Administrativa, Administrativo, Tributário, Previdenciário), por classes e, ainda, por órgão julgador (Turma e Pleno). Para os feitos originários, de tramitação mais célere (*habeas corpus*, mandado de segurança e medida cautelar), existem prateleiras reservadas nas estantes. O acervo também é organizado em função das metas do CNJ e prioridades legais. Os embargos de declaração e os processos que retornam para adequação de acórdão ou para rejuízo possuem localização específica. No Gabinete há, ainda, estante reservada para os processos incluídos em pauta de

juízo, para os que aguardam prolação de voto vencido, voto vista e voto condutor. A movimentação dos processos físicos é controlada por alimentação no Sistema Esparta. As pautas de julgamento são determinadas em função das várias prioridades: (i) prioridades legais; (ii) Meta 2 do CNJ; (iii) Meta de improbidades e criminais; (iv) adequação de julgamento (art. 543 do CPC); (v) processos reativados (com retorno do STF e do STJ); (vi) feitos selecionados por inspeção e autoinspeção anteriores; (vii) embargos de declaração; (viii) processos de rápida análise, para auxiliar a atingir a Meta 1 do CNJ. Os processos físicos e eletrônicos, com pedido de liminar, são identificados e separados, a fim de que os servidores dos respectivos setores possam realizar uma análise prévia e elaborar a correspondente minuta de decisão que será submetida ao Desembargador para apreciação.

As atividades internas são distribuídas aos servidores levando em conta a formação individual e a afinidade com a matéria.

Há metas individuais de produtividade. O controle das metas dos servidores é realizado semanalmente, após a finalização da lista de julgamento, ocasião em que se pode verificar a produção de cada servidor.

Em relação a metas de produtividade, foi estabelecido um plano de gestão do acervo, com o objetivo de aumentar a produtividade, de modo a obter melhor resultado no cumprimento da Meta 1 – CNJ; e de estabelecer uma triagem mais efetiva do acervo, identificando casos similares para a produção em lote. O citado plano de gestão estipulou, como meta de produção semanal de cada servidor não submetidos ao regime de teletrabalho, a análise de 6 processos, com elaboração das respectivas minutas de decisão (voto). Por sua vez, foi fixada uma meta semanal de 7 processos para as servidoras em regime de teletrabalho em 4 dias na semana e uma meta semanal de 8 processos para os servidores em regime integral de teletrabalho. Tal providência resultará em incremento na produtividade da unidade e, conseqüentemente, proporcionará um melhor índice de cumprimento da Meta 1 - CNJ. Em relação à identificação de processos para julgamento em lote, foram designados 2 servidores para também realizar a triagem/separação dos processos físicos e eletrônicos, que envolvam casos similares, e o encaminhamento aos respectivos setores para a elaboração das minutas de decisão (voto).

Com relação às metas do CNJ, o gabinete informou que há orientação para os servidores se atentarem às prioridades legais e ao cumprimento das Metas do CNJ, notadamente a Meta 1.

O atendimento aos advogados e ao público em geral ocorre des 9h às 18h. Nos processos sigilosos a consulta é liberada apenas às partes e aos advogados habilitados nos autos. Os advogados são atendidos tão somente pelo Desembargador, ou seja, não há autorização para os servidores “despacharem” com os advogados. Em regra, há um agendamento prévio. Quando necessário, no entanto, os advogados são atendidos pelo magistrado independentemente de agendamento.

O controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos (revisão, voto-vista e declaração de voto) é realizado, em relação aos feitos eletrônicos, mediante acompanhamento periódico das respectivas subpastas no PJe, e, nos casos de processos físicos, por meio de elaboração de planilha específica pelo Assessor.

Relativamente a processos sobrestados que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, o gabinete informou que as principais matérias são: incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas no período compreendido entre a edição da Lei n. 9.624/1998 e a publicação da Medida Provisória n. 2.225-45/2001; exploração de serviços de loteria e sorteios; abstenção de cobrança pelo INSS de valor pago a título de benefício previdenciário; gratificações de atividades e atualização/correção monetária.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir as recomendações constantes do item 11;

b) Implementar métodos que garantam o cumprimento da Meta 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), Meta 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013), Meta 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014) e da Meta Específica 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente); e

c) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração, dada a quantidade expressiva de processos com conclusão superior a 30 dias pendentes de julgamento (449).

## GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

#### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete Desembargador Federal Manoel Erhardt.

**2.2. Turma:**

4ª Turma.

**2.3. Competência:**

Competência Ordinária: Turma, Pleno e Conselho de Administração.

#### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Manoel de Oliveira Erhardt.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Sim. Houve remoção em 4/4/2019 da Presidência para Quarta Turma. Não há acervo na Presidência, o acervo assumido na Quarta Turma foi de 2.453.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Sim. Desembargador Federal Rubens Canuto, titular do acervo até 3/4/2019.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Tereza Neuman Lima Uchoa.



<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	4 requisitados

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	3.264
Processos suspensos/sobrestados	Eletrônicos: 18 Físicos: 5 (sobrestados na Turma)
Processos conclusos	2.467
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestrados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.241
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.470
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.467
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.484
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	23 (sobrestados na Turma)
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Redistribuídos Entrada: 40 Saída: 49

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	8
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	1
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	7
Outros	0

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	2.283
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	107
Recursos em ações civis públicas	30

Recursos em ações de desapropriação	13
Recursos em ações com preferência legal	411
Outros	125

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	2.283
Apelações cíveis	1.387
Agravos de instrumento	594
Outros	302

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	10
Ações penais	2
Inquéritos	5
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	3

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	177
Apelações	163
Recursos em Sentido Estrito	6
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	2
Outros	6

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	5
Apelações	5
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	455
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	268
Agravos legais/regimentais	47
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	29
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	52
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	10

<b>4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos concluídos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	1	11	21
Distribuídos em 2013	1	1	2
Distribuídos em 2014	5	10	17
Distribuídos em 2015	47	14	38
Distribuídos em 2016	273	56	100
Distribuídos em 2017	786	252	135
Distribuídos em 2018	-	1.075	731
Distribuídos em 2019	-	-	1.423
<b>Total</b>	<b>1.113</b>	<b>1.419</b>	<b>2.467</b>

<b>4.14. Processos concluídos de outros Gabinetes:</b>	
Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	17
Total como relator para o acórdão	4

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.157
Total de Processos julgados	2.351
Total de Processos baixados	-
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	806
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não se aplica. O Gabinete não foi submetido a inspeção, pois o Desembargador esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador esteve no exercício da

	Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.

## 5. METAS

### 5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

Processos distribuídos no ano anterior	3.116
Processos julgados no ano anterior	2.699
Processos distribuídos no ano corrente	2.303
Processos julgados no ano corrente	1.405

### 5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):

Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

### 5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	566
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	42
Pendentes	2
Porcentagem de atendimento da meta	95,24%

<b>5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	73
Pendentes	14
Porcentagem de atendimento da meta	80,82%

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	332
Pendentes em 31/12/2018	2
Porcentagem de atendimento da meta	142%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	36
Pendentes	13
Porcentagem de atendimento da meta	91,27%

<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

**5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	29
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

**5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	282
Pendentes	12
Porcentagem de atendimento da meta	112,64%

**5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):**

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	3
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	131
Processos baixados no ano corrente	31
Processos julgados no ano corrente	71

**5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%



**5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

**6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

**6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?**

Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador Federal Manoel Erhardt esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.

**6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador Federal Manoel Erhardt esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.

**6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador Federal Manoel Erhardt esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.

**7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

**7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

Não se aplica. O Gabinete não foi submetido à inspeção, pois o Desembargador Federal Manoel Erhardt esteve no exercício da Presidência no período de 3/4/2017 a 3/4/2019.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A transição entre a Presidência e o gabinete exigiu uma organização do acervo, oportunidade em que todos os servidores passaram a fazer a triagem dos feitos recebidos na sucessão. Prioriza-se o julgamento de liminares, preferencialmente em até 48 horas, processos relacionados às metas do CNJ, preferências legais e penais com réus presos, preocupando-se igualmente com a redução quantitativa do acervo. Aos servidores é atribuída meta de produção semanal, variável a depender da matéria.

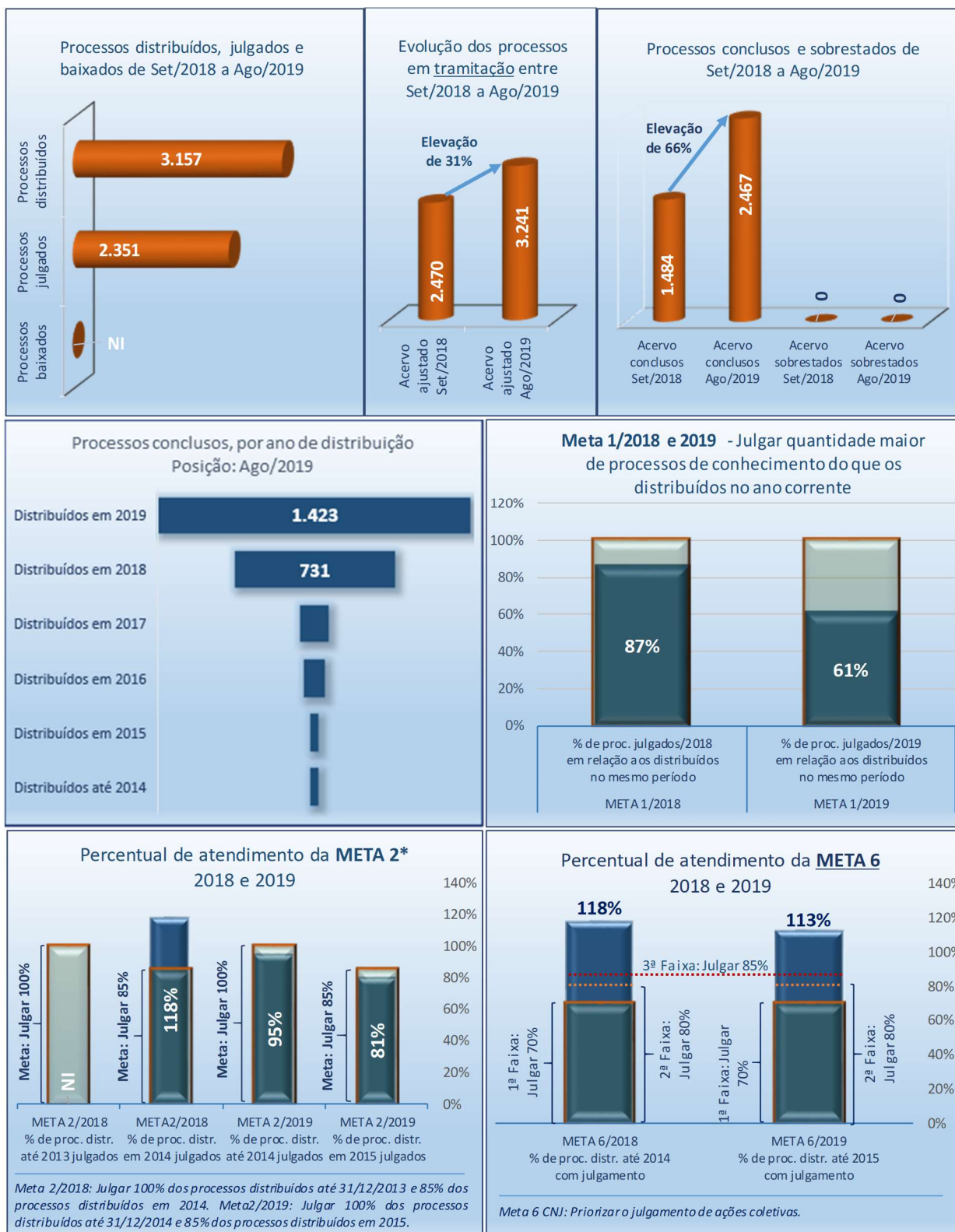
## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

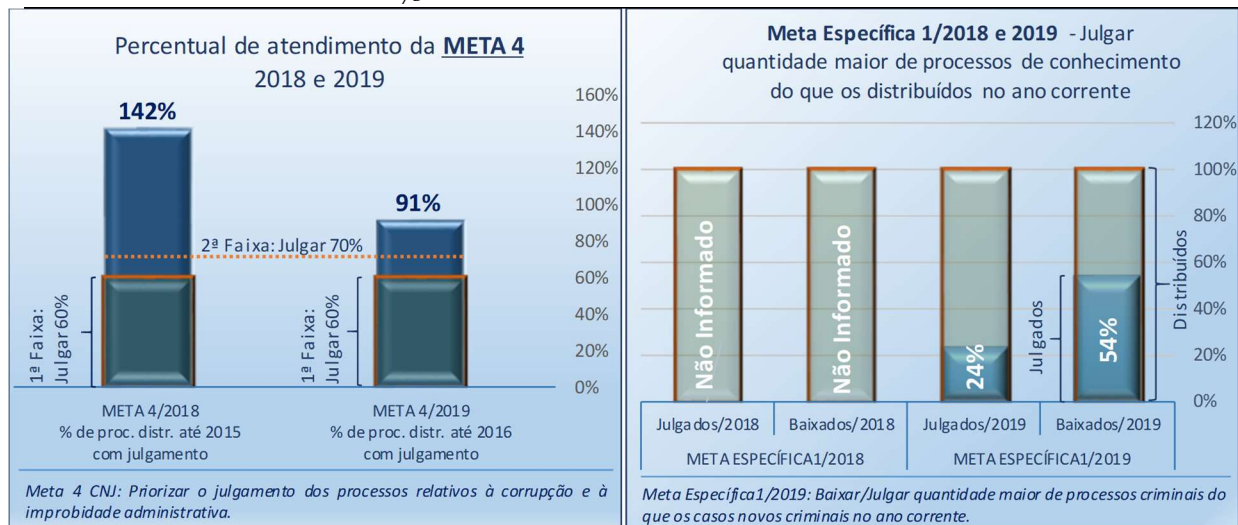
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0813305-12.2018.4.05.0000	4/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0813183-96.2018.4.05.0000	31/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: pautado para 15/10/2019.		
0812823-64.2018.4.05.0000	24/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para 15/10/2019.		
0804236-53.2018.4.05.0000	24/4/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0000232-11.2015.4.05.0000	10/2/2015	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0816753-90.2018.4.05.0000	30/11/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0809607-95.2018.4.05.0000	21/6/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0000128-14.2018.4.05.0000	5/4/2018	1230 - Exceção de Impedimento
Observação/Providência: Processo já julgado. O Desembargador irá analisar o incidente monocraticamente.		
0800060-70.2017.4.05.8502	8/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 17/10/2019.		
0804866-12.2018.4.05.0000	9/5/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo relatado e enviado para o revisor no dia 27/9/2019.		
0818796-63.2017.4.05.8300	13/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0808675-44.2015.4.05.8300	18/1/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		

0811360-87.2018.4.05.0000	24/7/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado em 19/9/2019.		
0000112-61.2015.4.05.8311	8/3/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para 15/10/2019.		
0000109-09.2015.4.05.8311	17/3/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0000113-46.2015.4.05.8311	25/4/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0800452-61.2013.4.05.8401	13/1/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para 15/10/2019.		
0800132-91.2011.4.05.8300	29/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para 8/10/2019.		
0804389-23.2015.4.05.8300	2/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 3/9/2019.		
0804772-10.2015.4.05.8200	17/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0808718-78.2017.4.05.0000	12/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0006647-08.2011.4.05.8000	5/6/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0006407-60.2009.4.05.8300	22/7/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado pra 15/10/2019.		
0800836-65.2017.4.05.0000	2/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo está pautado para 15/10/2019.		
0801621-07.2013.4.05.8200	4/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da relatoria de membro da Primeira Turma.		
0802365-56.2014.4.05.8300	5/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0020962-52.1999.4.05.8100	27/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 3/9/2019, publicado em 9/9/2019.		
0006327-49.2002.4.05.8201	22/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 17/9/2019, com publicação do acórdão em 27/9/2019.		
0812677-07.2017.4.05.8100	2/3/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo relatado e enviado para o revisor no dia 27/9/2019.		
0000117-65.2014.4.05.8102	20/6/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0001230-08.2017.4.05.0000	5/10/2017	272 - Representação Criminal
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0803917-56.2016.4.05.0000	14/6/2016	1689 - Embargos de Declaração Cível

Observação/Providência: Processo julgado em 11/9/2019.		
0001446-35.2007.4.05.8401	18/3/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0005366-42.2010.4.05.8100	21/3/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0004704-44.2011.4.05.8100	3/4/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0012959-64.2006.4.05.8100	8/1/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0002649-53.2007.4.05.8200	5/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0002280-22.2008.4.05.8201	20/9/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0003215-26.2012.4.05.8200	5/6/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0006434-97.2010.4.05.8400	21/9/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 17/09/209. Publicado em 23/9/2019.		
0002441-55.2012.4.05.0000	13/8/2015	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		
0001908-43.2003.4.05.8300	14/8/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não é da relatoria do Des. Fesderal Manoel Erhardt.		
0000055-26.2013.4.05.8404	30/3/2016	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: O processo indicado não é da relatoria do Des. Manoel Erhardt.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 30 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 9 físicos e 21 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0813183-96.2018.4.05.0000	0804866-12.2018.4.05.0000	0808675-44.2015.4.05.8300
0000112-61.2015.4.05.8311	0000109-09.2015.4.05.8311	0000113-46.2015.4.05.8311
0006647-08.2011.4.05.8000	0812677-07.2017.4.05.8100	0000169-49.2009.4.05.8001

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete está organizado em setor judicial, responsável pela análise dos processos e elaboração das respectivas minutas, e setor administrativo, que faz a triagem dos processos, organização das sessões e listas de julgamento, inclusão de processos em pauta, coordenação do pessoal do gabinete e recepção/agendamento das partes e advogados.

Quanto à triagem inicial, aqueles têm pedido de urgência são direcionados a uma pasta específica, a fim de priorizar a sua apreciação. Os demais são divididos por matéria nas pastas (eletrônicos) ou estantes (físicos remanescentes) respectivas.

Os processos físicos são localizados nas prateleiras respectivas, com anotação no sistema de acompanhamento processual – Esparta.

O acervo é organizado por matéria, de acordo com o ramo do direito a que o objeto do processo está relacionado. O controle da movimentação interna é feito a partir das caixas de entrada, quando são triados e direcionados às caixas respectivas.

Na parte judicial, os processos são distribuídos levando-se em consideração os seguintes critérios: se há pedido de urgência; ramo do direito a que se relaciona a matéria discutida nos autos; órgão competente para julgamento (Turma ou Pleno); complexidade da matéria.

Há metas individuais de produtividade, de 7 processos por semana (8 para a assessoria), na qual não estão incluídos os embargos de declaração. O controle de metas é feito semanalmente pela assessoria.

Está em implementação a meta de produção de um quantitativo mínimo semanal, que deverá ser atingido independentemente do cumprimento das metas individuais.

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ. Esses são selecionados em triagem e repassados aos servidores como pedido de preferência.

Para o atendimento de partes e advogados, a unidade está aberto das 8 às 19hs horas. Se preferirem, também podem agendar horário para despachar com o Desembargador, que também atende, por ordem de chegada, independentemente de agendamento.

O controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos (revisão, voto-vista e declaração de voto) é feito com a destinação dos processos às pastas específicas de cada tarefa no PJe.

Os processos sobrestados ficam na Secretaria da Turma, sendo que as matérias principais são as relativas aos Temas 1.008, 1.003, 731, 97 e 91- STJ.

Importante destacar que, durante a semana de inspeção, foi fornecida relação dos processos em que haveria a necessidade de recomendações, e o gabinete se empenhou e buscou cumprir o recomendado ainda durante a inspeção, o que merece destaque e elogio.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir as recomendações constantes do item 11;
- b) Alocar o maior número possível de servidores para a área fim;
- c) Priorizar o cumprimento das Metas do CNJ, em especial a Meta 1; e
- d) Considerando que o Desembargador assumiu o acervo em 4/4/2019, recomenda-se a manutenção do método de trabalho.

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto.

**2.2. Turma:**

4ª Turma.

**2.3. Competência:**

Pleno e Divisão da Quarta Turma.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto assumiu a Quarta Turma em 21/8/2019. A unidade conta com juiz auxiliar (Ato n. 340-GP), o Juiz Federal Carlos Vinícius Calheiros Nobre, a partir de 14/9/2019, em razão da posse do Desembargador Rubens Canuto como membro do CNJ, em 10/9/2019, que se deu sem prejuízo da sua jurisdição originária.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Sim. Remoção em 3/4/2019. Origem: Quarta Turma - deixou 2.474 processos (254 físicos e 2.220 eletrônicos). Destino: Vice-Presidência - assumiu 18.350 processos (dados fornecidos pela equipe anterior).

Remoção em 21/8/2019. Origem: Vice-Presidência - deixou 29.178 processos (incluindo-se 18.543 sobrestados no NPA). Destino: Quarta Turma - assumiu 4.553 processos (649 físicos e 3.904 eletrônicos).



**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Desembargador Federal José Lázaro Guimarães, até 21/8/2019.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Solígia Torres de Araújo, Assessora.

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	1) André de Lyra Pinto; 2) Marcos José Claudino; 3) Rosinaldo de Paula Menezes; 4) Verônica Lima Bezerra Falcão
Servidores sem vínculo	1) Solígia Torres de Araújo; 2) Wander Magalhães Barros
Estagiários de nível médio	1) Caio de Santana Barbosa; 2) João Gabriel de Oliveira Feitosa
Estagiários de nível superior	1) Adson Sávio Seabra dos Santos; 2) Joyce Lucio Coutinho dos Santos; 3) Pedro Henrique Fontes Pinto de Azevedo; 4) Victor Rodrigues Pereira Braz
Outros	Requisitados: 1) Ana Rosa Fonseca; 2) Cláudia A. Gomes; 3) Diego R. Clementino; 4) Fernanda Moreira Vieira; 5) Luciana Agra B. Pinto; 6) Marcelo Cintra Barros; 7) Maria Evelyne Dias Câmara; 8) Marianne G. Marangon; 9) Rosinaldo F. Santos; 10) Sidney Viana; 11) Vera B.S.C. Muinhos.

## 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	3.285 (DF Rubens Canuto) + 1.084 (ainda na relatoria do DF Lázaro Guimarães – Todos na secretaria da 4ª Turma)
Processos suspensos/sobrestados	173
Processos conclusos	3.116
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: \* *Distribuição geral do acervo* corresponde aos processos em andamento no tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestrados.

\*\* *Total de processos em tramitação do gabinete*, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.285
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.043
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.116
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.158
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Sim. Em 21/8/2019. A redistribuição segue o que determina o Ato n. 89/2018, do TRF5. 3.089 processos recebidos. 46 processos enviados.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	8
Mandados de segurança	0
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	8
Outros	0

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	2.955
Recursos em mandados de segurança coletivos	6
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	111
Recursos em ações civis públicas	178
Recursos em ações de desapropriação	10
Recursos em ações com preferência legal	608
Outros	2.646

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Agravos de instrumento	1.238
Total de feitos	2.955
Apelações cíveis	1.387
Outros	330

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	16
Ações penais	1
Inquéritos	0
Habeas Corpus	13
Revisões criminais	2
Outros	0

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	99
Apelações	80
Recursos em Sentido Estrito	6
Recursos em Habeas Corpus	0

Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	2
Outros	11 (agravo em execução penal)

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	15
Apelações	8
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	4
Outros	3 (agravo em execução penal)

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Embargos de declaração	280
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	0
Agravos legais/regimentais	99
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1 (processo 0014025-56.2011.4.05.0000)
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Dado não disponibilizado pelo sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Dado não disponibilizado pelo sistema

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	3 (processos 0810503-75.2017.4.05.0000, 0809873-82.2018.4.05.0000, 0816688-95.2018.4.05.0000)
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	23	46	-
Distribuídos em 2013	12	9	-
Distribuídos em 2014	34	39	4
Distribuídos em 2015	137	106	20
Distribuídos em 2016	587	252	40
Distribuídos em 2017	1.196	1.033	338
Distribuídos em 2018	-	1.612	1.169
Distribuídos em 2019	-	-	1.545
Total	1.989	3.097	3.116

<b>4.14. Processos conclusos de outros Gabinetes:</b>	
Processos conclusos para voto-vista	5
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	2
Total como relator para o acórdão	1

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	2.809
Total de Processos julgados	2.366
Total de Processos baixados	1.630
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	443

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.179
---	-------

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	A autoinspeção anterior foi realizada em acervo que restou redistribuído, submetida à inspeção ordinária/2018.
Total de feitos não regularizados	Prejudicado
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Prejudicado. Inspeção anterior realizada em acervo redistribuído
Total de feitos não regularizados	Prejudicado

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	3.045
Processos julgados no ano anterior	2.699
Processos distribuídos no ano corrente	1.843
Processos julgados no ano corrente	1.926

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	12
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes	0

Porcentagem de atendimento da meta	100%
------------------------------------	------

**5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	80
Pendentes	6
Porcentagem de atendimento da meta	108,82%

**5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):**

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	549
Pendentes em 31/12/2018	2
Porcentagem de atendimento da meta	142%

**5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):**

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	132
Pendentes	16
Porcentagem de atendimento da meta	126,50%

**5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):**

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau

**5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):**

Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	500
Pendentes	6
Porcentagem de atendimento da meta	116,24%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	151
Processos julgados no ano anterior	139
Processos baixados no ano anterior	138
Processos distribuídos no ano corrente	19
Processos baixados no ano corrente	12
Processos julgados no ano corrente	54

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

## **6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

### **6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?**

Última inspeção à qual foi submetido o gabinete foi realizada sobre acervo que restou redistribuído, em 3/4/2019.



## **6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

O gabinete assumiu o acervo atual em 21/8/2019, distando apenas 10 dias da data-base para o levantamento de dados para a presente inspeção, sendo certo que, no período, ocupou-se primordialmente da triagem do acervo, considerando-se os processos de meta do CNJ, os processos de réu preso, os processos com pedidos de liminar ainda não apreciados e os agravos de instrumento com sentença proferida na origem.

## **6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

O gabinete assumiu o acervo atual apenas em 21/8/2019. De 3/4/2019 a 21/8/2019, a unidade respondeu pelo acervo da Vice-Presidência, que não passou por inspeção do CJF no período. De 11/12/2015 (data da assunção do magistrado) a 3/4/2019, a unidade foi inspecionada em 2018. Assim, as recomendações gerais da Corregedoria do CJF, constantes do relatório da inspeção 2018 e que possam ser aplicadas na gestão de processos do acervo atual estão sendo buscadas: priorizar processos de meta CNJ, especialmente com vistas a diminuir acervo pelo critério de antiguidade e processos com réu preso, dar especial atenção a processos com preferências legais.

## **7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

### **7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

No ano anterior, o acervo da unidade não possuía processos de meta com registros positivos. Atualmente, em retorno recente às atividades de Turma, as ações e boas práticas voltadas ao cumprimento das metas do CNJ estão sendo reforçadas no momento atual, a partir de relatórios gerados no sistema *B.I.* Identificados os processos de meta, estão sendo incluídos em pauta, como prioridade. Ainda sem tempo para apresentação de resultados, porquanto, desde a sucessão, houve apenas duas sessões em que foram julgados processos da unidade (17/9 e 24/9/2019).

## **8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**

### **8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

Como já relatado no item 6.2, a unidade assumiu o acervo atual em 21/8/2019, distando apenas 10 dias da data-limite para o levantamento de dados para a presente inspeção. Ocupou-se primordialmente da triagem do acervo, considerando-se os processos de meta do CNJ, os processos de réu preso, os processos com pedidos de liminar ainda não apreciados e os agravos de instrumento com sentença proferida na origem. A primeira pauta foi montada com intervalo de tempo necessário para a conclusão da triagem mencionada, procurando-se priorizar processos de meta CNJ,

mais antigos na unidade e com prioridade legal, bem como embargos de declaração. Considerando-se a data recente em que assumido o acervo somado ao elevado volume de processos, os objetivos estabelecidos ainda não foram, obviamente, atingidos, sendo certo que foram organizadas equipes de trabalho por grupos de matéria e liminares, com fixação de metas semanais, acompanhadas através do sistema *B.I.*

## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0809873-82.2018.4.05.0000	27/6/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Liminar apreciada e indeferida. Processo no prazo recursal.		
0802931-68.2017.4.05.0000	6/4/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0806360-43.2017.4.05.0000	11/7/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0802698-03.2019.4.05.0000	11/3/2019	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0804580-34.2018.4.05.0000	2/5/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente. Homologação de desistência.		
0000476-84.2011.4.05.8404	4/9/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo relatado. Aguardando revisão.		
0800048-55.2014.4.05.8504	12/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0800203-83.2017.4.05.8203	18/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado desde 12/2/2019. Reativado em função de agravo intempestivo contra decisão que inadmitiu recurso especial e manteve trânsito. Na Subsecretaria de Recursos para baixa.		
0814363-16.2017.4.05.8300	30/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à Secretaria da Turma, em sobrestamento, até julgamento do REsp 1.645.333-SP.		
0802470-96.2017.4.05.0000	22/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática de perda de objeto em razão de sentença de mérito na origem. Aguardando prazo.		
0803333-52.2017.4.05.0000	19/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática de perda de objeto em razão de sentença de mérito na origem. Aguardando prazo.		
0007146-86.2016.4.05.8300	24/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo relatado. Aguardando revisão.		
0805988-31.2016.4.05.0000	22/8/2016	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0808839-43.2016.4.05.0000	1º/12/2016	202 - Agravo de Instrumento

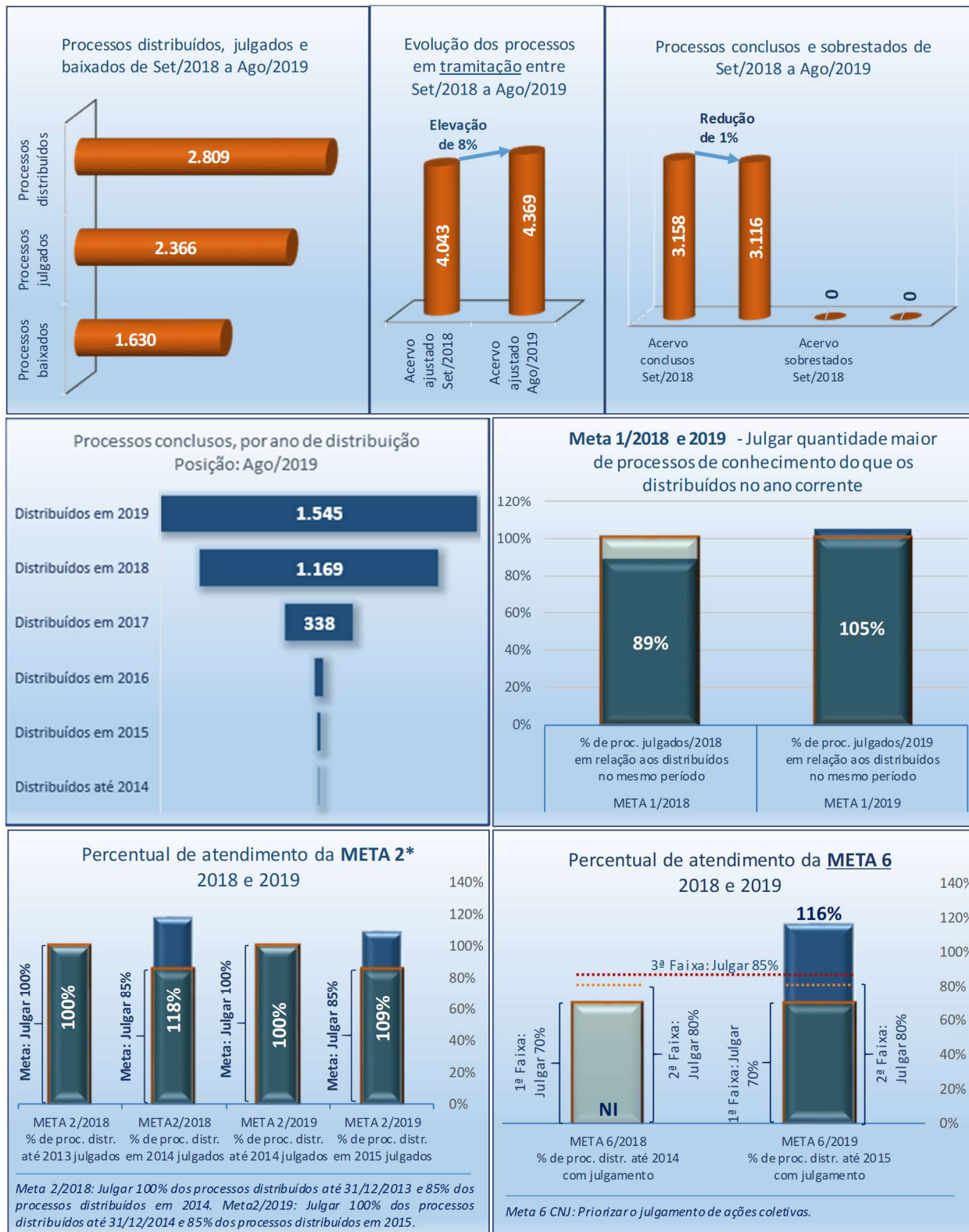
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática de perda de objeto em razão de sentença de mérito na origem. Aguardando prazo.		
0804423-41.2014.4.05.8200	10/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0800064-39.2014.4.05.8300	31/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0000585-28.2016.4.05.8500	23/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0000397-37.2017.4.05.8100	27/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo relatado. Aguardando revisão.		
0014327-41.2016.4.05.8300	22/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo relatado. Aguardando revisão.		
0811117-37.2016.4.05.8400	18/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo relatado. Aguardando revisão.		
0809126-69.2017.4.05.0000	21/9/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0002899-51.2014.4.05.8100	4/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0801950-74.2017.4.05.8201	6/9/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo pautado para 1º/10/2019.		
0810487-44.2017.4.05.8400	23/3/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0810615-44.2017.4.05.0000	31/10/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0815425-28.2018.4.05.0000	26/10/2018	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0800164-79.2014.4.05.8304	17/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à Vice-Presidência para possível sobrestamento até julgamento do RE 870.947 pelo STF.		
0802380-59.2015.4.05.0000	26/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0800420-68.2015.4.05.0000	2/2/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0802804-67.2016.4.05.0000	2/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0805516-59.2016.4.05.8300	3/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0806083-81.2016.4.05.8400	4/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0802113-71.2014.4.05.8100	15/1/2015	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0801506-85.2015.4.05.8500	19/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 8/10/2019.		
0800016-50.2014.4.05.8504	2/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0802793-29.2014.4.05.8400	4/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0806239-83.2015.4.05.0000	3/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 22.10.2019.		
0800488-61.2012.4.05.8200	13/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0800075-41.2014.4.05.8503	7/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0806494-41.2015.4.05.0000	12/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0800120-51.2014.4.05.8501	16/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0800171-04.2014.4.05.8100	2/9/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0801924-57.2014.4.05.8500	22/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0807750-39.2015.4.05.8400	5/10/2016	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0802974-64.2013.4.05.8400	12/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 22/10/2019.		
0800985-04.2014.4.05.8201	12/11/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 8/10/2019.		
0802403-93.2013.4.05.8400	26/2/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 15/10/2019.		
0803372-92.2014.4.05.8200	17/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo devolvido à Vice-Presidência da Corte, mediante despacho judicial, porquanto não satisfeitos os requisitos do art. 1.040 do CPC, para possível sobrestamento até julgamento do RE 870.947 pelo STF.		
0814606-91.2018.4.05.0000	4/10/2018	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 17/9/2019.		
0808144-55.2017.4.05.0000	20/10/2017	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado monocraticamente pelo exaurimento do objeto na origem. Trânsito em 24/9/2019.		
0800040-40.2018.4.05.0000	8/1/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em mesa para a sessão de 1º/10/2019.		

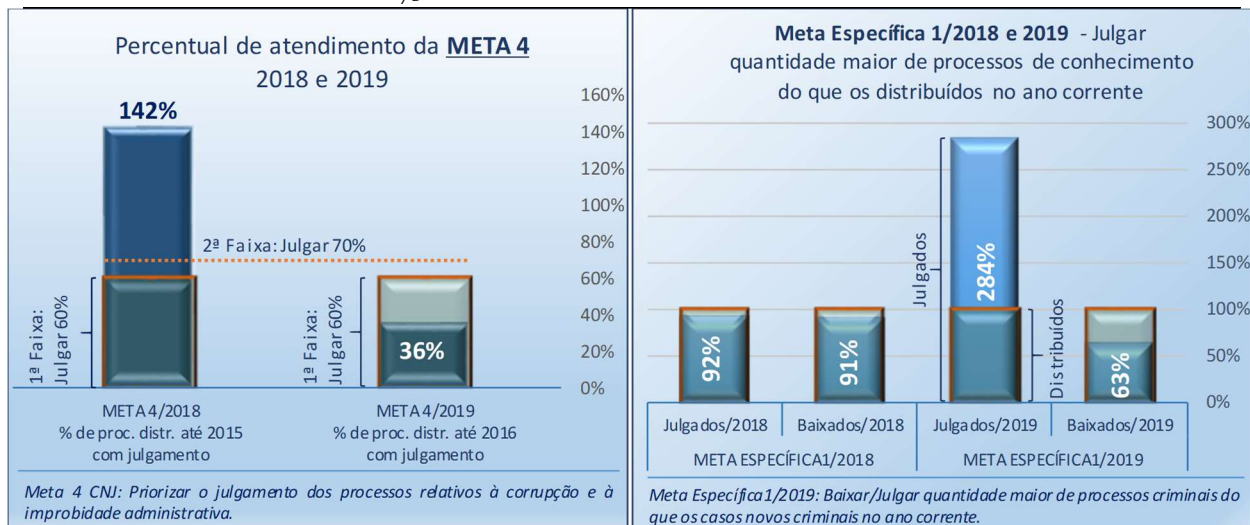
*Conselho da Justiça Federal*  
*Corregedoria-Geral da Justiça Federal*  
*Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região – 16/9 a 25/10/2019*  
*Processo n. 0005182-15.2019.4.90.8000/SEI*

0804764-24.2017.4.05.0000	31/5/2017	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 24/9/2019.		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



Nota: NI – Não Informado.



## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 processos selecionados, todos foram inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0802931-68.2017.4.05.0000	0806360-43.2017.4.05.0000	0000476-84.2011.4.05.8404
0800048-55.2014.4.05.8504	0007146-86.2016.4.05.8300	0804423-41.2014.4.05.8200
0000585-28.2016.4.05.8500	0000397-37.2017.4.05.8100	0014327-41.2016.4.05.8300
0811117-37.2016.4.05.8400	0810615-44.2017.4.05.0000	0815425-28.2018.4.05.0000
0800164-79.2014.4.05.8304	0802380-59.2015.4.05.0000	0800420-68.2015.4.05.0000
0802804-67.2016.4.05.0000	0805516-59.2016.4.05.8300	0806083-81.2016.4.05.8400
0802113-71.2014.4.05.8100	0800016-50.2014.4.05.8504	0802793-29.2014.4.05.8400
0806239-83.2015.4.05.0000	0800488-61.2012.4.05.8200	0800075-41.2014.4.05.8503
0806494-41.2015.4.05.0000	0800120-51.2014.4.05.8501	0801924-57.2014.4.05.8500
0801924-57.2014.4.05.8500		

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal Convocado Carlos Vinícius Calheiros Nobre e pelos servidores Solígia Torres de Araújo e Wander Magalhães Barros.

Em 3/4/2019, o Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto assumiu a Vice-Presidência do Tribunal para o biênio 2019/2021. No entanto, por ter sido nomeado Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, em 14/8/19 o Desembargador Federal renunciou ao cargo de Vice-Presidente do Tribunal e, em 21/8/19, assumiu o atual Gabinete.

Em 10/9/19, o Desembargador tomou posse no cargo de Conselheiro do CNJ, sem prejuízo de suas funções jurisdicionais e, assim, a partir de 14/9/19 o Juiz Federal

Carlos Vinicius Calheiros Nobre passou a exercer auxílio no Gabinete (Ato n. 340/19 da Presidência).

Com a assunção da atividade no novo gabinete, a equipe passa por período de adaptação ao acervo e já se observa o resultado em sua redução e na melhoria do perfil de tramitação.

Na triagem inicial, há separação dos feitos por matéria (administrativo, tributário/fiscal, penal, previdenciário e civil/emargos à execução), com posterior entrega aos servidores responsáveis pela matéria. São fixadas metas individuais de produtividade, variáveis de acordo com a dificuldade da matéria. Em média, cada servidor deve elaborar 10 votos por pauta. Há, ainda, 2 servidores responsáveis pela elaboração de decisões liminares em agravo. Em média, cada um deve elaborar 10 decisões por dia.

A divisão de atividades é coerente e eficiente. Dentre os servidores, dois deles realizam o teletrabalho com a condição de que elaborem 10% a mais de minutas do que a média dos que realizam o trabalho presencial (em média, eles têm elaborado 12 votos por pauta). Além disso, aos servidores que realizam o teletrabalho, são designados os processos mais complexos.

No que tange ao quadro de pessoal, é composto por 17 servidores, dos quais 11 são requisitados e apenas 1 não exerce a atividade fim, além do agente de segurança.

Assim que a equipe assumiu o novo acervo, foi feita triagem de metas do CNJ, tendo sido constatados cerca de 15 a 20 processos, que devem ser incluídos para as próximas pautas.

Há cerca de 325 processos físicos na unidade. Não se constatou delonga em levar à pauta de julgamento os feitos sob revisão, com voto-vista ou com declaração de voto pendentes.

Desde que assumiu o auxílio no Gabinete, o Juiz Federal Convocado Carlos Vinicius Calheiros Nobre participou de seis sessões de julgamento da 4ª Turma (17/9, 24/9, 1º/10, 8/10, 15/10 e 22/10), julgando em média 101 processos por pauta.

Os processos com determinação de sobrestamento, localizados na Subsecretaria da Turma derivam, em sua maior parte, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (i) Tema 987 do STF (*Discussão sobre a constitucionalidade do art. 19 da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.*); e (ii) Tema 979 do STF (*Discussão sobre a licitude da prova obtida por meio de gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, na seara eleitoral.*). Há, ainda, os feitos sobrestados em função da medida cautelar deferida na ADI 5090, que trata sobre a correção dos depósitos



vinculados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela Taxa Referencial (TR).

O atendimento aos advogados é feito sem agendamento, por ordem de chegada.

Com a recente assunção do Gabinete, a unidade voltou suas atenções para cumprir as recomendações da Inspeção CJF/2018, e priorizar o julgamento dos processos de Metas do CNJ e os com prioridades legais.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir a recomendação de julgamento dos feitos indicados no item 11;

b) Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos e os com prioridade legal. Embora se reconheça o cumprimento da Meta 1 do CNJ e o esforço de toda equipe, o ritmo atual ainda não apareceu nas estatísticas finais de acervo. Mas ele deve ser mantido e, se possível, melhorado, de modo que haja diminuição do acervo pelo menos ao patamar médio dos demais gabinetes. A comparação indica a média de feitos conclusos nos gabinetes da 4ª Turma em 2.106 feitos e a de todo o Tribunal em 2.873. O Gabinete do Desembargador Rubens Canuto está com acervo aproximado de 3.500 feitos, situação já encontrada quando da assunção do gabinete. A julgar pelo esforço da equipe, a diminuição ocorrerá naturalmente e de modo satisfatório, se mantido o ritmo de trabalho. Igualmente, a demora entre a distribuição e o primeiro julgamento tem, no TRF5, média de 457 dias e de 379 dias no gabinete (algo já melhor que a média, mas também passível de melhora).

## **GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA**

### **DESEMBARGADOR FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR**

#### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

#### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Gabinete do Desembargador Edilson Nobre.

**2.2. Turma:**

4ª Turma e Pleno

**2.3. Competência:**

Plena.

#### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):**

Edilson Pereira Nobre Junior.

**3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?**

Não.

**3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):**

Não.

**3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Mariângela de Barros Luz - Chefe de gabinete.

<b>3.5. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):</b>	
Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	9 requisitados

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2019):</b>	
Total em tramitação**	1.938
Processos conclusos	734
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	4
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0
Processos suspensos/sobrestados	46

Notas: \* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestrados.

\*\* Total de processos em tramitação do gabinete, excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

<b>4.2. Evolução do acervo no último ano:</b>	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.821
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.925
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	734
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	772
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

\* O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

<b>4.3. Fatores externos atuantes na evolução do acervo:</b>	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma	Não se aplica

suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Recebidos: 1.193 processos e enviados: 1.113 processos, em obediência ao determinado no Ato nº 89/2028, do TRF5

<b>4.4. Ações e incidentes originários cíveis:</b>	
Total de feitos originários cíveis	11
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	6
Outros	4

<b>4.5. Feitos recursais cíveis em tramitação:</b>	
Total de feitos recursais cíveis	647
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	22
Recursos em ações civis públicas	21
Recursos em ações de desapropriação	6
Recursos em ações com preferência legal	106
Outros	498

<b>4.6 Feitos recursais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos	647
Apelações cíveis	465
Agravos de instrumento	107
Outros	75

<b>4.7. Feitos originários criminais em tramitação:</b>	
Total de feitos originários criminais	12
Ações penais	3
Inquéritos	1
Habeas Corpus	1
Revisões criminais	3
Outros	4

<b>4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe:</b>	
Total de feitos recursais criminais	64
Apelações	62
Recursos em Sentido Estrito	1
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	1

<b>4.9. Feitos com réus presos em tramitação:</b>	
Total de feitos com réus presos	3
Apelações	3
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

<b>4.10. Processos sobrestados no Gabinete:</b>	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

<b>4.11. Processos com recursos internos para julgamento:</b>	
Agravos legais/regimentais	12
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	4
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Não disponibilizado pelo sistema
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não disponibilizado pelo sistema
Embargos de declaração	84
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	25

<b>4.12. Processos com tutela provisória pendente:</b>	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

<b>4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos</b>			
	Processos conclusos em:		
	Agosto_2017	Agosto_2018	Agosto_2019
Distribuídos até 2012	2	5	-
Distribuídos em 2013	-	2	-
Distribuídos em 2014	-	2	4
Distribuídos em 2015	9	10	4
Distribuídos em 2016	62	9	5
Distribuídos em 2017	471	100	23
Distribuídos em 2018	-	644	104
Distribuídos em 2019	-	-	594
Total	544	772	734

<b>4.14. Processos conclusos de outros Gabinetes:</b>	
Processos conclusos para voto-vista	1
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

<b>4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão:</b>	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

<b>4.16. Fluxo processual nos últimos 12 meses:</b>	
Total de Processos distribuídos	3.070
Total de Processos julgados	2.862
Total de Processos baixados	2.212
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	208
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	858

<b>4.17. Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	23
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	46
Total de feitos não regularizados	0

## 5. METAS

<b>5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	3.161
Processos julgados no ano anterior	2.830
Processos distribuídos no ano corrente	2.264
Processos julgados no ano corrente	2.112

<b>5.2. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013):</b>	
Pendentes em 31/12/2013 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	20
Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	95%

<b>5.3. META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2014 a 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	94
Pendentes em 31/12/2018	5 (processos sobrestados em razão da ADI 5090)
Porcentagem de atendimento da meta	111,39%

<b>5.4. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

<b>5.5. META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	48
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.6. META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	355
Pendentes em 31/12/2018	01 processo criminal sobrestado em razão do parcelamento.
Porcentagem de atendimento da meta	142,45%

<b>5.7. META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	75
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%



<b>5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução):</b>	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

<b>5.9. META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014):</b>	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.10. META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	316
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

<b>5.11. META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):</b>	
Processos distribuídos no ano anterior	189
Processos julgados no ano anterior	133
Processos baixados no ano anterior	133
Processos distribuídos no ano corrente	108
Processos baixados no ano corrente	108
Processos julgados no ano corrente	106

<b>5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12/2018, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

<b>5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):</b>	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

## 6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 6.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Julgar, no prazo de 60 dias, os seguintes processos: 0803911-67.2014.4.05.8100; 802164-98.2013.4.05.8300; 0808001-03.2016.4.05.0000; 0802024-57.2014.4.05.8000; 0803780-11.2013.4.05.8300; 0802286-68.2014.4.05.8400. b) retomar o regular processamento do processo 00153272-66.2005.4.05.8300 c) cumprir a meta 6/2018 (0800037-38.2014.4.05.8403 e 0800064-21.2014.4.05.8403) d) reavaliar o método de trabalho.

### 6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Todos os processos foram julgados; b) Despacho encaminhando os autos para o setor de distribuição, a fim de ser feita a redistribuição, (processo julgado pelo novo relator - Dr. Rubens - na sessão do dia 6/11/2018); c) Apesar de constarem no sistema como ação coletiva, na realidade são ações ordinárias com múltiplos autores. Os processos estão sobrestados por conta da MC na ADI 5090; d) Embora testada outra forma, no caso concreto deste gabinete, mostrou-se mais adequada e produtiva a sistemática do trabalho atualmente adotada, qual seja, a assessoria tria, separa por matéria e insere os processos em pauta, tendo o controle da quantidade atribuída a cada servidor por pauta, observando o grau de dificuldade dos processos distribuídos, a fim de evitar sobrecarga de trabalho. Os processos são inseridos em pauta com uma antecedência de 3 semanas, de sorte que não fica comprometido o planejamento das pautas nem tampouco a organização do trabalho dos servidores.

### 6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há;

## 7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### 7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Meta 1/CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano em curso) - Em razão do aumento do número de processos distribuídos mensalmente esta meta está difícil de ser integralmente cumprida, todavia, procura-se envidar esforços, com a tentativa do aumento do número de processos na pauta por servidor para atender as exigências. Meta 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos em 2014) - Impossibilidade de cumprimento em razão do sobrestamento dos processos ADI 5090 Meta 4/2018 CNJ (priorizar julgados relativos a corrupção e improbidade administrativa). O processo somente será encerrado com o término do parcelamento ou pelo seu não pagamento. Acompanhar junto à 4ª Turma.

## 8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 8.1. Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Um dos fatores que facilita o bom resultado do gabinete é o grande acesso dos servidores e estagiários ao Desembargador, além da realização de um rigoroso processo de triagem, onde são de logo separados os processos que necessitam de alguma providência, os quais são separados para despacho do Desembargador, assim como aqueles em que o julgamento será realizado monocraticamente, nos termos do art. 932 do CPC. Os demais processos são distribuídos pela assessoria, de acordo com a matéria neles discutidas, para serem analisados e discutidos com o Desembargador. Ademais, existem setores específicos para os agravos de instrumento e as ações penais, de modo a agilizar a tramitação de tais feitos. Como dificuldade citam o aumento do número de processos mensais distribuídos, permanecendo, entretanto, inalterado o número de servidores.

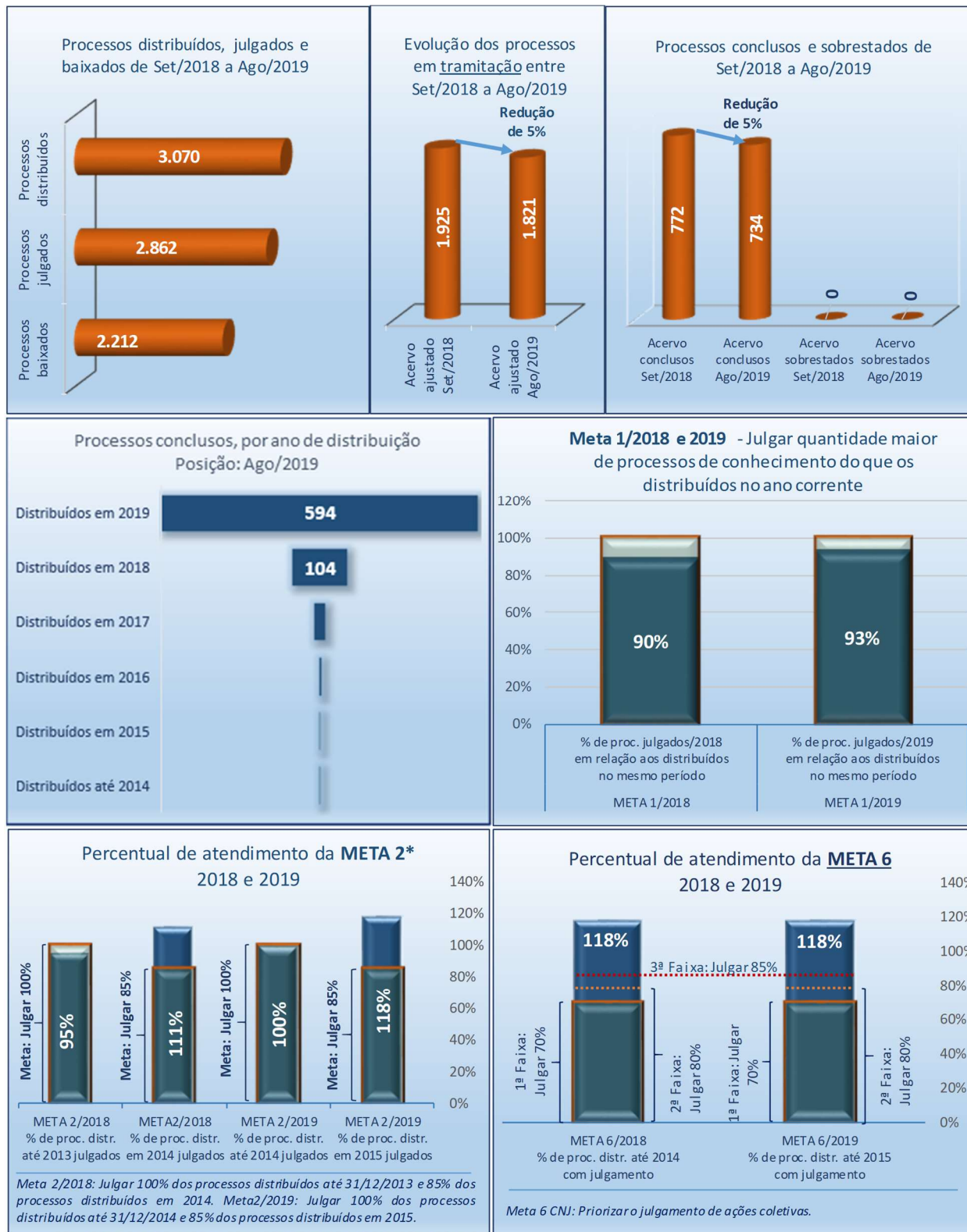
## 9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

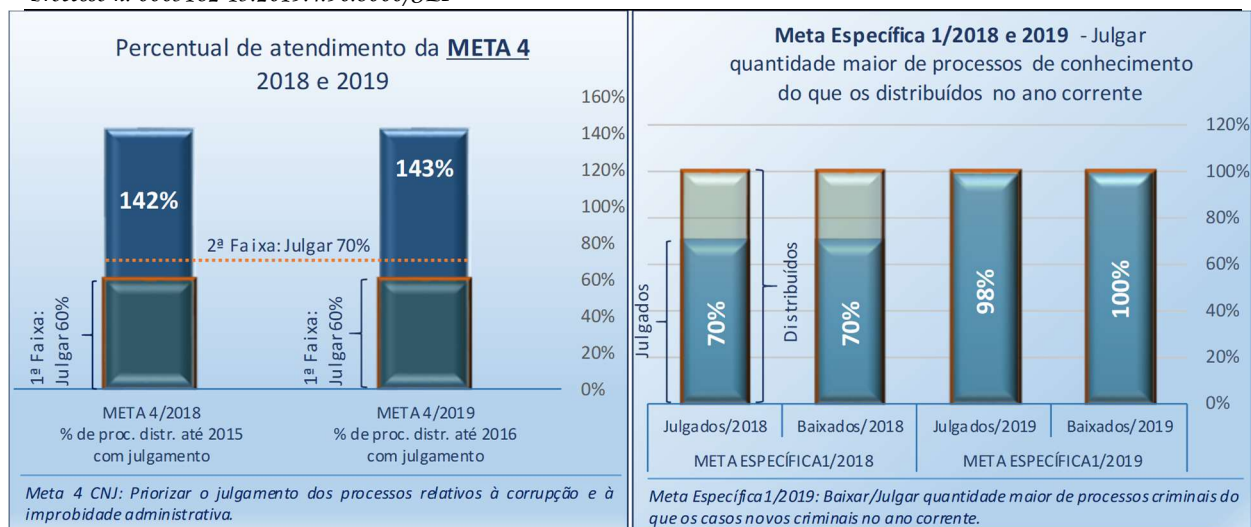
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0805985-42.2017.4.05.0000	30/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 5/11/2019.		
0815579-46.2018.4.05.0000	31/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 19/11/2019.		
0804049-11.2019.4.05.0000	8/4/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 30/8/2019.		
0000788-14.2016.4.05.8201	11/4/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 20/11/2019.		
0002828-76.2015.4.05.8500	25/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 15/10/2019.		
0800727-57.2015.4.05.8201	2/8/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0800019-28.2016.4.05.8312	14/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Inserido na pauta de 1º/10/2019.		
0808332-07.2017.4.05.8000	20/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0801942-73.2017.4.05.8500	26/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0802088-35.2017.4.05.8300	8/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0802458-14.2017.4.05.8300	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 1º/10/2019.		
0000237-29.2015.4.05.8311	9/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 1º/10/2019 .		
0800866-56.2017.4.05.8001	15/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0000395-42.2009.4.05.8102	17/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 15/10/2019.		
0010599-30.2004.4.05.8100	17/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0805566-56.2014.4.05.8300	17/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0800604-65.2015.4.05.8102	25/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0805985-08.2016.4.05.8300	27/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0800803-32.2016.4.05.8400	27/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0800196-13.2016.4.05.8402	8/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0000500-89.2013.4.05.8001	31/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 15/10/2019.		
0004690-12.2015.4.05.8200	7/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Inserido na pauta do dia 5/11/2019.		
0815273-61.2017.4.05.8100	30/10/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Inserido na pauta de 22/10/2019.		
0001109-14.2000.4.05.8200	12/9/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019		
0005033-33.2014.4.05.8300	7/11/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Inserido na pauta de 22/10/2019.		
0800097-98.2015.4.05.8201	14/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		

0815872-45.2018.4.05.8300	20/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão do dia 24/9/2019.		
0805737-13.2014.4.05.8300	27/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0805192-06.2015.4.05.8300	11/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inserido na pauta de 15/10/2019.		
0006060-47.2011.4.05.8400	23/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação julgada em 31/7/2018. Nova conclusão em 1º/7/2019, por determinação da Vice-Presidência, para adequação a paradigma do STF. Em 26/9/2019 os autos foram devolvidos à Vice-Presidência.		
0017617-68.2005.4.05.8100	20/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno julgado em 10/9/2019. Processo na Divisão da 4ª Turma.		
0000245-03.2014.4.05.8000	8/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 10/9/2019.		
0816908-93.2018.4.05.0000	4/12/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Julgada em 11/7/2019. Foram opostos embargos de declaração e, em 26/9/2019, a parte embargada foi intimada para apresentar contrarrazões		

## 10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





## 11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 33 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 12 físicos e 21 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na listagem não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe uma tramitação célere do acervo em geral.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Fazendo-se um corte transversal nos feitos que compõe o acervo, percebe-se que a competência cumulada de matérias leva o gabinete a ter de enfrentar questões específicas que não admitem julgamentos temáticos. Têm-se ações coletivas (ACPs, ações populares, IAs, ações ambientais de repercussão, dentre outras) que demandam exame acurado, tanto na tramitação quanto no enfrentamento do fundo do direito. Mesmo nesse quadro, nota-se que o desembargador e sua equipe elaboraram planejamento de trabalho elogiável, de modo que os feitos são solucionados ou, ao menos, estão com o encaminhamento processual adequado à duração razoável do processo.

O gabinete mostrou-se apto a distinguir feitos repetitivos daqueles que, seja pelo alcance social, seja pela relevância jurídica, merecem cuidado redobrado de modo a se atingir o objetivo de prestação jurisdicional justa e em tempo condizente.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0805985-42.2017.4.05.0000	0815579-46.2018.4.05.0000	0804049-11.2019.4.05.0000
0000788-14.2016.4.05.8201	0000237-29.2015.4.05.8311	0000500-89.2013.4.05.8001
0004690-12.2015.4.05.8200	0815273-61.2017.4.05.8100	0816908-93.2018.4.05.0000

## 12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade se encontra organizada em dois grupos: o que trata da parte administrativa, que cuida do recebimento, distribuição e tramitação de processos, organização das pautas e sessões de julgamento, e o que trata da elaboração de sugestões de minutas de decisões e votos para o Desembargador.

Existem setores específicos para os agravos de instrumento e as ações penais, de modo a agilizar a tramitação de tais feitos.

São triados inicialmente os processos que necessitam de alguma providência, os quais são separados para despacho/decisão do Desembargador, assim como aqueles em que o julgamento será realizado monocraticamente, nos termos do art. 932 do CPC. Os demais são distribuídos pela assessoria, de acordo com a matéria neles discutidas, para serem analisados e discutidos com o Desembargador.

O acervo físico encontra-se localizado em estantes próximas aos servidores responsáveis pela elaboração das minutas de decisões/votos ou nos próprios *bureau* (em razão do pequeno número de processos físicos).

Um servidor é responsável pela triagem inicial dos processos, os quais são distribuídos entre os demais, levando-se sempre em consideração o quantitativo de processos e as matérias.

Privilegia-se a distribuição das mesmas matérias para os servidores, visando a especialização e consequente celeridade.

Leva-se em consideração a necessidade do serviço, a quantidade de processos distribuídos por matéria, bem como a maior facilidade do servidor com a matéria do processo a ser minutado.

Há metas individuais de produtividade; no caso, o servidor deve cumprir o quantitativo que lhe foi distribuído após a inclusão em pauta, priorizando para que o processo seja efetivamente julgado no dia aprazado ou na primeira sessão subsequente.

Há fixação de metas periódicas de produtividade, a exemplo do setor de agravo de instrumento, que prioriza não deixar recursos “de um mês para outro”, quando pendentes de análise de pedido liminar.

Os feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ são incluídos na primeira pauta de julgamento.

O atendimento de partes e advogados é feito diretamente pela chefia de gabinete, e, em caso de solicitação de marcação de audiência, com o Desembargador, é verificada a sua agenda para posterior atendimento.



O controle de processos pendentes junto a outros relatores ou órgãos é realizado pelo servidor responsável pelo acompanhamento do Desembargador na sessão de julgamento e também pela relação dos pedidos de vista que é encaminhada pela Divisão da Quarta Turma no início de cada mês, informando os pedidos de vista do mês anterior.

As principais matérias referentes a feitos sobrestados que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, são:

- Medida Cautelar na ADI 5090- Discute-se a possibilidade, ou não, de a TR ser substituída como índice de correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS.

- TEMA 692 (REsp 1.401.560/MS ) - Proposta de Revisão de Entendimento firmado em tese repetitiva firmada pela Primeira Seção relativa ao Tema 692/STJ, quanto à devolução dos valores recebidos pelo litigante beneficiário do Regime Geral da Previdência Social - RGPS em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada.

- TEMA 979 (REsp 1.381.734/RN) - Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social.

- TEMA 981 (REsp 1.645.333/SP) - À luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da Execução Fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (i) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (ii) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido.

- TEMA 987 (Resp 1.694.261/SP) - Possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal de dívida tributária e não tributária.

- TEMA 997 (Resp 1.679.536/RN, 1.724.834/SC) - Legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir a recomendação do item 11;
- b) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, principalmente em relação ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das Metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição;
- c) Método de trabalho que merece elogio.

## E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

### SECRETARIA JUDICIÁRIA

#### 1. DADOS PARA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

#### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Secretaria Judiciária

**2.2. Competência:**

Coordenar, supervisionar e fiscalizar execução dos serviços administrativos judiciários das unidades subordinadas, quanto à regularidade dos atos processuais e ao cumprimento das normas e diretrizes da administração superior. Coordenar atividades cartorárias e de apoio administrativo às sessões dos órgãos julgadores. Promover uniformização de procedimentos das turmas, Subsecretaria do Plenário e Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários. Promover aperfeiçoamento dos sistemas informatizados utilizados. Propor objetivos e metas da Secretaria do Tribunal para anos subsequentes, zelando pelo seu cumprimento. Cumprir e fazer cumprir despachos em processos judiciais enviados à Secretaria, bem como prestar informações determinadas pelos juízes. Coordenar levantamento de dados administrativos para confecção das estatísticas e indicadores de desempenho, inclusive os encaminhados semestralmente ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça.

#### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Telma Roberta Vasconcelos Motta Caires - Diretora da Secretaria Judiciária.

**3.2. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)**

Servidores efetivos	7
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	1

Estagiários de nível superior	2
Outros	3 (requisitados)

#### 4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

##### 4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Constatou-se a carência de servidores ante a demanda de trabalho, recomendando-se a revisão do quadro funcional da unidade.

##### 4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não houve lotação de novos servidores, apenas de dois estagiários de nível superior em Estatística.

##### 4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não houve lotação de novos servidores, apenas de dois estagiários de nível superior em Estatística.

#### 5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

##### 5.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Iniciou-se a reestruturação da SJ, sem aumento de despesa, para organizar as atividades de acordo com a realidade trazida com a ampliação do PJe e com a Res. n. 219/2016, do CNJ. A reestruturação tem sido feita de forma gradual, à medida que as aposentadorias e vacâncias previstas para 2018 e 2019 ocorram (Res. 9, 11 e 20/17, 4 e 19/18, e 7/19). As vagas são oferecidas para compor a STI, para que possamos ter um quadro de servidores para o Projeto PJe (Processo SEI n. 0011597-43.2017.4.05.7000). No momento, trabalhamos em proposta de reestruturação para comportar as novas secretarias de turma e sessões, em virtude da possível ampliação do quadro de magistrados. Sobre o Projeto PJe - TR5, estamos ampliando a automação dos fluxos do cartório. Como exemplos, tem-se o fluxo dos processos com recursos especiais e extraordinários e o fluxo dos embargos de declaração. Quanto ao PJe Nacional, a SJ, desde abril, participa e apoia o Coordenador na implantação da versão nacional nos JEFs.

#### 6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

As seguintes unidades estão vinculadas à Diretoria Judiciária:

## **SECRETARIA JUDICIÁRIA**

### Núcleo de Apoio Judiciário

Seção de Convênios

Seção de Coordenação dos Trabalhos de Taquigrafia

### Núcleo de Contadoria

Setor de Cálculos

### Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Jurisprudência

Setor de Cadastramento e Divulgação dos Recursos Representativos de Controvérsia

Setor de Indexação de Jurisprudência

### Núcleo de Acompanhamento e de Projetos do Sistema PJe

Seção de Acompanhamento de Projetos

Seção de Análise e de Acompanhamento de Manutenção das Funcionalidades do Sistema PJe

Seção de Acompanhamento do Sistema PJe

## **Divisão de Protocolo, Registro e Distribuição**

### Núcleo de Apoio Administrativo

## **Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários**

Seção de Atendimento ao Público e Acompanhamento Processual

Seção de Digitalização

Setor de Baixa Eletrônica dos Tribunais Superiores

### Núcleo Penal

### Núcleo Cível

Seção de Processamento de Feitos da SJ/AL

Seção de Processamento de Feitos da SJ/PB

Seção de Processamento de Feitos da SJ/PE

Seção de Processamento de Feitos da SJ/SE

Seção de Processamento de Feitos da SJ/RN

Seção de Processamento de Feitos da SJ/CE

### Núcleo Permanente de Assessoramento

Seção de Admissibilidade de Processos de PE, do RN e de AL

Seção de Admissibilidade de Processos do CE, da PB e de SE

Seção de Análise e de Processamento de Feitos Sobrestados

### **Subsecretaria do Plenário**

Núcleo de Processamento de Feitos Cíveis

Núcleo de Processamento de Feitos Penais

### **Divisão de Processamento das Causas de Competência da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas**

Núcleo de Processamento de Feitos

Núcleo de Organização de Sessões e de Elaboração de Atas e Pautas

### **Subsecretaria de Precatórios**

Núcleo de Pagamento, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário

Núcleo de Processamento de Precatórios e RPVs

### **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SECRETARIA JUDICIÁRIA:**

Iniciou-se a reestruturação da SJ, sem aumento de despesa, para organizar as atividades de acordo com a realidade trazida com a ampliação do PJe e com a Res. n. 219/2016, do CNJ. A reestruturação tem sido feita de forma gradual, à medida que as aposentadorias e vacâncias previstas para 2018 e 2019 ocorram (Res. 9, 11 e 20/17, 4 e 19/18, e 7/19). As vagas são oferecidas para compor a STI, para que possa ter um

quadro de servidores para o Projeto PJe (Processo SEI n. 0011597-43.2017.4.05.7000). No momento, trabalha em proposta de reestruturação para comportar as novas secretarias de turma e sessões, em virtude da possível ampliação do quadro de magistrados. Sobre o Projeto PJe - TR5, esta ampliando a automação dos fluxos do cartório. Como exemplos, têm-se o fluxo dos processos com recursos especiais e extraordinários e o fluxo dos embargos de declaração. Quanto ao PJe Nacional, a SJ, desde abril, participa e apoia o Coordenador na implantação da versão nacional nos JEFs.

### **BOAS PRÁTICAS**

- Realização de reuniões periódicas com os gabinetes e as secretarias, para planejar e otimizar a realização das atividades;
- Realização de planejamento alinhado com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, adequado ao planejamento estratégico do CNJ e do CJF;
- Manutenção, sempre atualizado, de ato que disciplina os atos ordinatórios que podem ser realizados pelos diretores das secretarias;
- Planejamento das atividades, de acordo com as perspectivas futuras, como a separação e triagem dos processos sobrestados em razão do tema 810, mais de 12.000 processos, antes mesmo do seu julgamento, para que sejam processados até dezembro/2019; e
- Utilização da ferramenta *BI* para gestão e planejamento das atividades.

### **7. RECOMENDAÇÕES**

- Não foram feitas recomendações específicas.
- Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

## SEÇÃO DE CONVÊNIOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. Unidade:** Seção de Convênios
- 1.2. Supervisor:** Wilson Albuquerque da Silva
- 1.3. Tempo de atuação:** 14 anos
- 1.4. Quadro de pessoal:** 1 servidor

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora da Secretaria Judiciária e pelo Supervisor da Seção de Convênios que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

### 2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

1 – Coordenar os sistemas de convênios e acordos de cooperação técnica (BACENJUD, CCS-SISBACEN, RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG, CADIN e Portal da CAIXA);

2 – Gerenciar o Sistema de Controle de Convênios – SCC (ferramenta desenvolvida para administrar os sistemas descritos no item 1);

3 – Acompanhar, via ato da Presidência, mudanças de lotação de magistrados e servidores da 5ª Região para atualização dos cadastros dos Convênios;

4 – Acompanhar, via relatório da unidade de assuntos da magistratura, a remoção e mudança de lotação dos magistrados da Região;

5 – Gerenciar o sistema SENHA REDE do SERPRO para acesso ao sistema E-CAC da PGRN (senhas);

6 – Coordenar os sistemas do Conselho Nacional da Justiça – CNJ, referente aos usuários do 2º grau: Sistema de Controle de Acesso, Sistema Nacional de Bens Apreendidos, Sistema Nacional de Controle de Interceptações, Banco Nacional de Mandado de Prisão, Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inegibilidade;

7 – Acompanhar e lançar, em sistema judicial informatizado, os feriados, pontos facultativos e horários especiais definidos pela Administração, necessários para contagem de prazo;

8 – Manter a Tabela Consolidada das Férias dos Desembargadores e Juízes convocados atualizada e encaminhar para o Setor de Estatística, Protocolo e setores vinculados a Secretaria Judiciária do Tribunal;



9 - Lançar em sistema judicial informatizado as férias e afastamentos dos desembargadores e informar os magistrados convocados para substituí-los (ESPARTA);

10 – Manter atualizadas as informações, postadas no *website* do Tribunal – Sistema de Jurisdição, concernentes a endereço, legislação, jurisdição e competência das Varas Federais da 5ª Região;

11 – Atualizar, anualmente, os dados (telefone/e-mail) dos diretores das Varas Federais da 5ª Região, bem como distribuir estas informações aos diretores de Núcleo Judiciário das Seccionais e aos diretores das unidades vinculadas à Secretaria Judiciária do Tribunal;

12 – Manter atualizada a Tabela Consolidada da Varas, bem como distribuí-la à Presidência, à Vice-presidência, à Corregedoria e às unidades da Secretaria Judiciária do Tribunal; e

13 – Atuar junto aos desenvolvedores do Sistema de Controle de Convênios – SCC e do Sistema de Jurisdição para a melhoria das ferramentas.

### **3. RECOMENDAÇÕES**

- Não foram feitas recomendações específicas.
- Manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

## SEÇÃO DE COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE TAQUIGRAFIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

#### 1.1. Seção de Coordenação dos Trabalhos de Taquigrafia

#### 1.2. Supervisora: Yza Camarotti Cortez

#### 1.3. Tempo de atuação: 26 anos

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Supervisora do Setor.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2019	11		1			12	

### 2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

- Apanhamento taquigráfico nas sessões das Turmas e do Pleno, bem como, a cada três meses, nas reuniões da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência;
- Transcrição do apanhamento taquigráfico para conversão em nota taquigráfica;
- Revisão das notas taquigráficas;
- Conferência das decisões proferidas com as secretarias das Turmas e do Pleno;
- e
- Disponibilização das notas taquigráficas na rede (Intranet).

### 3. RECOMENDAÇÕES

- Não foram feitas recomendações específicas.

## SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS, ESPECIAIS E ORDINÁRIOS

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

#### 2.1. Denominação da unidade:

Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - SREEO

#### 2.2. Competência:

Dar cumprimento às decisões proferidas pela Vice-Presidência do TRF5 em recursos extraordinários, especiais e ordinários, e de seus eventuais incidentes, realizando ações típicas de secretaria; Gerenciar os processos sobrestados pelas sistemáticas da Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR e Incidente de Assunção de Competência - IAC localizados na SREEO; Receber as peças de julgamento oriundas dos tribunais superiores e encaminhá-las às seções judiciárias e comarcas ou anexá-las aos processos que se encontram na SREEO, realizando o devido encaminhamento; Facilitar o intercâmbio de informações com a Assessoria da Vice-Presidência, em especial, quando da mudança da mesa diretora, no que tange à admissibilidade dos recursos, em conformidade com os julgados dos tribunais superiores, decisões de sobrestamento, entre outros.

### 3. RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Sandra Régia C. Valença Bouwman - Diretora da SREEO desde dezembro de 2018.

#### 3.2. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	21
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	3
Estagiários de nível superior	6
Outros	5 requisitados e 1 terceirizado

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

##### 4.1. Pendentes de diligências em 31/8/2019:

Juntada	43 petições. Sendo a maioria delas protocoladas no mês de agosto/2019 (37 petições).
Em carga com prazo vencido	357 processos. Todos com a Fazenda Nacional - requerimento do ente público deferido pelo Vice-Presidente - possível desistência dos recursos.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	Sem pendências para o período
Extraviados/por restaurar	2 processos (RAVP93 e RAVP78)
Publicação de acórdão/decisão	Informação não disponível
Análise/triagem	Sem pendências para o período

##### 4.2 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:

Total de feitos verificados na inspeção anterior	197 processos físicos e 1 eletrônico
Total de feitos não regularizados	Nenhum
Total de feitos verificados na autoinspeção	Não houve autoinspeção nas secretarias
Total de feitos não regularizados	N/A

##### 4.3. Fluxo de publicação de decisões:

Total de publicações	Informação não disponível
Tempo médio	Informação não disponível
Publicações em prazo superior a 10 dias	Informação não disponível
Pendentes de publicação	Informação não disponível
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Informação não disponível

##### 4.4. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:

Há mais de 30 dias	275 processos - com decisão publicada e/ou vista - em decurso de prazo para partes (15 e/ou 30 dias úteis).
Há mais de 60 dias	63 processos - ainda em decurso de prazo de 30 dias úteis - início do prazo a partir da vista (ente público).

Há mais de 90 dias	13 processos - em procedimento de digitalização para envio ao STJ.
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	204 processos - com status de suspensos/sobrestados, porém este registro não é a última movimentação.

<b>4.5. Processos sobrestados na Secretaria de Recursos:</b>	
Total de feitos	21.009
Por IRDR	Informação não disponível
Por Recurso Especial	Informação não disponível
Por Recurso Extraordinário	Informação não disponível

## 5. PENDÊNTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

No relatório de Inspeção/2018 foram registradas as seguintes recomendações:

a) sugere-se a criação de estrutura mínima de servidores no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, para facilitar a transição entre as gestões, manter a memória da unidade e evitar a interrupção do fluxo de trabalho, que abrange, além do gerenciamento dos processos sobrestados, a elaboração de minutas.

b) constatou-se a carência de servidores ante a demanda de trabalho, recomendando-se a revisão do quadro funcional da unidade.

### 5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Medidas adotadas para cumprimento das recomendações indicadas no relatório da Inspeção/2018:

a) a Secretaria Judiciária elaborou proposta de reestruturação da unidade para atender à recomendação da Inspeção/2018. Esta iniciativa foi concretizada por meio da Resolução Pleno n. 19 de 12 de dezembro de 2018 com a criação do Núcleo Permanentes de Assessoramento - NPA.

b) O aumento no quadro de servidores não foi possível. Contudo, para minimizar esta deficiência, foram implementadas automações no sistema PJe e realizadas melhorias de procedimentos com o fim de racionalizar as atividades da SREEO.

### 5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Nenhuma pendência.

## 6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Atualmente a SREEO é composta pelo: núcleo permanente de assessoramento (NPA), núcleo cível, núcleo penal, setor de atendimento ao público, setor de baixa das decisões dos tribunais superiores e setor de digitalização/envio ao STJ (em especial para processos físicos). As atividades cartorárias estão distribuídas entre os servidores, conforme os estados que compõem a 5ª Região. O NPA (criado ao final do ano de 2018) além de gerenciar os processos sobrestadas na SREEO, auxilia às atividades de assessoria da Vice-Presidência, facilitando a transição entre as gestões. Boas práticas: automações do sistema PJe; criação da localização NPA e Digitalização - SREEO/Sistema Esparta; Ato n. 1/2019 da Vice-Presidência (acordos); acompanhamento e definições para o sistema *Business Intelligence - BI*. Dificuldades: Integração (via MNI) entre os sistemas do STJ/STF com TRF5; quadro reduzido de servidores. Sugestões: aplicação da tecnologia de Inteligência Artificial nos procedimentos da SREEO.

## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000085-87.2005.4.05.8001	11/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 4/4/2016 [AC584823/01-AL] Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a) Publicado em 6/4/2016.		
0021735-11.2001.4.05.8300	4/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 2/9/2016 - Publicado Acórdão em 2/9/2016 - expediente ACO/2016.000044. Embargo de declaração do ente público - vista dos autos - decisão/acórdão disponível na consulta pública.		
0000799-61.2007.4.05.8103	29/8/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos.		
0000712-84.2007.4.05.8401	13/9/2010	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Execução da Pena - processo de competência da Subsecretaria do Plenário		
0000033-91.2012.4.05.0000	18/3/2014	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo Originário 0030373-32.1993.4.05.8100 - remetido ao TRF5 em 26/11/2019 com as peças do processo 0000033-91.2012.4.05.0000. Autos no TRF5 em fase de digitalização para envio ao STJ.		
0001365-64.2015.4.05.9999	7/7/2015	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo continua tramitando no TRF5 e não há registro na movimentação processual de baixa/remessa para comarca de origem.		
0801069-04.2013.4.05.0000	10/6/2013	120 - Mandado De Segurança Cível
Observação/Providência: Processo enviado ao STF (RE 1012078) - aguardando julgamento da ADPF 194/DF.		
0800745-72.2017.4.05.0000	31/1/2017	120 - Mandado de Segurança Cível

Observação/Providência: Processo com baixa definitiva/arquivo na 2ª Turma.		
0803991-76.2017.4.05.0000	10/5/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo enviado ao STJ (REsp nº 1.834.129).		
0001830-34.2014.4.05.0000	9/9/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: 13/10/2014 - [AGTR137047/01-RN] Despacho do Desembargador(a) Federal Relator(a) - "...Considerando a petição de fls. 137/139 ... reconsidero o decisório terminativo de fl. 136."		
0004795-71.2010.4.05.8100	10/12/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: 19/12/2014 - [EINFAC532368-CE] Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - "... Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão que julgou prejudicado o recurso extraordinário..."		
0003965-68.2002.4.05.8300	25/2/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: 17/3/2014 - Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - "... Trata-se de agravo regimental interposto pela União (Fazenda Nacional)..."		
0007545-09.2002.4.05.8300	19/2/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: 13/3/2014 - Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Decisões/Diversas - Decisão - Trata-se de agravo regimental interposto pela União (Fazenda Nacional) ...		
0000817-15.2003.4.05.8300	8/1/2015	1208 – Agravo
Observação/Providência: 17/03/2015 - Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - "...portanto, prejudicados os agravos (fls. 111-112 e 113-115) diante da ausência de objeto a ampará-los..."		
0014319-50.2005.4.05.8300	9/1/2015	1208 – Agravo
Observação/Providência: 21/01/2015 - Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - "... Trata-se de agravo regimental interposto em face de decisão que, ao negar seguimento a recurso especial ..."		
0031504-43.2003.4.05.0000	30/7/2008	1208 – Agravo
Observação/Providência: Processo de competência da Subsecretaria do Pleno 30/10/2008 - Despacho do Desembargador(a) Federal Relator(a) - "... deixo de conhecer o pedido de fls. 560/575, por tratar-se de novo pedido de reconsideração proposto pelos réus..."		
0018566-64.2011.4.05.8300	12/5/2014	1208 – Agravo
Observação/Providência: 1º/12/2018 - Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - "... Agravo interno interposto pela Fazenda Nacional, em face de decisão que negou seguimento a Recurso Extraordinário ..." 5/11/2015 14:09 [AGIVP4518/03-PE] Despacho do Desembargador(a) Federal		
0006073-63.2003.4.05.8000	3/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 16/6/2014 - Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente		
0003581-88.2009.4.05.8000	30/10/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0000931-32.2009.4.05.8303	10/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0005835-57.2007.4.05.8500	9/1/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		

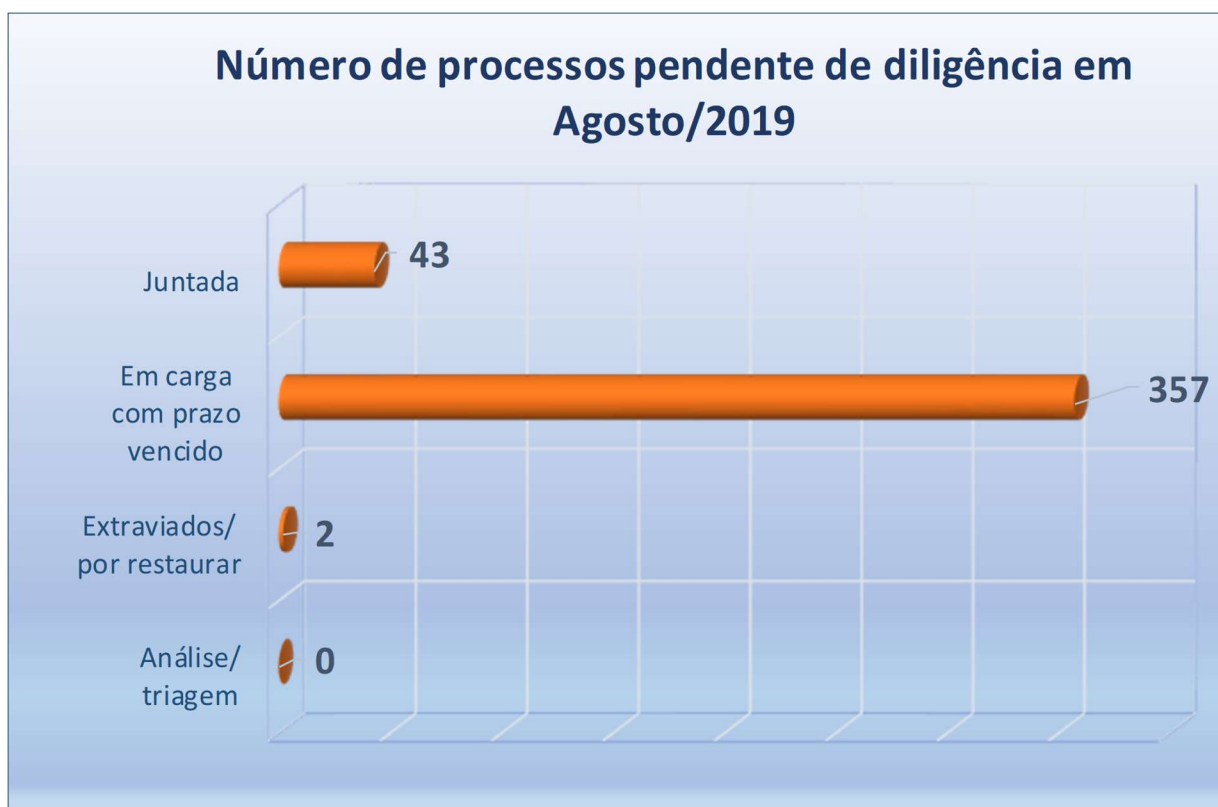
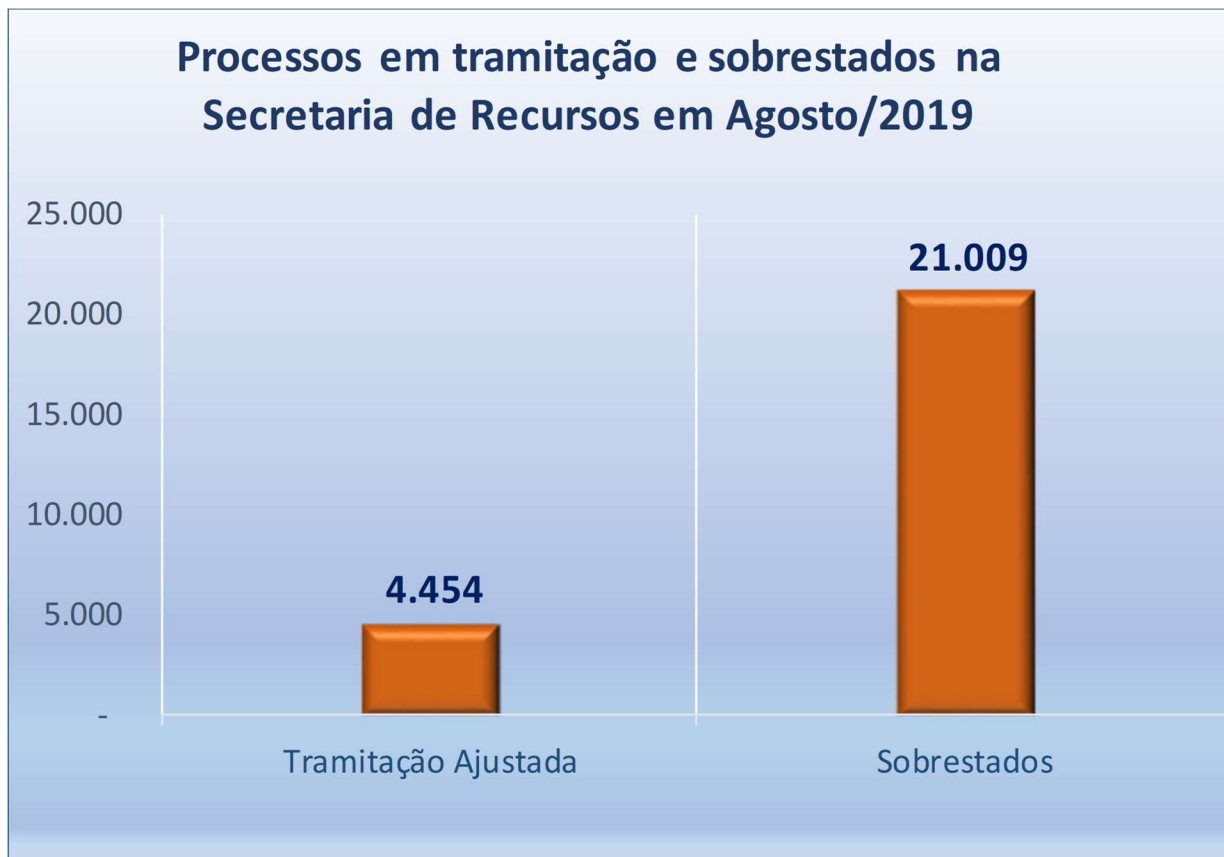
0002037-13.2010.4.05.8103	14/3/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 20/09/2019 - Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal para / por Adequação (STJ/STF)		
0014722-32.2008.4.05.8100	20/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0004006-88.2009.4.05.8300	28/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0000611-02.2011.4.05.8500	13/3/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 8/09/2019 - Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Adequação (STJ/STF)		
0001180-75.2012.4.05.8400	8/7/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0002963-93.2012.4.05.8500	13/6/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0015135-95.2006.4.05.8300	5/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0000031-29.2014.4.05.9999	30/4/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixado em definitivo para Vara Única da Comarca de Boca da Mata - Decisão proferida em 4/4/2019 na Vara de Origem		
0004605-77.2007.4.05.8500	4/2/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 18/9/2019 - Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Adequação (STJ/STF)		
0801152-33.2014.4.05.8100	7/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0007961-38.2001.4.05.8000	15/1/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos (AGREXT)		
0002157-52.2014.4.05.9999	11/9/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na SREEO - Digitalização para envio ao STJ		
0014087-09.2003.4.05.8300	17/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001233-11.2011.4.05.8200	25/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0010945-21.2008.4.05.8300	29/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		



0000437-32.2007.4.05.8500	26/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0004398-66.2011.4.05.8200	17/6/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001805-18.2003.4.05.8500	29/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0004633-04.2009.4.05.8200	17/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0003576-94.2004.4.05.8500	16/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001865-18.2003.4.05.8200	24/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0023864-02.2004.4.05.8100	19/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0000554-84.2011.4.05.8402	10/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0005928-65.2007.4.05.8000	18/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0027247-04.2003.4.05.8300	5/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0003067-11.2009.4.05.8300	5/7/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001735-14.2006.4.05.8300	14/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0012389-78.2006.4.05.8100	12/3/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0005924-28.2007.4.05.8000	3/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001896-96.2007.4.05.8200	26/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001989-19.2008.4.05.8202	30/3/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0008856-11.2011.4.05.8400	6/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0006028-14.2003.4.05.8500	11/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0000054-57.2011.4.05.8001	4/5/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0006450-21.2014.4.05.8300	1º/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0026349-54.2004.4.05.8300	15/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0016254-23.2008.4.05.8300	25/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0000034-16.2004.4.05.8000	19/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0002173-41.2009.4.05.8201	9/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0006731-63.2012.4.05.8100	16/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0002044-02.2010.4.05.8201	14/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0004909-93.2004.4.05.8302	29/8/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0001584-57.2006.4.05.8103	22/10/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		
0023222-50.2002.4.05.0000	27/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pela sistemática de Repercussão Geral/Recursos Repetitivos		

## 8. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES





## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 64 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 61 são físicos e 3 são eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não se verificaram discrepâncias entre as informações constantes da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos examinados.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) Quanto aos processos n. 0006073-63.2003.4.05.8000 e 0007961-38.2001.4.05.8000, dar regular prosseguimento ao feito, ante as decisões prolatadas pelos Tribunais Superiores, em 2014 e 2016, respectivamente;

b) Quanto aos processos sobrestados n. 0801152-33.2014.4.05.8100, 0014087-09.2003.4.05.8300, 0001233-11.2011.4.05.8200, 0010945-21.2008.4.05.8300, 0000437-32.2007.4.05.8500, 0004398-66.2011.4.05.8200, 0001805-18.2003.4.05.8500, 0003576-94.2004.4.05.8500, 0001865-18.2003.4.05.8200, 0023864-02.2004.4.05.8100, 0000554-84.2011.4.05.8402, 0005928-65.2007.4.05.8000, 0027247-04.2003.4.05.8300, 0003067-11.2009.4.05.8300, 0001735-14.2006.4.05.8300, 0012389-78.2006.4.05.8100, 0005924-28.2007.4.05.8000, 0001896-96.2007.4.05.8200, 0001989-19.2008.4.05.8202, 0008856-11.2011.4.05.8400, 0006028-14.2003.4.05.8500, 0000054-57.2011.4.05.8001, 0006450-21.2014.4.05.8300, 0026349-54.2004.4.05.8300, 0016254-23.2008.4.05.8300, 0000034-16.2004.4.05.8000, 0002173-41.2009.4.05.8201, 0006731-63.2012.4.05.8100 e 0002044-02.2010.4.05.8201, dar

prioridade ao andamento processual ante o julgamento definitivo do RE n. 870.947, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal, em 3/10/2019 (tema 810).

## 10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da SREEO Sandra Régia C. Valença Bouwman e pela Diretora da Secretaria Judiciária Telma Motta.

É elogiável o método de organização da Subsecretaria e o comprometimento dos servidores com o trabalho. A equipe conta com 27 servidores e 9 estagiários. A Subsecretaria é dividida em seis setores, contando com 4 servidores atuando no Núcleo Permanente de Assessoramento - NPA, 13 no Núcleo Cível, 2 no Núcleo Penal, 3 no Setor de Atendimento ao Público, 3 no Setor de Baixa das decisões dos Tribunais Superiores e 1 no Setor de Digitalização. As atividades cartorárias estão distribuídas entre os servidores, conforme as Subseções Judiciárias que compõem a 5ª Região.

A Subsecretaria realiza, de imediato, triagem inicial dos processos recebidos. São fixadas metas individuais de produtividade e de resultados. A divisão de atividades é coerente e eficiente. Não há servidor no sistema de teletrabalho e a carga horária diária é de 7 horas.

Há 25.207 processos localizados na SREEO, sendo 19.006 processos sobrestados e 6.201 em trâmite. Dentre o total de feitos, 15.445 são eletrônicos e 9.762 físicos.

O controle de produtividade é realizado semanalmente através do sistema de *BI – Business Intelligence* com relatórios e gráficos estatísticos. Há controle específico dos feitos com o decurso de prazo e dos processos com distribuição mais antiga. E há efetivo controle quantitativo dos feitos por temas dos processos sobrestados.

Em 2018, foi criado o Núcleo Permanente de Assessoramento – NPA para melhorar o intercâmbio entre as informações constantes na SREEO e a Assessoria do Gabinete da Vice-Presidência, de modo a facilitar a transição entre as gestões. O NPA também gerencia os processos sobrestados que se encontram na SREEO.

Foram implementadas melhorias através de automações do sistema PJe, como: (i) ampliação das tarefas em lote; (ii) intimações automáticas após a assinatura do ato; (iii) intimações automáticas após a oposição de embargos de declaração e a interposição de agravo interno ou agravo do art. 1.042 do CPC; (iv) triagem do processo por tipo de recurso interposto (embargos de declaração, agravo interno agravo do art. 1.042 do CPC); e (v) envio automático do agravo interno para o Gabinete da Vice-Presidência. A automação do fluxo cartorário aumentou a celeridade processual e a assertividade dos atos.

Verifica-se a constante revisão e aprimoramento dos procedimentos cartorários como (i) a inclusão de modelos no PJe e revisão daqueles existentes no sistema

Esparta; (ii) a uniformização de critérios para encaminhamento de processos ao juízo de retratação; (iii) a criação de novas localizações internas da Subsecretaria no sistema Esparta (SREEO – NPA e SREEO – Digitalização); (iv) o gerenciamento semanal de juntada de petições e de devolução dos processos com vista; (v) a revisão constante dos processos físicos sobrestados através de consultas aos Tribunais Superiores e atualização da localização física em cartório; (vi) o acompanhamento semanal da situação dos processos eletrônicos; e (vii) as realização de reuniões mensais para avaliar as atividades com a equipe.

O atual sistema de *BI* está sendo aprimorado para que sejam implementados novos critérios de organização do painel para a Subsecretaria, de modo a melhorar a identificação dos processos sobrestados e o momento em que se deverá levantar o sobrestamento.

Há grande quantidade de processos sobrestados e eles derivam, fundamentalmente, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (i) Tema 6 do STF (*Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo*); e (ii) Tema 985 do STF (*Natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal*).

Diante de mais de 12.000 processos sobrestados pelo Tema 810, a SREEO tem promovido reuniões com as Procuradorias e com o Gabinete de Conciliação para que os feitos sejam triados para possível pedido de desistência por parte da Fazenda ou de acordo.

Em 19/10/2019, o TRF5 iniciou mutirão em finais de semana para dar andamento a tais processos e a ação será repetida nos dias 26/10, 9/11, 23/11, 30/11, 7/12 e 14/12. A equipe tem envidado esforços para dar vazão a mais de 2.000 processos com decisões já assinadas, aguardando publicação.

Juntamente com a Secretaria Judiciária, a SREEO tem desenvolvido projetos para aplicação de Inteligência Artificial para que (i) seja feita a análise do teor dos recursos para triagem dos processos e possíveis decisões de admissibilidade em bloco; e (ii) sejam cruzadas informações constantes em acórdãos do TRF5, recursos e decisões dos Tribunais Superiores a fim de identificar a similaridade para que os feitos sejam encaminhados ao juízo de retratação.

Como sugestão, a unidade propõe o aperfeiçoamento da comunicação entre os sistemas utilizados pelo TRF5 e os utilizados pelos Tribunais Superiores. Em 2018, o sistema MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade) foi implementado no TRF5 para enviar os feitos ao Superior Tribunal de Justiça (Ofício n. 45/2018). A equipe o avalia como muito eficiente e, assim, sugere que o sistema MNI também seja adotado pelo STJ para que o TRF5 possa receber automaticamente as decisões da Corte Superior. Apesar da inovadora medida, deve ser ajustado o citado sistema para que seja possível encaminhar o processo pela segunda vez ao STJ. Do mesmo modo, os servidores

sugerem que o Supremo Tribunal Federal também adote o sistema MNI, já que hoje são utilizados três sistemas para que seja enviado um processo à Suprema Corte.

O atendimento às partes e aos advogados é feito de imediato, não havendo necessidade de agendamento.

No que tange à recomendação da Inspeção CJF/2018, ela foi cumprida e não há pendência.

## 11. RECOMENDAÇÕES

- a) Cumprir as recomendações constantes no item 9;
- b) Consoante se extrai do item 4.1 e diante de 357 processos com carga e prazo vencido, recomenda-se que a adoção das providências pertinentes para sanar o ponto, como: (i) oficialiar a Fazenda Nacional; ou (ii) determinar a busca e apreensão dos autos físicos;
- c) Consoante se extrai do item 4.4, existem 217 processos sem movimentação da Subsecretaria há mais 90 dias, de modo que deve regularizada a situação processual, verificando-se se é o caso de sobrestamento ou de dar regular prosseguimento ao feito;
- d) Em relação aos dados atualmente indisponíveis (exemplo: itens 4.3 e 4.5), recomenda-se a criação de grupo de trabalho pela unidade de estatística responsável pelas atualizações da ferramenta de *Business Intelligence* - BI em conjunto com a Subsecretaria de Recursos, a fim de ajustá-los e fornecê-los;
- e) Diante do grande volume de feitos, manter o método de trabalho e boas práticas, especialmente as voltadas para o uso de recursos informáticos que reduzam o tempo de trâmite do acervo.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE JURISPRUDÊNCIA

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

#### 2.1. Denominação da unidade:

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Jurisprudência.

#### 2.2. Competência:

Informar ao NUGEP do CNJ e manter na página eletrônica do Tribunal dados atualizados de seus integrantes, tais como nome, telefone e e-mail, com a principal finalidade de permitir a integração entre os tribunais do país, bem como enviar esses dados, observadas as competências constitucionais, ao STF, ao STJ e ao TST, sempre que houver alteração em sua composição; uniformizar, nos termos da Resolução 235/2016 do CNJ, o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência; acompanhar a tramitação dos recursos selecionados pelo Tribunal como representativos da controvérsia encaminhados ao STF e ao STJ; manter, disponibilizar e alimentar o banco de dados previsto no art. 5º da Resolução 235, com informações atualizadas sobre os processos sobrestados na 5ª Região; informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos dos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8º; 1.039; 1.040 e 1.041 do CPC; e selecionar e cadastrar os acórdãos do TRF5 e zelar pelo bom funcionamento da pesquisa de jurisprudência disponível na internet; tudo conforme Resolução n. 235/16 do CNJ.

### 3. RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Roberto Amancio dos Santos, Analista Judiciário, Diretor de Núcleo.

#### 3.2. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	Roberto Amancio dos Santos, Alena Pessoa Cantarelli, Bruno Fernando Santos Lemos, Catherine Marie Louise Tuboly Péricard, Newton de Castro Galiza
---------------------	---



	Filho e Simone Carvalho de Albuquerque Barros.
Estagiários de nível superior	Hugo Ponce de Moura, Marcelo Henrique Uchôa Brito e Tainá Pereira da Silva

#### 4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

##### 4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não. Ainda não existia efetivamente o núcleo.

##### 4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

N/A

##### 4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

N/A

#### 5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

##### 5.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Núcleo implementado pela Resolução Pleno n. 19 de 12 de dezembro de 2018, portanto, ainda se estruturando, porém, com resultados significativos no cumprimento dos comandos da Resolução 235/2016 CNJ, com implantação de recursos tecnológicos que facilitam os trabalhos desenvolvidos. Em relação à jurisprudência, os trabalhos estão atualizados e o resultado disponível na página do Tribunal.

#### 5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor do Núcleo Roberto Amancio, pela Diretora da SREEO Sandra Régia Bouwman e pela Diretora da Secretaria Judiciária Telma Motta.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) foi previsto pela Resolução Pleno n. 15/16, em cumprimento ao disposto na Resolução n. 235/16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De início, o Núcleo se encontrava vinculado à Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários, e se caracterizava como um perfil no PJe e no Esparta para o qual o processo era encaminhado, após proferida decisão de

sobrestamento, até que fosse julgado o respectivo paradigma pelo Tribunal Superior competente.

Em 2018, foi editada a Resolução Pleno n. 19 que, ao transformar e renomear funções comissionadas no âmbito da Secretaria Judiciária e alterar a estrutura organizacional do Tribunal, modificou a Resolução Pleno n. 15 para acrescentar, ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, o Núcleo de Jurisprudência. Assim, foi implementado, em dezembro de 2018, o atual Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Jurisprudência, vinculado à Secretaria Judiciária.

Além do Diretor, integram a unidade mais 5 servidores (item 3.2).

O NUGEP é responsável pela divulgação ao Tribunal e às Seções Judiciárias sobre a atualização de jurisprudência e o julgamento de recursos repetitivos e de repercussão geral, de incidentes de assunção de competência e de incidentes de resolução de demandas repetitivas. Essa divulgação dá-se por meio de e-mail funcional, informativos e Boletins dos Tribunais Superiores e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Quanto à atualização da jurisprudência, o Núcleo recebe, pelo sistema do Tribunal, todas as decisões colegiadas assim que proferidas e, depois de analisá-las e compará-las com o banco de dados, inclui aquelas que contenham novidades jurídicas.

O cadastro dos julgados é feito de maneira a uniformizar a citação das legislações, facilitando a busca dos interessados.

Quanto aos recursos repetitivos e de repercussão geral, assim que julgados pelos Tribunais Superiores, o Núcleo alimenta o sistema do Tribunal, a fim de que os processos sobrestados referentes ao paradigma julgado sejam movimentados para a “tarefa análise” e os respectivos órgãos julgadores possam verificar as providências cabíveis.

Não há recomendações ou pendências da Inspeção CJF/2018, pois esta é a primeira inspeção realizada junto à unidade.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

Tendo em vista a recente implementação do Núcleo em dezembro de 2018, não há recomendações corretivas.

De modo geral, recomenda-se a permanente interação entre o núcleo e os gabinetes, além das Seções Judiciárias, para saber se as suas informações estão chegando com a velocidade e a clareza necessária aos que diretamente aplicam os seus dados.

## SUBSECRETARIA DO PLENÁRIO

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Subsecretaria do Plenário.

**2.2. Competência:**

Dar apoio ao Pleno e a Vice-Presidência, organizando pautas e secretariando as sessões; cumprir as decisões prolatadas nos processos de competência da Vice-presidência (AGIVPs, execuções de rescisórias com expedição de precatórios e RPVs) e do Pleno (suspensões de liminar, ações penais, revisões criminais, ações rescisórias, mandado de segurança, conflitos de competência, execuções, incidentes e recursos interpostos nas execuções de processos originários, agravos regimentais, incidente de assunção de competência e o incidente de resolução de demandas repetitivas).

### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, desde abril/2019.

**3.2. Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):**

Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt, pelo período de abril/2017 a março/2019.

**3.3. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Lisiane Rodrigues Cavalcanti, Diretora de Subsecretaria.

**3.4. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):**

Servidores efetivos	10
---------------------	----

Estagiários de nível médio	1
----------------------------	---

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1. Pendentes de diligências em 31/8/2019:</b>	
Publicação de acórdão/decisão	8
Juntada	4
Conclusão	Não há
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	Não há
Extraviados/por restaurar	Não há
Em carga com prazo vencido	2 (APE 338-AL e RPPL 91-CE, ambos com Vista ao Ministério Público)

<b>4.2. Processos sobrestados ou suspensos na Unidade:</b>	
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	8

<b>4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	22
Total de feitos não regularizados	0

<b>4.4. Fluxo de publicação de acórdãos:</b>	
Total de publicações nos últimos 12 meses	576
Média de dias do julgamento à publicação	Até 10 dias
Pendentes de publicação	8
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	MSPL 0809710-05.2018.4.05.0000 (2 meses)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	377

<b>4.5. Fluxo de publicação de decisões:</b>	
Tempo médio	Até 10 dias
Total de publicações	3.347
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não Informado
Pendentes de publicação	Não Informado

<b>4.6. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:</b>	
Há mais de 60 dias	58
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	32 (0807137-62.2016.4.05.0000, 18/4/2018; 0013482-19.2012.4.05.0000, 8/6/2018; 0802622-47.2017.4.05.0000, 27/6/2018; 0002298-61.2015.4.05.0000, 6/9/2018; 0000952-41.2016.4.05.0000, 26/9/2018; 0000953-26.2016.4.05.0000, 26/9/2018; 0000931-75.2015.4.05.9999, 8/11/2018; 0000428-73.2018.4.05.0000, 30/11/2018; 0803719-19.2016.4.05.0000, 5/12/2018; 0800958-44.2018.4.05.0000, 6/12/2018.)
Há mais de 90 dias	43
Há mais de 30 dias	165

<b>4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)</b>
As ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento foram todas justificadas.

<b>4.8. Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses:</b>
48 sessões.

## **5. PENDÊNTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

<b>5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?</b>
As recomendações em relação aos processos inspecionados foram: a) devolução de processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias (6 processos apontados) e b) regularizar a juntada de documentos/ofícios/mandados (3 processos apontados). E, quanto à rotina de trabalho, preservar o engajamento dos servidores na rotina diária, mantendo a equipe coesa e comprometida.

<b>5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)</b>
Todas as recomendações foram atendidas.

<b>5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)</b>
--

Não há pendências.

## 6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A Subsecretaria do Plenário tem a seguinte estrutura: uma supervisão para organização das Sessões Plenárias, ligada à direção da Subsecretaria; um Núcleo de Processamento de Feitos Cíveis que tem uma supervisão de processamento dos feitos de competência da Vice-presidência e dois servidores; um Núcleo de Processamento de Feitos Penais com três servidores. Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados de acordo com o núcleo de atuação: penal e cível e por relator. Quanto aos eletrônicos, são organizados de forma semelhante, em caixas divididas por relator, sendo cada servidor responsável de acordo com as matérias e/ou relator.

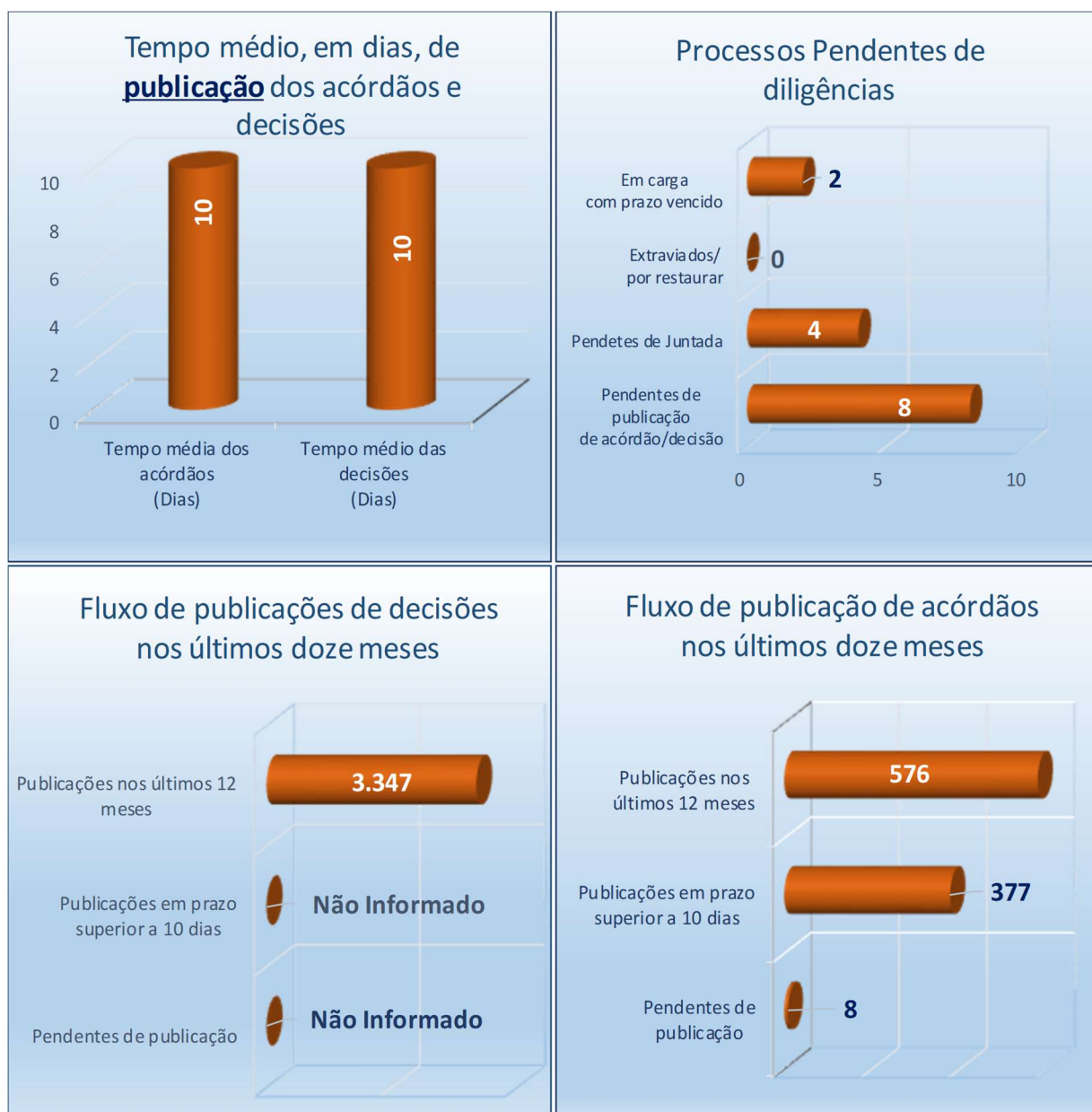
## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000002-27.2019.4.05.0000	11/1/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Em 23/9/2019, os autos foram recebidos do MPF, com despacho em 26/9/2019 determinando a redistribuição. Autos encontram-se na Distribuição.		
0024601-02.1997.4.05.0000	29/7/1997	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Atualização de dados em 25/9/2019 - autos arquivados em 20/1/2002, apensos a AR 1368-PB (Caixa 714).		
0028423-81.2006.4.05.0000	14/6/2006	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Autos sobrestados em 8/11/2010, no setor de Guarda de Processos Sobrestados da Subsecretaria de Recursos (comunicado a Subsecretaria de Recursos, em 25/9/2019).		
0006379-64.1989.4.05.0000	22/10/1991	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva para a Seção Judiciária de Pernambuco, em 26/3/2004.		
0012800-40.2007.4.05.0000	27/2/2007	11556 - Suspensão de Segurança
Observação/Providência: Autos arquivados em 13/11/2008, pela assessoria da Presidência. Fase lançada equivocadamente. Aguardando atualização de dados.		
0002298-61.2015.4.05.0000	21/8/2018	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Atualização de dados em 25/9/2019, processo apenso ao INQ 3329-PB (com vista ao MPF em 27/9/2019).		
0000952-41.2016.4.05.0000	9/9/2016	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: Atualização de dados em 25/9/2019, processo apenso ao INQ 3329-PB (com vista ao MPF em 27/9/2019).		
0000953-26.2016.4.05.0000	9/9/2016	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Atualização de dados em 25/9/2019, processo apenso ao INQ 3329-PB (com vista ao MPF em 27/9/2019).		

0001460-84.2016.4.05.0000	18/8/2016	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Autos conclusos em 24/9/2019.		
0004595-75.2014.4.05.0000	20/10/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de Carta Precatória, solicitação de informações à Comarca de Delmiro Gouveia-AL, em 25/9/2019.		
0000613-82.2016.4.05.0000	31/3/2016	1733 - Procedimento Investigatório Criminal
Observação/Providência: Em 25/9/2019 sobrestado, aguardando parcelamento.		
0001621-58.2013.4.05.8000	27/2/2018	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Autos solicitados ao MPF.		
0008147-48.2014.4.05.0000	16/10/2014	1208 - Agravo
Observação/Providência: Autos recebidos na Secretaria em 26/8/2019 com decisão para arquivar, publicada em 28/8/2019.		
0044471-18.2006.4.05.0000	16/8/2006	1712 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Dados atualizados, pela Divisão da 2ª Turma, em 27/9/2019 - processo com baixa definitiva em 6/9/2012 (apenso a AC 373889-PE).		
0000428-73.2018.4.05.0000	30/10/2018	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Autos com despacho em 24/9/2019 determinando vista ao MPF, devolvidos em 27/9/2019 e conclusos em 30/9/2019.		
0000472-92.2018.4.05.0000	19/12/2018	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Atualização de dados de baixa definitiva com tramitação direta em 24/9/2019, (tramitação direta em 19/12/2018).		
0018350-21.2002.4.05.8300/01	7/4/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Autos remetidos à Seção Judiciária de Pernambuco em 19/4/2013.		
0005003-04.1993.4.05.0000	2/3/1993	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Atualização de dados de baixa definitiva em 25/9/2019 (autos remetidos em 30/6/1993).		
0006589-81.1990.4.05.0000	23/10/1990	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Atualização de dados de baixa definitiva em 26/9/2019 (autos remetidos em 8/4/1994).		
0058779-69.2000.4.05.0000	12/12/2000	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Aguardando arquivamento em 20/8/2019.		
0008095-48.2009.4.05.8400	10/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos sobrestados até 5/2/2020.		
0000008-34.2019.4.05.0000	15/1/2019	258 - Carta de Ordem Cível
Observação/Providência: Carta de Ordem cumprida e devolvida ao STJ em 13/2/2019, atualmente, aguardando arquivamento.		
0000021-33.2019.4.05.0000	4/2/2019	258 - Carta de Ordem Cível
Observação/Providência: Carta de Ordem devolvida em 11/6/2019, atualmente, aguardando arquivamento.		
0100804-19.2008.4.05.0000	14/11/2008	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo arquivado em 27/8/2019, caixa 3458.		

0036411-76.1994.4.05.0000	25/10/1994	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Autos conclusos em 12/9/2019.		
0000517-62.2008.4.05.8305	12/11/2014	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: Decisão em 23/9/2019 decretando a extinção da punibilidade, publicada em 30/9/2019.		
0008032-40.2001.4.05.8000	25/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos conclusos ao Relator por sucessão em 27/8/2019.		

## 8. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES





## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Foram selecionados 27 processos físicos, sendo todos inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não há recomendação a ser dada em relação aos processos inspecionados.

A Subsecretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido 48 sessões entre setembro/2018 a agosto/2019. Não houve cancelamento de sessões no período.

## 10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria do Plenário, Lisiane Rodrigues Cavalcanti, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas.

A unidade é organizada com a seguinte estrutura: Núcleo Penal com quatro servidores e Núcleo Cível também com quatro servidores, além de uma servidora para assuntos de pauta e sessões de julgamentos.

Na fase de triagem inicial, os processos chegam à Secretaria e são adotadas as providências, conforme são os autos recebidos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes abertas, identificadas por relator e organizados de acordo com o núcleo de atuação: penal e cível.

Os processos são separados por fase processual e feitas as devidas informações.

No caso dos processos físicos, no sistema Esparta, se houver necessidade de localização interna, são lançadas informações não disponíveis ao público externo.

Nos processos eletrônicos, para cada tarefa, são divididos em pastas por relator com designação do servidor responsável.

Os processos são atribuídos aos servidores conforme os núcleos: Penal e Cível. Os servidores atuam nos processos de acordo com as matérias e/ou relator.

Não há metas individuais e periódicas de produtividade na unidade. Em média, uma vez por mês, é consultado o Sistema *BI* (Portal de *Business Intelligence*) para verificar possíveis atrasos.

Não há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou de Meta do CNJ, porque todos os processos são tratados como prioritários.

Quanto à vista em cartório, é disponibilizada ao público em geral, sendo observadas as regras de sigilo de justiça/sigilo.

Nos processos físicos, são feitas guias de remessa externa com registro no sistema processual Esparta, com saída e devolução dos autos. O controle é feito pelo Módulo de Relatório, onde são listados todos os processos com vista. Regularmente, são verificados os feitos com excesso de prazo.

Nos processos eletrônicos, feitas as intimações, os processos são remetidos para a tarefa “controlar prazo”.

O controle de petições pendentes de juntada é feito pelo Módulo Relatório do sistema processual Esparta, específico para o caso, a cada 10 dias.

A cada três meses, solicitam informações sobre as Cartas não cumpridas.

A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios, conforme o art. 162, § 4º, do CPC.

## **11. RECOMENDAÇÕES**

- Não foram feitas recomendações específicas.

## **DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 1ª TURMA**

### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Divisão da Primeira Turma

**2.2. Competência:**

Processamento e cumprimento de decisões e acórdãos dos Desembargadores Federais Alexandre Luna Freire, Roberto Machado e Élio Siqueira Filho, em processos no âmbito de competência do colegiado da 1ª Turma.

### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Alexandre Luna Freire.

**3.2. Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):**

Desembargador Federal Francisco Roberto Machado (de 13/5 a 11/6/2019 e de 20/8 a 17/9/2019).

**3.3. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Andréa Carvalho de Mello Rêgo - Diretora de Divisão.

**3.4. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):**

Servidores efetivos	11
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	0

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

##### 4.1. Pendentes de diligências em 31/8/2019:

Extraviados/por restaurar	0
Juntada	27
Em carga com prazo vencido	4
Publicação de acórdão/decisão	2
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	Não se aplica
Conclusão	0

##### 4.2. Processos sobrestados ou suspensos na Unidade:

Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	78
Total	83

##### 4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:

Total de feitos verificados na autoinspeção	48
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	46
Total de feitos não regularizados	0

##### 4.4. Fluxo de publicação de acórdãos:

Total de publicações nos últimos 12 meses	1.985
Pendentes de publicação	11
Média de dias do julgamento à publicação	Menos de 10 dias.
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Processo 0012599-95.2007.4.05.8100, desde 30/5/2019.
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	2

##### 4.5. Fluxo de publicação de decisões:

Total de publicações	1.510
Tempo médio	Entre 5 a 8 dias.

Publicações em prazo superior a 10 dias	Sem elementos estatísticos para informar, porém diante das atuais rotinas adotadas nesta Divisão não constam atrasos.
Pendentes de publicação	Sem elementos estatísticos para informar, porém diante das atuais rotinas adotadas nesta Divisão não constam atrasos.
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Sem elementos estatísticos para informar.

<b>4.6. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:</b>	
Há mais de 30 dias	537
Há mais de 60 dias	16
Há mais de 90 dias	12
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	1) 0804948-77.2017.4.05.0000, desde 6/12/2018; 2) 0817256-14.2018.4.05.0000, desde 24/1/2019; 3) 0804809-91.2018.4.05.0000, desde 12/3/2019; 4) 0000055-24.2016.4.05.8500, desde 4/4/2019; 5) 0000215-32.2014.4.05.8108, desde 4/4/2019.

<b>4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)</b>
Desembargados Federal Élio Wanderley Siqueira Filho, ausente nas sessões de 13/9/2018 e de 13/6/2019.

<b>4.8. Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses:</b>
46 sessões ordinárias, 1 extraordinária e 15 sessões estendidas.

## 5. PENDENTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

<b>5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?</b>
Sim. "Observar as recomendações específicas indicadas quanto a processos listados e, no plano da administração geral da unidade, priorizar a cobrança da devolução de feitos com carga há mais de 60 dias, a juntada de petições com pendência superior a 30 dias e a movimentação de feitos paralisados há mais de 60 dias, quando não justificada a situação."

**5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

A cobrança dos feitos com carga tem sido feita mais amiúde e uma evidência é a de que dentre os processos relacionados para serem inspecionados apenas 2 estavam com vista prolongada. E, mesmo assim, ambos já haviam sido cobrados ao MPF, o qual, inclusive, reportou-se ao Presidente da Turma para se justificar. Outrossim, as petições estão sendo juntadas em tempo bem menor, tanto que só haviam 27 pendentes de juntada e a mais antiga remontava a 22/5/2019 (também já acostada aos autos respectivos). No tocante à movimentação de feitos paralisados há mais de 60 dias, esta Divisão tem buscado aprimorar-se não obstante o quadro de servidores tenha sido reduzido e contarmos com a realização das sessões estendidas pré-agendadas, as quais mobilizam recursos e esforços despendidos em adição às sessões ordinárias.

**5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)**

Não restaram pendências.

**6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**

**6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

Inicialmente destacaria que esta Divisão foi reestruturada em dez/2018, passando a contar com 2 Núcleos - um de Organização de Sessões e Elaboração de Atas/Pautas e o outro de Processamento de Feitos - daí decorrendo a transformação de funções comissionadas. Contam com 2 funções FC6, 5 FC5 e 4 FC4 (uma está em aberto) e 1 CJ1, o que resulta em um quadro menor em relação a 2018 (de 13 para 12 servidores). Outrossim, procura-se atualizar constantemente a dinâmica de trabalho, acompanhando as evoluções trazidas com o PJe. Nesse sentido, realizam periodicamente reuniões onde debatem e repassam novas orientações e divisões de trabalho, além de discutirem as soluções para os problemas surgidos. Por fim, ponderam sobre a sistemática adotada pelo colegiado das 1ª e 3ª Turmas de estipularem sessões estendidas específicas em data diversa das ordinárias: tende a resultar em uma mobilização de recursos/procedimentos que repele a economicidade processual.

## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0002101-20.1989.4.05.0000	11/7/1989	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 5/4/1990 e acórdão publicado no D.J.União em 18/5/1990. Após subir ao STJ em 6/12/1990, o feito foi baixado em definitivo em 1º/7/1997.		
0008667-77.1992.4.05.0000	30/6/1992	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 17/2/1994 e o acórdão publicado no D.J.União em 12/7/1994. Em 23/8/1994 foi baixado com trânsito em julgado à vara de origem.		
0008957-61.2000.4.05.8100	26/6/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido do gabinete do relator em 15/8/2019 para publicar o acórdão, tendo este sido publicado em 27/8/2019.		
0002047-43.2015.4.05.0000	25/06/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão publicado em 27/8/2019.		
0002624-82.2012.4.05.8000	8/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 27/8/2019, após recebimento dos autos do gabinete do relator em 20/8/2019.		
0807320-33.2016.4.05.0000	7/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0816683-73.2018.4.05.0000	28/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão que negou seguimento ao Agravo de Instrumento por perda de objeto prolatada em 29/6/2019. Após a intimação das partes, o processo foi baixado e arquivado em 2/9/2019.		
0001625-81.2016.4.05.8100	6/4/2017	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Trata-se de Apelação Criminal que foi digitalizada em 2017 e cuja baixa com trânsito em julgado (já em PJE) foi realizada em 14/5/2019.		
0002437-18.2017.4.05.9999	7/12/2017	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Novo Ofício expedido com vistas a reiterar o anterior Ofício, expedido em 6/2/2019, solicitando informações sobre o trâmite do feito baixado em diligência.		
0001441-15.2015.4.05.0000	27/4/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo julgado em 2/7/2015 e RPV expedido em 19/2/2019, após despacho prolatado em 9/1/2019. Devolver ao arquivo.		
0814015-16.2017.4.05.8100	25/7/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Após a apresentação das contrarrazões do recorrido e do Parecer do MPF, os autos foram conclusos ao relator em 10/9/2019, em cujo gabinete se encontram pendentes de inclusão em pauta.		
0006137-47.2011.4.05.8500	1º/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo devolvido pelo MPF após cobrança dos autos por meio dos Ofícios n. 2019.11, de 18/1/2019, e n. 2019.136, de 2/7/2019. O feito seguiu concluso ao relator em 11/9/2019.		
0000889-16.2009.4.05.8001	13/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Já houve a solicitação da devolução do processo (Ofício n. 2019.136 recebido no MPF em 8/7/2019). Estamos reiterando referido Ofício.		
0002473-11.2006.4.05.8200	16/4/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Ofício nº 2019.136 recebido no MPF em 8/7/2019 pelo qual é solicitada a devolução dos autos. Resposta do MPF mediante Ofício PRR5/ECS/29/2019 ao Presidente da 1ª Turma. Novo Ofício expedido ao MPF com vistas a reiterar tal solicitação.		
0802746-98.2015.4.05.0000	8/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR nº 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0802664-67.2015.4.05.0000	5/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR nº 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0802726-10.2015.4.05.0000	8/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR nº 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0009577-35.2014.4.05.0000	2/2/2015	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo teve julgamento em 24/8/2018 em que a Turma exerceu juízo de retratação à luz do RE 870947/SE (Repercussão Geral) e, após, negou provimento a embargos de declaração em 4/7/2019. Em 23/9/2019 foram juntados Recursos Especial e Extraordinário (da União) aos autos.		
0007196-31.1989.4.05.0000	14/6/1989	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 3/8/1989 e o acórdão foi publicado em 30/8/1989, tendo os autos sido baixados em 4/10/1989.		
0002314-55.1991.4.05.0000	6/6/1991	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 16/8/1991 e acórdão publicado em no D.J.União em 16/9/1991. Em 25/5/1992 foi remetido com RESP ao STJ. Em 07/02/2003 houve baixa definitiva dos autos à vara de origem.		
0017415-91.2005.4.05.8100	29/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 7/3/2013, acórdão publicado em 18/3/2013 e baixado com trânsito em julgado em 23/5/2013.		
0012856-73.2005.4.05.8300	21/6/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo em epígrafe teve seu mérito julgado pela 1ª Turma em 20/10/2011 e, após, os embargos declaratórios em 15/12/2011. Em 12/3/12 os autos foram à SREEO para admissibilidade do RESP, onde seguiu seu trâmite. Consta no ESPARTA que desde 15/12/2014 baixou em definitivo.		
0802251-04.2015.4.05.8100	15/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito baixado em diligência com vistas à realização de perícia judicial. Conforme lembretes registrados no processo (PJE), foram solicitadas informações sobre seu trâmite e esta Divisão segue monitorando o andamento do processo no 1º grau.		
0800971-48.2015.4.05.0000	11/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0806315-73.2016.4.05.0000	31/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0001716-66.2017.4.05.9999	5/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado à Comarca de Origem. Já foram feitos contatos telefônicos anteriormente para solicitar informações sobre o trâmite do feito. Perícia médica ainda não realizada no 1º grau. Novo Ofício expedido solicitando mais recentes informações.		
0800146-86.2013.4.05.8500	12/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0804207-08.2015.4.05.0000	10/8/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		



0810887-38.2017.4.05.0000	9/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0800595-53.2013.4.05.8400	30/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0000040-44.2009.4.05.8001	16/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados ao 1º grau para cumprimento de diligências. Oficiamos solicitando informações.		
0002547-30.2013.4.05.8100	18/7/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0002548-15.2013.4.05.8100	1º/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0002552-52.2013.4.05.8100	1º/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por força do IRDR n. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0000016-07.2014.4.05.8400	6/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado aguardando decisão em IRDR.		
0000021-17.2014.4.05.8307	17/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Feito baixado ao 1º grau em 30/8/2018 com retorno ao TRF 5ª em 28/10/2018 digitalizado. Encontra-se concluso no gabinete do relator desde 30/1/2019.		
0803168-39.2016.4.05.0000	16/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com certidão de trânsito em julgado lançada em 28/08/2019. Baixado ao arquivo na mesma data.		
0001301-42.2012.4.05.8000	11/9/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Autos baixados em diligência ao 1º grau em 26/2/2019. Solicitamos informações sobre seu trâmite.		
0000215-32.2014.4.05.8108	14/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando o envio de mídias digitais solicitadas pelo relator. Reiteramos tal solicitação.		
0000055-24.2016.4.05.8500	16/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O MPF ofereceu contrarrazões em 25/9/2019 e foi certificada sua tempestividade.		
0003391-10.2009.4.05.8200	17/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Reiterada a solicitação à vara de origem para a correção do acesso ao endereço eletrônico pelo MPF.		
0000673-60.2011.4.05.8300	29/9/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo suspenso na Turma para acompanhar o pagamento do parcelamento de débito.		
0007943-08.2001.4.05.8100	4/6/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos foram remetidos à Distribuição para retificação de autuação em 18/9/2019 e, após, conclusos ao relator. Este despachou em 26/9/2019 e, em cumprimento ao por ele determinado, foi feita carga dos autos com vista ao MPF para Parecer.		
0004407-56.2005.4.05.8000	17/11/2009	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo em trâmite na Turma para acompanhar o pagamento do parcelamento de débito. Os autos seguiram conclusos ao relator com petição pendente de apreciação em 20/9/2019.		
0013946-90.2012.4.05.8100	23/7/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo suspenso na Turma para acompanhar o pagamento do parcelamento de débito. Trâmite regular.		
0013641-98.2008.4.05.0000	27/9/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo suspenso na Turma para acompanhar o pagamento do parcelamento de débito. Trâmite regular.		
0001415-46.2015.4.05.8300	12/4/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho prolatado em 27/9/2019 e já cumprido (para intimar o MPF).		
0006808-57.2007.4.05.8000	10/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo está em regular tramitação: em 26/8/2019 foi publicado despacho; em 10/9/2019 foi juntada petição e em 19/9/2019 foi expedida Carta de Ordem à SJ-AL.		

## 8. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES



## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 29 físicos e 19 eletrônicos.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) regularizar a informação da tramitação no sistema de movimentação processual: 0802251-04.2015.4.05.8100.

A Subsecretaria administra a realização de 5 sessões por mês, tendo havido, entre setembro/2018 a agosto/2019, 46 ordinárias e 01 extraordinária, além de 15

sessões estendidas. Houve cancelamento de 01 sessão em 07/03/2019, a quinta-feira após o carnaval, tendo em vista que, segundo informado, os gabinetes não logariam concluir os votos após o feriado.

## 10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Divisão de Processamento das Causas da 1ª Turma, Andrea Carvalho de Mello Rego.

A Turma é dividida em 3 equipes de trabalho (por gabinete de relator); a preparação da pauta e informação das sessões de julgamento são feitas por uma servidora (com apoio de uma outra para os processos físicos). Há, ainda, uma servidora específica para receber, registrar o controle e distribuir as petições. Por fim, conta com um servidor deficiente visual (cegueira binocular) que trabalha exclusivamente com processos eletrônicos.

A triagem é feita em Decisões/Despachos e em Acórdãos, pois as atribuições dos servidores de cada equipe recebem ênfase em uma das duas situações.

Os autos ficam acomodados em estantes, agrupados em sua maioria em lotes numerados e separados por fases processuais e/ou relator. E tais dados são informados no sistema de acompanhamento processual (Esparta).

Os processos são separados por fases processuais e/ou relator e lançados no sistema Esparta, no Módulo Movimentação, com o qual trabalham as Turmas. Internamente, sempre que necessário, é lançada uma fase interna - não disponível ao público externo - informando a movimentação processual. Já no PJE, os processos estão separados em agrupadores nomeados a partir da ênfase de cada tarefa. Por exemplo: "Controlar prazo de contrarrazões dos Embargos de Declaração" ou "Trânsito em julgado-processante".

Todos os servidores trabalham com processos físicos e eletrônicos (à exceção de um), a partir de uma divisão por equipes, de 3 servidores, de apoio a cada gabinete.

Existem apenas metas coletivas de produtividade, sendo que sua fixação se dá com base nos relatórios - do Módulo Relatórios do Esparta e, mais recentemente, com a ferramenta *B.I* (portal "Business Intelligence"). Mediante os dados colhidos em tais relatórios, os quais oferecem um diagnóstico e um instantâneo do estado dos processos na Turma, trabalha-se nas áreas que necessitam de aprimoramento.

Todos os processos são tratados como prioritários, pois, na maioria das vezes, trabalham com vários ao mesmo tempo. De toda sorte, quando há urgências - como comunicar a concessão de um *habeas corpus*, ou uma liminar que suspende decisão de grande repercussão – tomam-se as medidas para cumprimento ainda mais célere.

Guardadas as regras pertinentes ao segredo de justiça e ao sigilo, a vista dos autos em secretaria é disponibilizada ao público em geral. Para os advogados e estagiários de Direito a carga dos autos é feita observando-se o art. 272, parágrafos 6º

e 7º do NCP. Com o PJE, nota-se um aumento sensível dos telefonemas à secretaria para reportar demandas, assim como o uso bem maior do correio eletrônico para veicular pedidos – como as preferências com sustentação oral.

O controle de remessas dos autos é feito através de relatórios mensais que são emitidos pelo sistema Esparta, no Módulo de Relatórios, e no *B.I.* é possível controlar a carga e remessas dos autos. Tais relatórios espelham as guias de remessa em que fica consignada a vista de cada processo (no caso dos físicos). No PJE, o próprio sistema já remete os processos para os agrupadores específicos – um para quando há manifestação das partes e outro quando não há (“Expedientes com manifestação” e “Expedientes sem manifestação”).

O controle de petições pendentes de juntada é feito com o apoio dos relatórios - do Módulo Relatórios do Esparta. Gera-se mensalmente o relatório de "petições pendentes de juntada" a fim de acompanhar o ritmo de juntada desses documentos. A orientação geral da Divisão é a de juntar as petições assim que ingressem na Turma. Não sendo possível juntar imediatamente aquelas referentes a processos que se encontram nos gabinetes ou com vista aos entes federais/advogados.

O controle de cobrança de cartas de ordem é feito através de relatórios mensais que são emitidos pelo sistema Esparta, no Módulo de Relatórios, e na pasta “Controlar Devolução de Expediente”. No PJE, é possível acompanhar o tempo decorrido desde o momento em que foram expedidas referidas cartas. A Unidade expede ofício solicitando informações ao juízo deprecado sempre que verificado o atraso no cumprimento das cartas de ordem.

Os gabinetes dos membros da 1ª Turma costumam ser céleres quanto à confecção dos votos e acórdãos. E, com o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho, como no caso do portal “B.I”, o acesso aos dados estatísticos com enorme diversidade de filtros é fácil, transparente e acessível a todos os setores da Corte.

A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC).

Entre as boas práticas mencionadas pela Turma destacam-se: i) o cultivo de um clima organizacional que procura manter todos os colaboradores motivados e partes de um esforço coletivo em prol da melhor prestação jurisdicional; ii) realização periódica - em média a cada 2 meses – de reuniões com todos os servidores a fim de discutir os ajustes e aperfeiçoamentos necessários para aprimorar o trabalho e a eficácia de seu resultado, assim como transmitir as atualizações técnicas e normativas surgidas no âmbito do Tribunal. Foi apontada, ainda, a comunicação interna eficiente como forma de atingir troca de informações e procedimentos entre a equipe.

A Unidade apontou críticas sobre a sistemática adotada pelo colegiado das 1ª e 3ª Turmas, através da Portaria Conjunta 3/2019, de estipularem sessões estendidas específicas em datas diversas das ordinárias, pois entendem que a mobilização de recursos/procedimentos vai de encontro à economicidade processual.

## **11. RECOMENDAÇÕES**

- Cumprir a recomendação do item 9.

## **DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 2ª TURMA**

### **1. DADOS DA INSPEÇÃO**

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### **2. UNIDADE INSPECIONADA**

**2.1. Denominação da unidade:**

Divisão de Processamento de Causas de Competência da Segunda Turma.

**2.2. Competência:**

Atender ao público interno e externo de forma presencial, virtual e por telefone; apoiar os gabinetes dos desembargadores federais integrantes da Segunda Turma; cumprir as determinações expedidas pelos mesmos desembargadores; dar publicidade aos atos processuais; e secretariar as sessões de julgamento, confeccionando as respectivas atas e certidões.

### **3. RECURSOS HUMANOS**

**3.1. Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

**3.2. Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):**

Até março de 2019, a Presidência da Turma era exercida pelo Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.

**3.3. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Heitor de Albuquerque Wanderley, Diretor da Divisão.

**3.4. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):**

Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1

Estagiários de nível superior	0
-------------------------------	---

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

##### 4.1. Pendentes de diligências em 31/8/2019:

Publicação de acórdão/decisão	58
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	Não se aplica
Juntada	15
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	5
Outros	0

##### 4.2. Processos sobrestados ou suspensos na Unidade:

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	68
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	68
Total	139

##### 4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:

Total de feitos verificados na inspeção anterior	17
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

##### 4.4. Fluxo de publicação de acórdãos:

Total de publicações nos últimos 12 meses	1.824
Média de dias do julgamento à publicação	Não dispõem de dados estatísticos
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	334
Pendentes de publicação	58
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0000157-06.2019.4.05.9999 desde 29/8/2019



<b>4.5. Fluxo de publicação de decisões:</b>	
Total de publicações	1.130
Tempo médio	Não dispomos de dados estatísticos
Publicações em prazo superior a 10 dias	Não dispomos de dados estatísticos
Pendentes de publicação	Não dispomos de relatório específico
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica

<b>4.6. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:</b>	
Há mais de 30 dias	724
Há mais de 60 dias	130
Há mais de 90 dias	101
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	total: 57; processos: 0001381-71.2017.4.05.0000 - 8/12/2017; 0001384-26.2017.4.05.0000- 8/12/2017; 0001339-15.2016.4.05.8000- 26/2/2018; 0000589-06.2013.4.05.8101- 9/5/2018; 0000761-98.2018.4.05.9999- 11/5/2018; 0803393-88.2018.4.05.0000- 23/5/2018; 0803396-43.2018.4.05.0000- 23/5/2018; 0806736-63.2014.4.05.8300- 14/9/2018; 0803326-60.2017.4.05.0000- 14/9/2018; 0810990-11.2018.4.05.0000- 14/9/2018

<b>4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)</b>
Data: 4/6/2019 - ausência do Des. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

<b>4.8. Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses:</b>
50.

## 5. PENDENTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

<b>5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?</b>
a) Cumprir a Meta 4/2010, publicando todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento; b) Juntar petições e documentos no prazo máximo de 5 dias; c) Utilizar relatório estatístico dos processos e carga e não devolvidos; d) Realizar anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação; e) Gerar

mensalmente relatórios de autos sem movimentação; f) Providenciar a cobrança da devolução de autos remetidos à origem com baixa em diligência.

### **5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

a) Publicação semanal de todos os processos recebidos na secretaria dentro do período; b) Desmembramento das rotinas de "juntada" e "certificação de tempestividade"; c) Já temos relatório específico no sistema processual Esparta; d) Rotina já implementada dentro do período do recesso judiciário; e) Também com relatório automatizado no sistema Esparta; f) Todos os processos em diligência foram monitorados e com sua devolução cobrada, embora com baixa efetividade no caso das comarcas estaduais.

### **5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)**

Todas as recomendações da inspeção anterior foram atendidas, embora sejam necessárias algumas ações de ajustes nas rotinas implementadas pela secretaria. Durante o ano houve uma tentativa de reformulação das rotinas processuais que resultou fracassada. Agosto passado, entretanto, o Plenário do TRF5 adequou a estrutura funcional da Divisão da 2ª Turma, ajustando-a à estrutura já existente nas demais divisões de turmas. A partir do mês de outubro, reunirão o efetivo de servidores com o objetivo de reorganizar as ações da secretaria e adequando-a a sua nova estrutura e necessidades, com a possibilidade, inclusive, da utilização de teletrabalho.

## **6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**

### **6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

Implementação, pela Secretaria Judiciária, da automação no PJE do fluxo de processamento dos embargos declaratórios, recurso especial e recurso extraordinário, bem como de suas respectivas contrarrazões. Reestruturação da divisão processante por resolução do Plenário do TRF5, que será sequenciada internamente por uma reavaliação das atividades desenvolvidas na secretaria e das atribuições dos seus servidores.

## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0010421-83.1994.4.05.0000	19/4/1994	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado por despacho. Baixado em 2/5/2001. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0046589-84.1994.4.05.0000	13/12/1994	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado por despacho. Baixado em 6/4/1995. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0005735-14.1995.4.05.0000	22/3/1995	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado por despacho. Baixado em 20/6/1995.		
0022733-57.1995.4.05.0000	26/7/1995	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado por despacho. Baixado em 29/9/1995. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0034070-43.1995.4.05.0000	1º/12/1995	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado por despacho. Baixado em 14/3/1996. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0816900-82.2017.4.05.8300	23/11/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo arquivado em 25/9/2019. Não houve julgamento pois a parte apresentou pedido de desistência, que foi homologado pelo relator.		
0808757-41.2018.4.05.0000	4/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso ao relator em 20/9/2019.		
0803405-68.2019.4.05.0000	26/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso ao relator. Incluído em pauta para 1º/10/2019		
0004856-85.2013.4.05.8500	8/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência e migrado para o Pje no primeiro grau de jurisdição. Atualmente encontra-se concluso ao relator.		
0000176-27.2012.4.05.8101	27/10/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência, tendo migrado para o Pje no primeiro grau de jurisdição. Na forma eletrônica o processo já retornou a este Tribunal, tendo sido julgado e baixado definitivamente em 5/7/2019.		
0000761-98.2018.4.05.9999	4/5/2018	1269 - Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo encontra-se em fase de arquivamento.		
0803140-42.2014.4.05.0000	12/8/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo concluso ao relator em 5/9/2019		
0816519-11.2018.4.05.0000	26/11/2018	38 - Habilitação
Observação/Providência: Processo arquivado em 7/9/2019.		
0000033-23.2014.4.05.0000	8/1/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo em tramitação apenas para execução dos honorários advocatícios deferidos no julgamento da medida cautelar.		
0004185-12.2015.4.05.8300	14/3/2016	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo devolvido pelo advogado em 23/9/2019. Atualmente encontra-se com vista à Procuradoria Regional Federal.		
0004965-45.2012.4.05.8400	3/6/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo devolvido pela Procuradoria Regional Federal em 27/9/2019. Baixado definitivamente na mesma data.		
0005197-48.2012.4.05.8500	13/9/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo devolvido de vista em 30/8/2019. Atualmente concluso ao relator.		
0006689-25.2014.4.05.8300	17/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: PRU devolveu no primeiro grau e lá foi migrado para o PJe, estando em tramitação no TRF nesta data (27/9/2019). Os atos praticados no primeiro grau foram invalidados pelo juiz e o processo retornou ao TRF para o regular processamento das intimações.		
0000542-51.2019.4.05.9999	3/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo devolvido de vista em 13/9/2019, e baixado definitivamente em 19/9/2019		
0001051-16.2018.4.05.9999	15/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo devolvido da Procuradoria da Fazenda Nacional em 25/9/2019 e baixado à comarca de origem em 25/9/2019.		
0007517-16.2003.4.05.8200	6/10/2014	1208 - Agravo
Observação/Providência: Agravo regimental julgado por despacho em 24/10/2014. Processo baixado definitivamente em 28/8/2019.		
0803385-82.2016.4.05.0000	23/0/2016	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo arquivado. Agravo interno julgado por despacho em 20/5/2019.		
0006190-10.2010.4.05.8000	17/8/2015	1208 - Agravo
Observação/Providência: Processo migrado para o PJe. O agravo interposto não foi regimental, mas em recurso especial, cadastrado equivocadamente como regimental, e já apreciado pelo STJ.		
0003025-11.2001.4.05.0000	1º/2/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já baixado e arquivado na 12ª Vara da SJPE. Estamos providenciando a atualização da movimentação no sistema processual.		
0009401-42.2003.4.05.0000	11/4/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente em 23/4/2003. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0011361-38.2000.4.05.0000	10/3/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado por despacho. Baixado em 5/10/2010. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0006718-56.2008.4.05.0000	19/2/2008	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado efetivamente em 9/5/2008, e já arquivado na origem. Estamos providenciando a atualização da base de dados do sistema de movimentação processual.		
0002861-36.2012.4.05.9999	29/6/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixou em diligência, e na comarca de origem foi suspenso por determinação do juiz singular. Foram solicitadas informações acerca do cumprimento da diligência via e-mail. Aguardando resposta.		
0000696-16.2012.4.05.9999	16/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não se encontra em tramitação na Secretaria. Informação de recebimento do processo na seção de distribuição. Diligenciaremos a fim de identificar a real localização dos autos.		

0002243-13.2015.4.05.0000	14/8/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo de competência da Subsecretaria de Recursos Especiais, Extraordinários e Ordinários deste Tribunal.		
0803354-62.2016.4.05.0000	23/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado em razão do IRDR admitido: 0804575-80.2016.4.05.0000		
0001062-80.2013.4.05.8201	31/7/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJe. Atualmente concluso ao relator.		
0003456-69.2004.4.05.8300	22/1/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJe, já julgado e baixado definitivamente em 23/5/2018.		
0000322-05.2016.4.05.8109	9/10/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJe, julgado em sessão de 17/9/2019		
0001339-15.2016.4.05.8000	13/6/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo na Secretaria para juntada de petição extraviada. Estamos diligenciando a obtenção da cópia da petição.		
0002580-94.2016.4.05.8300	9/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJe. Já julgado e baixado definitivamente em 27/11/2018		
0000589-06.2013.4.05.8101	3/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando cumprimento de Carta de Ordem		
0010544-76.2009.4.05.8400	21/3/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJe. Atualmente concluso ao relator.		
0802537-86.2014.4.05.8400	31/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em razão do IRDR admitido: 0804575-80.2016.4.05.0000		
0802944-33.2018.4.05.0000	20/3/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 18/7/2018. Última movimentação na origem em 17/9/2019, notícia diligência ainda não finalizada.		
0806736-63.2014.4.05.8300	1º/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando devolução de expediente físico. Carta de Ordem aguardando cumprimento - remtida em caráter itinerante para a comarca de lagoa de Itaenga.		
0002581-95.2015.4.05.8500	8/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de competência da Subsecretaria de Recursos Especiais, Extraordinários e Ordinários deste Tribunal.		
0004521-94.2007.4.05.8300	10/5/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Parte foi intimada pessoalmente para apresentação das Razões de Apelação Criminal, tendo transcorrido o prazo sem apresentá-las. Em 26/9/2019 foi incluída na autuação a DPU e intimada para tal mister.		
0001643-60.2018.4.05.9999	19/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência para a comarca de origem em 23/11/2018, havendo notícia no sítio do TJCE, de que o mesmo fora extraviado em incêndio no centro operacional dos Correios em Fortaleza - CE. Resturação de autos em andamento na comarca.		
0008975-84.2002.4.05.8400	4/9/2015	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo encontrava-se aguardando retorno de informações da Fazenda Nacional. Estamos providenciando a reiteração do ofício solicitando informações.		
0808488-36.2017.4.05.0000	4/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o juízo de origem(comarca) encaminhasse cópia legível do processo. Ao receber a solicitação do TRF, o juiz, percebendo a não apreciação de Embargos Declaratórios opostos contra a sentença, apreciou-os. Estamos contatando a Vara de origem solicitando informações sobre o envio.		
0008291-36.2009.4.05.8200	18/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente em 19/9/2019.		

## 8. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES



## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 47 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 27 físicos e 20 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) solicitar informações sobre o cumprimento da diligência: 0806736-63.2014.4.05.8300 e 0808488-36.2017.4.05.0000.

b) regularizar a informação da tramitação no sistema de movimentação processual: 0009401-42.2003.4.05.0000 e 0011361-38.2000.4.05.0000.

A Subsecretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre setembro/2018 a agosto/2019, 50 ordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

## **10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE**

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Divisão de Processamento das Causas da 2ª Turma.

A unidade se encontra organizada em três grupos de igual atribuição para atendimento da demanda processual dos três gabinetes dos desembargadores integrantes da 2ª Turma.

A triagem é realizada pela identificação da fase em que se encontra o processo e dos atos de secretaria que serão necessários, prioritariamente, praticar.

Os autos físicos são acondicionados em estantes apropriadas e identificadas para tal fim.

O critério de organização do acervo utilizado é a fase processual e tipo de publicação/intimação. A movimentação do feito é registrada no sistema processual Esparta por meio de fases internas ou externas.

Atualmente, há apenas o critério de distribuição de atividades conforme o relator. Os processos oriundos de determinado gabinete são distribuídos proporcionalmente entre os servidores do grupo correspondente.

A meta da unidade é a de produtividade coletiva e a manutenção do acervo atualizado, com controle sistemático pela quantidade de processos disponíveis para cada servidor.

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ dentro da fase em que se encontram os processos.

O atendimento às partes e advogados é realizado por meio eletrônico (e-mail), telefônico e presencial. O atendimento presencial no período da tarde é feito por um servidor especializado. No período da manhã, é realizado pelos demais servidores, em regime de rodízio.

Os processos com vista às procuradorias são controlados por meio de relatórios mensais extraídos do sistema processual Esparta.

Há controle específico no Esparta para identificar as pendências quanto à juntada de petições. No caso de processos em secretaria, a juntada é feita dentro do prazo de cinco dias, com separação por rotina de juntada e de certificação de tempestividade. E, quando conclusos, os feitos são solicitados ao gabinete, ou requisitados dos procuradores ou advogados, se com vistas às partes.



No processo eletrônico, há tarefa específica para o controle e a devolução das cartas de ordens, o que facilita a identificação de pendência e acompanhamento. Nos processos físicos, foi criada uma rotina com base em planilha Excel para registro das remessas e controle de cumprimento.

O controle de processos pendentes de declaração de voto é feito pelo próprio sistema processual PJe, que indica os pendentes de julgamento e lavratura de acórdão.

A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC). O TRF 5 possui regramento específico, disciplinado na Res. 11/2016.

As boas práticas apontadas pela unidade são a atualização permanente e a troca de informações entres os servidores da secretaria, como reuniões de trabalho realizadas mensalmente.

## **11. RECOMENDAÇÕES**

- Cumprir a recomendação do item 9.

## DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 3ª TURMA

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Divisão da Terceira Turma.

**2.2. Competência:**

Processamento das Causas de Competência da Terceira Turma.

### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Cid Marconi.

**3.2. Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):**

Desembargador Rogério Fialho Moreira - presidência de abril de 2018 a abril 2019.

**3.3. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Geraldo Xavier De Azevedo Sobrinho (Técnico-Judiciário)

**3.4. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):**

Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	0
Outros	Requisitados: 3

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1. Pendentes de diligências em 31/8/2019:</b>	
Publicação de acórdão/decisão	4
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	Não se aplica
Juntada	9
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	3
Outros	Sem outros registros

<b>4.2. Processos sobrestados ou suspensos na Unidade:</b>	
Total	105
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	73
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	32

<b>4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	42
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

<b>4.4. Fluxo de publicação de acórdãos:</b>	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1.726
Pendentes de publicação	04
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	EXSUCR 33 - PE (0000175-95.2015.4.05.8308)
Média de dias do julgamento à publicação	5 dias (estimativa)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	100

<b>4.5. Fluxo de publicação de decisões:</b>	
Total de publicações	1.302
Tempo médio	5 dias (estimativa)
Publicações em prazo superior a 10 dias	Sem meios estatísticos para aferir
Pendentes de publicação	Sem meios estatísticos para aferir

O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Sem meios estatísticos para aferir
---	------------------------------------

<b>4.6. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:</b>	
Há mais de 30 dias	687
Há mais de 60 dias	56
Há mais de 90 dias	33
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	20 (vinte) 1) ACR 12.805-SE (20/08/2015); 2) APELREEX 6394-PB (22/02/2018); 3) AGTR 146.096-PB (04/06/2018); 4) AC 596.450-CE (27/06/2018); 5) ACR 15.318-CE (08/08/2018); 6) PETTR 4486-PB (30/1/2019); 7) PETTR 4487-PB (30/1/2019); 8) AC 508515-CE (05/2/2019); 9) AC 599.951-CE (13/2/2019); 10) AC 600.0006-CE (13/2/2019)

<b>4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)</b>
a) Desembargador Fernando Braga (sessões dos dias 6/6 e 25/7/2019); b) Desembargador Rogério Fialho (sessão do dia 18/7/2019); c) Desembargador Cid Marconi (sessão 2, 5 e 16/5/2019).

<b>4.8. Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses:</b>
48 sessões.

## 5. PENDÊNTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

<b>5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?</b>
Sim. a) Empreender esforços para diminuir o tempo médio de conclusão dos feitos; b) Reduzir o número de processos, sem movimentação, na unidade há mais de 90 dias; c) Acompanhar os prazos de forma a que não superem a média informada, na unidade, para as diversas fases processuais sujeitas a controle; d) Verificar a possibilidade de lançar fase processual específica, no Sistema Esparta, nos processos sobrestados e/ou suspensos por despacho do relator, a fim de que esses processos não constem como se estivessem em efetiva tramitação; e) Recomendações específicas para alguns processos.

## 5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Em reunião discutiu-se as melhores estratégias para redução ao máximo possível as conclusões dos processos, e conclui-se por controle e consultas periódicas aos nossos sistemas estatísticos; b) Acrescentarão às discussões descritas na resposta para este ponto também; c) Criarão fases específicas para cada caso.

## 5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não ficaram recomendações pendentes.

## 6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Quanto aos processos eletrônicos, dividimos nossos trabalhos por Relator. Cada relatoria sob a supervisão de três servidores, que operacionalizam toda a movimentação; da comunicação a confecção de mandados, editais, carta de ordem, etc. Monitoramento do processo até sua baixa ou remessa à subsecretaria de recursos. Destaca-se a automação no controle dos embargos de declaração e recursos especiais e extraordinários, onde o sistema gera automaticamente as intimações para contrarrazões, e finda com a remessa. Quanto aos físicos, em face da queda dos números destes, destacamos três servidores para o seu controle e operacionalidade, sem prejuízo do trabalho também com os eletrônicos. Com o avanço do PJe, muitas práticas exaustivas deixaram de ser feitas, diminuindo bastante nossas dificuldades. Finalizando, como sugestão, sem dúvida, cada vez mais, o aperfeiçoamento dos sistemas.

## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0005469-27.1995.4.05.0000	21/3/1995	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva em 21/6/1995. Já arquivado na Vara de origem. Segundo a informação na movimentação processual a decisão foi publicada no Diário da Justiça da União em 19/5/1995 (uso de nomenclatura da época).		
0805667-30.2015.4.05.0000	9/10/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR no PJe. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0800490-51.2016.4.05.0000	22/1/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR no PJe. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0001341-89.2017.4.05.0000	7/12/2017	202 - Agravo de Instrumento

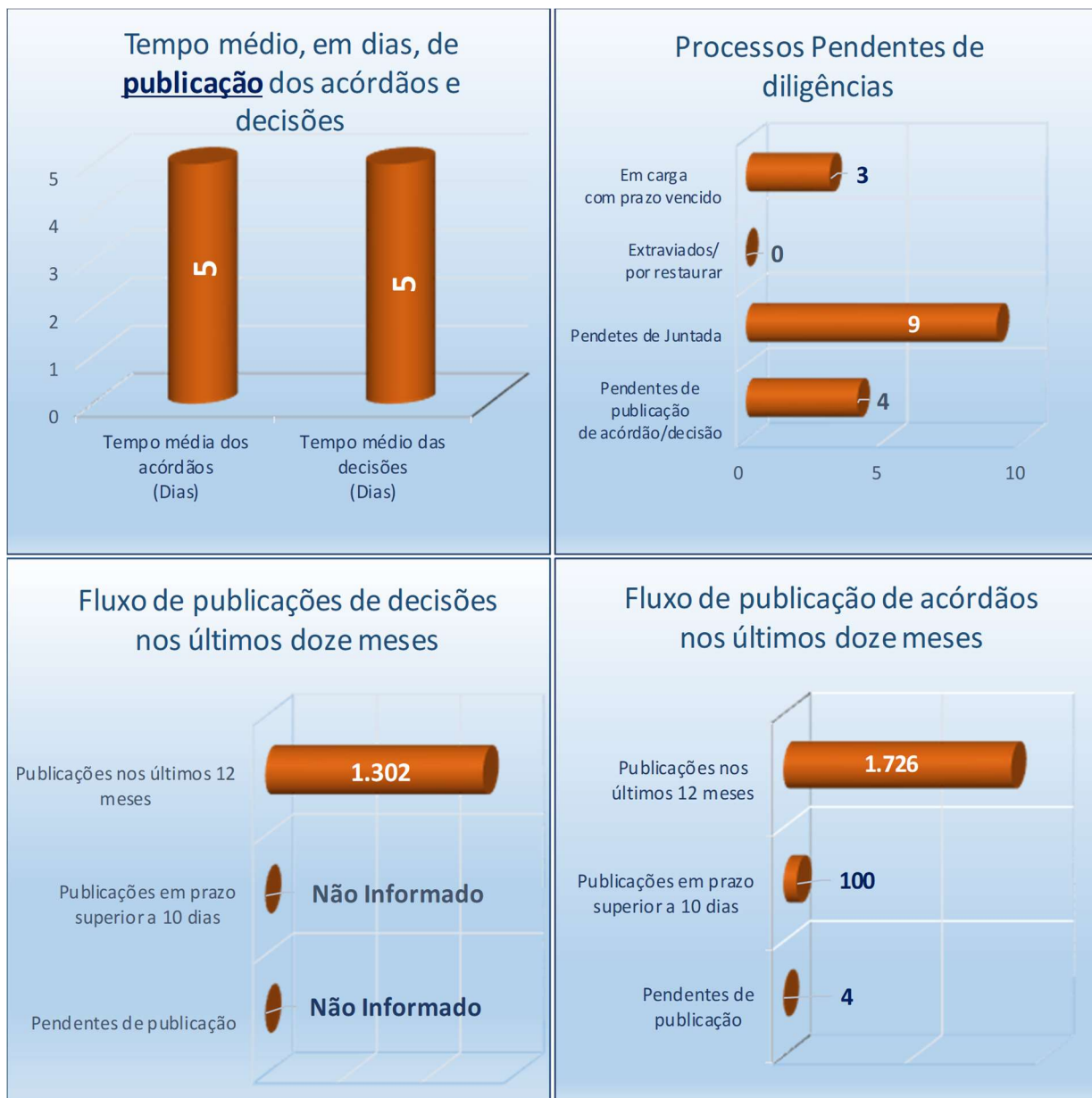
Observação/Providência: Processo encontra-se suspenso por força de despacho, até a publicação do acórdão relativo ao julgamento do IRDR no processo nº0804575-80.2016.4.05.0000. Estamos acompanhando.		
0803356-61.2018.4.05.0000	3/4/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR no PJe. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0814141-82.2018.4.05.0000	25/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de recurso especial nº 1.358.837-SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos.		
0044216-16.2013.4.05.0000	3/12/2013	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado. Remetido à Seção de Arquivo e Documentação.		
0044183-26.2013.4.05.0000	3/12/2013	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgamento. Providenciando sua remessa ao arquivo.		
0000148-92.2013.4.05.8402	19/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo já devolvido pelo Ministério Público Federal (18/9) e concluso ao desembargador Relator (19/9).		
0807372-29.2016.4.05.0000	10/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspenso por força de decisão, em face de julgamento de IRDR no PJe. 0804575-80.2016.4.05.0000.		
0022757-75.2001.4.05.0000	23/5/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado e com baixa definitiva à Vara de origem em 18/12/2001, na qual foi arquivada em definitivo em 6/3/2002. Atualizamos base de dados.		
0041615-96.1997.4.05.0000	25/11/1997	1269 - Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo remetido ao nosso arquivo desde 11/2008. Atualizamos nosso banco de dados.		
0004668-62.2010.4.05.9999	16/11/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva desde 3/3/2011. Arquivado em definitivo na Vara de origem. Atualizamos a base de dados.		
0000971-54.2013.4.05.8503	3/7/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Atualizamos a base de dados com a baixa definitiva do feito, após consulta na origem. Sentença declarou extinta a punibilidade. Processo arquivado desde 13/11/2015.		
0003598-97.2016.4.05.9999	11/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente na Vara de origem, em face de transação entre as parte. Atualizamos nossa base de dados.		
0806777-59.2016.4.05.8300	11/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando o sobrestamento do feito até o julgamento de IRDR neste Tribunal, tema do presente processo.		
0000672-12.2017.4.05.9999	29/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Atualizamos a baixa definitiva do feito. Não seria caso de diligência. Processo fora remetidos à vara de origem, em face de não apreciação de Embargos de declaração.		
0000088-15.2014.4.05.8102	24/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido ao gabinete (25/9). Parecer não verificado em tempo oportuno, pois foi qualificado como petição diversa pela parte.		

0800095-31.2015.4.05.8201	5/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0800801-89.2016.4.05.8100	29/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0803864-88.2017.4.05.8100	4/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0800167-63.2016.4.05.8304	7/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando o sobrestamento do feito até que haja decisão em recurso repetitivo paradigma.		
0800209-15.2016.4.05.8304	11/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0803646-85.2016.4.05.8200	6/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0806131-83.2015.4.05.8300	20/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência, em cumprimento a decisão do relator. Feito em tramitação regular na Vara de origem.		
0805751-10.2017.4.05.8100	13/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0803014-77.2016.4.05.8000	21/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0804487-71.2016.4.05.8300	21/8/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão de suspensão do processo determinada pelo STF até revogação ou de julgamento do recurso extraordinário em IRDR.		
0001050-10.2006.4.05.8202	19/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo estava em curso na Subsecretaria de Recursos. A informação é que eles oficiaram à Vara de origem para informações, em 22/2/2018.		
0807894-85.2016.4.05.8300	11/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Suspenso por força de despacho: "O col. STF reconheceu a existência de repercussão geral da questão relativa à concessão de licença-prêmio a magistrados com base na isonomia em relação aos membros do Ministério Público, no RE 1.059.466". Suspensão até o julgamento do mérito do referido RE.		
0800119-28.2016.4.05.8103	29/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento do IRDR nº 502432-28.2016.4.05.000/PR, em tramitação no STJ.		
0804332-61.2017.4.05.8000	7/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0802156-53.2015.4.05.8300	20/3/2018	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Decisão determinando sobrestado até julgamento de IRDR em matéria objeto do RESP 1.381.734/RN.		
0815383-94.2016.4.05.8100	2/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por força de despacho até que haja decisão no recurso repetitivo paradigma.		
0000835-72.2008.4.05.8102	14/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Atualizamos a localização física do processo, pois este já se encontrava no gabinete do desembargador relator desde da manifestação do MPF em 24/4/2018.		
0802162-35.2016.4.05.8200	12/3/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão determinando o sobrestamento do feito até que haja decisão em recurso repetitivo paradigma.		
0003279-95.2017.4.05.9999	13/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo ainda em tramitação na Comarca de origem de Arneiroz. Fomos informados, por servidor, que o feito está sendo migrado para Comarca "Mãe" de Tauá, e que devido ao grande número de processos ainda não seguiu. Enviamos e-mail. Em monitoramento.		
0002533-28.2015.4.05.0000	26/8/2015	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado. Remetido à Seção de de Arquivo e Documentação.		
0002234-40.2011.4.05.8100	28/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Expedição de Carta de Ordem para intimação pessoal do Município, em 12/4/2019. Aguardando retorno.		
0005156-59.2008.4.05.8100	26/6/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em tramitação na Subsecretaria de Recursos. Autos remetidos à Vara de origem.		
0004546-14.2010.4.05.8200	25/4/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Carta de Ordem expedida para intimação de Município. Aguardando retorno. Monitorando.		
0005782-30.2012.4.05.8200	5/6/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Expedição de Carta de Ordem para intimação de Município. Monitoramento de retorno.		
0008788-16.2010.4.05.8200	6/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Carta de Ordem expedida para intimação pessoal do Município. Aguardando retorno.		



## 8. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES



## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 43 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 21 físicos e 22 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) Solicitar informação acerca do cumprimento da diligência:

0002234-40.2011.4.05.8100	0806131-83.2015.4.05.8300	0003279-95.2017.4.05.9999
---------------------------	---------------------------	---------------------------

A Subsecretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre setembro/2018 a agosto/2019, 38 ordinárias, 2 extraordinárias e 6 ampliadas. Não houve cancelamento de sessões no período.

## **10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE**

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Divisão de Processamento das Causas da 3ª Turma.

O processamento dos feitos é distribuído por relator. Três servidores ficam responsáveis por cada relator. Administram o andamento de forma ampla até conclusão dos trabalhos de responsabilidade da secretaria.

Quanto à triagem dos eletrônicos, assim que enviados à Secretaria, são agrupados na pasta “secretaria processante”, na qual são separados para distribuição às pastas dos servidores, atentando-se aos feitos com concessão de liminares, para a imediata comunicação.

No tocante ao acervo físico, os processos são localizados em estantes devidamente identificadas por fase processual, e com a informação de localização física no sistema Esparta.

Para cada movimentação interna do processo é feito o lançamento no sistema de sua nova localização ou procedimento.

Os servidores estão capacitados para todas as atividades que envolvem nossas atribuições, recebem os processos e os administram, não havendo, assim, uma atividade específica.

Não há o estabelecimento de metas na unidade. Em função da grande rotatividade no curso dos processos, a produtividade é aferida pelo número de feitos pendentes na pasta de cada servidor; o que é realizado diariamente.

Há acompanhamento específico para aqueles com prioridade legal ou Meta do CNJ, apesar de ser feito o acompanhamento da movimentação dos processos, de modo geral dentro do prazo.

Como atualmente a maior demanda é de processos eletrônicos, o atendimento presencial às partes e advogados foi reduzido. Todavia, a unidade estabeleceu o sistema de rodízio entre os servidores para o atendimento presencial existente. Há muitos pedidos, entretanto, de informações por telefone.

A remessa dos processos aos entes Públicos é realizada, em regra, após o prazo para os particulares. Em dias pré-estabelecidos, as procuradorias vêm à Secretaria para carga, com exceção do Ministério Público que é feita remessa dos autos diariamente.

Com o PJe, o peticionamento foi reduzido na Secretaria, que ainda realiza o controle das petições que são distribuídas, com a juntada no mesmo dia da entrada, à

exceção de uma ou outra em razão dos respectivos processos não se encontrarem na Secretaria ou ainda de petições que foram enviadas por protocolo integrado, vindas de diversas seções judiciárias.

O controle das Carta de Ordens é feito nos processos físicos em seguida à expedição, a informação é lançada no sistema de movimentação eletrônica do processo, por fase específica, o que facilita o controle para expedição de relatórios no sistema. A cobrança é feita por telefone, acompanhamento da movimentação e também por ofício. Já nos processos eletrônicos, em regra, as cartas são expedidas por malote digital. O acompanhamento é feito pelo sistema, pasta específica, e por controle pessoal.

O controle de processos pendentes de declaração de voto nos eletrônicos é realizado desde a assinatura dos acórdãos em bloco pelo relator. Em seguida, os processos seguem para Secretaria já com as intimações realizadas automaticamente para a pasta controle de prazo. Esporadicamente ocorre alguma irregularidade, como falha de sistema ou crítica em algum processo que impediu a assinatura, mas esse acerto é acompanhado pela assessoria do próprio relator. Nos físicos, até em face do menor número, não têm tido pendências.

A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC) de forma específica, como intimações para apresentação de resposta a recursos especiais, extraordinários, ordinários, embargos de declaração e agravos internos.

## **11. RECOMENDAÇÕES**

- a) Recomenda-se adotar por rotina extrair relatórios dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 60 dias; e
- b) Cumprir a recomendação do item 9.

## DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 4ª TURMA

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Divisão de Processamento das Causas de Competência da 4ª Turma.

**2.2. Competência:**

Apoio ao órgão julgador, composto pelos gabinetes dos Desembargadores Federais Manoel Erhardt, Edilson Nobre e Rubens Canuto.

### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Manoel Erhardt, na presidência desde abril de 2019.

**3.2. Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):**

Desembargador Federal Rubens Canuto, no período de abril de 2017 a março de 2019.

**3.3. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Telma Lisot de Miranda, Diretora da Divisão de Processamento das Causas de Competência da 4ª Turma.

**3.4. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):**

Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	0
Outros	N/A

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS

<b>4.1. Pendentes de diligências em 31/8/2019:</b>	
Publicação de acórdão/decisão	0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Juntada	21
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0
Conclusão	0
Outros	N/A

<b>4.2. Processos sobrestados ou suspensos na Unidade:</b>	
Total	95
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	92
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	1

<b>4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:</b>	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	40
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	N/A

<b>4.4. Fluxo de publicação de acórdãos:</b>	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1.894
Pendentes de publicação	0
Média de dias do julgamento à publicação	3 dias
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	0

<b>4.5. Fluxo de publicação de decisões:</b>	
Total de publicações	1.355
Tempo médio	05 dias para decisões; 15 dias para atos ordinatórios.
Pendentes de publicação	0

O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	N/A
Publicações em prazo superior a 10 dias	0

<b>4.6. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:</b>	
Há mais de 60 dias	1
Há mais de 90 dias	0
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	0
Há mais de 30 dias	0

<b>4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)</b>
Sessão 14/8/2018 - ausente: Des. Federal Leonardo Coutinho - ausência eventual Sessão 21/8/2018 - ausente: Des. Federal Edilson Nobre - ausência eventual Sessão 11/9/2018 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual Sessão 12/9/2018 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual (Sessão extraordinária) Sessão 18/9/2018 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual Sessão 23/10/2018 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual Sessão 6/11/2018 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual Sessão 13/11/2018 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual Sessão 4/12/2018 - ausente: Des. Federal Edilson Nobre - ausência eventual Sessão 12/3/2019 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual Sessão 12/3/2019 - ausente: Des. Federal Rubens Canuto - ausência eventual

<b>4.8. Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses:</b>
48 sessões ordinárias e 1 sessão extraordinária.

## 5. PENDENTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

<b>5.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?</b>
a) Manter a boa organização e efetiva gestão verificadas, que vêm gerando expressivos resultados, notadamente na busca do célere processamento dos feitos, que é o anseio geral dos jurisdicionados; b) Preservar o engajamento dos servidores que formam uma equipe coesa e comprometida, conforme foi possível perceber de pronto.

## 5.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A unidade manteve as boas práticas, pois a Divisão da 4ª Turma preza pela celeridade processual.

## 5.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

N/A

## 6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A Divisão da 4ª Turma, desde junho de 2017, vem operando com o número reduzido de funcionários, em função de licenças para tratamento de saúde prolongadas. No entanto, devido à organização da Divisão, somada à dedicação e competência dos servidores, conseguimos manter os processos sem atrasos.

## 7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001115-34.2017.4.05.8100	22/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo baixado em diligência e transformado em baixa definitiva, pois foi arquivado na 1ª instância. Obs. processo sigiloso.		
0809326-76.2017.4.05.0000	27/9/2017	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento da Exceção de Suspeição nº 0805649-67.2019.4.05.0000.		
0800064-21.2014.4.05.8403	25/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 731 STJ.		
0800037-38.2014.4.05.8403	9/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 731 STJ.		
0805132-67.2016.4.05.0000	22/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento da SL- 1050 STF.		
0810213-26.2018.4.05.0000	5/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente à Seção Judiciária de Pernambuco.		
0003673-78.2012.4.05.9999	23/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado à comarca de origem em 20/11/2012.		
0015151-96.2008.4.05.8100	17/4/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente em 31/5/2012.		
0000020-34.2013.4.05.9999	14/1/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo transitado em julgado e remetido à Comarca de origem em 20/5/2013.		
0000994-21.2013.4.05.8302	20/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 28/10/2015 e transformado em baixa definitiva em 19/9/2019.		
0807093-43.2016.4.05.0000	30/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente e devolvido pelo primeiro grau. Foi aberto chamado no setor de suporte do PJE deste TRF5, nº 01121812, a fim de que seja providenciado a migração do processo para a pasta "Baixa Definitiva Arquivo".		
0802680-95.2016.4.05.8500	19/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 971 STJ.		
0801234-84.2016.4.05.8200	27/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 979 STJ.		
0800591-38.2016.4.05.8100	25/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 979 STJ.		
0802793-13.2015.4.05.8200	22/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 979 STJ.		
0801366-47.2016.4.05.8102	11/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 979 STJ.		
0803059-97.2015.4.05.8200	31/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 979 STJ.		
0800059-97.2017.4.05.8304	5/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 979 STJ.		
0804154-27.2013.4.05.8300	14/4/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 731 STJ.		
0804276-40.2013.4.05.8300	18/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 731 STJ.		
0003184-35.2014.4.05.8200	25/7/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJE em 1º/3/2018. Redistribuído para o Des. Federal Manoel Erhardt em 3/4/2019. O processo encontra-se no gabinete do relator.		
0806278-75.2016.4.05.8300	24/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 971 STJ.		
0010112-71.2013.4.05.9999	5/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado definitivamente em em 21/2/2014.		
0003207-11.2017.4.05.9999	15/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 4/5/2018. Em 7/8/2019 houve informação de que a perícia foi marcada para 20/5/2019, mas o oficial de justiça não localizou o autor para proceder a intimação.		
0805559-14.2016.4.05.8100	11/10/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo concluso ao relator em razão do julgamento da IRDR da 4ª Região.		
0000792-21.2018.4.05.9999	14/5/2018	198 - Apelação Cível



Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 11/6/2018. Expedido ofício em 19/9/2019 para solicitando informações sobre o cumprimento das diligências.		
0803099-54.2016.4.05.8100	10/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência. No 1º grau está na fase de razões finais.		
0000257-03.2013.4.05.8501	15/5/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo migrado para o PJE. Baixado à Vara de origem em 25/6/2019.		
0809016-61.2015.4.05.8400	12/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 971 STJ.		
0802848-18.2018.4.05.0000	20/3/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 987 STJ.		
0802863-14.2016.4.05.8000	23/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 981 STJ.		
0006494-83.2013.4.05.8200	6/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência. Migrou para o PJE na primeira instância e, atualmente, foi distribuído para o Gabinete do Des. Federal Paulo Machado Cordeiro.		
0812898-06.2018.4.05.0000	25/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 987 STJ.		
0001570-88.2018.4.05.9999	13/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 8/11/2018. Em contato com a Comarca de origem, foi informado que atualmente encontra-se concluso desde 24/9/2019.		
0004426-63.2013.4.05.8200	14/6/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo migrado para o PJE. Baixa definitiva em 15/4/2019.		
0813534-69.2018.4.05.0000	10/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 981 STJ.		
0001908-62.2018.4.05.9999	12/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados em diligência em 19/12/2018. Em contato telefônico com a Comarca de origem, foi informado que se encontram com vista ao INSS desde 9/9/2019.		
0810295-57.2018.4.05.0000	9/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 692 STJ.		
0815063-26.2018.4.05.0000	17/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Aguardando julgamento do tema 285 STF.		
01023778320074030000	5/12/2007	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo não encontrado.		

## 8. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES



## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 15 físicos e 24 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não houve recomendação.

A Subsecretaria administrou a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre setembro de 2018 e agosto de 2019, 48 sessões ordinárias e 1 extraordinária.

## **10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE**

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Divisão de Processamento das Causas da 4ª Turma.

A Divisão da 4ª Turma é dividida em equipes de trabalho, por tipos de processos, entre os físicos e os eletrônicos. O apoio à ata, pauta e sessão é feito por dois servidores. O atendimento ao público é realizado por um sistema de rodízios entre os servidores. Há, no momento, 4 em regime de teletrabalho.

Na fase de triagem inicial dos processos, os físicos, quando chegam à Divisão, são imediatamente encaminhados. Os eletrônicos são automaticamente distribuídos para pastas criadas pelo próprio sistema e, diariamente, são verificados os agrupadores, as petições. Quanto aos despachos, é dado cumprimento imediato.

Os autos estão acondicionados em estantes abertas, feitas sob medida, devidamente identificadas por fase processual e informados no sistema de acompanhamento processual, o Esparta.

A organização do acervo obedece ao critério de separação dos processos por fases processuais. Nos físicos, as fases são devidamente lançadas no Sistema Esparta. Se houver necessidade de deslocamento interno, a localização dos processos é informada em fases internas, não disponível ao público externo. Nos processos eletrônicos, as fases processuais são separadas em pastas próprias criadas automaticamente pelo sistema.

As atividades são distribuídas por tarefas, tanto nos processos físicos como eletrônicos. Sete servidores trabalham exclusivamente com processos eletrônicos. Dois se revezam entre processos físicos e PJe, sendo que uma servidora trabalha exclusivamente com processos físicos. Dois dedicam-se às sessões de julgamento. Para o atendimento ao público, todos estão envolvidos.

Não há controle de metas individuais, apenas coletivas. O objetivo maior da 4ª Turma é não haver atrasos no cumprimento das tarefas.

Todos os processos são tratados como prioritários, pois a dinâmica dos processos na 4ª Turma é muito rápida.

Observadas as regras de sigilo de justiça e sigilo, a vista dos autos em secretaria é disponibilizada ao público em geral. Para carga dos autos é observado o artigo 272, §§ 6º e 7º do CPC.

O controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia Geral da União) é feito através de guia de remessa com o registro no sistema processual, indicando a saída e devolução dos autos e por extração de relatórios. No caso de atrasos, a cobrança é feita através contato telefônico.

Semanalmente, é emitido um relatório de petições pendentes de juntada. Atualmente, devido à pequena quantidade de processos físicos na turma, não há atrasos.

As cobranças de carta de ordem e de cartas precatórias são feitas através de ofícios e também através de ligações telefônicas.

De acordo com a Resolução 6/2006, todas as intimações para contrarrazões são feitas através de atos ordinatórios.

## **11. RECOMENDAÇÕES**

- Não foram feitas recomendações específicas.

## DIVISÃO DE PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Divisão de Protocolo Registro e Distribuição.

**2.3. Competência:**

1 - registro e encaminhamento de petições destinadas a processos físicos; 2 - conferência e retificação, quando necessário, da autuação de processos eletrônicos originários e recursais; 3 - autuação no PJe, dos processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada, recebidos por meio físico, por mídia ou por malote digital. 4 - análise de prevenção de todos os processos distribuídos pelo sistema; 5 - certificação e redistribuição dos processos com prevenção nos termos do Ato 89/2018, da Presidência; 6 - reativação, encaminhamento e redistribuição, quando necessário, dos processos físicos egressos dos Tribunais Superiores; 7 - cumprimento de despachos; 8 - atendimento às partes e advogados; 9 - atendimento às demandas administrativas do setor tais como: gerenciamento das atividades dos servidores, devolução dos autos físicos cadastrados no PJe às respectivas comarcas, entre outras.

### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Raquel Falcão de Andrade – Diretora.

**3.2. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)**

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	0
Outros	6 requisitados e 2 terceirizados.

#### 4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

##### 4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. "a) realizar a análise de prevenção com base no nome, n. de CPF e/ou CNPJ das partes; b) alterar o dispositivo regimental para possibilitar a análise de prevenção através de elementos objetivos; c) inserir campo no PJe que permita identificar se a distribuição foi feita externamente; d) normatizar a análise e controle de prevenção dos processos sigilosos, bem como o deslocamento físico entre as unidades. e /f) integrar os diversos sistemas utilizados pelo Tribunal, desenvolvendo mecanismos que possibilitem o PJe ler as informações constantes na base do Esparta, para fins de verificar prevenção."

##### 4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) CPF, CNPJ e nome da parte são utilizados como parâmetro de pesquisa na análise de prevenção; b) Solicitação feita no Proc. SEI 4560-62.2017.4.05.7000; c) Na aba de distribuição do processo foi criado um campo que identifica o IP da máquina utilizada; d) No PJe, os processos sigilosos são visualizados por servidores com perfil específico. Os físicos, bem raros atualmente, são manuseados pelos mesmos servidores e encaminhados ao destino acondicionados em embalagens lacradas e com a identificação de "Segredo de Justiça"; e/ f) Atendidos.

##### 4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendência da Divisão de Protocolo, Registro e Distribuição.

#### 5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

##### 5.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A maior dificuldade hoje, apesar das facilidades obtidas com a utilização do processo eletrônico, é a falta de integração ou a ausência de utilização, nas comarcas com o exercício da competência delegada, do sistema PJe, fato que demanda muito tempo para a prestação jurisdicional, uma vez que é necessário digitalizar todos os feitos para cadastro no PJe/TRF5.

#### 6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor, as quais são distribuídas em nove Seções: (a) Seção de protocolo e informações processuais; (b) Seção de autuação e prevenção de feitos oriundos da Justiça Estadual; (c) Seção de análise de prevenção de feitos oriundos da Justiça Federal de Pernambuco; (d) Seção de análise de prevenção de feitos oriundos da Justiça Federal do Ceará; (e) Seção de análise de prevenção de

feitos urgentes oriundos das Justiças Federal e Estadual; (f) Seção de análise de prevenção de feitos oriundos da Justiça Federal de Alagoas e Sergipe; (g) Seção de análise de prevenção de feitos oriundos da Justiça Federal do Rio Grande do Norte; e (h) Seção de análise de prevenção de feitos em segredo de justiça.

A atividade de exame de prevenção é realizada, no máximo, em um dia.

O tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes é de 24 horas para os feitos recursais, sendo feita no mesmo dia nos feitos de competência originária. Apenas em relação aos originários dos juízos no exercício da competência delegada, a distribuição não ocorre no mesmo dia, pois, como são recebidos fisicamente, necessitam de triagem, encaminhamento à digitalização para posterior protocolo e distribuição no PJe. Na média, o prazo para a digitalização, que é terceirizada, é de no máximo uma semana.

Assim, inexistente acervo de processos pendentes de distribuição.

No que concerne às urgências, tanto os originários quanto os em grau de recurso, com marcação de prioridade, são conclusos ao relator no mesmo dia da distribuição.

A partir de levantamento efetuado junto à Secretaria Judiciária, apurou-se que o percentual de processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada corresponde, atualmente, a 5%.

Com a digitalização, remanesce reduzido acervo de processos físicos. Poucos permanecem nessa condição, como ocorre com os inquéritos em que haverá declinação da competência, as reativações processuais a partir da devolução dos Tribunais Superiores, bem como os conclusos para juízo de retratação.

A principal dificuldade encontrada pelo setor é a não utilização do sistema PJe pelas comarcas com o exercício da competência delegada, ou a falta de interoperabilidade com outros sistemas eventualmente utilizados.

No que concerne às determinações oriundas da inspeção anterior, não há pendências no órgão, não sendo identificados problemas pela equipe da Corregedoria na atual inspeção.

Finalmente, foram apontadas como boas práticas adotadas pela unidade:

- a) Organização e igualdade na divisão das tarefas;
- b) Participação de toda a equipe na tomada de decisões;
- c) Preocupação com a sustentabilidade, proporcionando economia na utilização dos materiais de expediente; e
- d) Preocupação com a presteza no atendimento às partes e advogados.

## **7. RECOMENDAÇÕES**

Diante de todo exposto, não tendo sido identificados problemas dignos de nota, resta recomendar a manutenção das condições atualmente verificadas, sem prejuízo de constante busca de aperfeiçoamento.



## SUBSECRETARIA DE PRECATÓRIOS

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

**1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária**

**1.3. Período: 16/9/2019 a 25/10/2019**

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Subsecretaria de Precatórios.

**2.2. Competência:**

Assessorar o Presidente do Tribunal na Gestão de Precatórios; Assessorar as varas e juízes federais na expedição dos precatórios; Assessorar os juízes federais integrantes dos comitês gestores de contas especiais de precatórios junto aos tribunais de justiça no âmbito da 5ª Região; Realizar as ações atinentes ao processamento e pagamento dos precatórios e RPVs.

### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Jaelson Rodrigues Ferreira, Técnico Judiciário, mat. 949, Diretor de Subsecretaria - CJ2.

**3.2. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)**

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	4
Outros	2 requisitados

#### 4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

##### 4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

##### 4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

##### 4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

#### 5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

##### 5.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

1 - Boas práticas: Aprimoramento permanente dos sistemas, de modo a garantir maior segurança e eficiência no processamento e no pagamento dos precatórios; Capacitação dos servidores das varas e da Subsecretaria, por meio presencial e por videoconferência; Criação de regras de controle para evitar a emissão e o pagamento de RPVs/PRCs indevidos; Melhoria na troca de informações entre o sistema de pagamento e os sistemas processuais de 1º grau; Realização de mapeamento de processos, com o objetivo de simplificar e otimizar os recursos disponíveis; Mapeamento e gestão de riscos; Mapeamento de indicadores de desempenho das varas; Mapeamento preliminar do Plano de Continuidade do Negócio.

2 - Dificuldades: Escassez de recursos de TI - comprometimento da segurança e da eficiência no pagamento dos precatórios; Garantir Prioridade nos ajustes dos sistemas de gestão de precatórios.

3 - Resultados alcançados: A SPrec-TRF5 é uma referência, no âmbito nacional, na gestão de precatórios e RPVs.

#### 6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelo Setor, as quais consistem, em apertada síntese, em: (a) atender aos jurisdicionados; (b) prestar orientações às Varas; (c) elaborar minutas de despachos, ofícios, relatórios, votos e acórdãos; (d) efetivar o pagamento de RPVs/PRCs; (e) acompanhar as movimentações financeiras dos valores depositados; (f) manter regularizadas as informações financeiras no sistema de pagamento; (g)

acompanhar as atividades dos Comitês Gestores de Contas Especiais junto aos TJs; e  
(h) dar suporte à equipe de Tecnologia da Informação no desenvolvimento e no aprimoramento dos sistemas de expedição e pagamento de RPVs/PRCs.

A Subsecretaria encontra-se organizada em dois grandes Núcleos:

a) Núcleo de pagamento, desenvolvimento de sistemas e suporte ao usuário, o qual é composto pela Seção de Pagamento de RPVs e PRCs e pela Seção de Pagamento de Precatórios Municipais e Estaduais; e

b) Núcleo de Processamento de Precatórios e RPVs, composto pela Seção de Processamento de Precatórios, Seção de Processamento de Precatórios Municipais e Estaduais, Seção de Protocolo, Autuação e Registro de RPVs e PRCs e Seção de Processamento de RPVs.

Na data da inspeção, inexistiam procedimentos administrativos em trâmite na Subsecretaria de Precatórios.

No período de setembro/2018 a agosto/2019, foram distribuídas 238.844 RPVs, sendo pagas 265.892. Nesse mesmo período, o valor pago, em RPVs, foi de R\$ 1.972.191.042,22. Também no período de setembro/2018 a agosto/2019, foram distribuídos 11.185 precatórios, sendo pagos 7.248. O valor pago, em PRCs, no período, foi de R\$ 2.417.955.726,46.

Apurou-se, ainda, que, no tocante aos precatórios federais, não tem havido atraso no pagamento. Entretanto, há 18 precatórios submetidos ao regime geral, devidos por municípios localizados na área de jurisdição do TRF5, com prazo constitucional de pagamentos vencidos. Foi esclarecido que já foram iniciados os procedimentos para sequestro, de que tratam os artigos 33 da Resolução CJF 115/10, e 48 da Resolução CJF 458/17, de modo a assegurar o contraditório e a ampla defesa dos respectivos entes devedores. Foi pontuado, ainda, que a maioria dos feitos mencionados estão aguardando a formalização do pedido de sequestro pela Fazenda Pública, já que é condição essencial ao deferimento da medida constritiva, consoante regra contida no § 6º do art. 100 da Constituição Federal.

No que concerne à forma de atualização dos requisitórios, são observados os seguintes critérios:

(a) para os requisitórios federais:

Na atualização dos requisitórios não tributários, é aplicado o IPCA-E, nos termos especificados no art. 31, *caput*, Lei 13.707/2018 (LDO 2019) e no art. 7º da Resolução CJF 458/17, incidindo, ainda, os juros para fins de compensação da mora, da data-base até a apresentação da requisição no tribunal, se RPV, e até 1º de julho, se precatório, quando indicado pelo Juízo da Execução, nos mesmos percentuais aplicados à caderneta de poupança, conforme estabelece o art. 5º da Lei 11.960/09;

Na atualização dos requisitórios tributários, é aplicado o mesmo critério pelo qual a Fazenda Pública cobra seus créditos, no caso, a taxa Selic, da data-base até o efetivo pagamento, com respaldo no § 1º do art. 31 da Lei 13.707/2018 (LDO 2019).

(b) para os requisitórios estaduais e municipais:

Os requisitórios não tributários, devidos pelos entes estaduais e municipais, são atualizados monetariamente, desde a data-base, informada pelo juízo da execução até a data do efetivo pagamento, com base nos seguintes índices: ORTN - de 1964 a fevereiro de 1986; OTN - de março de 1986 a janeiro de 1989; IPC/IBGE de 42,72% - em janeiro de 1989; IPC/IBGE de 10,14% - em fevereiro de 1989; BTN - de março de 1989 a março de 1990; IPC/IBGE - de março de 1990 a fevereiro de 1991; INPC - de março de 1991 a novembro de 1991; IPCA-E/IBGE - em dezembro de 1991; UFIR - de janeiro de 1992 a dezembro de 2000; IPCA-E/IBGE - de janeiro de 2001 a dezembro de 2009; Taxa Referencial (TR) - de janeiro de 2010 a 25 de março de 2015; IPCA-E/IBGE - de 26 de março de 2015 em diante, conforme dispõe o 50 da Resolução CJF 458/17.

Na atualização dos requisitórios tributários, devidos pelos entes estaduais e municipais, é aplicado o mesmo critério pelo qual a Fazenda Pública cobra seus créditos, no caso, a taxa selic, da data-base até o efetivo pagamento, com respaldo no § 1º do art. 50 da Resolução CJF 458/17.

Por fim, foi informado serem adotadas as seguintes boas práticas pela unidade:

1 - Aprimoramento permanente dos sistemas, de modo a garantir maior segurança e eficiência no processamento e no pagamento dos requisitórios;

2 - Capacitação dos servidores das varas e da subsecretaria de precatórios, por meio presencial e por videoconferência;

3 - Criação de regras de controle para evitar a emissão e o pagamento de RPVs/PRCs indevidos;

4 - Melhoria na troca de informações entre o sistema de pagamento e os sistemas processuais de 1º grau;

5 - Realização de mapeamento de Processos, com o objetivo de simplificar e otimizar os recursos disponíveis;

6 - Mapeamento e gestão de riscos;

7 - Mapeamento de indicadores de desempenho das varas;

8 - Mapeamento preliminar do Plano de Continuidade do Negócio.

## **7. RECOMENDAÇÕES**

Diante de todo exposto, não tendo sido identificados problemas dignos de nota, resta parabenizar os integrantes da unidade pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido, inclusive sendo referência nacional, bem como recomendar a manutenção das condições atualmente verificadas, sem prejuízo da busca de constante aperfeiçoamento.

## F. UNIDADES ESPECIAIS

### COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 5ª REGIÃO

#### 1. UNIDADE INSPECIONADA

##### 1.1 Nome do coordenador dos Juizados Especiais Federais:

Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.

##### 1.2. Competência:

Compete à COOJEF: a organização e o gerenciamento das ações administrativas traçadas pelo Coordenador Regional; o assessoramento jurídico na apreciação do juízo de admissibilidade dos incidentes regionais e nacionais de uniformização; o trabalho de secretaria cartorial da TRU; o desenvolvimento das funções diversas que envolvem a confecção, expedição e recebimento de documentos e demais atos necessários ao funcionamento administrativo da Coordenadoria dos JEFs e o trâmite dos processos na TRU; prestando, também, suporte às Varas de JEFs e TR's; elaborar levantamentos estatísticos e atender às solicitações da TNU, das COOJEF das demais Regiões, do CNJ e do CJF, entre outras; o controle interno dos expedientes que é realizado manualmente todos os dias e o atendimento às partes e advogados feito, em regra, por telefone.

##### 1.3. Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais: desde

Desde 1º de abril de 2019. O Desembargador Federal acumula as funções de integrante da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Presidente da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência e Coordenador dos Juizados Especiais Federais. Não há juízes federais, em auxílio, no gabinete.

#### 2. RECURSOS HUMANOS

##### 2.1 Servidores em atividade:

Servidores efetivos	3
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	3

##### 2.2. Cargos e Funções Comissionadas em atividade:

FC3	3
FC6	1

##### 2.3. Força de trabalho em atividade-fim:

Total de processos em tramitação no gabinete	79
--	----

Número de servidores em atividade-fim	2
Relação de processos por servidor em atividade-fim	39,5

**3. DADOS ESTATÍSTICOS - Período: Setembro/2018 a Agosto/2019 ou Posição: 31/08/2019**

<b>3.1. Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU</b>	
Total em tramitação na COJEF/TRU	183
Processos conclusos	79
Processos sobrestados/suspensos	0
Processos baixados em diligência à 1ª instância no período	0
Outras situações (especificar)	Devolvidos para origem - 4.651 desde a criação

<b>3.2. Histórico do acervo de processos conclusos na COJEF/TRU:</b>	
Na assunção	211
Na inspeção anterior	28
Na inspeção atual	79

<b>3.3. Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU:</b>	
Não se aplica	

<b>3.4. Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição:</b>	
Processos distribuídos em períodos anteriores a 2014 (inclusive)	1.078
Processos distribuídos em 2015	193
Processos distribuídos em 2016	1.285
Processos distribuídos em 2017	1.837

<b>3.5. Processos extraviados e restaurados:</b>	
Processos extraviados e restaurados	Não existe
Processos extraviados e não restaurados	Não existe
O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	Não existe

<b>3.6. Processos conclusos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU:</b>	
Desde a distribuição	Não existe
Há mais de 5 anos	Não existe
Há mais de 4 anos	Não existe
Há mais de 3 anos	Não existe
Há mais de 2 anos	Não existe
Há mais de 1 ano	Não existe

<b>3.7. Processos distribuídos na COJEF/TRU:</b>	
Maior distribuição em	Outubro de 2018 foram 362 processos e fevereiro de 2019 foram 205 processos
Menor distribuição em	Setembro de 2018 foram 119 processos e junho de 2019 foram 97 processos
Total	4.860 desde a criação

<b>3.8. Processos sobrestados:</b>	
Total	Não existe
Processos de Metas CNJ	Meta 2 cumprida
Por decisão do STF/STJ	Não existe
Outras situações processuais	Não existe

<b>3.9. Total de decisões proferidas na COJEF/TRU:</b>	
Total de decisões proferidas foram 1.142 - parâmetro do último ano	

<b>3.10. Total de processos na condição de META2/CNJ da COJEF/TRU:</b>	
Meta 2/2018 (Atual)	Cumprida
Anos Anteriores	Cumprida

#### **4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

<b>4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?</b>	
Indicar formalmente à Administração do Tribunal as necessidades de pessoal, de espaço físico e de aperfeiçoamento de sistemas informatizados, para o fim de manutenção do elevado nível do serviço prestado pela COJEF.	



#### **4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)**

Projeção de mudança, em breve, do sistema operacional do Creta para o PJe, recomposição, nesta gestão, do número de estagiários de direito (3) e recomposição do quadro de servidores (4).

#### **4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).**

Projeção de mudança, em breve, do sistema operacional do Creta para o PJe, recomposição, nesta gestão, do número de estagiários de direito (3) e do quadro de servidores (4).

### **5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**

#### **5.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.**

Dificuldades: Estrutura deficitária da COOJEF, especialmente se comparada às das outras regiões, mesmo diante do quantitativo de processos e atividades semelhantes. Menor número de pessoal e de gratificações o que dificulta a manutenção do quadro capacitado para realizar especialmente a atividade-fim. Indicação de sugestões - melhor adequação do espaço físico e aprimoramento do sistema operacional o que dificulta o processamento e a prestação jurisdicional. Boas práticas - pesquisa, acompanhamento e divulgação das teses fixadas na TRU o que viabiliza a uniformização da jurisprudência e eventual revisão; encaminhamento de informativo de cada sessão para as TRs para aplicação dos entendimentos firmados; sobrestamento, na origem, de processos idênticos aos que já se encontram admitidos nesta TRU, triagem dos processos assim que chegam na COOJEF.

### **6. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS**

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições:

- a) Juízo de admissibilidade dos Pedidos de Uniformização das Turmas Recursais da Região e dos Pedidos de Uniformização Nacional e Recurso Extraordinário;
- b) Secretariar o andamento dos processos, providenciando-se a intimação das partes, controle dos prazos, andamento processual, certificação e baixa;
- c) Consolidação das estatísticas dos Juizados Especiais Federais da Região (58 juizados ao todo, sendo 28 Juizados-Varas e 30 Juizados-adjuntos) e apoio nas demandas respectivas perante o Tribunal;
- d) Consolidação e disponibilização da jurisprudência da TRU. Cadastro dos advogados de todo país no sistema Creta; e
- e) Secretariar e organizar as sessões de julgamento da TRU.

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais nesse Tribunal não é um órgão eminentemente administrativo.

Há atuação do setor na atividade-fim, através do processamento dos pedidos de uniformização, seja com a análise e minuta dos processos, seja na responsabilização pelo trâmite processual, bem como atividade administrativa como controle estatístico e cadastramento dos advogados de todo o país que desejem atuar nos processos dos juizados da 5ª Região. Há processos, mas como o Coordenador é Presidente da Turma Regional de Uniformização, também julga feitos judiciais. Em relação a estes, realiza os atos de secretaria pertinentes e faz exame de admissibilidade dos recursos dirigidos à TRU.

O controle interno dos expedientes é realizado no sistema Creta e com planilhas de Excel, pelo sistema SEI e pelo acompanhamento individualizado manualmente, quando se faz necessário.

O atendimento às partes e advogados é feito, normalmente, por telefone.

As metas de trabalho são gerais no setor: julgar todos os processos disponibilizados a tempo da inclusão em pauta, que ocorre cerca de um mês antes da data da sessão, e realizar as sessões dentro do intervalo máximo de 3 meses.

As reuniões das turmas regionais são realizadas trimestralmente, com videoconferência apenas para sustentações orais. Há o deslocamento de 7 juízes federais para a sede do tribunal, mediante o pagamento de diárias, sendo que os outros 3 são lotados em Recife.

A COOJEF não tem informações sobre o custo despendido nas realizações das reuniões, pois as autorizações e controle orçamentário ficam por conta da Presidência do TRF.

Os planos e projetos em andamento na unidade são a aprovação das Súmulas da TRU e disponibilização das teses aprovadas no portal dos Juizados.

As Metas 2 e 3 do CNJ não se aplicam ao setor. Quanto à Meta CNJ 2/2019 (processos distribuídos até 31/12/2016), inexistem processos distribuídos para trâmite atual, no ano anterior ao corrente. Relativamente à Meta CNJ 3/2019 (fomentar percentual mínimo de 5% de conciliação entre julgados e distribuídos), não se aplica aos processos na fase processual de uniformização de jurisprudência.

Quanto às boas práticas adotadas pela unidade, foram apontadas as descritas a seguir:

- a) Fixação e divulgação das teses da TRU para os Juízes e assessores que atuam no microsistema processual dos Juizados Especiais Federais;
- b) Pesquisa, acompanhamento e divulgação das teses fixadas na TRU o que viabiliza a uniformização da jurisprudência e eventual revisão;
- c) Encaminhamento de informativo de cada sessão para as TRs para aplicação dos entendimentos firmados;
- d) Sobrestamento, na origem, de processos idênticos aos que já se encontram admitidos na TRU;
- e) Triagem dos processos assim que chegam na COOJEF.

## **7. RECOMENDAÇÕES**

Manter o qualificado trabalho realizado pela COOJEF.

## GABINETE DE CONCILIAÇÃO

### 1. DADOS DA INSPEÇÃO

**1.1. Tribunal/Região:** Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**1.2. Tipo de Inspeção:** Inspeção Ordinária

**1.3. Período:** 16/9/2019 a 25/10/2019

### 2. UNIDADE INSPECIONADA

**2.1. Denominação da unidade:**

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (NUPEMEC-TRF5ª Região).

**2.2. Competência:**

Coordenação e implantação de programa de conciliação permanente na Justiça Federal da 5ª Região.

### 3. RECURSOS HUMANOS

**3.1. Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção):**

Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior (Corregedor), auxiliado pela Juíza Federal Isabelle Marne Cavalcanti de Oliveira Lima (Juíza auxiliar da Corregedoria).

**3.2. Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):**

Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro: 5/4/2017 a 2/4/2019.

**3.3. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):**

Anastácia Barros de Figueiredo. Técnica Judiciária.

**3.4. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):**

Servidores efetivos	Alessandra Bezerra de Paiva Cunha e Dalma Camila Damasceno Silva Araújo. (Servidoras do Gabinete do Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior que desempenham atividades do Gabinete de Conciliação)
---------------------	---

## 4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

### 4.1. Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) procurar identificar questões em trâmite no âmbito do TRF da 5ª Região para desenvolver a atividade de conciliar em 2º grau; b) planejar a conciliação de modo coordenado entre os Estados da Região; c) promover a troca de experiências e intercâmbio de boas práticas na atividade de conciliação entre os estados da região; e d) replicar a boa prática da ferramenta "Quero Conciliar" para o 2º grau.

### 4.2. Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Em 2018, ocorreram mutirões em ações previdenciárias sobrestadas (tema 810), com 85 acordos dentre 152 ações (55,92% de êxito). Em 2019, manteve-se o mutirão com INSS (102 acordos registrados até ago/2019 - com 62,19% de êxito). Iniciou-se mutirão com a AGU de processos sobrestados (tema 810) e com a CEF em ações relativas a índices de poupança; b) edição do Provimento 6/2018-Corregedoria dispendo sobre os procedimentos a serem seguidos pelos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs, relativamente às conciliações e mediações pré-processuais e processuais; c) ocorreram reuniões com coordenadores dos CEJUSCs, com a disseminação das boas práticas e divulgação dessas ações no sítio eletrônico do TRF5; d) elevou-se o quantitativo de solicitações de audiência de conciliação por meio da Ferramenta "Quero Conciliar", registrando-se 46 pedidos nos anos de 2017 e 2018 e 116 (cento e dezesseis) desde janeiro de 2019 até a presente data (20/9/2019).

### 4.3. Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, considerando as medidas já adotadas e relatadas no item anterior, considera inexistir pendência no cumprimento das recomendações dadas pelo CNJ na inspeção anterior.

## 5. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A unidade não tem quadro próprio e é amparada por quatro servidores, dois deles pertencentes à Corregedoria (servidores Anastácia Barros de Figueiredo e Marcos Olinto Novais de Sousa), e dois deles ao Gabinete do Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior (Alessandra Bezerra de Paiva Cunha e Dalma Camila Damasceno Silva Araújo).

A servidora Anastácia é responsável pela administração e controle do acervo, que é feito, principalmente, por meio de uma planilha Excel que indica, com diversas opções de filtragem, as datas de entrada e saída, aqueles que obtiveram êxito em

conciliação e os que, pela ausência de acordo, retornaram aos respectivos órgãos julgadores.

Os dados gerados pela planilha são cruzados com aqueles apresentados pelo sistema *Business Intelligence* (chamado *BI*) e, com isso, às vezes, é possível verificar um equívoco no controle interno do Gabinete ou no controle do sistema *BI*, por exemplo.

Também é feito controle de estatísticas dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania, além da análise dos certificados apresentados junto ao Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores, com pedido para atuação neste Tribunal.

As servidoras Alessandra e Dalma promovem o andamento dos feitos. Elas realizam tanto as atividades judiciais quanto as atividades de secretaria. Uma delas é responsável pelos processos físicos, e a outra pelos eletrônicos.

O servidor Marcos é responsável, não só no Gabinete de Conciliação, como em outros setores, pelo sistema de estatísticas do Tribunal.

Quando realizada a visita à unidade, os processos físicos estavam dispostos em prateleiras e eram organizados de acordo com o andamento do feito.

O Gabinete de Conciliação não realiza audiências. Quando necessário, o feito é remetido ao respectivo CEJUSC para que lá seja realizada a audiência e, após, retorne ao Tribunal (para que o acordo seja homologado ou para que seja encaminhado ao órgão julgador para prosseguimento).

O atendimento às partes, com prestação de informações e encaminhamento das demandas, é feito por telefone e mensagens eletrônicas, de modo a permitir amplo acesso ao procedimento conciliatório.

## **6. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE**

Segundo informações colhidas no sistema *BI* e junto ao Gabinete, no período de setembro de 2018 a agosto de 2019, foram recebidos 539 processos (132 físicos e 407 eletrônicos), com a homologação de 176 acordos (161 físicos e 15 eletrônicos).

Com o aumento da demanda conciliatória (como informado no item 4.2, principalmente decorrente dos processos afetos aos Temas 810 e 264, 265 e 285 do STF), em agosto de 2019, o total de processos na unidade era de 312, dos quais 100 eram eletrônicos e 212 físicos.

O uso da ferramenta “Quero Conciliar” tem ajudado o Tribunal a tentar alcançar a Meta 3 do CNJ. Com ela, a parte interessada em conciliar manifesta seu interesse por meio de e-mail e, caso o feito esteja localizado no Tribunal, é redistribuído ao Gabinete de Conciliação.

O resultado é visível na quantidade de pedidos formulados por meio da ferramenta “Quero Conciliar”: em 2018, foram 18, e em 2019 (até o momento), 116 pedidos.

Atualmente, com a edição da Resolução n. 290/19 do CNJ, que alterou os critérios de aferição da produtividade decorrente da atuação dos CEJUSCs (fixados pela Resolução n. 125/10), e com a checagem dos processos listados no item 8, verificou-se que em muitos processos enviados ao primeiro grau para realização de audiência foram indevidamente proferidas decisões homologatórias, quando o correto seria, após realização da audiência, devolver o processo ao Gabinete de Conciliação para que nele fosse prolatada a decisão.

Isso aconteceu nos seguintes processos inspecionados: 0800027-09.2014.4.05.8107, 0800299-69.2015.4.05.8300, 0800382-02.2012.4.05.8200, 0802176-08.2014.4.05.8000, 0804383-59.2014.4.05.8200, 0805642-98.2014.4.05.8100 e 0811203-71.2017.4.05.8400.

Assim, a unidade está buscando maneira de adaptar o PJe, no qual recentemente passou a constar espaço referente ao CEJUSC, para que seja possível constar o envio do feito para tão somente a realização de audiência de conciliação, sem que, em primeiro grau, possa ser proferida decisão de homologação ou qualquer outro ato não relacionado à realização de audiência em si.

## 7. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

### 7.1. Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Boas Práticas: a) expansão da prática da conciliação em ações sobrestadas; b) aumento do número de processos por mutirão; c) mudança na rotina de movimentação dos processos para maior agilidade na sua tramitação; d) aumento de pedidos de conciliação pela ferramenta “Quero Conciliar”; e) realização de reuniões com a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, Advocacia Geral da União e Caixa Econômica Federal para definição do procedimento e das matérias passíveis de conciliação; f) edição de normativos (Provimentos 5 e 6/2018-Corregedoria e Ato 352/2018-Presidência).

Dificuldades: a) grande rotatividade de conciliadores nos CEJUSCs; b) ausência de cadastramento no TRF5 de câmaras privadas de conciliação e mediação, apesar da edição do Ato n. 352/2018-Presidência TRF5.

## 8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000705-65.2018.4.05.9999	16/4/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Devolvido ao Gabinete do Relator, por se tratar de agravo de instrumento, cuja ação principal encontra-se em trâmite na Justiça Estadual. Despacho proferido em 4/9/2019.		
0806021-21.2016.4.05.0000	21/8/2016	37 - Embargos de Terceiro Cível

Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0003519-89.2014.4.05.9999	9/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido à Vice-Presidência diante da tentativa frustrada da conciliação. Despacho proferido em 3/9/2019.		
0000911-84.2015.4.05.9999	18/3/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido à Vice-Presidência diante da tentativa frustrada da conciliação. Despacho proferido em 3/9/2019.		
0002260-88.2016.4.05.9999	17/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Juntada de petição da parte autora em 17/9/2019. Decisão homologatória proferida em 26/9/2019		
0002789-10.2016.4.05.9999	7/10/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devolvido à Vice-Presidência diante da tentativa frustrada da conciliação. Despacho proferido em 3/9/2019.		
0001857-85.2017.4.05.9999	12/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remetido à PRF-5ª Região para ciência de decisão homologatória de acordo proferida em 3/9/2019.		
0004043-91.2011.4.05.9999	22/6/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devolvido à Vice-Presidência diante da tentativa frustrada da conciliação. Despacho proferido em 3/9/2019.		
0004822-41.2014.4.05.9999	17/11/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Devolvido à Vice-Presidência diante da tentativa frustrada da conciliação. Despacho proferido em 3/9/2019.		
0005040-69.2014.4.05.9999	15/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido à comarca de origem em 18/9/2019 após o trânsito em julgado (17/9/2019) da decisão homologatória proferida 29/7/2019.		
0000256-84.2009.4.05.8201	28/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando decurso de prazo para manifestação da parte autora. Fim do prazo: 1º/10/2019		
0000252-47.2009.4.05.8201	28/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando decurso de prazo para manifestação da parte autora. Fim do prazo: 1º/10/2019.		
0803941-50.2017.4.05.0000	8/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando decurso de prazo para manifestação da parte autora.		
0809255-11.2016.4.05.0000	14/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando manifestação da União sobre possível acordo acerca do tema 810.		
0802176-08.2014.4.05.8000	5/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0800027-09.2014.4.05.8107	12/11/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0805642-98.2014.4.05.8100	14/5/2015	198 - Apelação Cível



Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0804870-49.2016.4.05.8300	20/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0800299-69.2015.4.05.8300	24/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0802153-78.2013.4.05.8200	5/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido ao Gabinete do Relator diante da tentativa frustrada da conciliação. Despacho proferido em 16/9/2019.		
0805277-98.2015.4.05.8200	18/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0804383-59.2014.4.05.8200	3/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0800382-02.2012.4.05.8200	13/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		
0811203-71.2017.4.05.8400	19/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência, remetido à 1ª Instância para realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC.		

## 9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Todos os 24 processos selecionados foram inspecionados. Destes, 11 eram físicos e 13 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas foram verificados com base no respectivo extrato processual.

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

a) dar prioridade ao andamento do processo n. 0000252-47.2009.4.05.8201, tendo em vista que o prazo para manifestação da parte encerrou-se em 1º/10/2019; e

b) adotar as providências para vencer a morosidade relativa ao processo nº 0806021-21.2016.4.05.0000, tendo em vista que o feito se encontra na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, desde 25/7/2018, para realização de audiência. O Gabinete informou, após contato com a 4ª Vara Federal de Natal, que a audiência foi marcada para o dia 18/11/19, às 14h.

## **12) RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE**

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior, pela Juíza Federal Isabelle Marne Cavalcanti de Oliveira Lima e por seus servidores, dentre eles a servidora Anastácia Barros de Figueiredo.

O Gabinete de Conciliação se encontra vinculado à Corregedoria Regional. Com o início do biênio 2019/2021, o Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior assumiu a Corregedoria e a unidade (em 3/4/2019), com o auxílio da Juíza Federal Isabelle Marne Cavalcanti de Oliveira Lima, que é auxiliar da Corregedoria.

Como informado, a fim de incentivar a conciliação em temas que compõem parte considerável do acervo de processos sobrestados do Tribunal, a nova gestão, em conjunto com a Vice-Presidência, modificou o procedimento dos feitos para conciliação.

Até então, eram enviados em lotes ao Gabinete de Conciliação, para que lá as partes fossem intimadas a fim de se manifestar quanto à possibilidade de acordo e eventual proposta a ser apresentada.

Em reunião realizada entre a Corregedoria, a Vice-Presidência, a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Advocacia-Geral da União foi definido que seria dada vista dos feitos aos advogados públicos para que avaliassem aqueles com possibilidade de acordo e, desde já, fosse apresentada proposta.

A partir daí, tais processos são enviados ao Gabinete para que a parte contrária seja intimada a manifestar-se quanto à proposta. O mesmo procedimento foi adotado quanto aos processos referentes a expurgos inflacionários, junto à Caixa Econômica Federal.

Atualmente, o Gabinete aponta a dificuldade na seleção e atuação dos conciliadores, uma vez que, por não ser uma atividade remunerada, acaba por apresentar grande rotatividade.

Foi apontada também a dificuldade encontrada pelas Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação de preencherem os requisitos previstos no Ato n. 352/18 da Presidência para cadastramento junto ao Tribunal.

O Ato n. 352/18 da Presidência (editado pelo então Presidente Manoel de Oliveira Erhardt) e o Provimento n. 6/18 da Corregedoria (editado pelo então Corregedor-Regional Paulo Machado Cordeiro) demonstram o comprometimento do Tribunal com a atividade de conciliação.

O Provimento, decorrente das recomendações feitas na Inspeção CJF/2018, dispôs sobre os procedimentos a serem seguidos pelos CEJUSCs nas conciliações e mediações processuais e pré processuais, permitindo, assim, planejar a conciliação de modo coordenado entre os Estados da Região. O Ato, editado em seguida, promoveu a abertura de inscrições para cadastro de Câmaras Privadas de Conciliação e

Mediação junto ao Tribunal, a fim de regulamentar a utilização de seus conciliadores e/ou mediadores nos CEJUSCs.

No que tange às recomendações da última inspeção, foram, dentro do possível cumpridas, sendo constatado que a unidade adotou medidas que possibilitaram o crescimento do número de acordos homologados, como (i) a realização de mutirões com a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Advocacia-Geral da União e a Caixa Econômica Federal; e (ii) a regulamentação e uniformização dos procedimentos de conciliação tanto no Tribunal quanto nas Seções Judiciárias.

De qualquer modo, comparativamente aos demais TRFs, a quantidade de conciliação pode ainda crescer, para se aproximar do ideal da meta 3. Isso pode ser apontado especialmente em relação a feitos com a Caixa Econômica Federal, cujo âmbito de acordo, na prática, tem ficado limitado aos temas 264, 265 e 285 da repercussão geral do STF.

Para tanto, a unidade, dentro das carências e respeitadas as escolhas do próprio TRF5, deve procurar ter servidor próprio (ou mínimo quadro próprio), não mutável a cada troca de gestão.

### **13) RECOMENDAÇÕES**

a) Planejar a conciliação em coordenação com as Seções Judiciárias da Região, de modo a manter o crescimento do número de feitos conciliados, atento ao ideal da meta 3 do CNJ;

b) Estudar a formação, ainda que com composição mínima, de quadro próprio para o setor; e

c) Manter o método de trabalho e continuar investindo nas boas práticas.

## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

#### 1.1. Nome da Escola de magistratura:

Escola de Magistratura Federal da 5ª Região - ESMAFE

#### 1.2. Região:

5ª Região

#### 1.3. Diretor da Escola:

Desembargador Federal Rogerio de Meneses Fialho Moreira

#### 1.4. Responsável pela resposta:

Luiz Albuquerque Melo Analista Judiciário - Coordenador da ESMAFE.

### 2. FORMAÇÃO CONTINUADA

#### 2.1. Relate as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explícite em relação a cada público: desembargadores e juízes):

Como a ESMAFE possui núcleos seccionais, um para cada seção judiciária da área de jurisdição do TRF5, o planejamento das ações de capacitação na formação continuada não enfrenta muitas dificuldades no 1º grau, dada a proximidade do Diretor de Núcleo com seus colegas na seção. No TRF5, o planejamento dos cursos está concentrado no Diretor da Escola, que identifica junto aos magistrados os principais problemas e oportunidades nos quais a ação da Escola pode auxiliar sua resolução. Na execução das atividades, as principais dificuldades estão relacionadas ao reduzido número de componentes das equipes de apoio, tanto no 1º grau quanto no TRF5, que implicam em grande esforço para o correto acompanhamento e controle das atividades de ensino. No Tribunal, responsável pela Formação Inicial, tal aspecto é ainda mais relevante, pois implica em grande dificuldade na formalização da contratação e pagamento de formadores quando realizada concomitantemente com as atividades de apoio à realização dos cursos.

#### 2.2. Anexe lista nominal dos desembargadores e o total de carga horária em atividades credenciadas pela Enfam a partir da última inspeção.

Cid Marconi Gurgel de Souza - 24 h/a; Edilson Pereira Nobre Júnior - 24 h/a; Fernando Braga Damasceno - 64 h/a; Rogerio de Meneses Fialho Moreira - 24 h/a; Ruben de Mendonça Canuto Neto - 24 h/a.

### 3. FORMAÇÃO DE FORMADORES

#### 3.1. Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

Desembargadores: 6, sendo 5 com Módulo 1 do Nível 1 e 1 com Módulos 1 e 2 do Nível 1.

Juízes Federais: 72, sendo 31 com Módulo 1 do Nível 1, 21 com Módulos 1 e 2 do Nível 1, 20 com Nível 1 completo. Destes 20 com Nível 1 completo, 5 fizeram também o Nível 2.

#### 3.2. Anexar lista nominal dos formadores que atuaram nas atividades da Escola (nome e tribunal de origem) e o total de horas-aula ministradas a partir da última inspeção.

Nome do Magistrado	Cargo	Órgão	Formação de Formadores	TOTAL CH
NEWTON DE LUCCA	DF	Tribunal Regional Federal 3ª Região	N/D	10
JOÃO BATISTA LAZZARI	DF	Tribunal Regional Federal 4ª Região	N/D	7
CARLOS REBÊLO JÚNIOR	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região	N1(M1)	21
CID MARCONI GURGEL DE SOUZA	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região	N1(M1)	4
EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região	N1(M1)	12
ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		4
FERNANDO BRAGA DAMASCENO	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região	N1(M1+M2)	4
FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		15
JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARAES	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		2
LEONARDO HENRIQUE DE C. CARVALHO	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		1
MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		0
PAULO MACHADO CORDEIRO	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		2
PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DF	Tribunal Regional Federal 5ª Região		4
ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA	JF	Justiça Federal em Alagoas	N1(M1)	2
CAMILA MONTEIRO PULLIN MILAN	JF	Justiça Federal em Alagoas	N1(M1+M2)	29,2
CRISTIANE MENDONÇA LAGE	JF	Justiça Federal em Alagoas	N1(M1)	12
FELINI DE OLIVEIRA WANDERLEY	JF	Justiça Federal em Alagoas		16,8
FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS	JF	Justiça Federal em Alagoas	N1(M1+M2+M3)	46,4
JOSÉ DONATO DE ARAÚJO NETO	JF	Justiça Federal em Alagoas		7,2
RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR	JF	Justiça Federal em Alagoas		12
ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	JF	Justiça Federal em Alagoas		20
CARLOS GERALDO TEIXEIRA	JF	Justiça Federal em Minas Gerais	N/D	7
ALLAN ENDRY VERAS FERREIRA	JF	Justiça Federal em Pernambuco		12,6
AMANDA TORRES DE LUCENA DINIZ ARAUJO	JF	Justiça Federal em Pernambuco	N1(M1+M2)	65
CAROLINA SOUZA MALTA	JF	Justiça Federal em Pernambuco		4
CESAR ARTHUR CAVALCANTI DE CARVALHO	JF	Justiça Federal em Pernambuco	N1(M1+M2); N2	107
CLÁUDIO KITNER	JF	Justiça Federal em Pernambuco		2
DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI	JF	Justiça Federal em Pernambuco	N1(M1)	12,6
FRANCISCO ANTONIO DE BARROS E SILVA NETO	JF	Justiça Federal em Pernambuco	N1(M1+M2)	23,8
FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER	JF	Justiça Federal em Pernambuco	N1(M1+M2+M3)	40
FREDERICO JOSÉ PINTO DE AZEVEDO	JF	Justiça Federal em Pernambuco		2
MARÍLIA IVO NEVES	JF	Justiça Federal em Pernambuco		16,8
NILCÉA MARIA BARBOSA MAGGI	JF	Justiça Federal em Pernambuco	N1(M1+M2)	4,8
RODRIGO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO	JF	Justiça Federal em Pernambuco		2
PAULO CRISTÓVÃO DE ARAÚJO SILVA FILHO	JF	Justiça Federal em Santa Catarina	N/D	4
FERNANDO MARCELO MENDES	JF	Justiça Federal em São Paulo		2
LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	JF	Justiça Federal em São Paulo	N/D	2
EDMILSON DA SILVA PIMENTA	JF	Justiça Federal em Sergipe		12
FÁBIO CORDEIRO DE LIMA	JF	Justiça Federal em Sergipe	N1(M1+M2+M3)	24
FERNANDO ESCRIVANI STEFANIU	JF	Justiça Federal em Sergipe	N1(M1)	7,2
LIDIANE VIEIRA BOMFIM PINHEIRO DE MENESES	JF	Justiça Federal em Sergipe	N1(M1)	43,6
RONIVON DE ARAGÃO	JF	Justiça Federal em Sergipe	N1(M1+M2+M3)	28,4

TIAGO JOSÉ BRASILEIRO FRANCO	JF	Justiça Federal em Sergipe	N1(M1+M2+M3)	7,2
BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO	JF	Justiça Federal na Paraíba	N1(M1+M2)	2
BRUNO TEIXEIRA DE PAIVA	JF	Justiça Federal na Paraíba	N1(M1)	117,8
EMILIANO ZAPATA DE MIRANDA LEITÃO	JF	Justiça Federal na Paraíba	N1(M1+M2+M3)	46,8
FERNANDO AMÉRICO DE FIGUEIREDO PORTO	JF	Justiça Federal na Paraíba		7,2
HELENA DELGADO RAMOS FIALHO MOREIRA	JF	Justiça Federal na Paraíba	N1(M1)	2
JOÃO PEREIRA DE ANDRADE FILHO	JF	Justiça Federal na Paraíba		16,4
SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA	JF	Justiça Federal na Paraíba	N1(M1+M2+M3)	30
TÉRCIUS GONDIM MAIA	JF	Justiça Federal na Paraíba		7,2
ALCIDES SALDANHA LIMA	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2+M3)	24,4
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI SILVEIRA	JF	Justiça Federal no Ceará		16,8
BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1)	3
CÍNTIA MENEZES BRUNETTA	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2); N2	201
DANILO FONTENELE SAMPAIO CUNHA	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2+M3)	16
DARTANHAN VERCINGETÓRIX DE ARAÚJO E ROCHA	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2); N2	12
GEORGE MARMELESTEIN LIMA	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1)	226,4
GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA	JF	Justiça Federal no Ceará		14
JOSÉ EDUARDO DE MELO VILAR FILHO	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2+M3)	2
JOSÉ MAXIMILIANO MACHADO CAVALCANTI	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2)	18
LEONARDO RESENDE MARTINS	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1)	196
MARCELO SAMPAIO PIMENTEL ROCHA	JF	Justiça Federal no Ceará		7,2
NAGIBE DE MELO JORGE NETO	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2+M3)	44
NILIANE MEIRA LIMA	JF	Justiça Federal no Ceará	N1(M1+M2+M3)	50,8
ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK	JF	Justiça Federal no Paraná	N/D	2
JOSÉ ANTÔNIO SAVARIS	JF	Justiça Federal no Paraná	N/D	6
MÁRCIA MARIA NUNES BARROS	JF	Justiça Federal no Rio de Janeiro	N1(M1+M2+M3)	70
VLADIMIR SANTOS VITOVSKY	JF	Justiça Federal no Rio de Janeiro	N1(M1+M2+M3); N2	75
CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte	N1(M1)	62
FÁBIO LUIZ DE OLIVEIRA BEZERRA	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte	N1(M1+M2)	24
IVAN LIRA DE CARVALHO	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte		1
LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte	N1(M1+M2)	2
MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte	N1(M1+M2+M3)	170
SOPHIA NÓBREGA CÂMARA LIMA	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte		4
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR	JF	Justiça Federal no Rio Grande do Norte	N1(M1+M2)	4
GUILHERME JANTSCH	JFS	Justiça Federal em Sergipe		1
SERGIO SILVA FEITOSA	JFS	Justiça Federal em Sergipe	N1(M1)	1
GABRIELA HARDT	JFS	Justiça Federal no Paraná	N/D	4
EDUARDO SOUSA DANTAS	JFS	Justiça Federal no Rio Grande do Norte	N1(M1)	4
RODRIGO ARRUDA CARRIÇO	JFS	Justiça Federal no Rio Grande do Norte		2
LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA	Ministro	Superior Tribunal de Justiça		7
MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	Ministro	Superior Tribunal de Justiça	N1(M1)	4

#### 4. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

a) Quadro de pessoal: 10 servidores

b) Cargos e funções comissionadas em atividade: 1 CJ-1, 1 FC-06, 1 FC-05, 1 FC-04 e 2 FC-02

- Analista Judiciário - 3 (dois ocupando as funções CJ-1 e FC-06)

- Técnico Judiciário - 7 (quatro deles ocupando as funções FC-05 e FC-04 e FC-02).

No ano de 2019, a ESMAFE recebeu duas funções comissionadas, sendo uma FC-04 e uma FC-02 transferidas da secretaria da Presidência na reforma administrativa promovida pela gestão atual do TRF5; tais funções já eram ocupadas por servidores até então cedidos pela presidência à Escola.

c) Atribuições específicas da unidade:

A Escola de Magistratura Federal da 5ª Região foi criada através da Resolução n. 16, de outubro de 1999 e instalada em 24 de novembro do mesmo ano.

Em quase 20 anos de funcionamento, a ESMAFE teve sua sede em dois locais: no Anexo II do TRF5, localizado na Rua do Brum, e no Anexo I do TRF5 (sede atual), localizado na Avenida Cais do Apolo.

A Escola dispõe de Núcleos descentralizados nas Seções Judiciárias de todos os Estados que compõem a 5ª Região, quais sejam: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os Núcleos foram criados e instalados a partir de 2004.

No mesmo ano, a exemplo das demais Escolas Judiciais e de Magistratura de todo o país, a ESMAFE passou por uma redefinição de perfil com o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, que criou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), e tornou obrigatória tanto a formação inicial quanto a formação continuada dos magistrados, inclusive para sua promoção por merecimento.

Posteriormente, a Resolução n. 532/06 do CJF, que instituiu o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa dos Juízes Federais, e também as Resoluções n. 1/07 e n. 2/07 da ENFAM, estabeleceram as normas para realização de Cursos para a Magistratura, e, conjuntamente, definiram o novo papel que foi atribuído às Escolas.

A Resolução n. 25, de 10 de dezembro de 2008, que aprova o novo Regimento Interno desta Corte, no art. 35, § 2º atribuiu à ESMAFE as seguintes incumbências:

“Ordenar, estimular e desenvolver as atividades dirigidas a complementar a formação intelectual, a pesquisa e o treinamento dos Desembargadores Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos, através da atuação própria ou mediante convênio com instituições de ensino de reconhecida qualidade e excelência, cabendo-lhe, ainda, editar a Revista da ESMAFE e outros periódicos autorizados pelo Plenário”.

Nestes vinte anos, a ESMAFE tem se consolidado como uma Escola de Magistratura reconhecida pela excelência de seu corpo docente, composto majoritariamente por magistrados federais da Região, e pela qualidade de suas ações formativas, planejadas e executadas de acordo com as diretrizes pedagógicas da ENFAM, que hoje se denomina Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Saulo de Figueiredo Teixeira.

d) quantidade de cursos realizados e de magistrados formados – período 2018 até o presente momento:

- ano de 2018: 24.

- ano de 2019 (até final de outubro): 22.

Previstos nos meses de novembro e dezembro o ministério de 6 cursos.

Depreende-se que há uma preocupação da escola em propiciar aos juízes – em fase de formação ou aperfeiçoamento – cursos diversificados, com temas não apenas dogmáticos (temas jurídicos *stricto sensu*) como críticos, reflexivos.

A Escola é formada por Núcleos – um por seção judiciária – e foi conferida autonomia para que estes, por meio de seus juízes, definam os temas mais relevantes, consoante a peculiaridade local. Cada estado da Região possui suas peculiaridades, particularmente no que toca à natureza das demandas. O diálogo reflexivo da escola com essas particularidades se dá com a consideração temática das necessidades. Estas podem ser ou não sazonais. Verificou-se a preocupação da direção da ESMAFE em que os estudos e cursos espelhem essas peculiaridades. A relação teoria/prática acaba por se diluir e se transformar em uma sinergia positiva. Em suma, verificamos, na direção do aperfeiçoamento institucional do labor de juízes e servidores, a verdadeira organização da Escola, assim como nos trabalhos e cursos ministrados e ofertados aos operadores do Direito.

Os seguintes cursos que foram ministrados nos anos 2018-2019:

a) **2018** - A DECISÃO JUDICIAL À LUZ DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO - AL; A DECISÃO JUDICIAL À LUZ DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO - CE; ASPECTOS GERAIS E QUESTÕES CONTROVERTIDAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL; ASPECTOS PRÁTICOS DA PERSECUÇÃO EM LAVAGEM DE DINHEIRO; ASPECTOS RELEVANTES DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NA JUSTIÇA FEDERAL - SE; ATIVIDADE DE TUTORIA – FOFO NÍVEL 2; ATUALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL - NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (LEI 13.445); COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO - AL; CONTROLE JUDICIAL DE CONCURSOS PÚBLICOS - PE; CORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO E FERRAMENTAS DE INVESTIGAÇÃO; DA MANI PULITE À LAVA JATO: ANALOGIAS E DIFERENÇAS; DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES LITIGANTES - EAD; DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA VISÃO GLOBAL; DIREITO AMBIENTAL DA FLORA; DIREITO AMBIENTAL DA FLORA - 2ª EDIÇÃO; DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL: ENTRE OS PROBLEMAS DE SEMPRE E OS DESAFIO; DIREITO DIGITAL - RN; DIREITOS HUMANOS, DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA - DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA; FORMAÇÃO DE FORMADORES – DESENVOLVIMENTO DOCENTE - NÍVEL 1 MÓDULO; FORMAÇÃO DE FORMADORES - DESENVOLVIMENTO DOCENTE - NÍVEL 1 MÓDULO 2; FORMAÇÃO DE FORMADORES - DESENVOLVIMENTO DOCENTE - NÍVEL 1 MÓDULO 2; FORMAÇÃO DE FORMADORES - DESENVOLVIMENTO DOCENTE -NÍVEL 1 MÓDULO 3; FORMAÇÃO DE FORMADORES - MÓDULO DE COORDENAÇÃO EDUCACIONAL PEDAG; FORMAÇÃO DE FORMADORES - MÓDULO PLANEJAMENTO DE ENSINO; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 1 - MÓDULO 1 - TURMA 2 - MEDIAÇÃO; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 2 - OFICINA: AVALIAÇÃO; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 2 - OFICINA: COMUNICAÇÃO; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 2 - OFICINA: ESTRUTURAÇÃO; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 2 - PLANEJAMENTO DE ENSINO; FORMAÇÃO DE FORMADORES -DESENVOLVIMENTO DOCENTE - NÍVEL 1 - MÓDULO; FORMAÇÃO DE FORMADORES SISTEMATIZADA NÍVEL 1 MÓDULO 1 - TRF5; FORMAÇÃO DE TUTORES NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA - 2018; FORMAÇÃO DE TUTORES NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA - 2018; FORMAÇÃO INICIAL - MÓDULO NACIONAL – TJPA; FORMAÇÃO INICIAL - MÓDULO NACIONAL - TJSP - TURMA A;



FORMAÇÃO INICIAL - MÓDULO NACIONAL - TJSP - TURMA B; FORMAÇÃO INICIAL - MÓDULO NACIONAL - TJSP - TURMA C; GESTÃO CARTORÁRIA EAD; IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; INTEGRIDADE E INDEPENDÊNCIA JUDICIAL; INTRODUÇÃO AO DIREITO AMERICANO PARA JUÍZES - CE; INTRODUÇÃO AO DIREITO AMERICANO PARA JUÍZES - PB; IX JORNADA INTERNACIONAL DIREITO E JUSTIÇA - UBA; JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - AL; JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - PE; LEI 12.850/2013: ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA, MAGISTRATURA: UM ANO DEPOIS; MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: ABORDAGEM SISTEMÁTICA RESTAURATIVA; O JUDICIÁRIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; PENSAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO - PE; PRÁTICO: TESOURO GERENCIAL; PROCESSO TRIBUTÁRIO RN; PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA PARA MAGISTRADOS - MÓDULO; QUESTÕES POLÊMICAS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL EAD; REUNIÃO COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA REGIÃO NORDESTE 1; SOLUÇÕES INOVADORAS NAS EXECUÇÕES FISCAIS DE CONSELHOS PROFISSIONAIS; TEORIA E PRÁTICA DA DOCÊNCIA ON-LINE - TURMA 1 - 2018; V CONGRESSO RECIFENSE DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL; VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL; VIII JORNADA INTERNACIONAL DERECHO Y JUSTICIA; WORKSHOP DEMANDAS ESTRUTURAIS E LITÍGIOS DE ALTA COMPLEXIDADE.

b) **2019** - 1º CURSO NACIONAL JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS; 1º CURSO A CORRUPÇÃO E OS DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO; 1º CURSO NACIONAL PARA DIRETORES DE FORO: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO; 2º CURSO NACIONAL O JUIZ E OS DESAFIOS DO PROCESSO COLETIVO; ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL PARA UMA MAIOR EFETIVIDADE PROCESSUAL; ASPECTOS GERAIS E QUESTÕES CONTROVERTIDAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL; ASPECTOS RELEVANTES DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NA JUSTIÇA FEDERAL - AL; COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL - JFPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA CURSO INTERNACIONAL SOBRE TEMAS ATUAIS EM MATÉRIA DE PROPRIEDADE INTERNACIONAL; DEMANDAS ESTRUTURAIS, REPETITIVAS E DE ALTA COMPLEXIDADE; DIREITO DIGITAL - PB; DIREITO DIGITAL - PE; DIREITO PREVIDENCIÁRIO: BENEFÍCIOS COM ÊNFASE AOS TRABALHADORES RURAIS; FORMAÇÃO DE FORMADORES - DESENVOLVIMENTO DOCENTE - NÍVEL 1 - MÓDULO 1; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 1 - MÓDULO 1 - REGIÃO NORDESTE 1; FORMAÇÃO DE FORMADORES - NÍVEL 1 - MÓDULO 3; FORMAÇÃO DE FORMADORES SISTEMATIZADA NÍVEL 1 MÓDULO 2 - TRF5; FORMAÇÃO DE FORMADORES SISTEMATIZADA NÍVEL 1 MÓDULO 3 - TRF5; FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS GESTORES - RN; FORMAÇÃO INICIAL - MÓDULO NACIONAL - TRF5; GESTÃO DE PESSOAS; INICIAÇÃO À MAGISTRATURA FEDERAL DA 5ª REGIÃO - XIV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAIS; INTERFORENSICS 2019; INTRODUÇÃO AO DIREITO AMERICANO PARA JUÍZES - AL; INTRODUÇÃO AO DIREITO AMERICANO PARA JUÍZES - PE; LEI ANTICORRUPÇÃO - PE; LEI ANTICORRUPÇÃO - RN; LEI Nº 12.850/2013 - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA; LEI Nº 12.850/2013 - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA; O ENSINO E A PRÁTICA JURÍDICA - FACULDADE DAMAS; O JUIZ E A ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL; O SETOR ELÉTRICO E A JUSTIÇA; OFICINA DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA ESTRUTURAÇÃO DO CURSO A DISTÂNCIA; OFICINA PARA CAPACITAÇÃO DOS

SUPERVISORES SECCIONAIS DA PRÁTICA JURISDICIONAL; OS JUÍZES E AS MÍDIAS SOCIAIS; PRAGMATISMO JURÍDICO; PROCESSO DE CONHECIMENTO NO CPC/2015; QUESTÕES POLÊMICAS DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL; X JORNADA INTERNACIONAL DIREITO E JUSTIÇA - UFS/UBA; XXIV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL - UFS.

## **5. RECOMENDAÇÕES**

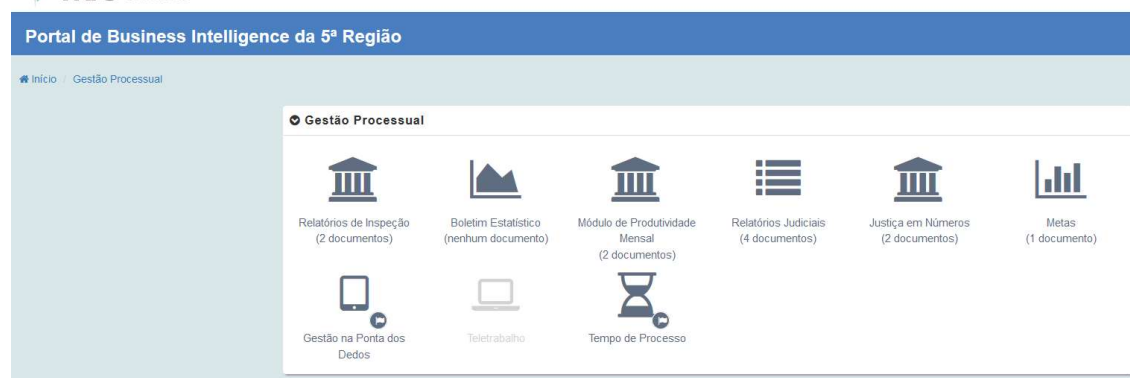
Em conclusão, é um método de trabalho que merece elogio, devendo apenas que a ESMAFE mantenha o caráter interdisciplinar que a caracteriza, com o objetivo de lograr contribuição no aperfeiçoamento de juízes federais, em consonância com as atuais demandas de inovação e otimização da gestão dos processos decisórios da Corte, com o envolvimento de seus magistrados e servidores.

## ESTATÍSTICA

### 1. Análise da Base de dados e de outras informações obtidas durante a inspeção

Na etapa preparatória da inspeção realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem inspecionados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas de cada feito, tais como: número do processo, data da última movimentação, data da primeira distribuição, data da última conclusão, data do julgamento/decisão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada, processos com carga há mais de 60 dias.

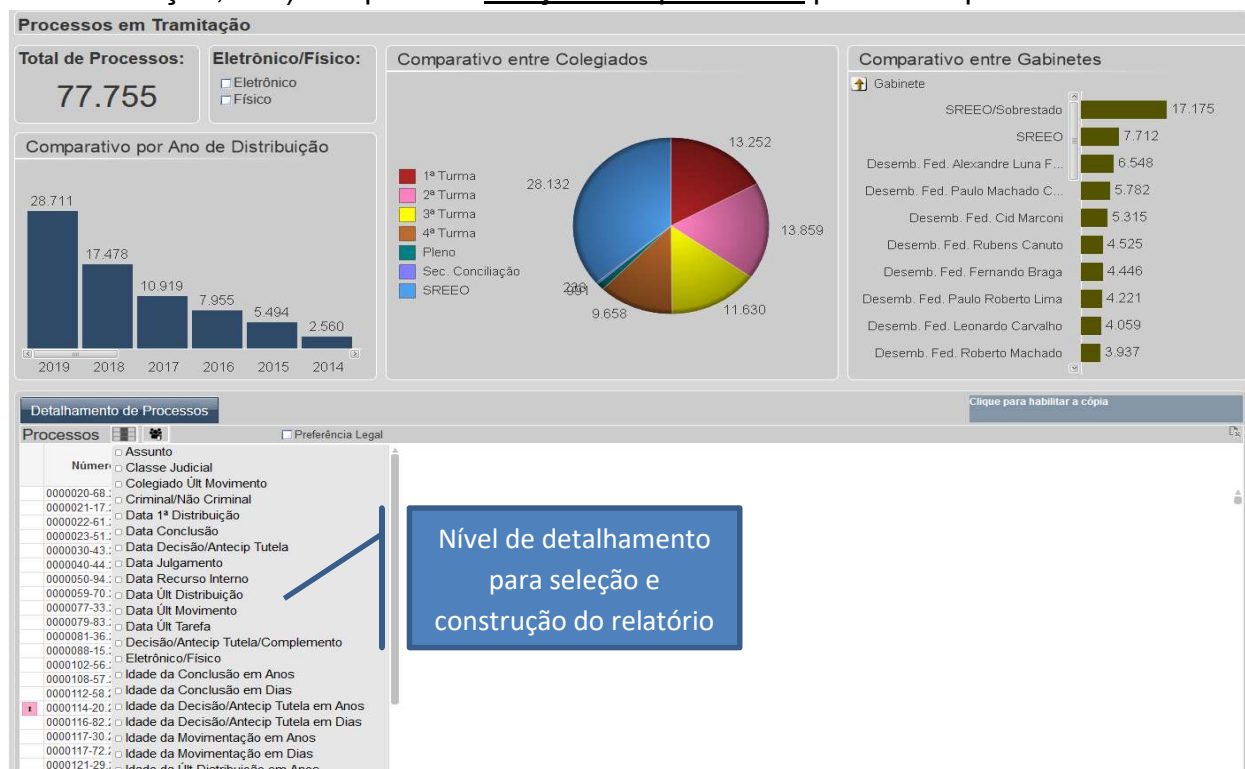
Os resultados desse trabalho permitiram perceber que o Tribunal, por meio de seus sistemas processuais físico (Esparta) e eletrônico (PJe), e sua ferramenta de controle da informação (*Business Intelligence - BI*), demonstra ter significativo controle de seus dados estatísticos e volume expressivo de informações parametrizadas para atender a gabinetes, secretarias, e demais órgãos internos e externos do tribunal. Essa percepção, em conjunto com outros diagnósticos produzidos em inspeções anteriores, revelam que o Tribunal obteve expressiva evolução na gestão do acervo processual da maioria das unidades, tendo a nova ferramenta de *BI* importante participação nesse processo, que se iniciou há quatro anos. As imagens a seguir ilustram algumas das telas utilizadas pelos gabinetes que os auxiliam na gestão do acervo processual e na produção de estatísticas que ajudam no processo de tomada de decisão.



O painel “Gestão na Ponta dos Dedos” é um ótimo exemplo onde magistrados podem acompanhar o desempenho de seu gabinete e produzir séries históricas que permitem avaliar a sua evolução e dos demais gabinetes.



Para demonstrar a diversidade de informação, a tela a seguir ilustra outro tipo de relatório com métricas de acompanhamento em tempo “d-1”, onde gabinetes podem selecionar o nível de detalhamento da informação desejada (por assunto, classe, data de distribuição, etc.) e exportar a relação dos processos para acompanhamento.



Lista de processos

A ferramenta de relatórios estruturados, adotada pelo Tribunal, constitui uma excelente prática adotada e permanece, ao longo dos últimos anos, em contínua evolução. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo tanto do 1º quanto do 2º grau.

Essa nova aplicação está disponibilizada em ambiente *web*, para acesso direto da Corregedoria-Geral que possui, a qualquer tempo, autonomia na busca dos dados para integral desenvolvimento dos trabalhos de inspeção.

## **2) Estrutura e ambiente de trabalho à disposição do Setor de Estatística**

Cabe esclarecer que, apesar da grande evolução obtida com o desenvolvimento da ferramenta de *BI*, a estrutura do Tribunal, assim como constatado em inspeções passadas, ainda não possui um núcleo ou divisão de estatística com competência própria para controle, organização, planejamento e gestão dos dados. As informações são geradas de forma descentralizada, cabendo à Secretaria Judiciária e ao Núcleo de Apoio à Corregedoria Regional a tarefa de gerir os dados conforme as necessidades afetas a sua área, sem que haja planejamento conjunto e unificado.

Tal situação é justificada pela carência de servidores públicos, cargos e funções que permitam a reestruturação dessa e de outras unidades administrativas imprescindíveis para o bom funcionamento do Tribunal. O TRF dispõe, ainda hoje, de um estatístico investido do cargo de supervisor (FC5), vinculado ao núcleo de apoio à Secretaria Judiciária, responsável, isoladamente, por todas as informações do segundo grau e demais estudos que regularmente são demandados.

## **3) Constatações sobre a Implantação da Ferramenta de “*Business Intelligence – BI*”**

Na inspeção realizada em 2018, a ferramenta de *Business Intelligence* já contava com um conjunto importante de relatórios estatísticos e, desde então, vem agregando novas telas com o objetivo de sanar as limitações do PJe, que hoje responde a 80% do acervo do Tribunal, no fornecimento de dados para controle de acervo.

Essa nova realidade permite ao setor de estatística, aos gabinetes, às unidades processantes, e aos usuários externos produzir seus próprios relatórios, conforme suas necessidades. A aplicação é de simples manuseio e permite gerar estatísticas consolidadas dos processos físicos e eletrônicos. Os painéis estatísticos de controle do acervo estão estruturados para que todas as unidades tenham acesso, de forma simples e dinâmica, aos mais variados tipos de informações, imprescindíveis para a gestão célere e autônoma.

A ferramenta de relatórios estruturados, adotada pelo Tribunal, constitui uma excelente prática e representa um grande avanço, como projeto estratégico, na gestão dos dados e controle do acervo do segundo grau.

Nesse contexto, o Setor de Estatística, a Secretaria Judiciária e a Secretaria de Tecnologia da Informação cumprem com excelente trabalho, não cabendo qualquer outra determinação relacionada a tal assunto.

**Recomendação:** A unidade de estatística responsável pelas atualizações da ferramenta de *Business Intelligence* - BI em conjunto com a Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários devem compor grupo de trabalho a fim de ajustar e fornecer os dados atualmente indisponíveis, como os dos itens 4.3 e 4.5 do relatório da citada Subsecretaria.

#### **4 – Verificação do cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009**

Quanto ao Provimento n. 2/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do Tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a ele vinculados, constatou-se que todos os modelos de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do Tribunal.

## SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Durante a inspeção foram realizadas reuniões e visitas às áreas judiciária e de tecnologia da informação, a fim de colher informações a respeito dos procedimentos adotados pelos usuários operadores dos sistemas judiciais de segundo grau.

A inspeção consistiu em examinar os sistemas processuais eletrônicos ou de acompanhamento processual, bem como processos de negócio envolvidos, conforme as seguintes vertentes:

### 1) Infraestrutura de suporte ao processo eletrônico

Análise dos aspectos relativos a infraestrutura de suporte aos sistemas processuais de 2º grau do TRF5, com base nas Resoluções 355/2015, do Conselho da Justiça Federal/CJF, e 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça/CNJ.

### 2) Distribuição processual

Análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto para os eletrônicos, inclusive aplicando bateria de testes em ambiente computacional controlado e análise de códigos-fonte, consoante a Resolução CJF 441/2005.

## Infraestrutura

O TRF da 5ª Região possui dois Data Center no edifício Sede: um antigo, que fica localizado no terceiro andar, ao lado da sala da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, e outro mais moderno, localizado no andar térreo e que entrou em uso recentemente.

A nova estrutura conta com dois geradores redundantes de 240 KVa cada, *No-Break* e bancos de baterias redundantes, sala para testes de equipamentos com acesso restrito, Sala Cofre com acesso restrito e refrigeração independente.

A Sala Cofre conta ainda com corredores quente e frio, sistema ativo de gás contra incêndio, dois *Storage* de grande capacidade, dois Servidores tipo *Blade* com fonte e links redundantes, Robô de *Backup*, conexões entre os equipamentos por fibra óptica, entre outros equipamentos de tecnologia atual.

Foi informado que parte dos equipamentos do *Data Center* antigo serão transferidos para a Seção Judiciária de Pernambuco com vista a se construir uma “nuvem privada”, interligada por links redundantes de fibra óptica (WAN) e que permitirão não somente a contingência entre as duas infraestruturas, mas também a disponibilização de serviços compartilhados.

A nova estrutura está dimensionada para permitir a expansão da capacidade conforme o volume de dados e necessidades de equipamentos assim exigir.

## **Sistemas**

Segundo as informações prestadas pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação em visita àquela unidade, os sistemas que suportam as atividades fim da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 5ª Região são desenvolvidos pelo TRF5 em parceria com as Seções Judiciárias.

O TRF utiliza duas versões do PJe: a “Versão Nacional” disponibilizada pelo CNJ, que está sendo implantada nos Juizados Especiais em substituição ao sistema Creta, e a “Versão do TRF5”, da qual se originou o sistema PJe Nacional e onde tramitam atualmente os processos de 2º grau.

Por ter se distanciado tecnológica e funcionalmente do PJe Nacional, esforços estão sendo empreendidos no sentido do nivelamento entre as duas versões, migrando-se funcionalidades desenvolvidas no PJe TRF5 para o Nacional.

Além das duas versões do PJe, há processos judiciais tramitando em outros sistemas legados, quais sejam:

- **CRETA:** Processos de Juizados Especiais e Turmas Recursais (está sendo substituído pelo PJe Nacional);
- **ESPARTA:** Processos físicos de segundo grau (não é feita distribuição de novos processos);
- **TEBAS:** Processos físicos de primeiro grau.

O sistema Esparta, em geral, não recebe mais feitos com vistas à tramitação, apenas encerramentos de inquéritos previamente lançados e consulta a processos. Há grande quantidade na condição de “Sobrestamento”, aguardando decisões do STJ e STF, que somam cerca de 83% do acervo físico.

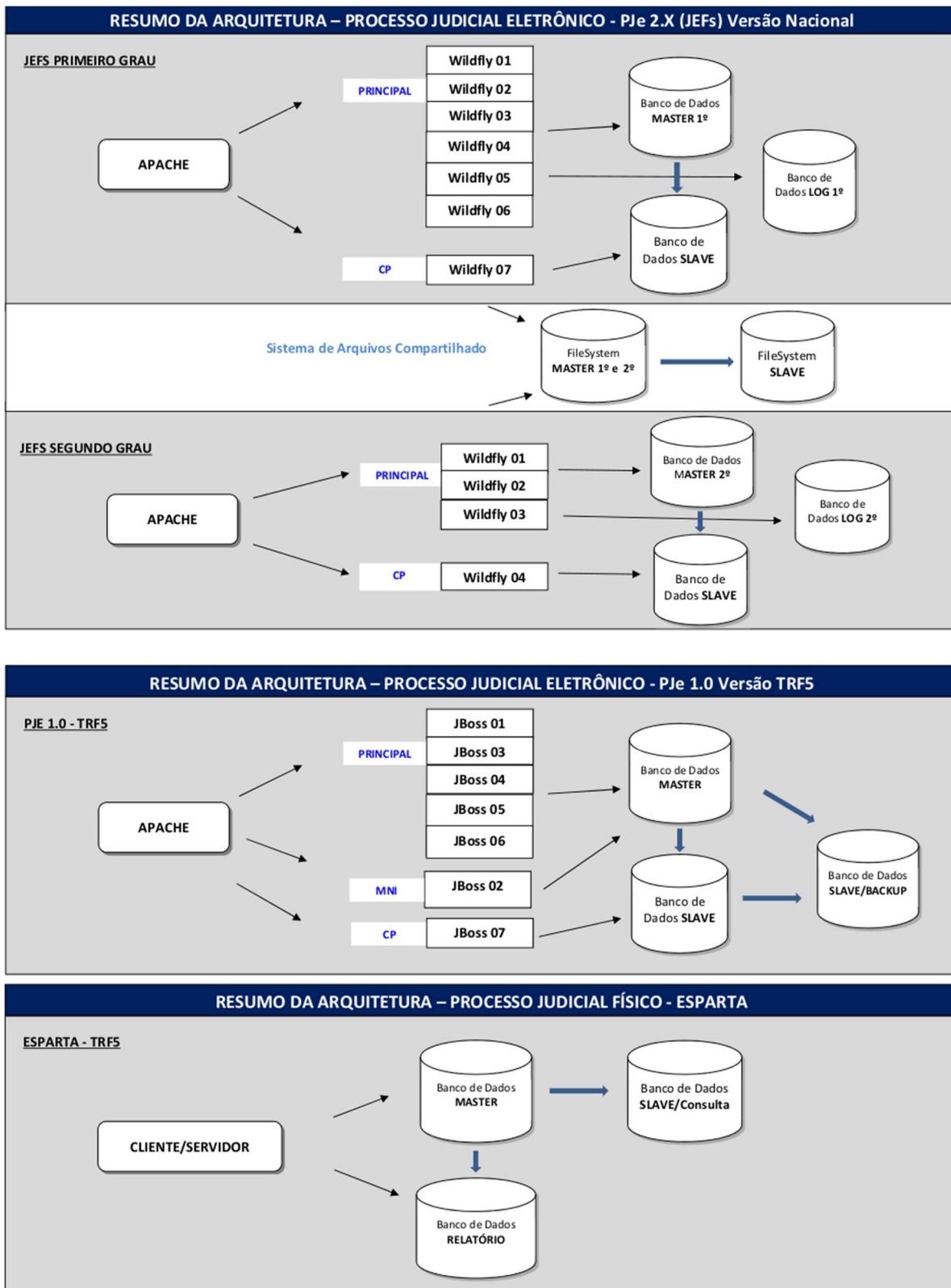
Sobre a estratégia de substituição dos sistemas legados Esparta e Tebas foi informado que não se pretende fazer migração de processos para o PJe, de modo que os processos devam tramitar nos sistemas em que foram distribuídos até o arquivamento.

Estão sendo desenvolvidas funcionalidades para consulta de processos nos sistemas legados de forma que os sistemas possam ser retirados de produção quando não houver mais tramitação.

Embora não haja mais tramitação de processos, a manutenção do sistema Esparta em produção consome considerável montante de recursos, conforme consta no contrato 47/2015 e posteriores apostilamentos.



Outro ponto a ser observado é que, como foi informado, tanto o Tebas quanto o Esparta são “aplicativos de propriedade da Contratada e licenciados para uso pela Contratante”, situação que torna o Tribunal dependente da empresa fornecedora.



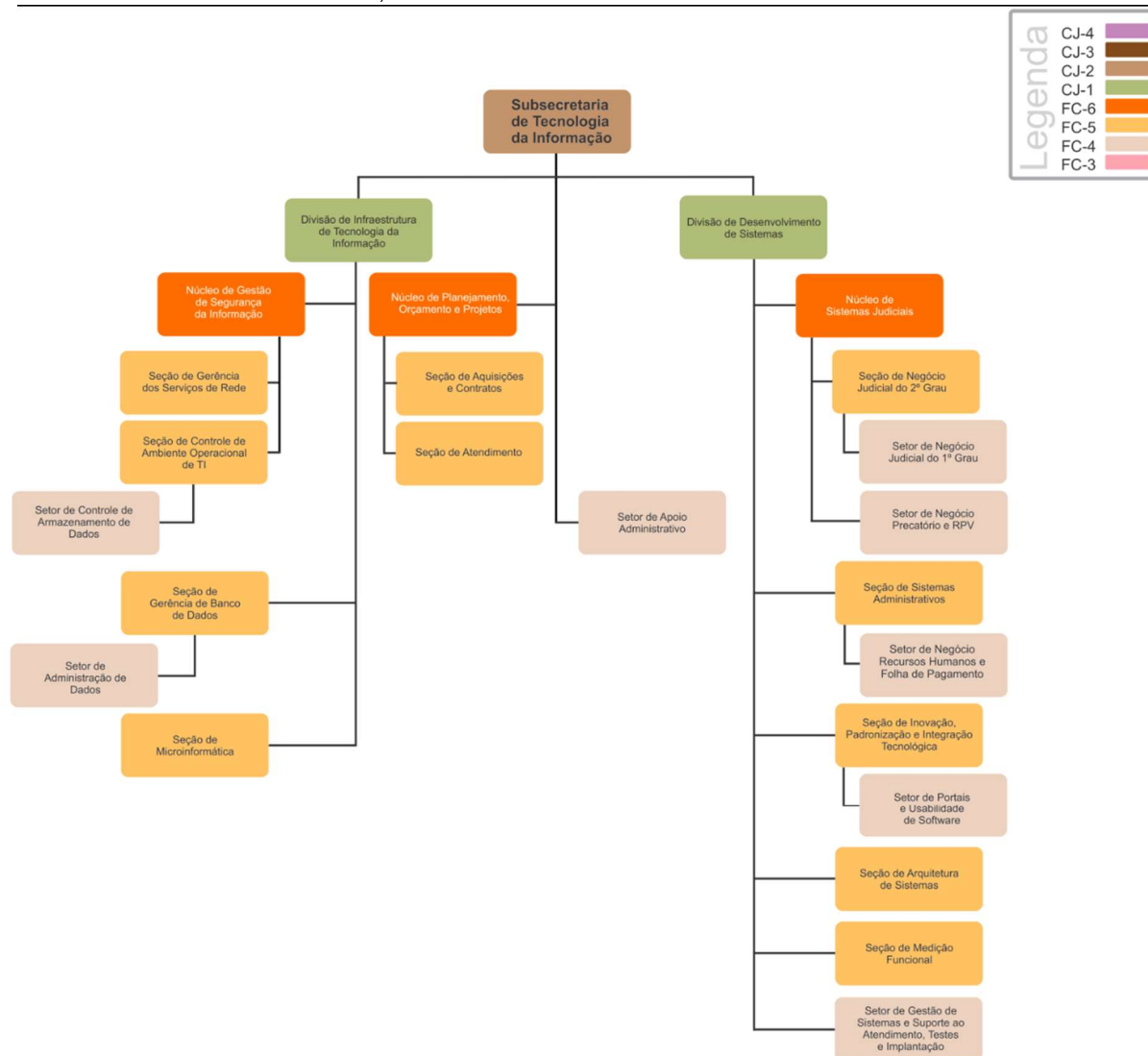
## **Pessoal**

O quadro de pessoal da Região dedicado à manutenção do sistemas judiciais conta com 22 servidores efetivos, outros 9 requisitados, 63 terceirizados e 10 estagiários, o que não atende aos critérios estabelecidos pela Resolução 211/CNJ.

Foi informado que dos 22 servidores do quadro, 8 atuam em unidades distintas da TI, embora lotados na Subsecretaria. E, ainda, que 3 possuem título de graduação, 13 possuem pós-graduação, 2 cursam mestrado, 2 concluíram mestrado e 1 possui doutorado.

Verifica-se que a área de TI está organizada em nível de Subsecretaria com divisões de Desenvolvimento e Infraestrutura, com funções limitadas a CJ2, situação diferente da encontrada em outros tribunais, em que a TI está organizada como Secretaria composta de subsecretarias de Desenvolvimento e Infraestrutura, alguns tribunais, inclusive, possuem secretarias multidisciplinares dedicadas ao processo eletrônico, compostas de servidores da área Judiciária e de TI.

As funções disponíveis na subsecretaria são: 1x CJ2 (Subsecretaria), 2x CJ1 (Divisão), 3x FC6 (Direção de Núcleo), 11x FC5, 9x FC4, e 1x FC3.



Além da força de trabalho interna, existe uma iniciativa de residência em TI promovida pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesta iniciativa, a Seção Judiciária custeia bolsas de residência aos alunos por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED-3213-48.2018JFRN) firmado com aquela instituição.

Como contrapartida, os resultados dos projetos, focados em inovação para apoio ao Processo Judicial, são entregues soluções de TI aproveitadas pela Justiça Federal.

Recentemente foram convertidos 8 cargos para a área de TI oriundos de aposentadorias em outras áreas, porém não foram ainda providos em função de restrição orçamentária.

O quadro permanente de TI é bastante deficitário frente à crescente demanda do Tribunal por soluções automatizadas, bem como ao aumento da criticidade do Processo Eletrônico para a continuidade do negócio (prestação Jurisdicional), devendo esta iniciativa de conversão de cargos ser apontada como boa prática.

## **Do procedimento de autuação**

Os processos físicos não são mais autuados no Esparta com vistas à tramitação, salvo situações excepcionais em que haja necessidade de finalização de procedimentos.

Os processos de Segundo Grau são autuados pelo próprio advogado, no sistema PJe, e são distribuídos automaticamente ao final desta etapa.

Em casos de erro na autuação, geralmente pela escolha errada de classe processual ou assuntos, é geralmente feita a sua retificação e, por vezes, a redistribuição.

Como não há separação de competência entre os Órgãos Julgadores, a simples alteração de classe não implica em redistribuição do processo.

Quando ocorre indicação de prevenção, é feito despacho nos autos e posterior redistribuição.

## **Distribuição processual**

### **Teste de distribuição no sistema PJe**

O teste no sistema PJe foi realizado em ambiente controlado disponibilizado pelo TRF5 (<https://pjeht.trf5.jus.br/pjetreina>), onde foi simulada uma distribuição por sorteio.

Ocorrido no dia 22/10/2019, às 14h, contou com a presença dos seguintes servidores: Raquel Falcão de Andrade, da Divisão de Protocolo, Registro e Distribuição, Ricardo Sergio Schmitz, do Núcleo de sistemas Judiciários, Valfredo Santiago, da Secretaria Judiciária, Rodrigo Raulino, prestador da empresa MPS e Glaucio Southier, do Conselho da Justiça Federal.

Foram distribuídos 25 processos com perfil de advogado, de forma que houvesse a chance de todos os Magistrados competentes serem sorteados duas vezes.

A classe e os assuntos não determinam a competência de turmas, pois não há separação por competência no Tribunal em razão deles.

Os Gabinetes cadastrados e aptos a receber processos no sistema foram:

- Gabinete 1 – Desembargador Federal Lázaro Guimarães;
- Gabinete 2 – Desembargador Federal Alexandre Luna Freire;
- Gabinete 3 – Desembargador Federal Cid Marconi;
- Gabinete 4 – Desembargador Federal Leonardo Carvalho;
- Gabinete 5 – Desembargador Federal Roberto Machado;
- Gabinete 6 – Desembargador Federal Paulo Cordeiro;
- Gabinete 7 – Desembargador Federal Paulo Roberto;

- Gabinete 8 – Desembargador Federal Fernando Braga;
- Gabinete 9 – Desembargador Federal Élio Siqueira;
- Gabinete 10 – Desembargador Federal Rubens Canuto;
- Gabinete 11 – Desembargador Federal Manoel Erhardt;
- Gabinete 12 – Desembargador Federal Vladimir Carvalho;
- Gabinete 13 – Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira;
- Gabinete 14 – Desembargador Federal Carlos Rebelo;
- Gabinete 15 – Desembargador Federal Edilson Nobre.

Não concorreram o Presidente do Tribunal, o Vice Presidente e o Corregedor (Gabinetes 1, 12 e 14 respectivamente).

O resultado da distribuição é exibido na tabela abaixo:

GABINETE	GAB1	GAB2	GAB3	GAB4	GAB5	GAB6	GAB7	GAB8	GAB9	GAB10	GAB11	GAB12	GAB13	GAB14	GAB15
SORTEIO															
S1									X						
S2								X							
S3					X										
S4	X														
S5						X									
S6													X		
S7					X									X	
S8														X	
S9											X				
S10									X						
S11															X
S12							X								
S13				X											
S14															X
S15								X							
S16												X			
S17											X				
S18				X											
S19			X												
S20										X					
S21						X									
S22			X												
S23	X														
S24									X						
S25							X								

É possível verificar que o sorteio apresenta razoável entropia (imprevisibilidade), tendo em vista que todos os Magistrados competentes receberam processos de forma não sequencial e não houve padrões de repetição.

A distribuição do sistema PJe do TRF5 utiliza o mesmo algoritmo do PJe Nacional, no qual todos os Magistrados competentes concorrem, ficando com menor probabilidade no sorteio aqueles que tiverem acumulador de processos maior que a média, aferida entre os competentes, acrescida da distância máxima de distribuição (parâmetro configurável do sistema).

O sistema de pesos não é utilizado no PJe do TRF5, configuração que poderia influenciar na distribuição, ficando todos com valor 1.

O sistema permite a retificação da autuação após a distribuição, e não força a redistribuição quando a alteração de classe implica na mudança de competência, ficando a tarefa de redistribuição a critério do usuário.

No caso de alteração das partes, não é acionada novamente a verificação de prevenção e também não é lançado movimento de “Retificação de Autuação”.

Foi possível alterar a classe de um processo de “Agravo” para “Apelação Cível” sem alterar os assuntos. O registro da alteração não fica disponível às partes.

### **Teste de distribuição no sistema Esparta**

Tendo em vista que no sistema Esparta não são mais distribuídos processos, o teste realizado focou na possibilidade de alteração de dados de feitos já distribuídos.

A distribuição nesse sistema funciona da seguinte maneira:

- Os processos físicos têm os dados cadastrados no módulo de *Autuação*;
- São informados pelo servidor: os dados das partes, classe, assuntos, valor da causa, processo relacionado (primeiro grau ou recurso), dependências, entre outros;
- O procedimento é totalmente dependente da habilidade do servidor, sendo necessário saber os códigos das classes processuais, código de localização, código dos Órgãos Julgadores, sequencial de classe, etc.
- A numeração é determinada por meio de etiquetas com números de processos previamente impressas e selecionadas no momento da autuação.

Após autuado, o processo fica “Pendente de Estudo de Prevenção” e o servidor precisa acessar o módulo de prevenção e digitar o número (completo) do processo.

Neste passo é possível indicar as prevenções manualmente ou executar a função “Estudo automático”. Ao final, o feito é incluído em uma fila de distribuição.

Quando o processo é prevento é feita a “distribuição por dependência”, caso contrário, é feita a “distribuição livre”.

É possível fazer a distribuição de um único processo ou de toda a fila.

Para consultar o resultado de uma distribuição, é necessário informar a data, hora e o minuto exato em que ela ocorreu.

Verifica-se que o sistema Esparta tem problemas de usabilidade, demandando diversas ações do usuário para realizar tarefas simples, bem como acesso com login e senha a diversos módulos, sendo bastante suscetível a erros.

## Dos impedimentos

O sistema Esparta permite a indicação dos impedimentos já no módulo de autuação, o que influencia o algoritmo de distribuição. Neste caso, o Magistrado indicado no processo como impedido não concorre no sorteio quando há distribuição livre.

Após a distribuição, é possível emitir uma certidão na qual constam os magistrados impedidos. A propósito:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUINTA REGIÃO

TERMO DE RECEBIMENTO

REVISÃO E DISTRIBUIÇÃO

NESTA DATA, ESTES AUTOS FORAM RECEBIDOS, REGISTRADOS E A SEGUIR DISTRIBUÍDOS POR  
PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, NA FORMA DAS NORMAS REGIMENTAIS DO TRIBUNAL E DO DEMONSTRATIVO  
ABAIXO DISCRIMINADO:

PROCESSO : 0000141-76.2019.4.05.0000 AGTR146308-PE  
ORIGEM : 3ª Vara Federal de Pernambuco  
VOLUME: 1 APENSOS: 0  
PROC. ORIG.: 0000144-31.2019.4.05.0000  
AGRTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AGRDO : UNIÃO

Distribuição por Sorteio Automático em 22/10/2019 16:11  
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO - Quarta  
ANOTAÇÕES : Desembargador/Órgão impedido/suspeito:  
DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT  
DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI  
DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR  
DESEMBARGADOR FEDERAL ALEXANDRE LUNA FREIRE

Recife, 22 de outubro de 2019

VÃO ESTES AUTOS COM CONCLUSÃO AO EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR

Recife, 22 de outubro de 2019

---

SECRETARIA JUDICIARIA

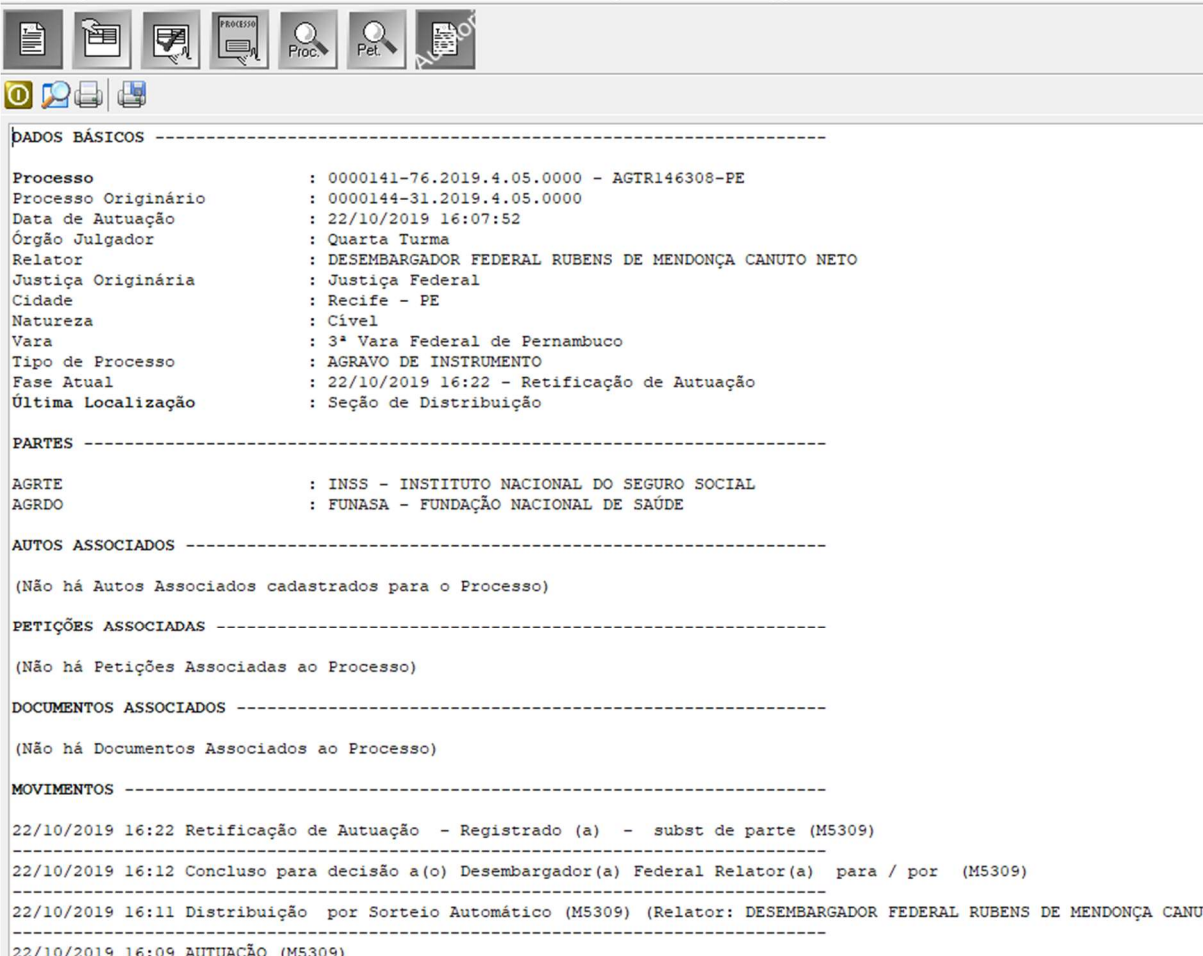
Não foi verificada funcionalidade que permitisse a exclusão dos impedidos após a distribuição do processo.

Embora disponível, foi informado que o cadastro de impedimentos não é utilizado, tendo em vista existência de Resolução do Tribunal que determina que os impedimentos sejam indicados por despacho nos autos e posterior redistribuição.

Neste aspecto, o procedimento é aderente ao art.14 da Resolução CJF 441/2005, embora não implementado de forma obrigatória no sistema.

Ao retificar a autuação e modificar os dados das partes, o sistema lança movimentos promovendo com isso a publicidade do ato.

Esparta - TRF5 - Módulo de Autuação - 19.9.2.0 - [Consulta Rápida do Processo 0000141-76.2019.4.05.0000 (AGTR146308-PE)]  
Autuação Consulta Guias de Remessa Lotes Processo Eletrônico Administração Alterar Senha Opções Sair ?



**DADOS BÁSICOS** -----  
Processo : 0000141-76.2019.4.05.0000 - AGTR146308-PE  
Processo Originário : 0000144-31.2019.4.05.0000  
Data de Autuação : 22/10/2019 16:07:52  
Órgão Julgador : Quarta Turma  
Relator : DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO  
Justiça Originária : Justiça Federal  
Cidade : Recife - PE  
Natureza : Cível  
Vara : 3ª Vara Federal de Pernambuco  
Tipo de Processo : AGRADO DE INSTRUMENTO  
Fase Atual : 22/10/2019 16:22 - Retificação de Autuação  
Última Localização : Seção de Distribuição

**PARTES** -----  
AGRTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AGRDO : FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

**AUTOS ASSOCIADOS** -----  
(Não há Autos Associados cadastrados para o Processo)

**PETIÇÕES ASSOCIADAS** -----  
(Não há Petições Associadas ao Processo)

**DOCUMENTOS ASSOCIADOS** -----  
(Não há Documentos Associados ao Processo)

**MOVIMENTOS** -----  
22/10/2019 16:22 Retificação de Autuação - Registrado (a) - subst de parte (M5309)  
-----  
22/10/2019 16:12 Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por (M5309)  
-----  
22/10/2019 16:11 Distribuição por Sorteio Automático (M5309) (Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUT  
-----  
22/10/2019 16:09 AUTUAÇÃO (M5309)

O sistema não verifica novamente os casos de prevenção quando da alteração das partes, nos moldes do art.11 da Resolução CJF 441/2005.

Para fins de prevenção, não são utilizados os dados das partes, apenas de processos relacionados.



## **Recomendações**

- Lançamento de movimento de “Retificação da Autuação”, bem como fazer a verificação de prevenção, sempre que houver alteração das partes do processo no PJe;
- Manutenção da conversão de cargos para a área de TI com vistas ao atendimento da Resolução 211/CNJ; e
- Promover a integração dos sistemas judiciais com os sistemas dos demais órgãos que interagem com os sistemas judiciais da 5ª Região e que ainda não possuem integração com o sistema PJe, utilizando, sempre que possível, o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), em detrimento de outras soluções não padronizadas.

## **G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 11 horas e 30 minutos do dia 24/10/2019, conforme ata lavrada oportunamente, sendo elaborado posteriormente o presente Relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo à sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram devidamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste Relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

É o Relatório.

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Corregedora-Geral da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

